



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
DOUTORADO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

WESLAYNE NUNES DE SALES

**ALOCAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS
INFORMACIONAIS EM BIBLIOTECAS UNIVERSTÁRIAS**

**SALVADOR
2023**

WESLAYNE NUNES DE SALES

ALOCAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS DESTINADOS À COMPRA DE
MATERIAIS INFORMACIONAIS EM BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial à obtenção do título de doutora em Ciência da Informação.

Área de concentração: Políticas e Tecnologias da Informação.

Orientador: Prof. Dr. Raymundo das Neves Machado.

SALVADOR
2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal da Bahia
Elaborada por: Wesleyne Nunes de Sales / Bibliotecária CRB 03-1216

S155a Sales, Wesleyne Nunes de.
Alocação de recursos financeiros para aquisição de materiais informacionais em bibliotecas universitárias / Wesleyne Nunes de Sales. – 2023.
220 f. : il. color

Tese (doutorado)) – Universidade Federal da Bahia, Instituto de Ciência da Informação, Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação, Salvador, 2023.
Orientação: Prof. Dr. Raymundo das Neves Machado

1. Alocação de recursos financeiros – materiais informacionais. 2. Aquisição – materiais informacionais. 3. Política de desenvolvimento de coleção. 4. Desenvolvimento de coleção. I. Título.

Título. CDD 020


WESLAYNE NUNES DE SALES

Alocação de recursos financeiros para aquisição de materiais informacionais em bibliotecas universitárias


Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Ciência da Informação do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), como requisito para obtenção de grau de Doutor em Ciência da Informação.

Aprovada em: 8 de maio de 2023.

Banca Examinadora

Documento assinado digitalmente
 RAYMUNDO DAS NEVES MACHADO
Data: 11/05/2023 09:59:18-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Raymundo das Neves Machado - Orientador – UFBA

Documento assinado digitalmente
 DALGIZA ANDRADE OLIVEIRA
Data: 11/05/2023 15:56:40-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^ª. Dra. Dalgiza Andrade Oliveira - Membro Externo Titular – UFMG

Prof^ª. Dra. Leticia Strehl - Membro Externo Titular – UFRGS

Prof^ª. Dra. Cenidalva Miranda de Sousa Teixeira - Membro Externo Titular – UFMA

Prof. Dr. Ricardo Coutinho Mello - Membro Interno Titular – UFBA

Ao meu pai João e minha mãe Gorete.
A você, que percorre estas páginas, dedico.

AGRADECIMENTOS

Escrever esta tese foi atravessar madrugadas solitárias, foi estar sozinha quando o que mais queria era estar entre os meus. Foi imergir sobre infindáveis textos, em diferentes línguas, em busca de entendimento. Também foi parceira, foi amparo e acolhimento, foi o recebimento de uma orientação impecável, foi torcida, foi amizade e companheirismo. Foi choro e riso entrelaçados, foi emocionante, desafiador, exaustivo, foi com fé. E cada instante valeu a pena, foi incrível!

A Deus agradeço por tudo que sou e pelo que não sou.

À minha família, pelo carinho, apoio e paciência.

Meu orientador, Raymundo Machado, pelo comprometimento, profissionalismo e pela elegância com os quais conduziu meus passos. Sua competência é inenarrável!

Aos profissionais que fizeram parte da minha banca, obrigada por compartilhar comigo suas experiências, expertises, competência, rigor e humanidade.

Às pessoas que aceitaram participar desta pesquisa, representando tão ricamente suas instituições, obrigada pela disponibilidade.

Ao Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia, obrigada pela oportunidade concedida.

À Universidade Federal do Ceará, em especial, a equipe com a qual trabalho diretamente, que consentiu com meu afastamento para cursar este doutorado.

À Chirley, pela torcida e pela fundamental ajuda com os processos do SEI.

À Normaci, pelo exemplo, pela escuta empática.

À Ana Paula e Aurilene, pelo carinho.

A você, leitor(a)!

“Aqui está o que vi. Aqui está aquilo em que vim a acreditar. Foi essa a forma como tentei verificar e pôr à prova aquilo em que acreditava. Aqui estão algumas das perplexidades, questões, inquietações e incertezas que tive de enfrentar. Espero que o leitor possa encontrar, neste livro [nesta tese] que lhe é dedicado, algo que lhe diga respeito”. (ROGERS, 2009)

“Não há competição onde há desigualdade de condições. Há covardia.” (MARINHO, [2019?])

RESUMO

A etapa de aquisição de materiais informacionais em bibliotecas, no contexto de Formação e Desenvolvimento de Coleções, apresenta subdivisões, das quais as mais comuns são: compra, doação e permuta. Na aquisição por compra, a necessidade de alocar recursos financeiros é bastante recorrente, e a utilização de fórmulas matemáticas e/ou estatísticas pode ser um facilitador para o processo de alocação de recursos financeiros para aquisição de materiais informacionais analógicos e/ou digitais. Assim, a necessidade de estudar a alocação de recursos financeiros nas bibliotecas universitárias da rede federal justifica-se não somente por questões financeiras, mas também por conta de questões sociais que envolvem, por exemplo, o acesso à informação. Esta tese, portanto, tem como objetivo investigar como ocorre a alocação de recursos financeiros para aquisição de materiais informacionais em bibliotecas universitárias, considerando os cursos de graduação. Trata-se de uma pesquisa descritiva de natureza aplicada que faz uso da abordagem metodológica crítico-dialética. Como principais resultados destaca-se que, na maioria dos casos, a leitura das Políticas de Formação e Desenvolvimento de Coleções não se mostra suficiente para entender completamente como o processo de aquisição de materiais informacionais é realizado nas bibliotecas de universidades federais brasileiras; não há entre as instituições pesquisadas um padrão para alocar recursos financeiros destinados à compra de materiais informacionais; oito instituições utilizam fórmulas para alocação de recursos destinados à compra de materiais informacionais; a existência de uma Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções contribui para a apresentação de critérios e/ou indicadores que devem ser utilizados para subsidiar a decisão sobre alocação de recursos financeiros destinados à compra de materiais informacionais; a ausência de uma Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções prejudica o trabalho dos profissionais em relação ao processo de Formação e Desenvolvimento de Coleções. Dessa maneira, este estudo recomenda maior objetividade, transparência e assertividade nos processos que envolvem alocação de recursos financeiros destinados à aquisição de materiais informacionais.

Palavras-chave: Alocação de recursos financeiros – materiais informacionais; aquisição – materiais informacionais; política de desenvolvimento de coleções; desenvolvimento de coleções.

ABSTRACT

The step of acquisition of informational materials in libraries, in the context of formation and development, presents subdivisions, of which the most common are purchase, donation, and barter. In the acquisition by purchase, the need to allocate financial resources is recurrent, and the use of mathematical and/or statistical formulas can be a facilitator in the process of allocating financial resources for the acquisition of analog and/or digital information materials. Thus, the need to study the allocation of financial resources in university libraries of the federal network is justified not only for financial issues but also because of social issues related, for example, to access to information. Therefore, the purpose of this work is to study how the allocation of financial resources works for the purchase of informational materials in university libraries, considering undergraduate courses. It is a descriptive research of information technology of nature, using the critical-dialectical methodological approach. As main results, we highlight that, in most cases, the reading of the Policies for the Formation and Development of Collections is not enough to fully understand how the process of acquisition of informational materials is carried out in the Libraries of Brazilian Federal Universities; there is no pattern among the researched institutions to allocate financial resources for the purchase of there is no standard among the researched institutions to allocate financial resources for the purchase of informational materials; eight institutions use formulas to allocate resources for the purchase of information materials; the existence of a policy for the formation and development of collections contributes to the presentation of criteria and/or indicators that should be used to support the decision on the allocation of financial resources for the purchase of information materials; the absence of a policy for the formation and development of collections affects the work of professionals in relation to the process of formation and development of collections. Therefore, this study recommends greater objectivity, transparency, and assertiveness in the processes that involve the allocation of financial resources for the purchase of informational materials.

Keywords: Allocation of financial resources - information materials; Acquisition - information materials; Collection development policy; Collection development collections.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 - Estratégia de busca realizada no portal e-Mec, em agosto de 2021, para definição da população desta pesquisa 105
- Figura 2 - Processo de aquisição por compra do SIBi/Unifap 132

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Síntese dos resultados apresentados no artigo <i>Investigation into the development and historical roots of collection development by referenced publication year spectroscopy</i> , de autoria de Malik e Ahmadi (2020)	27
Quadro 2 -	Mecanismos de financiamento da Educação Superior utilizados pelo Estado, síntese do pensamento de Conceição <i>et al.</i> (1998), Oliveira (2019), Santos (2013) e Velloso (2000)	63
Quadro 3 -	Variáveis utilizadas em fórmulas para alocação de recursos destinados à compra de materiais informacionais	73
Quadro 4 -	Demonstrativo do modelo para ponderação de variável, conforme Wu e Shelfer (2007)	78
Quadro 5 -	Cinco momentos fundamentais para uma pesquisa crítico-dialética, conforme Martins e Theóphilo (2018) e sua conformidade com a proposta desta tese	103
Quadro 6 -	Relação entre o que é dito e o que é exposto nas PDC em relação ao estabelecimento de prioridades e critérios para aquisição de materiais informacionais	124
Quadro 7 -	Definições, razões e/ou justificativas para avaliação das coleções	138
Quadro 8 -	Aquisição com poder decisório ou como etapa puramente administrativa	139
Quadro 9 -	Existência de uma PDC e a percepção dos respondentes sobre o documento	147
Quadro 10 -	PDC e critérios de alocação	150
Quadro 11 -	Procedimentos para alocação de recursos entre bibliotecas que não utilizam fórmulas	154
Quadro 12 -	PDC e formação profissional	164
Quadro 13 -	Utilização de fórmulas de alocação e formação profissional	165
Quadro 14 -	Percepção acerca do uso de fórmulas de alocação de recursos financeiros para aquisição de materiais informacionais e a utilização de fórmulas para a mesma finalidade	168
Quadro 15 -	Características gerais das bibliotecas cujos respondentes declaram perceber um acervo atualizado	169
Quadro 16 -	Percepção acerca das coleções e utilização de fórmulas	170

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Expansão das universidades federais no Brasil, durante as três fases do Reuni	49
Tabela 2 -	Valores destinados à compra de material bibliográfico na Universidade Federal do Pampa, 2016-2020	64
Tabela 3 -	Quantitativo de instituição e quantitativo de PDC recuperadas, em maio de 2022	110
Tabela 4 -	Exemplo de tabela de contingência	119
Tabela 5 -	Ano de elaboração das PDC analisadas das IEFs pesquisadas	136
Tabela 6 -	Nível de escolaridade dos respondentes	141
Tabela 7 -	Especificação de cursos de pós-graduação	142
Tabela 8 -	Função Gratificada (FG) e Cargo de Direção (CD) dos participantes da pesquisa	143
Tabela 9 -	Tempo em que desenvolve atividades diretamente ligadas a Formação e Desenvolvimento de Coleções	144
Tabela 10 -	Percepção dos respondentes sobre a PDC	146
Tabela 11 -	Estratégia utilizada na instituição para estabelecer critérios de alocação de recursos financeiros	148
Tabela 12 -	Inserção da avaliação de coleções na PDC	152
Tabela 13 -	Utilização de fórmulas e a existência de uma PDC	153
Tabela 14 -	Realidade sobre a utilização de fórmula de alocação de recursos financeiros nas instituições participantes da pesquisa	158
Tabela 15 -	Indicadores utilizados em fórmula de alocação de recursos financeiros destinados à compra de materiais informacionais	159
Tabela 16 -	Características gerais sobre fórmulas de alocação utilizadas nas bibliotecas universitárias, participantes desta pesquisa	160
Tabela 17 -	Frequência de respostas sobre formação e atuação profissional	162
Tabela 18 -	Percepção acerca do uso de fórmulas de alocação de recursos	166
Tabela 19 -	Percepção acerca das coleções de materiais informacionais	168
Tabela 20 -	Distribuição dos recursos financeiros para aquisição dos materiais informacionais pelas instituições pesquisadas	171

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANDIFES	Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BPM	modelagem de processos de negócios
BRAPCI	Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação
CC	Conceito de Cursos
CI	Conceito Institucional
Conaes	Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior
DC	Desenvolvimento de Coleções
FDC	Formação e Desenvolvimento de Coleções
FEBAB	Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas de Informação e Instituições
FURG	Universidade Federal do Rio Grande
IACG	Instrumentos de Avaliação de Cursos de Graduação
IAIE	Instrumentos de Avaliação Institucional Externa
IES	Instituição de Ensino Superior
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
IGC	Índice Geral de Cursos
Inep	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPV	Índice de Validade de Conteúdo
LDO	Diretrizes Orçamentária
LOA	Lei Orçamentária Anual
Matriz OCC	Matriz Orçamento de Custeio e Capital
MF	Ministério da Fazenda
NDE	Núcleo Docente Estruturante
NEH	<i>National Endowment for the Humanities</i>
NLID	Biblioteca nacional para pessoas com deficiência
OCC	Orçamento de Custeio e Capital
PDC	Política de Formação e Desenvolvimento e Coleções
PDI	Plano de desenvolvimento institucional
PNBU	Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias

PNE	Plano Nacional de Ensino
PPA	Plano Plurianual
RDC	Regime Diferenciado de Contratação Pública
REUNI	Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
ROI	Retorno sobre o Investimento
SESu	Secretaria de Educação Superior
Sinaes	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
TCLE	Termo de Livre Consentimento e Esclarecido
UC	Unidade Curricular
UFABC	Fundação Universidade Federal do ABC
UFAC	Universidade Federal do Acre
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UFAPE	Universidade Federal do Agreste de Pernambuco
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFCA	Universidade Federal do Cariri
UFCAT	Universidade Federal de Catalão
UFMG	Universidade Federal de Campina Grande
UFCSPA	Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre
UFDPAR	Universidade Federal do Delta do Parnaíba
UFERSA	Universidade Federal Rural do Semi-Árido
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFGD	Fundação Universidade Federal da Grande Dourados
UFJ	Universidade Federal de Jataí
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFPA	Universidade Federal de Lavras
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso
UFOB	Universidade Federal do Oeste da Bahia
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto
UFOPA	Universidade Federal do Oeste do Pará
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFPEL	Universidade Federal de Pelotas
UFPI	Universidade Federal do Piauí
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFR	Universidade Federal de Rondonópolis
UFRA	Universidade Federal Rural da Amazônia
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
UFRR	Universidade Federal de Roraima
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UFS	Universidade Federal de Sergipe
UFSB	Universidade Federal do Sul da Bahia
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSCAR	Universidade Federal de São Carlos
UFSJ	Universidade Federal de São João Del Rei
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UFT	Fundação Universidade Federal do Tocantins
UFTM	Universidade Federal do Triângulo Mineiro
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UFV	Universidade Federal de Viçosa
UFVJM	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
UNB	Universidade de Brasília
UNIFAL-MG	Universidade Federal de Alfenas
UNIFAP	Universidade Federal do Amapá

UNIFEI	Universidade Federal de Itajubá
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo
UNIFESSPA	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
UNILA	Universidade Federal da Integração Latino-Americana
UNILAB	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
UNIPAMPA	Fundação Universidade Federal do Pampa
UNIR	Fundação Universidade Federal de Rondônia
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
UNIVASF	Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
2	FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES	23
2.1	Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções	40
3	UNIVERSIDADES PÚBLICAS FEDERAIS BRASILEIRAS E SUAS BIBLIOTECAS	48
4	ORÇAMENTO PÚBLICO	62
4.1	Legislação, diretrizes e reflexões para aquisição de bens públicos no contexto da Administração Pública Federal	66
5	ALOCAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS EM BIBLIOTECAS	71
5.1	O cenário brasileiro	84
6	MÉTODO	102
6.1	Abordagem metodológica	102
6.2	Caracterização da População	104
6.3	Procedimentos	107
6.3.1	<i>Coleta de dados</i>	109
6.3.1.1	<i>Descrição do envio de convite para responder ao questionário, considerando a primeira opção de respondente</i>	115
6.3.1.2	<i>Descrição do envio de convite para responder ao questionário, considerando a segunda opção de respondente</i>	116
6.3.2	<i>Análise dos dados</i>	117
6.3.2.1	<i>Análise das Políticas de Formação e Desenvolvimento de Coleções</i>	117
6.3.2.2	<i>Análise do questionário</i>	118
7	RESULTADOS	122
7.1	Resultado da análise das Políticas de Formação e Desenvolvimento de Coleções	122
7.1.2	<i>Aquisição por compra de materiais informacionais à luz das bibliotecas de universidades federais brasileiras</i>	122
7.1.2.1	<i>Prioridades para aquisição</i>	124
7.1.2.2	<i>Alocação de recursos financeiros para compra de materiais informacionais em bibliotecas universitárias</i>	126
7.1.2.3	<i>Acompanhamento do processo de compra</i>	131
7.1.3	<i>Observações gerais acerca das PDCs analisadas nesta tese</i>	134

7.2	Resultado da análise do questionário	141
8	DISCUSSÃO	172
9	CONSIDERAÇÕES FINAIS	179
	REFERÊNCIAS	184
	APÊNCIDE A – UNIVERSIDADES PÚBLICAS FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR NO BRASIL	208
	APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	211
	APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO	213

1 INTRODUÇÃO

Outrora acreditava-se na possibilidade de reunir todo o material bibliográfico produzido no mundo. Entretanto, diante dos avanços tecnológicos e informacionais em contraste com o problema ainda existente das limitações de espaço, fica evidente que não é possível armazenar em um só local tudo o que o ser humano produz de informação.

Hoje, quase oito bilhões de pessoas formam a população mundial, são pessoas com interesses e necessidades diversificadas, muitas delas ávidas por informações, que, por sua vez, são produzidas em escalas exponenciais.

Selecionar, dentre as informações disponíveis, aquelas com maior potencial para contemplar de forma satisfatória as necessidades informacionais da comunidade a qual a biblioteca deve atender é uma tarefa que exige acurácia. Uma vez que se toma a decisão sobre quais materiais são mais adequados, é necessário saber se há disponibilidade de recursos financeiros para realizar a aquisição dessas informações, e diante de uma provável indisponibilidade desses recursos, é necessário definir o que de fato será adquirido.

Os procedimentos mencionados anteriormente são comuns às bibliotecas, especialmente aos profissionais que se dedicam à Formação e Desenvolvimento de Coleções (FDC), cujos processos envolvem seis principais categorias: estudo da comunidade; política de seleção; seleção; aquisição; desbaste e avaliação da coleção (EVANS, 1979). Todas as etapas são fundamentais para a FDC e se complementam mutuamente, mas algumas parecem alcançar a predileção dos pesquisadores e são mais discutidas que outras.

A etapa de aquisição de materiais informacionais em bibliotecas tem subdivisões, das quais as mais comuns são: compra, doação e permuta. Na aquisição por compra, a necessidade de alocar recursos financeiros é recorrente e a utilização de fórmulas matemáticas e/ou estatísticas pode ser um facilitador para o processo, mas observa-se que pouco tem sido discutido no campo teórico acerca desse tema.

Para a Biblioteconomia, a FDC é entendida como uma atividade de planejamento que se concretiza mediante uma série de atividades contínuas e dinâmicas, cuja finalidade é o desenvolvimento de um acervo equilibrado para atender à necessidade dos usuários em consonância com os objetivos institucionais. Ela deve ser liderada preferencialmente por bibliotecários, mas que envolva uma equipe multidisciplinar.

Não é viável estabelecer um modelo engessado para FDC, pois cada biblioteca deve considerar os objetivos institucionais, o público atendido, o espaço físico e os recursos

financeiros disponíveis. Dessa forma, percebe-se que, ao estudar FDC, é necessária a compreensão de que, mesmo entre instituições que comportem o máximo de elementos semelhantes entre si, as variações são inevitáveis.

As Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) são classificadas como de natureza autárquica, isto é, são criadas por lei, têm personalidade jurídica pública e capacidade de se autoadministrarem, embora estejam submetidas ao controle do Estado. Para manutenção de suas atividades, elas recebem recursos financeiros da União (BRASIL, 1967; DI PIETRO, 2012).

A União distribui recursos financeiros entre as Ifes, e a estas cabe distribuir os recursos financeiros entre os setores que as compõem. Ou seja, é necessário decidir quanto será destinado a determinado curso, laboratório, desporto, extensão, biblioteca e outros. Quando o orçamento chega à biblioteca, é fundamental que esses recursos também sejam distribuídos para compra de materiais que contemplem os diversos cursos atendidos pelas Ifes.

As bibliotecas universitárias são normalmente reconhecidas como aquelas vinculadas a uma instituição de ensino superior e que buscam atender aos interesses informacionais da comunidade acadêmica em prol do alcance da missão institucional (LUBISCO, 2011; NUNES; CARVALHO, 2016) — diz-se “normalmente”, pois, ao longo desta investigação, identificaram-se bibliotecas vinculadas às universidades, mas que são denominadas de bibliotecas comunitárias. Particularidades à parte, as bibliotecas universitárias devem oferecer apoio ao ensino, à pesquisa e extensão desenvolvidos na instituição de ensino (LUBISCO, 2011; NUNES; CARVALHO, 2016).

Esta tese encontra seu escopo nos processos de aquisição por compra de materiais informacionais em bibliotecas de universidades públicas federais brasileiras, em especial nos procedimentos ligados à alocação de recursos financeiros.

Ao início das investigações teóricas a respeito do tema aqui proposto, surgiu um desafio inicial: lidar com a escassa literatura nacional sobre o tema. Tal realidade conduziu a pesquisa para um referencial teórico predominantemente internacional, mas que possibilitou a identificação de diversos problemas que podem ser discutidos com base na realidade brasileira. Por exemplo, meios de tornar a alocação de recursos financeiros destinados à compra de materiais informacionais mais equitativa.

Compreende-se que a busca por Formação e Desenvolvimento de Coleções mais equitativa em bibliotecas universitárias pode contribuir para a pluralidade do pensamento e a quebra da reprodução de culturas hegemônicas, além de poder desacelerar os mais diversos

tipos de desigualdade, mas especialmente aqueles ligados à produção do conhecimento científico. A busca por um equilíbrio nas coleções é também uma questão ligada à responsabilidade social; em Naudé (1627) e Otlet (1934), a propósito, já se falava sobre a importância social do acesso à informação (SANTOS; CARDOSO FILHO, 2011).

Parte-se do entendimento que é necessário analisar a biblioteca universitária não de forma isolada, mas considerando sua origem, formação, e principalmente buscando compreender seu papel e quais mudanças se fazem necessárias no contexto sociocultural que se vive hoje.

Gadotti (2014, p. 18) pondera que: “antes de conhecer, o sujeito se “interessa por”, “é curioso de”. A justificativa para o desenvolvimento desta tese é uma corroboração com o pensamento do autor supracitado, é multicausal e se inicia com as inquietações da trajetória pessoal e profissional da própria autora, que, ao ingressar em uma universidade pública para cursar Biblioteconomia e, posteriormente, tornar-se bibliotecária, não poderia ser um corpo neutro frente à realidade que presenciou nas bibliotecas em que estudou, estagiou e trabalhou. Por consequência, esta tese é de início o fruto de uma inquietação de alguém que por muitas vezes teve negado seu direito à informação. Mas, é também fruto de um amadurecimento acadêmico, profissional e de uma orientação lúcida e experiente.

Observa-se que grupos minoritários, antes silenciados, tomam voz e reivindicam espaço, respeito e representatividade nos mais diferentes contextos sociais e culturais. Assim, entende-se que a biblioteca universitária, nesse aspecto, deve prezar pela representação de todos os grupos aos quais ela tem responsabilidade de servir, dando-lhes o direito de adquirir informações idôneas e desvinculadas de preconceitos e de pensamentos dominantes. Alberga-se que a biblioteca deve atender aos interesses do seu público em consonância com os objetivos institucionais, mas não lhes impor uma maneira de pensar. (ALMEIDA JÚNIOR, 1997; CARVALHO, 2004).

A escassez de recursos financeiros não pode ser usada como justificativa para um possível desequilíbrio no acervo; pode, na verdade, funcionar como uma explicação a mais para a necessidade de desenvolver métodos que tornem o processo de Formação e Desenvolvimento de Coleções mais equitativo (UNESCO, 2019). A importância de estudar sobre alocação de recursos financeiros destinados à aquisição de materiais informacionais encontra força e justificativa frente à necessidade de que os acervos das bibliotecas universitárias sejam equânimes no atendimento às necessidades informacionais dos mais diferentes cursos, evitando priorizar aqueles com maior influência política ou que são tradicionalmente preferidos pela sociedade.

Requer-se do profissional que atua com aquisição de materiais informacionais que detenha uma série de informações e conhecimentos plurais e convergentes, os quais nem sempre estão relacionados exclusivamente à Biblioteconomia. Por exemplo, conhecimentos sobre cotação, elaboração de planilhas, negociação, aquisição, distribuição de recursos, protocolos administrativos, entre outros.

Nesta tese, busca-se desenvolver uma compreensão de como ocorre a participação da biblioteca no momento em que o planejamento e a distribuição orçamentária são realizados pela universidade e investigar quais critérios a biblioteca utiliza para distribuição desses recursos entre os cursos de graduação, além de procurar responder se há ou não o uso de fórmulas para a alocação. Essas inquietações reunidas formam o objeto de estudo: alocação de recursos financeiros destinados à aquisição de materiais informacionais dos cursos de graduação nas bibliotecas universitárias com vistas à Formação e Desenvolvimento de Coleções.

Sumariamente, o objetivo geral da pesquisa é investigar como ocorre a alocação de recursos financeiros para aquisição de materiais informacionais em bibliotecas universitárias, considerando os cursos de graduação.

Como objetivos específicos, destacam-se:

- Analisar o plano de aquisição contido na política de Formação e Desenvolvimento de Coleções.
- Identificar os procedimentos realizados para alocação de recursos financeiros nas bibliotecas universitárias.
- Identificar como são levantados e utilizados indicadores e critérios para alocação de recursos financeiros nas bibliotecas universitárias.

O alcance dos objetivos acima descritos possibilita discussões sobre o desenvolvimento equitativo de acervos em bibliotecas universitárias no Brasil e desencadeia reflexões sobre a atuação bibliotecária na aquisição de materiais informacionais, contribuindo, assim, para ampliar a literatura científica nacional sobre o tema.

Durante esta investigação, foram explorados conceitos que vão além do tema central desta tese, tais como políticas públicas, orçamento público, responsabilidade social, serviço público e outros assuntos relevantes para a discussão da proposta geral de pesquisa. Espera-se que este trabalho possa contribuir para o avanço de estudos relacionados, proporcionando novos recortes e propondo melhorias que possam ser aplicadas, visando à ampliação da discussão sobre o assunto no contexto brasileiro.

Essa tese apresenta nove seções. A primeira é destinada à introdução, em que se abordam o tema, a justificativa e os objetivos do trabalho.

A segunda seção aborda a Formação de Desenvolvimento de Coleções (FDC), que ganha centralidade. Nessa seção, também um breve resumo da história das bibliotecas é desenvolvido para que se tenha uma melhor compreensão de como as bases da FDC foram constituídas. Além disso, apresenta um panorama geral do assunto com base em notáveis pesquisadores como Naudé (1627); Peignot (1823) *apud* Weitzel (2012); Petzholdt (1894); Gross e Gross (1909); Trueswell (1969); Kent (1979); Atkinson (1989); Nisonger (1992); Wilson e Edelman (1996). Ainda na segunda seção, é possível encontrar uma subseção destinada exclusivamente para Políticas de Formação e Desenvolvimento de Coleções (PDC), em que se discute a argumentação de alguns pesquisadores que defendem a PDC como indispensável em uma biblioteca (CHAPUTULA; KANYUNDO, 2014; SALMERÓN-PÉREZ, 2013) e outros que a encaram como algo ineficiente, à exemplo de Cargill (1984) e Hazen (1995) e Snow (1996).

Na sequência, a terceira seção da tese aborda as universidades públicas federais brasileiras e suas bibliotecas. Assuntos como o Plano Nacional de Educação (PNE), Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), avaliação do Ministério da Educação (MEC), burocracia, gerencialismo e outros são discutidos, para que se tenha uma visão global do funcionamento e da importância das universidades, e conseqüentemente das bibliotecas universitárias.

A quarta seção discute o orçamento público e um pouco da complexidade que envolve sua elaboração, além do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), da Lei Orçamentária Anual (LOA) e da matriz de orçamento de outros custeios e capital (Matriz OCC), bem como outras leis e decretos que regulamentam a utilização e a distribuição dos recursos financeiros do Estado.

A quinta seção é reservada para falar sobre o assunto principal da tese, no caso, alocação de recursos financeiros para aquisição de materiais informacionais em bibliotecas universitárias. Existe uma ampla discussão sobre como as bibliotecas de diferentes países estão utilizando fórmulas para melhor distribuição dos recursos financeiros destinados à compra de materiais informacionais, seleção, captação de recursos e sobre como as fórmulas são concebidas e em alguns casos revisadas. Nessa seção, há uma subseção para falar exclusivamente da realidade brasileira, sobre a qual foi feito um levantamento e uma revisão bibliográfica exaustiva.

O método utilizado para a elaboração da tese é apresentado na sexta seção. A abordagem crítico-dialética é entendida como base para o estudo que envolve uma população formada por 68 universidades públicas federais. Os procedimentos metodológicos envolvem coleta de dados, mediante análise de Políticas de Formação e Desenvolvimento de Coleções (PDC) — coletadas em *sites* institucionais —, e aplicação de questionário. A análise de dados das PDC foi feita utilizando a técnica de análise de conteúdo, enquanto que a análise do questionário se deu por meio da estatística descritiva e do teste qui-quadrado (χ^2) de Pearson.

A sétima seção apresenta os dados obtidos nas PDC e no questionário por meio de tabelas e quadros para melhor exposição dos resultados. Ao todo, 40 PDC foram recuperados em 39 universidades federais brasileiras e 49 profissionais aceitaram participar da pesquisa, respondendo ao questionário.

As discussões acerca dos resultados encontrados na pesquisa são travadas na oitava seção, onde os dados levantados na sétima seção são criticamente discutidos e a teoria que subsidiou a pesquisa é oportunamente retomada.

Por fim, as considerações finais são apresentadas na nona seção, seguida das referências e dos apêndices.

2 FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES

Formação e Desenvolvimento de Coleções (FDC, ou DC¹, como também é reconhecida), pode ser considerada um assunto recente, cuja literatura científica considera um fenômeno que teve início no século XIX. Contudo, o *corpus* teórico voltado para a Biblioteconomia é formado também por uma série de textos e investigações retrospectivas que permitiu uma fundamentação dos aspectos relacionados à FDC mesmo antes que o termo se consolidasse.

Destaca-se que a Biblioteconomia pode ser dividida em três momentos distintos, a saber: pré-científico, da Antiguidade ao final da Idade Média; protocientífico, da Idade Moderna ao século XVIII; e científico, com início na Idade Contemporânea (PULIDO; MORRILAS, 2010).

Sob o risco de um anacronismo, mas em busca de uma compreensão sobre Formação e Desenvolvimento de Coleções e sua trajetória, é comum que os relatos passem pela história do livro e das bibliotecas. Hoje, com o conhecimento mais organizado, costuma-se atribuir às primeiras bibliotecas a característica rudimentar, pois as ações realizadas na Antiguidade, por exemplo, eram guiadas pela prática, e não pelo conhecimento sistematizado. Contudo, embora as primeiras bibliotecas não tenham sido formadas a partir da visão atual, é imprescindível conhecer um pouco acerca delas para melhor entendimento de como foi possível chegar até aqui.

Considerando o recorte proposto por Pulido e Morrillas (2010), destacam-se as bibliotecas da Antiguidade como grandes representantes do saber pré-científico na Biblioteconomia e, conseqüentemente, como pontos basilares para a FDC. É sabido que as bibliotecas não eram formadas segundo os critérios de hoje, pois os objetivos, a nomenclatura, os termos e interesses eram outros, e principalmente, porque ainda não havia a Biblioteconomia científica. Para Bernal (1976), a ciência é um processo não estático em constante evolução, em que os primeiros cientistas encontram algumas coisas e, em seguida, refletem sobre o que descobriram. Corroborando Bernal (1976), as bibliotecas da Antiguidade são entendidas como referências para a Biblioteconomia científica. Assim, o período chamado de Antiguidade teve início em meados de 4.000 a.C e durou aproximadamente até 476 d.C. A

¹ Nesta tese, respeitam-se pesquisadores que, ao se referirem à Formação e Desenvolvimento de Coleções, fazem uso da sigla DC, mas aqui há predileção pelo uso da sigla FDC, por sugerir maior completude e principalmente por considerar que formar e desenvolver coleções são processos distintos que merecem ser igualmente reconhecidos e mencionados na sigla.

invenção da escrita ocorreu nesse período, na Mesopotâmia (CAXILE; ROCHA JÚNIOR, 2015). Importantes bibliotecas surgiram nessa época, e são consideradas verdadeiros símbolos do passado, constituindo bases importantes para a construção de uma narrativa histórica.

Fundada entre os séculos VII e VIII a.C, na cidade de Nínive, na Mesopotâmia — hoje Iraque —, a biblioteca de Nínive é considerada um dos maiores legados da Mesopotâmia e tem grande representatividade quando o assunto é bibliotecas da Antiguidade. Ela pertenceu ao rei Assurbanipal e era formada por mais de 25 mil placas de argila cozidas, cuja escrita apresenta indícios do século IX a.C.; continha ainda textos com a escrita cuneiforme, e assim é considerada a primeira biblioteca da história com textos que englobavam diferentes conteúdos, com destaque para textos religiosos, de literatura, matemática, medicina, documentos administrativos da cidade e outros (BORCOMAN, 2017; LEICK, 2003).

A história de Nínive e sua biblioteca são contadas em textos religiosos, fictícios e científicos; então, por vezes, as narrativas se confundem, mas o que a ciência tem afirmado é que o fim da biblioteca ocorreu com o fim da própria cidade. Quando o rei da Babilônia, Nabopolassar, invadiu Nínive, incendiou a cidade e depois a inundou. Somente no século XIX as ruínas de Nínive foram encontradas, e junto a ela o que sobrou da biblioteca (LEICK, 2003).

A biblioteca de Pérgamo também chama atenção por sua antiguidade e vastidão de obras que abrigava. Fundada por volta do século II a.C., estava localizada na cidade de Pérgamo, região da Mísia. Acredita-se que essa biblioteca tinha como grande propósito tornar-se um centro cultural, mas também objetivava competir com a biblioteca de Alexandria (SANTOS, 2012; SILVA, 2014). Bastos (2011) defende que o fim da biblioteca ocorreu quando o acervo foi roubado e incorporado à biblioteca de Alexandria. O ato teria acontecido a mando do general romano Marcos Antônio, cuja motivação era o interesse pessoal pela rainha Cleópatra.

A biblioteca de Alexandria foi fundada por Alexandre Magno, em 331 a.C. (TANUS, 2018). E como a maior parte das bibliotecas desse período, tem origem a partir de uma característica marcante naquela sociedade: a necessidade de manter registros (MEDEIROS, 2019). Com localização privilegiada no Egito, a oeste do rio Nilo e às margens do Mediterrâneo, tinha facilidade de acesso a outros continentes e, conseqüentemente, a conhecimentos registrados (TANUS, 2018).

Estima-se que a biblioteca de Alexandria abrigava 700 mil rolos de papiro (TANUS, 2018). Vale destacar que, de acordo com Keseroğlu e Demir (2016), tanto na

Mesopotâmia como no Egito as ações eram baseadas nas necessidades diárias e dentro dos limites religiosos. Os assuntos abordados nos papiros eram os mais variados possíveis, fato justificado na necessidade de armazenar informações sobre as diversas primordialidades daquele povo.

Na perspectiva de Formação e Desenvolvimento de Coleções, tal como se conhece hoje, as bibliotecas de Nínive, Pérgamo e Alexandria instigam questionamentos. A partir de quais critérios as bibliotecas foram formadas? Seria de fato interesse daquelas sociedades reunir toda informação registrada ou existiam critérios para definir quais informações seriam mais úteis para a biblioteca? Como eles lidavam com questões de espaço, acondicionamento e conservação? Era feito desbaste, e se havia, como se verificava, quais eram os critérios? Seria realmente uma forma rudimentar? Ora, quando essas bibliotecas chegaram ao fim, maior parte do conhecimento registrado foi perdido, além de terem diminuído consideravelmente as possibilidades para que a sociedade de hoje pudesse conhecer como acontecia a formação e o desenvolvimento daquelas bibliotecas, pois, atualmente, o que se tem à disposição são fragmentos do que um dia foram as bibliotecas de Nínive, Pérgamo e Alexandria.

Embora não existam respostas precisas para as perguntas acima, é válido lembrar o que Moles (1993) comenta acerca da ciência. Segundo ele, a ciência é a compreensão do todo a partir das partes, o desenvolvimento baseado na situação e o conhecimento que permite prever. Dessa forma, ao entender as bibliotecas citadas como parte da história da Biblioteconomia, é possível criar uma imagem do que elas representaram para as sociedades daquela época.

Sobre a biblioteca de Alexandria, em particular, sabe-se que o Egito era um território desenvolvido politicamente, pois a história faz referência a um povo produtivo. Os reis pagavam para que obras de escritores renomados fossem levadas àquela terra. O espaço destinado à biblioteca era vasto e bem organizado. A biblioteca, para se concretizar, exigiu esforços econômicos que só um Estado estável, próspero e interessado no desenvolvimento poderia proporcionar (BORCOMAN, 2017). Considerando que a ciência se desenvolve a partir das situações em que está inserida, como afirmou Moles (1993), é possível compreender a biblioteca de Alexandria como uma situação-base para o desenvolvimento da Biblioteconomia científica, incluindo a FDC conforme os moldes atuais.

As bibliotecas de Nínive e Pérgamo também são resultados de esforços econômicos realizados pela sociedade na qual estavam inseridas. Estudos apontam que foram necessários muitos anos para que as obras daquelas bibliotecas fossem reunidas

(BORCOMAN, 2017). Sabe-se que as bibliotecas ora mencionadas não eram as únicas existentes na Antiguidade, porém elas são boas representantes desse período e oferecem um ponto de partida para falar sobre as bibliotecas, a Biblioteconomia e suas práticas.

Clarke [1762-1832] discorreu sobre como a escrita tornou-se necessária após a dispersão da humanidade. O autor considerou que houve a necessidade de registro das tradições humanas, pois, à medida que o tempo passava, havia uma imprecisão no repasse das informações. As bibliotecas, assim, funcionavam como grandes caixas nas quais os registros das tradições humanas eram guardados com vistas à preservação. Logo, a preocupação naquele tempo deveria ser armazenar tudo quanto fosse possível, para que, dessa maneira, todo feito humano pudesse estar em segurança.

Com o passar do tempo e o avanço do conhecimento científico, surgem mudanças nas estratégias e nos objetivos usados pelas bibliotecas para formar e desenvolver suas coleções (WEITZEL, 2012, 2018). No início do século XIX, foi possível vivenciar a Biblioteconomia científica (PULIDO; MORRILAS, 2010), que coincidiu com o surgimento dos primeiros manuais de Formação e Desenvolvimento de Coleções (GONÇALVES, 2019; WEITZEL, 2012).

Sobre esse aspecto, Malik e Ahmadi (2020), mediante estudo quantitativo, identificaram quais textos referentes à Formação e Desenvolvimento de Coleções foram mais citados no período de 1500 a 2000, considerando referências bibliográficas utilizadas em artigos publicados entre os anos de 1974 e 2017, na *Web of Science*. No período compreendido na análise, as autoras perceberam nove picos de utilização de referências. Esse estudo tem uma contribuição importante para a FDC; no Quadro 1, uma síntese do artigo.

Quadro 1 - Síntese dos resultados apresentados no artigo *Investigation into the development and historical roots of collection development by referenced publication year spectroscopy*, de autoria de Malik e Ahmadi (2020)

Ano de publicação da obra	Autor(a)(es)	Título do trabalho	Comentário
1627	Gabriel Naudé	<i>Advis pour dresser une bibliothèque</i>	O texto mantém o foco na constituição de coleção de livros mediante o uso de estratégias bibliográficas.
1823	Gabriel Peignot	<i>Manuel du Bibliophile Traité du choix des livres Reliure</i>	Publicou o manual, que está dividido em cinco partes. Apresenta critérios para selecionar obras que deveriam ser incorporadas ao acervo, em especial. Nesse manual também é possível encontrar instruções sobre a preservação dos livros.
1894	Giulio Petzholdt	<i>Manuale del bibliotecário</i>	Um manual com a finalidade de auxiliar na formação de coleções de bibliotecas. Considerado pelos bibliófilos do século XIX o principal trabalho relacionado à seleção e aquisição de livros.
1909	Gross e Gross	<i>College libraries and chemical education</i>	Trata de FDC especialmente na área de Química.
1969	Richard L. Trueswell	<i>Some Behavioral patterns of library user: the 80/20</i>	Discute a regra 80/20 e sua relevância para a FDC.
1979	Allen Kent	<i>Use of library materials: the university of pittsburgh study</i>	Obra com principal objetivo de melhorar políticas de aquisições e circulação dos livros.
1989	Ross Atkinson	<i>Old forms, new forms: the challenge of collection development</i>	Trata da necessidade de mudança no FDC.
1992	Thomas Nisonger	<i>Collection Evaluation in Academic Libraries: A Guide and Annotated Bibliography Hardcover</i>	Apresenta um resumo da literatura publicada no período de 1980 a meados de 1991, possibilitando à biblioteca acadêmica a avaliação de coleções.
1996	Myoung Chung Wilson; Hendrik Edelman	<i>Collection Development in an Interdisciplinary Context</i>	Aborda os desafios e limites da FDC para pessoas que atuam com a seleção de materiais informacionais.

Fonte: adaptado de Malik e Ahmadi (2020)

De fato, Malik e Ahmadi (2020) conseguem uma boa representação de obras que marcaram a história de Formação e Desenvolvimento de Coleções. É sabido que a FDC, tal como se conhece nos dias atuais, é algo novo, normalmente atribuída pela literatura científica ao século XIX. Malik e Ahmadi (2020) inovaram ao colocar uma obra do século XVII como um marco para Formação e Desenvolvimento de Coleções.

O “*Advis pour dresser une bibliothèque*”, ou “Aconselhamento para construir uma biblioteca”, de autoria de Gabriel Naudé (1627), é considerado por Malik e Ahmadi (2020) o primeiro tratado de Biblioteconomia da modernidade. Nessa obra, existem não só aspectos estruturais para formação de uma biblioteca, mas também aspectos sociais que envolvem a leitura e a biblioteca, além de defender a importância da organização do acervo para apropriação do saber (CLARKE, 1970; GÓMEZ, 2000).

Destaca-se, em Naudé (1627), a compreensão referente à biblioteca como uma empresa cuja concepção não pode ser negligenciada. O autor expressa preocupação com a qualidade das obras que compunham as bibliotecas e revela que a valorização do livro deve ocorrer pelo conteúdo que ele apresenta, e não somente pela quantia desembolsada para possuí-lo. Na versão traduzida para o português, observa-se que Naudé (2016, p. 15) rechaça a ideia “de que nada de bom se pode conseguir se não houver custado caro”, mas também defende a necessidade de dispor de verbas financeiras para adquirir livros.

Naudé (1627), na passagem supracitada, apresenta um aspecto importante para o que hoje se entende como Formação e Desenvolvimento de Coleções — por exemplo, a exigência de um orçamento —; também alerta para a necessidade de verificar a qualidade da obra não pelo seu valor monetário, mas por sua qualidade informacional.

A obra de Naudé (1627) foi traduzida por Briquet de Lemos e publicada em língua portuguesa em 2016. A tradução permite melhor compreensão de diversos trechos do livro. Chama atenção, por exemplo, quando o autor aborda a necessidade de considerar a opinião “dos mais versados e entendidos” ao decidir quais livros reunir em uma biblioteca (NAUDÉ, 2016, p. 19). Destaca-se aqui uma forte referência ao que hoje se conhece como fontes auxiliares de seleção. Trata-se de uma obra marcante que, no ano de 1627, século XVII, já mostrava evidências de um amadurecimento da Biblioteconomia, com forte ligação com Formação e Desenvolvimento de Coleções.

Após um intrigante lapso temporal de quase dois séculos, o manual de Peignot (1823), assim como a obra de Naudé (1627), surgiu num contexto em que acumular livros era uma ideia mais vislumbrada em detrimento do processo de seletividade. Assim, o “*Manuel du Bibliophile Traité du choix des livres Reliure*” quebrou paradigmas ao propor uma seleção baseada no conteúdo das obras, uma estratégia para lidar com o volume documental, que estava se tornando um problema. Desse modo, a ideia de acumular obras começou a perder espaço para a de selecionar obras com base em sua relevância (WEITZEL, 2012).

Em Malik e Ahmadi (2020), não há destaque para nenhuma obra do século XVIII. Em relação ao século XIX, somente duas obras são colocadas em evidência. Ao considerar,

Naudé (1627) como autor representativo para a FDC, e cronologicamente situado no século XVII, percebe-se não só uma lentidão no avanço da produção científica voltada para esse tema, mas também coloca-se em dúvida se realmente o século XVIII não ofereceu novas considerações para a área ou se foi um século ainda não percebido pelos estudiosos do assunto.

Não é propósito deste trabalho investigar com profundidade como ocorreu a origem e avanço dos estudos sobre a FDC, pois para tanto seria necessário investigar uma vastidão de obras produzidas no século XVIII, e até mesmo de séculos anteriores. Entretanto, é imprescindível alertar para o fato de que o espaço temporal que a literatura científica — sobre Formação e Desenvolvimento de Coleções — tem apontado como estéril pode, na verdade, representar um século de produção à espera de ser descoberto.

Petzholdt (1894) também ganha destaque em Malik e Ahmadi (2020) com a obra *Manuale del bibliotecário*. Weitzel (2012) pontua que Petzholdt (1894) desenvolveu uma obra fortemente ligada à seleção e aquisição de livros, propondo a estruturação do acervo em três classes: primeira, segunda e terceira. A primeira classe era destinada a livros cientificamente importantes; a segunda, a livros preciosos; e a terceira, a livros raros. Para Petzholdt (1894), a mesma obra pode pertencer a mais de uma classe.

Gross e Gross (1927) argumentam que, diante das exigências do mercado por profissionais especializados, faz-se necessária uma mudança também no acervo das bibliotecas. Assim, buscaram responder quais livros e periódicos científicos eram mais adequados para atender às exigências de docentes e discentes de um curso superior de Química. Dessarte, Gross e Gross (1927) tabularam as referências utilizadas no periódico *The Journal of the American Chemical Society* e, a partir de uma análise estatística, propuseram quais seriam os títulos de periódicos que melhor atenderiam as necessidades daquele público.

Considerando a importância da análise estatística na identificação das necessidades de informação de um determinado público, é válido destacar a relevância da utilização de técnicas como a bibliometria nesse processo. Nesse sentido, a abordagem utilizada por Gross e Gross (1927) pode ser vista como um precursor da aplicação da bibliometria na área de Biblioteconomia e Ciência da Informação.

Destaca-se que o número de referências encontrado para cada periódico não é o único critério de desejabilidade que deve ser aplicado ao se indicar os melhores títulos a serem incorporados à biblioteca, mas principalmente analisar a qualidade dos títulos para determinado período. Gross e Gross (1927) explicam que é possível haver um grande número de referências para determinado periódico dentro de um tempo cronológico específico, mas

que esse mesmo periódico pode não ser mais importante para o tempo presente. Assim, os autores propõem uma análise criteriosa da incidência das referências, e não uma simples contagem, para que então haja segurança na indicação de quais obras inserir na biblioteca.

Trueswell (1969) é bastante conhecido na literatura que trata da Bibliometria², em razão, em especial, da postulação da regra 80/20, ao defender que, em determinada biblioteca, 80% dos empréstimos correspondem a 20% do acervo. Porém, Trueswell (1969) também é altamente representativo para a FDC. Ao apresentar a metodologia de avaliação de obras de uma biblioteca, ele ganhou representatividade na avaliação de bibliotecas. Ademais, o autor também é lembrado por introduzir no ambiente das bibliotecas uma linguagem derivada das empresas — por exemplo, inventário e retorno sobre o investimento.

As técnicas de Trueswell foram duramente criticadas. Ao tratar do assunto, Nash (2016) pontua que nem sempre a regra 80/20 mostra precisão no uso do acervo, e em bibliotecas com grande número de exemplares, o risco de aplicar essa regra torna-se ainda maior. O autor explica que medir o uso de materiais informacionais é complicado, e ao se fazer uso da regra 80/20, é necessário ser cuidadoso na tomada de decisão, a qual será subsidiada com base no resultado obtido pelo seu uso.

Não obstante, o fato é que, apesar das críticas, a metodologia 80/20 ainda é utilizada em dias atuais na avaliação de coleções a fim de obter um indicador e medir o uso de materiais informacionais em bibliotecas.

Kent (1979) defende que o empréstimo é uma boa medida do uso dos livros, e livros não utilizados no decurso de sete anos dificilmente seriam utilizados no futuro. Kent (1979) dedicou-se também ao estudo do uso de periódicos, mas utilizando uma metodologia não muito diferente da que já estava sendo praticada naquele período. Além disso, o autor aplicou-se ao estudo da análise dos custos envolvidos na aquisição de livros em uma biblioteca, bem como estabeleceu um modelo de custo-benefício para auxiliar no processo, de modo a torná-lo mais aprimorado.

Line (1979) explica que a análise de custos realizada por Kent foi duramente criticada, principalmente por apresentar números que não apoiavam as conclusões sobre os custos de uso dos livros. Em 1975, Kent realizou um estudo sobre a biblioteca da

² Bibliometria é a aplicação de métodos quantitativos e estatísticos para analisar a produção, distribuição e uso da informação registrada em documentos. A bibliometria é uma área de estudo interdisciplinar, que abrange a análise da produção científica, a avaliação da qualidade da pesquisa e a identificação de tendências na pesquisa em diferentes campos de conhecimento. A partir da análise de informações quantitativas, a bibliometria busca identificar relações entre autores, periódicos, artigos, palavras-chave, citações, entre outros aspectos. (ARAÚJO, 2006; MACHADO; RODRIGUES; BARROS, 2021)

Universidade de Pittsburgh, mas, segundo Line (1979), o resultado não foi bem aceito pelo comitê daquela biblioteca.

De acordo com Line (1979), o estudo realizado por Kent era deficiente para um estudo de caso e havia manipulação de dados. Por fim, o comitê da biblioteca de Pittsburgh recomendou que administradores universitários e bibliotecários não se deixassem influenciar pelas críticas que Kent havia feito acerca daquela biblioteca.

Atkinson (1989), no artigo “*Old forms, new forms: the challenge of collection development*”³, apresenta contribuições importantes para a FDC. Em relação aos autores citados no Quadro 1, observa-se, em Atkinson (1989), tanto o uso de vocabulário mais técnico — que permite verificar um amadurecimento científico da área — quanto avanços relacionados à seleção de obras.

Atkinson (1989) também assinala que a preocupação com Formação e Desenvolvimento de Coleções sempre esteve presente em todas as bibliotecas, mas que a FDC, tal como se conhece hoje, resulta de uma sistematização contínua das práticas profissionais para construção e gerenciamento de coleções, sendo produto dos esforços coletivos acumulados ao longo dos anos.

De certo modo, essa é a ideia corroborada neste estudo, pois, embora o uso de termos como “desenvolvimento de coleções” e “acervo” sejam percebidos em textos mais recentes, do século XIX em diante, é perceptível uma preocupação que se tinha com a qualidade das bibliotecas em tempos mais remotos. Não com a sistematização e o aperfeiçoamento atuais, mas talvez a FDC tome forma e significado conforme as necessidades da sociedade.

No que diz respeito à seleção de materiais, Atkinson (1989) fala sobre a responsabilidade pela seleção ter sido transferida do corpo docente para a biblioteca acadêmica e pontua que tal justificativa ocorreu, principalmente, porque nesse período houve um aumento significativo do subsídio que o governo federal fornecia para as pesquisas. Não fica claro no artigo qual a abrangência dessa afirmação, mas infere-se que Atkinson (1989) se referia ao governo federal norte-americano.

A heterogeneidade do público que deve ser atendido pela biblioteca acadêmica é apontada por Atkinson (1989) como base para defender as suas funções. Assim, ele destaca as funções de notificação, documentação histórica e instrucional, e metafunção bibliográfica,

³ Velhas formas, novas formas: o desafio do desenvolvimento de coleções (tradução nossa).

esta última de maior interesse para FDC, por se tratar da necessidade que a biblioteca tem de promover e facilitar o acesso às fontes de informação.

Chama particular atenção o fortalecimento da FDC que se percebe em Atkinson (1989). Kent (1979) antecede Atkinson (1989) no Quadro 1, mas, em apenas uma década que separa essas duas publicações, houve um ganho significativo na sistematização da FDC.

Outro fato relevante no artigo de autoria de Atkinson (1989) são as considerações acerca das publicações em formato impresso que possivelmente perderiam espaço para publicações em formato eletrônico. Todavia, tal fato não provocaria mudanças severas no desenvolvimento de coleções, pois embora a informação mude de formato, a necessidade de atender aos interesses informacionais de seus usuários continua sendo a máxima da FDC, e os custos para mantê-la continuariam a exceder os recursos disponíveis.

Atkinson (1989) não pormenorizou os recursos a que se referiu nem as bibliotecas. Contudo, mais de três décadas se passaram desde a publicação de Atkinson (1989), e é possível afirmar que o autor foi assertivo quanto ao aumento dos materiais em formato eletrônico, além da escassez de recursos, pois — esteja o autor se referindo aos recursos humanos ou financeiros — percebe-se, hoje, empiricamente, a recorrente queixa de profissionais que trabalham em bibliotecas quanto à indisponibilidade de capital humano e investimentos financeiros para subsidiar plenamente a demanda da comunidade atendida nas bibliotecas em que trabalham.

Sobre a cooperação na FDC, Atkinson (1989) analisou textos publicados antes de 1989 e constatou que houve pouco avanço na área, apesar da existência de vários programas de cooperação cheios de entusiasmo, mas que encontravam sérias dificuldades para sua implementação.

Não é por acaso que há grande número de citações do artigo de Atkinson (1989) (MALIK; AHMADI, 2020). O autor fez uma série de reflexões sobre a FDC e mostra um panorama da literatura da área, e ainda algumas prospecções. O artigo concentra-se em três recomendações específicas na tentativa de melhorar Formação e Desenvolvimento de Coleções: categorização por função, definição básica e refinamento na política.

Em relação à categorização por função, Atkinson (1989) dividiu os materiais bibliográficos de acordo com suas funções: notificação, documentação, instrução, histórica e bibliográficas. Assim, para cada programa acadêmico, deveriam ser estabelecidas as funções mais importantes, e então selecionados os materiais mais adequados. O autor defende ainda que materiais essenciais para a coleção devem ser classificados como de definição básica, pois, conforme o próprio nome sugere, são básicos para aquela coleção.

A categorização por função não ganhou notoriedade na FDC praticada hoje, já com relação à definição básica, é possível estabelecer uma semelhança com as práticas adotadas atualmente nas políticas de FDC. Sabe-se que as bibliotecas universitárias privilegiam a aquisição de obras que constem na bibliografia básica das disciplinas dos cursos de graduação. Porém, o consenso entre as instituições proposto por Atkinson (1989) não foi alcançado.

Sobre as políticas em FDC, Atkinson (1989) afirma que elas são importantes, porque oferecem oportunidades de planejamento e tomada de decisão. O autor defende que a política deveria definir a permissão para utilizar o orçamento com a aquisição de determinada fonte, e ainda, constar nessas políticas os limites funcionais para garantir que as necessidades informacionais do público sejam atendidas.

Quanto ao refinamento na política, Atkinson (1989) tentou delinear um regulamento geral que contemplasse todos os recursos da biblioteca, além das operações, de modo a potencializar o uso racional dos recursos financeiros disponíveis e tornar o processo mais transparente ao usuário.

Na sequência dos autores destacados no Quadro 1, apresenta-se Nisonger (1992), que analisa a literatura sobre avaliação de coleções desde 1980. O autor explica que tal avaliação tem como propósito compreender a profundidade e a utilização das coleções, bem como auxiliar na elaboração de suas políticas de desenvolvimento. Mediante a avaliação, segundo Nisonger (1992), é possível elencar indicadores de qualidade da coleção, sanar deficiências, além de possibilitar que recursos humanos e financeiros sejam concentrados em áreas que requerem mais atenção. O livro expõe métodos para avaliação de coleções, analisa o serviço de entrada de itens informacionais, apresenta estudos de citações e apreciação de periódicos, o que o identifica como uma obra indispensável para a FDC, em especial no que se refere à avaliação.

Nesse contexto, Wilson e Edelman (1996) defendem que a FDC coloca em evidência a estrutura tradicional da universidade — baseada em disciplina —, e os critérios de seleção orientados por departamentos acadêmicos. Eles estudam como a interdisciplinaridade afeta a seleção de obras para compor o acervo de uma biblioteca. Os autores entendem a interdisciplinaridade como um trabalho que é realizado utilizando *insights* e técnicas de uma ou mais disciplinas. Em tradução livre, Wilson e Edelman (1996) utilizam o termo “envelhecimento dos limites disciplinares” para indicar que as disciplinas — especialmente das ciências sociais —, são fortemente dependentes de outras, o que impacta diretamente a

FDC. Ou seja, é preciso entender que um item do acervo não atende isoladamente a uma disciplina ou grupos específicos de disciplinas.

Por sua vez, os autores apontados por Malik e Ahmadi (2020), no quadro 1, certamente fazem parte da filiação teórica deste estudo, pois propiciam uma visão ampla da evolução histórica da FDC. Porém, é importante destacar que a literatura científica que verdadeiramente impacta o desenrolar desta tese é aquela produzida a partir do século XIX, com foco principalmente nos aspectos ligados à aquisição de materiais informacionais. Ademais, para além daqueles mencionados por Malik e Ahmadi (2020), faz-se oportuno lançar um olhar para outros estudiosos mais contemporâneos da FDC.

Phillips e Williams (2004), por exemplo, falam em tendências distintas entre questões filosóficas e práticas na literatura voltada à FDC. Para essas autoras, temas mais relacionados às tecnologias digitais estão se interligando fortemente à profissão do bibliotecário; além disso, elas enfatizam estudos mais focados em comunicações e publicações acadêmicas. Phillips e Williams (2004) apontam que em Formação e Desenvolvimento de Coleções existem tendências ao desenvolvimento de estudos dedicados à construção de coleções digitais, colaboração consorciada e avaliação quantitativa.

As autoras supracitadas consideram abordagens tradicionais da FDC aquelas ligadas à organização, treinamento, aplicação da FDC em áreas temáticas individuais, crise das publicações seriadas, financiamento, orçamento e licenciamento. De acordo com Phillips e Williams (2004), essas abordagens ditas tradicionais não foram totalmente resolvidas, mas passaram a ser debatidas com um olhar mais voltado às tecnologias digitais.

A literatura científica direcionada ao estudo das coleções em bibliotecas, segundo Phillips e Williams (2004), tem caráter predominantemente aplicado, refletindo a natureza pragmática de autores e leitores. Elas citam ainda a importância de abordar o arquivamento digital nos estudos relacionados à Formação e Desenvolvimento de Coleções. Contudo, nos últimos sete anos, considerando o ano de 2004 como marco temporal, as autoras perceberam a tendência para uma abordagem mais teórica da FDC, especialmente aquela que leva a refletir sobre o destino da FDC em ambiente digital.

Owens (1997), por sua vez, observou uma tendência nos estudos referentes à Formação e Desenvolvimento de Coleções para tratar de questões culturais, estudos femininos e diversidade.

Branin, Groen e Thorin (2000), por outro lado, investigaram os desafios enfrentados por bibliotecários para gerenciamento do acervo, quando se faz necessária a transição de um espaço para outro.

Os estudos supracitados mostram quão abrangente é o tema desenvolvimento de coleções e que ele pode ser trabalhado com diferentes ênfases. Jenkins e Morley (1999), a propósito, apontaram para uma distinção entre o termo Desenvolvimento de Coleção, cujo foco está no livro, e a gestão de coleção, que tem foco no gerenciamento de conteúdo. Essa distinção também é vista em Budd e Harloe (1997).

Patel (2016) afirma que a FDC é uma atividade desafiadora que envolve uma série de atividades relacionadas à seleção, aquisição e avaliação do acervo. O autor enfatiza o papel de destaque do bibliotecário na tomada de decisão, bem como valoriza a participação dos pesquisadores e acadêmicos para oferecerem comentários e sugestões.

Em estudo publicado em 2012, Neal fala em uma nova tendência nas bibliotecas que as direciona para a capacidade de investigar e resolver problemas reais dentro delas; ou seja, teorias visionárias totalmente desprendidas da prática perdem espaço para discussões mais voltadas à realidade das bibliotecas (NEAL, 2012). O autor afirma ainda que há a tendência de uma postura mais empreendedora por parte dos gestores de bibliotecas, o que pode ser explicado, entre outros fatores, pela escassez de recursos financeiros a elas disponibilizados. Neal (2012) cita ainda a tendência adotada pelas bibliotecas para defender políticas que representam o interesse público em nível nacional e global.

Phillips e Williams (2004) apontam que os bibliotecários não apenas se dedicam à formação de coleções com novos formatos, mas também estão criando uma nova visão para o significado de coleção. Com isso, é possível afirmar que as tendências em Formação e Desenvolvimento de Coleções vão além do formato do material incorporado ao acervo, envolvendo reflexões sobre a estrutura organizacional, o *modus operandi* do desenvolvedor de coleções, tomadas de decisão e alocação de recursos.

A influência das relações sociais nas instituições tem sido estudada sob diversas óticas, inclusive é uma questão clássica para a teoria social. À luz da teoria utilitarista, por exemplo, cultua-se um comportamento humano, dentro das instituições, que seja racional e com o mínimo de influência das relações sociais. Embora pareça o mais correto e seja compreensível essa busca pela racionalidade, infere-se que a ausência de subjetividade deve ser analisada com cautela, visto que cada ser pensante é um complexo de sentimentos, desejos, vontades, medos, anseios, crenças ou simplesmente um complexo de informações. Logo, defender que se ignore toda essa subjetividade no contexto das instituições é ignorar a própria natureza humana. Ao contrário, entende-se que a subjetividade — não somente a do profissional que gerencia as coleções, mas dos usuários do acervo — é uma característica que

precisa ser sempre considerada, mas de forma racional e com cautela para que a subjetividade de um não fira a liberdade e os direitos de outros.

As tecnologias digitais e a diversidade dos usuários que compõem o ambiente acadêmico também impactam na Formação e Desenvolvimento de Coleções, uma vez que o acervo é concebido para atender às demandas e necessidades da comunidade universitária.

Observando o ser humano e sua subjetividade, e ainda as relações sociais nas quais ele se insere, Dennis Wrong (1961), ao tratar da “concepção super-socializada”, inferiu que pessoas sensíveis à opinião de outros são, decisivamente, influenciadas pelo meio e, conseqüentemente, podem se tornar subservientes às diretrizes de um sistema. Pontua ainda que essas diretrizes, normas e valores são interiorizados por meio da socialização. Logo, como seres sociais, usuários e desenvolvedores de coleções, as pessoas tendem a sofrer influência do meio. Assim como já foi mencionado, não é possível negar tal influência nem as transformações sofridas na vida dos usuários. Tanto que Patel (2016) se refere ao desenvolvimento de coleções como um processo imaginativo. Assim, segundo o autor, a FDC seria mais que apenas seleção e/ou aquisição. Seria um processo sistemático de planejamento, cujo objetivo é não apenas satisfazer as demandas imediatas, mas também estabelecer um sistema coeso e de confiança. Tal processo requer um período prolongado de tempo para ser desenvolvido e, mesmo assim, permanecerá em constante evolução. Talvez o que Patel (2016) queira dizer, ao usar o termo “imaginativo”, refira-se à dimensão atemporal que a FDC requer, e, embora existam documentos, políticas, diretrizes, pesquisa de usuário para tornar esse processo mais exato, ele continua um processo que demanda imaginação.

A colocação de Patel (2016) a respeito da FDC como um processo imaginativo leva a refletir sobre a não neutralidade na ciência, que, por sua vez “[...] possui duas dimensões que se articulam de maneira indissociável. Uma delas teria sua relação com a gênese das demandas e a outra com a gênese de respostas aos problemas científicos formulados a partir dessas demandas.” (DELIZOICOV; AULER, 2011, p. 267).

O trecho em questão enfoca a não neutralidade no âmbito da ciência e tecnologia, considerando o contexto social e espacial em que se inserem. Nesse sentido, ressalta-se que sua abordagem não guarda relação direta com a temática da Formação e Desenvolvimento de Coleções. Porém, é oportuno notar que, ao longo dos anos, conforme apresentado nesta seção, a FDC tem evoluído para melhorar suas práticas. Essa melhoria quase sempre se associa ao estabelecimento de métodos e metodologias que possam conferir mais objetividade e assertividade à prática de formar e desenvolver coleções.

Retomando Pulido e Morrilas (2010), verifica-se a evolução da biblioteconomia protocientífica para uma biblioteconomia científica, o que presume maior rigor em sua execução. Então, o quanto é reservado para a imaginação na FDC? Ocorre que, em meio a uma pluralidade de usuários e vastidão de materiais informacionais, é fundamental fazer uso de uma política que norteie os procedimentos. Entretanto, é possível que, por vezes, seja necessário reservar espaço à imaginação.

Os estudos de usuário, as diretrizes apresentadas na política de Formação e Desenvolvimento de Coleções, as estatísticas de uso das coleções certamente promovem objetividade à tomada de decisão. No entanto, quando elas não forem suficientes, será necessário “imaginar”. Nesse momento, a prudência também deve se fazer presente, de modo que a não neutralidade — que é indissociável da imaginação — jamais ceda espaço à censura nem oportunize que crenças, paixões, dogmas e preconceitos de profissionais que respondem pela FDC sejam os juízes.

Formação e Desenvolvimento de Coleções é uma atividade de planejamento que exige dos envolvidos uma pluralidade de conhecimentos e expertises. Destaca-se que uma atividade de planejamento requer fixação de estratégias, prazos, delegação de responsabilidades, estabelecimento de metas, estudo, pesquisa, conhecimento da comunidade que está ou é afetada pela atividade-fim; ou seja, planejar é uma atividade complexa multifatorial. Por exemplo, Phillips e Williams (2004) explicam que o mundo cada vez mais complexo das publicações científicas afeta o trabalho dos bibliotecários e a vida dos acadêmicos, apresentando-os novos dilemas éticos. Assim, para que a FDC possa alcançar sua plenitude, é necessário trabalho árduo e minucioso, além de tempo para ser desenvolvido e redesenhado, sempre que houver necessidade. Não obstante, os autores afirmam que a FDC não é um processo isolado, e sim inserido em um ambiente de constante evolução tecnológica e social, o que exige uma frequente adaptação às mudanças desse contexto.

Com base no referencial teórico apresentado neste tópico, é possível observar que a FDC, inicialmente, tinha por objetivo reunir todo material informacional que o homem fosse capaz de produzir e, atualmente, tem o interesse de oferecer à comunidade os materiais informacionais que melhor supram suas necessidades.

Naudé (1627) já mencionava a necessidade de as bibliotecas considerarem aspectos sociais, e não apenas estruturais para a organização e concepção dos acervos. E de fato, o simples ato de acumular obras foi sendo refinado até que fosse priorizada a aquisição de obras que melhor atendessem aos interesses da comunidade. Aqui, a qualidade pode ser entendida como extrínseca e intrínseca, ou seja, maior qualidade dos impressos, mas também

do conteúdo. Ao longo dos anos, o entendimento do que vem a ser uma obra de qualidade passou por muitas transformações. Antes, a qualidade da obra estava muito mais ligada aos aspectos físicos do material, e hoje está mais relacionada ao conteúdo e ao atendimento da necessidade dos usuários atendidos pela biblioteca. Contemporaneamente, o estudo da comunidade ganha centralidade nos aspectos voltados à FDC.

Por outro lado, Gross e Gross (1927) alertam para a influência que o mercado de trabalho exerce sobre a FDC. Além disso, Wilson e Edelman (1996) pontuam que a interdisciplinaridade também afeta e aflora questões ligadas à Formação e Desenvolvimento de Coleções, pois as disciplinas passam a assumir cada vez mais características que extrapolam um conceito único e fechado, e passam a percorrer assuntos ligados a outras disciplinas, podendo uma única obra ser utilizada por diferentes cursos.

Diante de tanta diversidade de critérios, o público a ser atendido por uma determinada biblioteca deve ser estudado de forma intensa e recorrente. Os procedimentos adotados por cada instituição devem variar conforme a necessidade informacional da comunidade.

Logo, a FDC enfrenta grandes desafios. Para atender aos interesses de uma comunidade, é preciso inicialmente conhecê-la, identificar quais são suas demandas e quão homogênea ou heterogênea elas são, entender quais são as fraquezas informacionais daquele público e identificar formas de sanar lacunas intelectuais mediante disponibilização de materiais informacionais. Fatores políticos, econômicos, sociais, éticos e culturais também devem ser considerados, e em alguns casos é necessário aos desenvolvedores de coleções informacionais até mesmo se antecipar à demanda do público.

A FDC em bibliotecas enfrenta desafios tanto antigos quanto novos, impulsionados pelas transformações no ambiente informacional. No contexto atual, a expansão das coleções digitais introduz desafios adicionais. As bibliotecas precisam adquirir e gerenciar recursos eletrônicos, como *e-books*, periódicos *online* e bancos de dados digitais. Isso requer competências técnicas específicas, negociação de licenças, acesso remoto e preocupações com a preservação digital. (FIGUEIREDO, 1996; PHILLIPS; WILLIAMS, 2004; MIRANDA, 2016; MELLO; ALMEIDA, 2017).

Além disso, o crescente volume de produção científica e as demandas de pesquisa exigem atualização constante das coleções. Os bibliotecários devem acompanhar as tendências acadêmicas, identificar novas áreas de conhecimento e adquirir materiais relevantes. Isso requer uma compreensão aprofundada do perfil da instituição e da comunidade acadêmica, assim como uma análise contínua das necessidades informacionais

dos usuários. (FIGUEIREDO, 1996; PHILLIPS; WILLIAMS, 2004; MIRANDA, 2016; MELLO; ALMEIDA, 2017).

Outro desafio emergente é a promoção do acesso aberto e a disponibilização de conteúdo digital gratuito. As bibliotecas estão cada vez mais envolvidas em apoiar iniciativas de acesso aberto, incentivando a publicação científica de livre acesso e buscando formas sustentáveis e inclusivas de disponibilizar conteúdo acadêmico. O acesso aberto refere-se à disponibilização gratuita e *online* de conteúdo acadêmico, permitindo que qualquer pessoa possa acessar, ler e utilizar esse conhecimento sem barreiras financeiras ou de restrição de direitos autorais. (BANDEIRA, 2017; GALVINO; ROSA; OLIVEIRA, 2020).

No contexto da FDC, o acesso aberto apresenta tanto desafios quanto oportunidades. Por um lado, as bibliotecas devem estar atentas às demandas dos usuários por acesso a conteúdo aberto, que muitas vezes é considerado mais acessível e relevante. Os bibliotecários devem identificar e adquirir materiais abertos de alta qualidade, como artigos de periódicos de acesso aberto, livros digitais de livre distribuição e recursos educacionais abertos.

Por outro lado, o acesso aberto também traz desafios em relação à gestão e curadoria das coleções. Com o aumento do volume de materiais abertos disponíveis, é necessário implementar estratégias eficazes para filtrar, organizar e promover esse conteúdo dentro das coleções. Isso envolve a avaliação da qualidade, a classificação adequada e a integração desses materiais com outros recursos da biblioteca. (BANDEIRA, 2017; FIGUEIREDO, 1996; GALVINO; ROSA; OLIVEIRA, 2020; MIRANDA, 2016; MELLO; ALMEIDA, 2017).

Além disso, as bibliotecas têm um papel importante na promoção do acesso aberto. Elas podem apoiar e incentivar os pesquisadores a publicar em revistas de acesso aberto e a depositar suas pesquisas em repositórios institucionais, ampliando a visibilidade e o impacto de suas descobertas. As bibliotecas também podem colaborar com outras instituições e iniciativas para promover o acesso aberto, participando de consórcios de acesso aberto, apoiando políticas institucionais e oferecendo treinamento sobre o uso de recursos abertos.

Ainda em consideração à nova realidade da FDC, é importante destacar o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que é uma plataforma digital que oferece acesso a milhares de periódicos científicos, revistas acadêmicas, artigos, teses e dissertações. Essa ampla gama de recursos disponíveis abrange diversas áreas do conhecimento, abrangendo desde ciências naturais e exatas até ciências sociais e humanas. (CAPES, [2010?]).

Através do Portal de Periódicos, as bibliotecas podem expandir suas coleções, oferecendo aos usuários acesso a uma variedade de periódicos científicos e revistas especializadas. Isso contribui para a formação de uma coleção diversificada e abrangente, atendendo às necessidades acadêmicas de diferentes áreas de conhecimento. (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2023).

No contexto da formação de coleções, o Portal de Periódicos da CAPES facilita o acesso a periódicos de alto impacto e prestígio, muitas vezes restritos por assinaturas onerosas. Isso permite que as bibliotecas ampliem o alcance de suas coleções, disponibilizando recursos de alta qualidade sem incorrer em altos custos de aquisição individual.

Uma política escrita de Formação e Desenvolvimento de Coleções é de extrema importância diante dos novos desafios enfrentados nessa área. Essa política serve como um guia estratégico que orienta as decisões e ações relacionadas à aquisição, seleção e descarte de materiais informacionais em uma biblioteca. A PDC mostra-se então como um documento imprescindível para orientar a tomada de decisão, pois fica evidente que não se pode estabelecer um procedimento global para nortear toda a FDC. Na Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções, que deve ser única para cada instituição, é necessário que os procedimentos sejam pormenorizados, considerando as características específicas da instituição, e principalmente da comunidade. Em vista da importância do tema e da necessidade de contextualização, a próxima seção discorre sobre políticas para o desenvolvimento de coleções.

2.1 Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções

A Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções (PDC) é uma convenção que ocorre comumente de forma escrita e busca definir ou refinar metas e objetivos para formar e desenvolver coleções de materiais informacionais em biblioteca, tudo em consonância com a política educacional e administrativa da instituição na qual está inserida. A PDC reúne e documenta as diretrizes para todas as etapas que envolvem a FDC, quais sejam: estudo da comunidade; política de seleção; seleção; aquisição; desbaste e avaliação da coleção.

Poucos são os autores que discordam da importância de uma política escrita para a FDC, entre eles é possível citar Cargill (1984). Segundo ela, trata mais de um ideal do que de

uma situação realista. A autora defende que bibliotecas necessitam de flexibilidade para a tomada de decisão, e as políticas escritas romperiam com essa flexibilidade.

Cargill (1984) argumenta que uma política escrita poderia, por exemplo, atrasar ou inviabilizar que uma compra fosse feita rapidamente, além de levar, de forma inevitável, à inflexibilidade. Ademais, enquanto é exigido que as bibliotecas se movam rapidamente, uma política escrita só dificultaria os processos. Ela afirma ainda que uma biblioteca deve realizar aquisição com base em suas necessidades reais, e não em uma política escrita (CARGILL, 1984).

Compreende-se as declarações de Cargill (1984) como um equívoco, pois a política deve ser elaborada conforme a realidade da instituição, e não com base em um ideal inalcançável, afinal as recomendações descritas na política precisam ser executáveis. A PDC pode funcionar ainda como um registro que favoreça que as necessidades reais dos usuários das bibliotecas sejam atendidas, além de contribuir para que a tomada de decisão seja feita baseada em critérios racionais, e não na subjetividade dos profissionais que têm o poder de tomar decisões.

Tecendo uma crítica à Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções, Hazen (1995) considerou que o modelo tradicionalmente concebido para elaboração desse documento representa um retrocesso. Para ele, o avanço dessa ideia — principalmente nas bibliotecas universitárias — consiste em uma tentativa vã de desviar o olhar para o real problema, que é o dinheiro, ou a falta dele. Hazen (1995) completa ainda afirmando que desenvolver uma Política de Coleções era um exercício obsoleto que atendia aos anseios igualmente obsoletos por ordem, precisão e prescrição.

Destaca-se, porém, que as críticas de Hazen (1995) ocorreram principalmente em torno de um modelo pouco ou nada flexível de uma PDC. Hoje, é sabido que essas políticas precisam ser constantemente atualizadas e adaptadas à realidade institucional. Tanto que a literatura orienta (EVANS, 1979); sobre quais pontos-chave devem ser contemplados por uma Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções, mas não apresenta uma receita pronta para tal, uma vez que a flexibilidade e a atualização constante são máximas para uma boa política.

Outro ponto questionável no artigo publicado por Hazen (1995) é quando o autor considera o dinheiro, ou a falta dele, como maior problema das coleções informacionais. Considera-se que os problemas que envolvem o FDC são inúmeros e que de fato esbarram constantemente nos entraves da disponibilização de recursos financeiros, mas o autor não apresenta evidências suficientes para afirmar que esse seja o maior problema para a formação

das coleções. Além disso, uma Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções bem formulada pode prescrever alternativas para minimizar os danos causados pela escassez de recursos financeiros, instruir sobre a melhor utilização desses recursos, além de estabelecer diretrizes e prioridades para o uso. Por isso, é crucial que a PDC leve em consideração as questões financeiras e se antecipe a possíveis limitações de recursos.

Snow (1996) argumenta que há na Biblioteconomia uma ortodoxia que exige dos profissionais bibliotecários a produção, manutenção e revisão de políticas. Para Snow (1996), esse esforço é desnecessário, pois o profissional deve concentrar-se nas atividades de seleção e avaliação de suas coleções. O autor defende que as justificativas para a existência de uma PDC escrita são rasas e até mesmo tautológicas, resumindo-se basicamente no argumento de que é necessária, porque é indispensável.

Na visão de Snow (1996), a maioria dos autores que defendem a necessidade de uma PDC escrita o faz com base na ideia de que as bibliotecas necessitam saber onde estão e para onde querem ir, e isso implica avaliar coleções, o que, por sua vez, é uma atividade, de acordo com Snow (1996), na qual bibliotecários encontram muitas dificuldades. O autor compreende que avaliar coleções exige horas de trabalho, quantia substancial de dinheiro e envolve ainda outras questões complexas que desencorajam a redação do processo para uma PDC.

Snow (1996) também critica a inflexibilidade de uma PDC escrita e assinala que ela não responde bem às mudanças que ocorrem nas universidades. O autor também destaca que a contratação e a demissão de professores ocorrem sem que as bibliotecas sejam consultadas e/ou comunicadas sobre isso, campos de estudos são inseridos e retirados das universidades com pouco ou nenhum aviso prévio às bibliotecas, nesse sentido Snow (1996) posiciona-se contrário a necessidade de revisão das PDC para atender às novas condições da universidade.

Dessa maneira, ainda de acordo com Snow (1996), seria um desperdício ter que elaborar e revisar PDC, pois ela em nada interferiria nas mudanças que ocorrem nas universidades. Em face do exposto, é necessário lembrar que “a biblioteca universitária é uma organização sem autonomia própria, sendo dependente da universidade à qual pertence”. (TARAPANOFF, 1981, p. 10), sendo assim, é a biblioteca que tem que se adaptar à instituição, e não o contrário.

As críticas de Snow (1996) referentes à PDC são inúmeras, e o autor conclui que bibliotecários deveriam ser mais céticos em relação à necessidade de uma PDC escrita e

fazerem melhor uso do tempo dedicando-se à avaliação de como o material da biblioteca é utilizado e por quê.

A PDC tem por função orientar o bibliotecário sobre as melhores decisões que deve tomar para formar e desenvolver coleções. Caso ela resulte na formação de uma coleção que não atenda à demanda da comunidade, não é a política que deve ser responsabilizada, mas a sua má concepção. Ademais, a “livre escolha do bibliotecário” tem limites institucionais que devem ser esclarecidos na PDC. É preciso lembrar que o bibliotecário que está profissionalmente inserido em uma instituição não deve tomar decisões em sua “livre escolha”, mas sim com base em um estudo de comunidade, que pode ser ricamente retratado em PDC.

Por outro lado, salvo algumas exceções, a necessidade de uma Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções demonstra ter sido largamente aceita entre os pesquisadores.

Chaputula e Kanyundo (2014) dedicaram-se a um estudo que tinha por objetivo determinar como a ausência dessa política afeta as coleções de bibliotecas. Os autores afirmam que os estudos que até então trataram sobre as consequências da ausência de uma PDC são especulativos, e para quebrar o ciclo, eles adotaram como método de estudo o uso de desenho sequencial misto. Como resultado, os autores afirmam que a ausência de uma política de Formação e Desenvolvimento de Coleções causa incerteza nos desenvolvedores sobre quais materiais devem adquirir, quantidade, suporte, idioma, data, dentre outros quesitos.

No estudo em questão, foi observado ainda que havia duplicata de materiais, aquisição de item desatualizado, dificuldade para conservação e acondicionamento de materiais, além de problemas para selecionar doações e atribuir tarefas e responsabilidades aos colaboradores. Chaputula e Kanyundo (2014) concluíram que a ausência de uma PDC afetou seriamente as práticas desenvolvidas na biblioteca universitária de Mzuzu (CHAPUTULA; KANYUNDO, 2014).

A maioria das práticas de FDC, segundo Chaputula e Kanyundo (2014) — como seleção, aquisição, descarte e preservação —, era realizada a esmo, haja vista a inexistência de diretrizes norteadoras para tais procedimentos.

A PDC pode ser compreendida como “regras do jogo”. Ao elaborar esse documento, é necessário considerar o público-alvo da coleção, a metodologia que deve ser empregada na etapa de seleção, as diretrizes e os protocolos institucionais, a disponibilidade de materiais no mercado, o idioma dos documentos, os formatos e o suporte dos itens e canais de disponibilização, e a abrangência geográfica da coleção. Outro ponto importante que vem

ganhando destaque nos estudos voltados à PDC é a necessidade de que tais documentos tratem também das restrições orçamentárias (SALMERÓN-PÉREZ, 2013).

Muito provavelmente, o maior desafio da biblioteca universitária — mas não somente dela — seja captar recursos financeiros que permitam realizar a aquisição de materiais bibliográficos que visem atender à demanda dos usuários. Nesse cenário, Neal (2012) explica que as bibliotecas estão encarando orçamentos reduzidos, declínio do seu poder de compra, menos apoio político e maior competição por recursos. O autor alerta também para o fato de que, diante dessa realidade, não é possível que as unidades informacionais caiam na armadilha do fazer “menos com menos” ou “fazer mais com menos”. Nesse sentido, Neal (2012) estaria alertando para a necessidade de não cair no comodismo ou na aceitação dos fatos. O autor explica que é necessário buscar novas estratégias de financiamento, parcerias público-privadas, arrecadação de fundos externos e outros.

Com isso, compreende-se que alternativas para cenários com menor disponibilidade de recursos financeiros também podem ser trabalhadas na Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções, reafirmando, assim, a importância desse documento para as mais diferentes etapas da FDC.

Outros pontos importantes que devem ser inseridos na PDC são destacados por Miranda (2007), quais sejam: ter conhecimento sobre o estado atual das coleções; identificar quais áreas do conhecimento são de maior interesse para a instituição; conhecer as necessidades informacionais dos usuários da biblioteca; e alinhar os objetivos da universidade à biblioteca para a qual a política será desenvolvida.

Todas as etapas de Formação e Desenvolvimento de Coleções abriga complexidades e particularidades que precisam ser trabalhadas e individualizadas a nível institucional. A PDC é um documento profícuo em todas as etapas da FDC e funciona também para apresentar a conduta institucional adotada frente ao estudo da comunidade, à política de seleção, à seleção, à aquisição, ao desbaste e à avaliação da coleção.

A etapa de seleção, por exemplo, é uma atividade intelectual em que o bibliotecário toma decisões sobre quais materiais bibliográficos precisam ser incorporados ao acervo, visando continuidade e adequação das coleções, e considerando sempre os objetivos da biblioteca, da instituição na qual está inserida e dos seus usuários. E a PDC permite a racionalização, a objetivação e a individualização desse processo em cada instituição.

Outro aspecto a ser discutido envolvendo a PDC é apontado por Ameen e Haider (2007), ao pesquisarem sobre o processo de seleção de livros em bibliotecas do Paquistão. Os autores identificaram uma mácula referente à participação dos docentes que se sobrepôs à do

bibliotecário. Isso porque os docentes não eram treinados para realizar seleção, embora tivessem conhecimento de suas respectivas áreas de estudo e fossem vitais para o processo de seleção. No contexto investigado, os autores observaram ainda que o modo tradicional de realizar seleção de livros dificulta o atendimento às necessidades dos usuários, e que predominantemente formas seletivas não planejadas eram adotadas para antecipá-las.

Embora o estudo tenha sido realizado em bibliotecas de um país específico, ele aponta para questões importantes na seleção de livros que poderiam ser mais bem esclarecidas em uma PDC. Por exemplo, a definição sobre qual profissional ou equipe de profissionais deveria de fato responder pela seleção de materiais informacionais, a orientação sobre o planejamento da seleção, evitando aquisições desnecessárias, entre outras.

Mais um exemplo que pode ser citado para ilustrar a necessidade de uma PDC diz respeito a um estudo realizado por Namhila (2017) em que se explica que o valor é um conceito multidimensional e sofre variação de indivíduo para indivíduo, bem como em diferentes grupos de pessoas. A autora pondera que o valor de determinado item de uma coleção não é estático, mas muda conforme o tempo.

Nesta tese o pensamento de Namhila (2017) é endossado visto que ela ressalta que o valor atribuído a um item específico em uma coleção não é fixo, mas sim influenciado pelo tempo e contextos diversos, assim, compreende-se que o valor de uma coleção é atividade que exige alinhamento com as demais etapas do desenvolvimento de coleções, visto que não há verdade absoluta sobre a importância ou valor de determinado item em uma coleção. Desse modo, remanejar e/ou eliminar o item de uma biblioteca torna-se prática complexa que deve ser atualizada constantemente e cujas decisões não podem considerar somente o estado da obra em si, mas seu contexto e relevância para os usuários da biblioteca. Compreende-se que todos esses aspectos deveriam ser rigorosamente documentados em uma PDC.

Uma série de argumentos são utilizados para justificar o descarte de itens de uma coleção. Por exemplo, o fato de os itens impressos ocuparem grande espaço físico e serem de alto custo; ou que o processo de aprendizagem requer dos alunos acesso a obras mais recentes, justificando o descarte de obras cujo conteúdo é mais antigo; ou ainda que a tecnologia exige a substituição do material impresso pelo digital (NAMHILA, 2017).

Ora, estabelecer os critérios acima como decisivos no processo de remanejamento e descarte de itens de uma coleção é incorrer em erro grave e possivelmente sem volta. Os argumentos supracitados não são totalmente esvaziados de sentido, mas requerem análise muito mais aprofundada para que então o descarte seja realizado. Afinal, o descarte não é uma atividade simplória e tampouco deve ser baseado em tendências populares. Namhila (2017)

cita como exemplo a Biblioteca Gratuita Urbana em Illinois, nos Estados Unidos, cujos critérios primários de eliminação do acervo causaram protestos na cidade, quando itens com data de publicação superior a dez anos foram destruídos.

A preocupação em realizar um descarte com base em critérios mais sólidos e racionais ocorre não só quanto à impressão que causará na sociedade, mas, além disso, nos efeitos que a eliminação pouco refletida de um item pode causar para o ensino, a pesquisa e também para o entretenimento do público. Por outro lado, o medo de eliminar algo que possa ser importante não justifica o acúmulo desmedido de itens em um acervo. Assim, a racionalidade e a precisão na política de descarte são fundamentais para que o processo ocorra de forma satisfatória e sem causar prejuízos materiais e intelectuais — e até mesmo emocionais, a depender da biblioteca.

Ante o exposto, entende-se que uma PDC deve ser elaborada após reflexões sobre os pontos acima abordados e tantos outros que envolvem Formação e Desenvolvimento de Coleções, para que cada instituição possa dirimir suas decisões conforme sua própria realidade.

É possível perceber a importância de uma PDC também para melhor atendimento de casos especiais. Yoon e Kim (2016), por exemplo, realizaram um estudo em que apontam que a necessidade de elaborar uma Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções é uma tarefa urgente, pois é por meio desse documento que se tem a possibilidade de estabelecer diretrizes para formar coleções com materiais alternativos que possam preencher lacunas de conhecimento para pessoas com deficiência.

O trabalho de Yoon e Kim (2016) foi desenvolvido na Coreia do Sul, considerando a realidade da Biblioteca Nacional para Pessoas com Deficiência (NLID). Trata-se de uma realidade bem específica, mas que permite perceber o papel fundamental de uma PDC nos mais variados contextos. Para Yoon e Kim (2016), a PDC da NLID é um ponto de partida para garantir às pessoas com deficiência o direito de acesso e utilização de informações.

Convém destacar que a presente tese corrobora a importância da PDC e quanto necessária é sua ocorrência de forma escrita. Afinal, tratar de Formação e Desenvolvimento de Coleções como uma atividade de planejamento é considerar a política como formalização, como planejamento como a indicação dos caminhos a serem seguidos pela FDC, evitando que suas etapas sejam desenvolvidas de forma aleatória e carregadas de vícios pessoais e achismos. A flexibilidade também é um ponto que deve ser bem trabalhado na política, pois as mudanças que envolvem a tomada de decisão na FDC são constantes. A PDC também se

mostra necessária frente aos desafios atuais, pois com o avanço das tecnologias digitais e a crescente disponibilidade de recursos eletrônicos, ela pode abordar questões como aquisição de conteúdo digital, licenciamento de bases de dados e acesso aberto, garantindo que a biblioteca esteja atualizada com as demandas e tendências da área. (STREHL, 2023).

Defende-se ainda que a PDC é um documento vital também para a melhoria nos processos de alocação de recursos destinados à compra de materiais informacionais, em vista da possibilidade de ensejar um desenho incremental sobre como os recursos financeiros destinados à compra de materiais informacionais devem ser alocados entre as partes interessadas, assunto que será melhor discutido na seção quatro desta tese.

3 UNIVERSIDADES PÚBLICAS FEDERAIS BRASILEIRAS E SUAS BIBLIOTECAS

A Constituição Federal Brasileira (1988) estabelece a necessidade de um Plano Nacional de Educação (PNE) de duração plurianual, cujo objetivo principal seria de orientar ações e projetos que busquem o desenvolvimento do ensino em seus diferentes níveis. Tais ações devem seguir as diretrizes de erradicação do analfabetismo; universalização do atendimento escolar; melhoria da qualidade do ensino; formação para o trabalho; promoção humanística, científica e tecnológica do país; e estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto (BRASIL, 1988).

O PNE, Lei n.º 10.172, de 2001, quando de sua implementação, tinha entre seus objetivos aumentar o nível de escolaridade da população brasileira, promover o acesso e a permanência às instituições de ensino e democratizar a gestão do ensino público; tudo em um prazo de dez anos. Antes e depois do PNE, outras políticas surgiram visando melhorar não só o acesso à educação pública e gratuita, mas também a qualidade com a qual ela deveria ser oferecida.

Porém, a ruptura entre o ideal e o real na educação brasileira pode ser percebida, entre outros, no fato de que o Plano Nacional de Educação, previsto desde a Constituição de 1988, só ter sido aprovado em janeiro de 2001. O primeiro PNE vigorou até 2010 com a constatação de diversas deficiências, por exemplo, estabelecimento de metas genéricas de difícil mensuração e monitoramento, que dificultam avaliar se houve ou não cumprimento dos objetivos estabelecidos (SOUZA, 2014).

Em resposta à atenção (ou à falta de atenção) que o Estado tem dado à educação brasileira, os números apontam que em 2017 havia pelo menos 11,3 milhões de pessoas analfabetas com 15 ou mais anos de idade. (AGÊNCIA INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2018), “em 2019, 1,5 milhão de meninos e meninas ainda estavam fora da escola” (FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA, [2020?]); e somente 21,4% da população brasileira frequentava educação superior, em de 2019. (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2020). Quando se leva em consideração o acesso à educação superior gratuita, o contingente populacional que acessa este tipo de ensino se torna ainda menor. O número de vagas ofertadas pelas universidades públicas federais, estaduais e municipais não são suficientes para atender toda a população que anseia pela educação superior.

Quantitativamente falando, foi mediante o Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), lançado em 2007, que a educação superior pública

federal passou por grandes transformações, no que diz respeito ao aumento no número de universidades, *campi* e vagas ofertadas nos cursos de graduação. Contudo, é difícil mensurar se o acervo das bibliotecas universitárias acompanhou essa expansão. Infere-se que os números sobre a expansão universitária, com o advento do Reuni, precisam ser cuidadosamente analisados, pois nem sempre o aumento quantitativo de universidades, *campi* e vagas nos cursos de graduação podem ser associados a um aumento da qualidade do ensino, no acesso à informação, e/ou na qualidade do acervo das bibliotecas universitárias, ao contrário, o aumento no número de vagas ofertadas nas universidades públicas federais brasileiras, sem um aumento quantitativo e principalmente qualitativo dos acervos informacionais oferecidos por estas instituições pode indicar um descaso com a educação superior tanto no que diz respeito ao conhecimento técnico necessário, mas também às questões humanísticas.

Executado em três fases, o Reuni buscou a expansão e interiorização das universidades federais e promoveu um aumento no número de vagas ofertadas por essas instituições. Na Tabela 1, é possível acompanhar os números dessa expansão.

Tabela 1 - Expansão das universidades federais no Brasil, durante as três fases do Reuni

	Pré-existentes 1808-2002	Fases I e II 2003-2012	Fases III 2013 – 2014	Total
Universidades	45	14	4	63
<i>Campi</i>	148	146	27	321
Municípios atendidos	114	136	27	277

Fonte: Maia (2018)

Por mais que se trate de um aumento no quantitativo de novas universidades e *campi* e, conseqüentemente, de maior oferta de vagas, ainda não é o bastante para sanar o problema de acesso à educação superior no Brasil. Precipuamente criadas para atender aos anseios das elites sacerdotais, militares e governantes (PERKIN, 2007), as universidades vêm percorrendo um longo caminho para alcançar a democratização e, até lá, uma parcela significativa da população segue sem condições de acesso ao ensino superior. Com efeito, a fiscalização por parte do Estado – e também da sociedade – tem importante papel nessas tão cobiçadas instituições, garantindo não só o bom funcionamento, mas também acompanhar se as ações nelas desenvolvidas estão em conformidade com os dispositivos legais.

De acordo com consulta realizada no portal e-Mec, em agosto de 2021, o Brasil possui 68 universidades públicas federais. Elas constituem-se ente jurídico de direito público, e são dotadas de capacidade de automação e autogestão e possuem, entre outros, o princípio

da indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão como norteador de suas atividades, conforme disposto no art. 207 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988).

A Lei n.º 9.394, de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, apresenta, em seu art. 43, as finalidades da educação superior. Entre elas, destaca-se aqui o inciso III, que versa sobre o incentivo ao trabalho de pesquisa e investigação científica, “visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive” (BRASIL, 1996, p. 16). Apercebe-se que a educação superior deve possibilitar ao indivíduo uma expansão na capacidade de refletir, ao mesmo tempo que contribui para o desenvolvimento cultural, social e econômico do Estado. Ao ingressar no ensino superior, abre-se a possibilidade do conhecimento e do convívio com novas culturas, expressões, teorias, pontos de vista e espera-se com isso um amadurecimento pessoal e profissional que leve o indivíduo a novos patamares de desenvolvimento. Logo, a privação do ensino superior não pode ser encarada simplesmente como privação de uma formação profissional, mas da privação do diálogo com novas formas de pensar e agir.

Para que seja possível ofertar uma educação superior de qualidade, é necessário que uma série de estratégias sejam traçadas e cumpridas, e as bibliotecas devem ser encaradas como um setor atuante nesse processo. Entende-se que dentro das universidades, a biblioteca deve ter papel, participativo, conhecer a comunidade a ser servida, identificar principais necessidades, formar e desenvolver um acervo útil, representativo, democrático e inclusivo, fornecer materiais informacionais que sejam relevantes não só para a formação técnica, mas também para a expansão da capacidade reflexiva da comunidade.

É necessário perceber a biblioteca como um setor estratégico com potencial para contribuir tecnicamente, mas também de forma humanística com potencial para promover inclusão, quebrar hegemonias, censuras e contribuir para a derrocada de favoritismos e arbitrariedades (CUNHA; NEVES, 2021; SABBAG, 2018; SOUZA, 2020).

Observa-se as universidades como instituições que devem oferecer uma educação superior que transcenda o ensino tecnicista, e que ocorre além da sala de aula, o que exige a manutenção de múltiplas ferramentas que ofereçam condições para a concretização da tríade ensino, pesquisa e extensão. Afinal, como está exposto no art. 52, da Lei n.º 9.394, de 1996: “As universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano [...]” (BRASIL, 1996, p. 17).

A propósito, as instituições universitárias, como estabelece a referida lei, estão subordinadas à Administração Pública Federal, que hoje tem o gerencialismo como maneira de administrar. O gerencialismo foi antecedido pelo patrimonialismo e pela burocracia. Sobre tais estágios, é possível afirmar que não são rigidamente separados, mas, assim entendidos, permite uma caracterização das principais mudanças ocorridas.

O primeiro estágio é marcado pela administração patrimonialista, que se assemelha ao Estado monárquico, e está configurada pelo uso de critérios pessoais para tomadas de decisões administrativas. No patrimonialismo, os servidores eram vistos como pertencentes a uma nobreza real, e o bem particular confundia-se e se misturava ao bem público (PEREIRA, 2001; BRASIL, 1995). É possível perceber heranças desse período em frases ou expressões como “meu computador, minha sala, minha mesa, meu gabinete”, quando na verdade se refere a computadores, salas, mesas e gabinetes pertencentes ao Estado. As expressões mencionadas podem sugerir uma possível apropriação individual de bens e espaços públicos ou coletivos, assemelhando-os a propriedades privadas do indivíduo. Isso poderia indicar a existência de uma cultura organizacional que não se desligou completamente do patrimonialismo, com uma ênfase no poder e na posse individual, em detrimento do interesse coletivo e do bem comum.

O segundo estágio é mais caracterizado pela burocracia e se consolidou em 1936, com a reforma burocrática estabelecida no governo de Getúlio Vargas, e teve como objetivo principal o combate à corrupção e ao nepotismo. A reforma burocrática buscou maior formalismo nos atos e procedimentos administrativos, bem como a impessoalidade no exercício das funções do servidor público. Instituiu também a carreira pública e a hierarquia funcional (PEREIRA, 2001). A burocracia buscou a derrubada da administração patrimonialista por meio do formalismo, realizando procedimentos e processos públicos padronizados e transparentes, além de combater o nepotismo e a corrupção. Embora evidentes os objetivos de melhorias para a Administração Pública, fica perceptível que esses objetivos não foram totalmente atingidos em sua completude, haja vista que o Brasil ainda soma prejuízos em consequência da corrupção (PIMENTEL, 2014).

Nesse contexto, não é possível falar resolutamente quando o governo patriarcal termina e ocorre o início da administração burocrática, uma vez que, por vezes, as características se misturam. Hoje, vive-se o estágio da administração gerencial que não promove uma ruptura total com a burocracia, mas uma flexibilização da rigidez quando esta se constitui mais como obstáculo do que como promoção ao desenvolvimento. Assim, pode-

se afirmar que a Administração Pública ainda pode ser entendida como burocrática, porém mais flexível do que aquele modelo proposto em 1936.

Finalmente, o estágio gerencial busca, portanto, o aprimoramento da Administração Pública para atender a uma visão de Estado expansionista, cuja transição tem como marco a década de 80 e encontra a consolidação com a Reforma Gerencial do Estado, em 1995 (PEREIRA, 2001). No gerencialismo, o controle da Administração Pública concentra-se em resultados, e não em processos, e o cidadão passa a ser visto como consumidor dos serviços prestados pela referida administração, cobram-se, então, maior transparência e controle das instituições públicas (ABRUCIO, 2007; COSTA, 2008; LOURENÇO; FERREIRA, 2015).

As mudanças advindas do modelo gerencial afetam diretamente as universidades federais. Regidas pela Administração Pública Federal, elas devem buscar a modernização de sua estrutura administrativa e organizacional, assim é imprescindível não só a observância dos preceitos constitucionais de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, mas também em relação às obrigações do Estado no que diz respeito à oferta da educação superior pública, gratuita e de qualidade.

Porém, é necessário deixar claro que o modelo gerencialista não está isento de críticas e ainda não se configura como um modelo ideal. Gaulejac (2007, p. 191) explica que, embora o modelo gerencial favoreça a “autonomia, a iniciativa, a eficiência, a responsabilidade, a comunicação e a mobilidade”, ele ainda esconde controvérsias ao estabelecer “fator de promoção e melhoria significativa para uns, de degradação e exclusão para outros” (GOULEJAC, 2007, p. 192).

No modelo gerencialista, conforme Goulejac (2007), o desempenho é medido com base em questões financeiras, e não em repercussões humanas e sociais. Considerando a cultura do alto desempenho promovida pelo modelo gerencialista, diz-se que esse modelo “nada deixa a invejar às práticas mais representativas do poder disciplinar” (GOULEJAC, 2007, p. 196).

Considerando as críticas de Goulejac (2007) ao modelo gerencialista, é necessário cautela para que a busca por melhor desempenho não se configure em uma tentativa de desqualificar pessoas ou para que se busque uma cultura de alto desempenho que se justifique exclusivamente em resultados financeiros. Ao tratar de melhorias no processo de alocação de recursos financeiros destinados à aquisição de materiais informacionais, busca-se sobretudo a possibilidade de condições equitativas de acesso aos materiais informacionais, ou seja, questões humanas e sociais tornam-se mais importantes que questões financeiras.

No que diz respeito aos profissionais da educação, principalmente da educação pública como um todo, que em grande parte se constitui de servidores públicos, é necessário destacar que é desejável que eles tenham uma atuação mais voltada para questões humanas e sociais do que para uma corrida pelo alto desempenho que mais considera aspectos financeiros. Contudo, o esforço de uma atuação mais pautada no outro ser humano, por vezes, torna-se um desafio ainda maior, pois é necessário lidar com um número insuficiente de servidores no quadro de pessoal, condições precárias de trabalho e ainda com os preconceitos de uma sociedade que em parte ainda enxerga o servidor público como um gasto.

A responsabilidade social é necessária aos profissionais que lidam com a FDC, pois ao promoverem uma distribuição equitativa dos recursos financeiros, estarão impreterivelmente contribuindo para a equidade no acesso à informação, uma vez que, ao estudarem a comunidade à qual devem servir, conhecerem suas necessidades informacionais e estabelecerem metodologias que possibilitem distribuir os recursos financeiros de forma equitativa entre os diversos interesses, também estarão promovendo equidade na distribuição da informação. E dessa forma, irão evitar que algumas áreas do conhecimento ou grupos específicos sejam privilegiados ou prejudicados.

No entanto, para que isso seja possível, é necessária uma abordagem mais centrada no ser humano do que em atividades instrumentalizadas e esvaziadas de sentido. Gaulejac (2007, p. 279) explica que o Estado — nesta tese representado principalmente pelas universidades públicas federais:

não é feito para ‘gerenciar’ a sociedade. Ele é a garantia da segurança de todos, da igualdade de direitos, do desenvolvimento da democracia, do fato de que cada um possa ter um lugar sejam quais forem suas origens, suas competências, suas convicções e seus meios.

O acervo das bibliotecas universitárias, nesse sentido, não pode ser considerado uma preocupação secundária, pois, quando bem desenvolvido, permite a instauração de uma convivialidade mais harmoniosa entre diferentes pensadores, diferentes pontos de vista. Um acervo equitativo pode desenvolver no corpo acadêmico o sentimento de pertencimento, respeito, representatividade, alteridade, direito à voz e à escuta, pode ainda revelar novas possibilidades de pensamentos, teorias e tantas outras oportunidades. Os mecanismos de avaliação são necessários, mas devem considerar o acervo além de uma aritmética.

Nesta tese, acredita-se na necessidade de estudar Formação e Desenvolvimento de Coleções para além de uma atividade técnica, por isso é necessário pensar FDC como uma atividade de gestão. Ora, o acervo de uma biblioteca universitária tem grandes responsabilidades para com a formação acadêmica, mas também é possível que ele funcione

como limitador, caso não ofereça possibilidades de ir além das bibliografias básicas e complementares, ou pior, que nem sequer contemple as bibliografias básicas e complementares. E diante da limitação de recursos financeiros destinados à compra de materiais informacionais, torna-se necessário otimizar recursos e aperfeiçoar cada vez mais o processo de compra para garantir equidade na distribuição dos recursos financeiros e, conseqüentemente, na aquisição de materiais informacionais.

É comum que se pense nas bibliotecas universitárias como um reflexo das bibliografias básicas e complementares dos cursos que são ofertados nas instituições de ensino superior, o que de fato é uma lógica. Porém, resultados das avaliações que o MEC realiza nas universidades dão conta de casos em que nem o mínimo foi oferecido, ou seja, bibliotecas que não suprem a necessidade sequer das bibliografias dos cursos que atendem. Diante disso, pensar em um acervo que vai além das bibliografias básicas e complementares parece muito distante de uma realidade alcançável, mas também não se pode deixar de mencionar quão fundamental seria se esses acervos pudessem ultrapassar o básico.

Por outro lado, acervos que favorecem a reprodução de pensamentos hegemônicos e de baixa representatividade social não colaboram para o desenvolvimento social, cognitivo e humano da comunidade, ao contrário, perpetuam uma forma de pensar e agir. Debruçar-se sobre Formação e Desenvolvimento de Coleções informacionais e buscar por equilíbrio e equidade no processo é uma preocupação com questões que ultrapassam assuntos de ordem financeira.

Nesse contexto, a racionalização e o correto uso dos recursos financeiros pode ser um diferencial para que se consiga um equilíbrio na disponibilização das informações, mas também uma diversificação do conteúdo colocado à disposição da comunidade, visto que poderá haver a otimização das verbas disponíveis.

Retoma-se, assim, a Lei n.º 9.394, de 1996, que também aborda o processo nacional de avaliação das instituições de educação. O art. 9.º pontua atribuições que são competência da União em relação às instituições de ensino, das quais destaca-se a responsabilidade de baixar normas gerais para o pleno funcionamento de cursos de graduação e pós-graduação, avaliar as instituições de educação superior, além de “autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino” (BRASIL, 1996, p. 4). Para tanto, “a União terá acesso a todos os dados e informações necessários de todos os estabelecimentos e órgãos educacionais” (BRASIL, 1996, p. 4).

No que concerne à avaliação das universidades federais, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) exerce grande importância, pois é responsável por analisar as instituições, os cursos e também o desempenho discente, levando em consideração aspectos relacionados ao “ensino, pesquisa, extensão, responsabilidade social, gestão da instituição e corpo docente” (BRASIL, 2021a, p. 1).

A avaliação resulta em informações que servem para a orientação institucional e também manter a sociedade informada sobre as condições dos cursos e das instituições. Assim, a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes) é responsável pela coordenação e supervisão dos processos avaliativos, enquanto a operacionalização fica a cargo do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Por sua vez, as orientações para o processo avaliativo estão disponíveis nos Instrumentos de Avaliação Institucional Externa (IAIE) e Instrumentos de Avaliação de Cursos de Graduação (IACG). No que tange ao credenciamento institucional e à transformação de organização acadêmica, a avaliação é composta por diversas etapas, entre elas realizada *in loco*, que ocorre quando uma comissão de avaliadores visita a instituição e elabora um relatório situacional da realidade encontrada. Desse modo, é gerado um Conceito Institucional (CI), que pode variar de 1 a 5, e segundo o qual os conceitos iguais ou superiores a 3 são considerados satisfatórios (DIRETORIA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, 2017a).

Conforme exposto no art. 3.º, da Lei n.º 10.861, de 14 de abril de 2004 — ou simplesmente a Lei do Sinaes —, a avaliação das instituições de educação superior deve considerar dez dimensões institucionais, quais sejam: missão e plano de desenvolvimento institucional; política para o ensino, pesquisa, pós-graduação e extensão; responsabilidade social da instituição; comunicação com a sociedade; políticas de pessoal como a carreiras docente e técnico-administrativo; organização e gestão da instituição; infraestrutura física; planejamento e avaliação; políticas de atendimento aos estudantes e sustentabilidade financeira (BRASIL, 2004).

Os indicadores utilizados na avaliação são distribuídos em cinco eixos, considerados conforme o peso: 1 - Planejamento e Avaliação Institucional (peso 10); 2 - Desenvolvimento Institucional (peso 30); 3 - Políticas Acadêmicas (peso 10); 4 - Políticas de Gestão (peso 20); 5 - Infraestrutura (peso 30), totalizando 100 pontos. No eixo 5, Infraestrutura, levam-se em consideração as instalações administrativas (DIRETORIA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, 2017a), e, para este estudo, destacam-se, nesse eixo, as bibliotecas.

Bibliotecas universitárias são avaliadas de acordo com sua infraestrutura e o plano de atualização do acervo. No que diz respeito à estrutura, consideram-se as condições de acessibilidade, a existência de estações individuais e coletivas para estudo, a disponibilização de acesso a recursos tecnológicos para consulta, guarda, empréstimo e organização do acervo. Em relação ao plano de atualização do acervo, é observado se ele é “descrito no PDI, e viabilidade para sua execução, considerando a **alocação de recursos**, ações corretivas associadas ao acompanhamento e à avaliação do acervo pela comunidade acadêmica [...]” (DIRETORIA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, 2017a, p. 31, grifo nosso). A existência de dispositivos inovadores na biblioteca também é um quesito significativo nas avaliações *in loco*.

As atividades institucionais das universidades podem ser agrupadas em dois blocos: atividades-meio e atividades-fim. As atividades-fim são aquelas relacionadas diretamente ao ensino, pesquisa e extensão, enquanto as atividades-meio, as que oferecem apoio, suporte e possibilitam a realização das atividades-fim, por exemplo as bibliotecas (ANDRIOLA, 2004).

A avaliação também pode ocorrer para autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos de graduação presenciais e a distância. Para que a instituição possa oferecer um novo curso de graduação, é necessário que ele passe por um processo de avaliação. Posteriormente, se bem avaliado, o curso recebe o reconhecimento, possibilitando à IES emitir diplomas aos graduados. Periodicamente, os cursos devem ser avaliados para a renovação do reconhecimento; eles devem alcançar um nível satisfatório para continuarem sendo ofertados. Enquanto o Conceito Institucional (CI) é conferido à instituição, o Conceito de Curso (CC) é oferecido a um curso em específico (DIRETORIA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, 2017b).

Para obtenção do CC, três eixos do instrumento de avaliação são levados em consideração: 1 - Organização Didático-Pedagógica (peso 40); 2 - Corpo Docente e Tutorial (peso 20); 3 - Infraestrutura (peso 40) (DIRETORIA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, 2017b).

Tanto na avaliação institucional como na avaliação para autorização de curso, a biblioteca está inserida no eixo Infraestrutura. Contudo, quando se trata de uma avaliação para CC, a infraestrutura ganha peso maior e leva-se em consideração as bibliografias básica e complementar por Unidade Curricular (UC). Aqui, há maior escrutínio na análise do acervo das bibliotecas (DIRETORIA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, 2017b).

Para a avaliação da bibliografia básica, é verificado se “o acervo físico está tombado e informatizado, [e se] o virtual possui contrato que garante o acesso ininterrupto pelos usuários e ambos estão registrados em nome da IES”. Além disso, observa-se se a “bibliografia básica é adequada em relação às unidades curriculares e aos conteúdos descritos no PPC e [se] está atualizado, considerando a natureza das UC” (DIRETORIA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, 2017b, p. 38).

Há que se verificar também se há compatibilidade entre o número de vagas autorizadas e a quantidade de exemplares por título. Essa compatibilidade deve ser referendada pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE), que observa a bibliografia básica do curso que está sendo avaliado e de outros cursos que utilizam a mesma bibliografia. Para o acervo virtual, é necessário considerar ainda se a instituição dispõe de instalações e recursos tecnológicos que possibilitem o acesso virtual aos materiais. É desejável que o acesso ocorra de modo ininterrupto, via internet (DIRETORIA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, 2017b).

Outro aspecto também importante é se o “acervo possui exemplares, ou assinaturas de acesso virtual, de periódicos especializados que suplementam o conteúdo administrado nas UC” bem como se o “acervo é gerenciado de modo a atualizar a quantidade de exemplares e/ou assinaturas de acesso mais demandadas, sendo adotado plano de contingência para a garantia do acesso e do serviço” (DIRETORIA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, 2017b, p. 38-39). Quanto maior a conformidade da realidade encontrada na biblioteca com os itens anteriormente elencados, maior será a pontuação do curso no quesito bibliografia básica e complementar por unidade curricular, pois vale lembrar que os critérios aqui apresentados também são importantes na avaliação da bibliografia complementar.

Reitera-se quão fulcral é o acervo da biblioteca para o processo de avaliação. Lubisco (2011) explica que as bibliotecas universitárias são setores estratégicos e como tal precisam passar por constante avaliação, com a finalidade de melhorar constantemente a qualidade dos serviços ofertados. Desse modo, as bibliotecas das universidades são fundamentais não só visando atender aos critérios de avaliação, mas porque representam um meio para que as atividades de ensino, pesquisa e extensão possam se concretizar.

Não cabe às bibliotecas universitárias a simples disponibilização de materiais informacionais aos seus usuários, mas sim a disponibilização de materiais que atendam as necessidades do público e possibilitem melhorar, de forma significativa, a execução das atividades-fim da instituição. É fundamental um acervo coerente com os objetivos

institucionais e que seja desenvolvido mediante criteriosa análise do público e de seus usuários, e ainda de forma equitativa, racional e transparente. Portanto, o planejamento e a gestão de recursos e custos são indispensáveis para o atendimento das demandas e o cumprimento dos objetivos institucionais.

Reconhecidamente, as universidades se consolidaram como instituições produtoras do conhecimento científico e, com isso, são capazes de promover transformações e avanços tecnológicos, sociais e também pessoais. O conhecimento crítico, largamente produzido na sociedade, emana para o povo em forma de diálogos, publicação de materiais informacionais, novas tecnologias e na ampliação de perspectivas socioeducacionais, entre outros. Apende-se que as bibliotecas, por sua vez, devem oferecer suporte informacional para que tudo isso aconteça.

Além do apoio às atividades de ensino acadêmico, as bibliotecas universitárias — mas não somente elas — também exercem a função de depositária da memória social e cultural, viabilizando a transmissão das informações para sociedades futuras. Fala-se, então, em uma instituição em prol do saber que, além das funções informacionais e educativas, apresenta potencial para promover mudanças comportamentais e de conscientização no público, mediante oferecimento de um acervo rico e diversificado, o qual, somado a outras atividades, podem proporcionar a valorização de diferentes culturas (SANTA ANNA, 2018).

Essa diversidade de funções das bibliotecas universitárias impacta diretamente na FDC, a qual deve ser pensada de modo que as necessidades informacionais sejam atendidas. Contudo, as restrições orçamentárias representam uma grande barreira para o desenvolvimento pleno dos acervos e, nesse sentido, a alocação de recursos e o uso racional e equitativo das verbas se fazem necessários não só para atender as demandas informacionais, mas também para prestar contas à sociedade. Sobre esse assunto, outras tratativas serão apresentadas na próxima seção.

Como explicitado nos parágrafos anteriores, os acervos das bibliotecas, em vista de sua importância, recebem destaque nas comissões de avaliação institucional e de cursos, mas uma avaliação satisfatória por parte das comissões do MEC nem sempre revelam de fato que se trata de um acervo pleno. Isso ocorre porque as comissões buscam o elementar, mas os profissionais que atuam nas bibliotecas detêm condições de realizar uma avaliação mais criteriosa dos seus acervos e de ir além das comissões.

A comunidade também cumpre um papel importante no processo de Formação e Desenvolvimento de Coleções, por isso é necessário que não se comporte apenas como um consumidor das políticas de acervos, mas sim que possa ser partícipe dessas políticas, de

modo que a preocupação em atender aos interesses da comunidade seja intensificada. Nesse sentido, ao tratar da FDC em bibliotecas universitárias, especialmente das universidades públicas, é imprescindível a participação da comunidade de forma ativa, cujo direito de expressar os interesses e necessidades seja atendido e que sobretudo possa acompanhar todo o processo que deve ser transparente e equitativo.

Voltar ao coração do político é preocupar-se, de início e antes de mais nada, com tudo aquilo que favorece ‘o estar junto’. É celebrar uma sociedade na qual os indivíduos não são considerados de início como trabalhadores e consumidores, mas antes de tudo como cidadãos, ou seja, sujeitos que agem juntos. Não uma agregação de indivíduos que vivem lado a lado, partilhando um bem supostamente comum, mas uma comunidade de atores cuja preocupação maior é a de construir um *mundo comum*. (GOULEJAC, 2007, p. 282, destaque do autor).

Nesse sentido, Tassin (2003) fala que é necessário mais que estar junto, mas sobretudo um agir junto. Encontra-se no pensamento de Goulejac (2007) e Tassin (2003) aspectos importantes que podem ser considerados no contexto da FDC, que é o fato de tanto o profissional como o usuário final do acervo exercerem antes de tudo o papel de cidadão e que possam agir juntos, de modo que todo o processo de FDC seja realizado com responsabilidade e com foco no bem comum, evitando favoritismo e jogos de poder.

Coloca-se em evidências que nos bastidores de uma atividade que a princípio possa parecer predominantemente técnica, como o FDC, há um viés fortemente ligado a fatores sociais e culturais, revelando que o fazer democrático se dá em vários aspectos. O servidor público desempenha um papel considerado fundamental no processo de construção de uma biblioteca mais democrática, equitativa e inclusiva. Isso ocorre, entre outros motivos, devido à responsabilidade atribuída aos servidores de fornecer serviços públicos de qualidade aos cidadãos, incluindo serviços bibliotecários. Além disso, é esperado que os servidores públicos bibliotecários assumam a responsabilidade de garantir o acesso igualitário à informação para todos os usuários da biblioteca, independentemente de sua origem socioeconômica, gênero, raça, religião ou qualquer outra forma de identidade. (BRASIL, 2002; GASPARINI, 2010)

Presume-se ainda que os servidores públicos bibliotecários possuem conhecimentos especializados, são capazes de avaliar as necessidades da comunidade, desenvolver coleções relevantes, implementar serviços inovadores e promover a literacia informacional. Aos servidores públicos bibliotecários cabe desempenhar um papel crucial na defesa dos valores democráticos, como liberdade de expressão, diversidade de perspectivas e pluralismo. Garantindo que a biblioteca seja um espaço inclusivo onde as pessoas possam buscar e compartilhar conhecimento, ideias e opiniões de forma aberta e respeitosa.

Para tanto, é preciso que o servidor seja entendido e assumido, antes de mais nada, o comportamento de cidadão, como dito por Gaulejac (2007), e seja visto por ele próprio e pela sociedade não como um custo, mas como um sujeito e principalmente como cidadão. Além disso, percebe-se que a universidade como um todo precisa se reafirmar como uma instituição social, e não como uma empresa com finalidades econômicas.

Os bibliotecários são agentes potenciais de transformação, pois com sua capacidade investigativa, fazendo uso dos mecanismos de cooperação de informação, nos colégios invisíveis, nos eventos técnicos e científicos da área, são capazes de pensar, repensar e moldar novas formas de atuação e novas possibilidades de melhorias (BLATTMANN; RADOS, 2000; DUDZIAK, 2007).

A exemplo, cita-se o Seminário Nacional de Biblioteca Universitárias (SNBU), um evento realizado com periodicidade bianual que funciona como espaço para trocas de experiências entre profissionais que atuam e/ou se interessam por bibliotecas universitárias. A grandeza desse evento revela o poder de uma atuação profissional que, além das teorias, trazem à tona discussões pautadas na prática profissional.

O SNBU é um evento de grande relevância para a biblioteconômica, pois propicia o compartilhamento de conhecimentos, experiências e práticas entre os profissionais. O encontro oferece palestras, oficinas, minicursos e apresentações de trabalhos científicos que abordam temas atuais e relevantes relacionados à gestão de bibliotecas universitárias, além de explorar novas tecnologias e tendências do mercado. Através da participação no SNBU, os bibliotecários têm a oportunidade de aprimorar suas habilidades, atualizar-se e aprofundar seus conhecimentos, contribuindo assim para a melhoria da qualidade dos serviços e produtos oferecidos pelas bibliotecas universitárias. Além disso, o evento favorece a construção de redes de relacionamentos entre os profissionais, o que pode resultar em parcerias, colaborações e intercâmbios científicos e tecnológicos. (NASCIMENTO; INOMATA; BARBALHO; SOUZA, 2022; SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 2018).

Dessa forma, a participação no SNBU pode ser um importante fator de reconhecimento profissional e institucional para os bibliotecários e suas instituições. Ademais, o evento propicia um espaço para a troca de ideias e experiências, permitindo que os profissionais ampliem suas perspectivas e abram novos horizontes para a inovação e o avanço no campo biblioteconômico.

Mais que um setor da universidade, as bibliotecas universitárias funcionam como uma verdadeira instituição. Possuem estrutura complexa, níveis hierárquicos, muitas vezes

produzem suas próprias políticas de funcionamento — em observância aos preceitos da universidade à qual está vinculada e ao ordenamento jurídico —, são geradoras de conhecimento que enriquecem o campo teórico e prático da Biblioteconomia e também da Ciência da Informação. (FUJINO; HYODO, 2006). Eventos como o SNBU ampliam visão sobre o papel das bibliotecas como locais de produção e disseminação do conhecimento e pode contribuir para a afirmação das bibliotecas como espaços fundamentais para o desenvolvimento acadêmico e profissional, ao mesmo tempo em que estimula a reflexão crítica sobre o papel dessas instituições na sociedade contemporânea. Ao promover o compartilhamento de conhecimento e a troca de experiências, o SNBU contribui para a valorização dos profissionais da área e para o fortalecimento das bibliotecas como locais de produção do conhecimento e de autonomia. (NASCIMENTO; INOMATA; BARBALHO; SOUZA, 2022; SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 2018).

Compreende-se que, a necessidade de “agir juntos”, como explicado em parágrafos anteriores, é também uma forma de mostrar para a sociedade a relevância da atuação bibliotecária. E quando situados como agentes públicos, é também uma forma de mostrar que investir em profissionais da informação, entre eles o profissional bibliotecário, é investir na própria educação. Ribeiro e Ferreira (2018, p. 10) pontuam que “a desvalorização contemporânea do bibliotecário pode ser revertida se ele se atualizar e agir proativamente.”

Buscar reconhecimento da atuação bibliotecária não parece ser algo tão simples que possa ser resolvido com uma única atitude, mas de fato o agir proativamente pode contribuir de forma significativa para a valorização profissional, portanto é necessário, repete-se, o “agir junto” para que a sociedade possa não só usufruir das benesses que a biblioteca e os bibliotecários podem oferecer, mas que também participe do processo.

A biblioteca é uma instituição que exerce papel fundamental na promoção da educação e da cultura em uma sociedade. No entanto, essa função só pode ser plenamente cumprida se houver um engajamento ativo e colaborativo da sociedade na utilização e no desenvolvimento das bibliotecas. Nesse sentido, o “agir junto” pode ser interpretado como um chamado à participação ativa dos usuários das bibliotecas na sua gestão, na definição de políticas e na elaboração de projetos e atividades. É importante que a sociedade se sinta parte integrante do processo e assuma um papel proativo na construção e no fortalecimento das bibliotecas.

4 ORÇAMENTO PÚBLICO

A busca por um equilíbrio entre os limitados recursos financeiros e as necessidades ilimitadas da população brasileira geram, quase naturalmente, dissidências entre as frentes de interesse. Empiricamente, é possível observar que as bibliotecas, ao longo da história, vêm sendo eclipsadas e relegadas à distopia. Salvo raras exceções, as bibliotecas das universidades públicas brasileiras enfrentam problemas para garantir sua parte no orçamento. Entender a dinâmica do orçamento público faz-se então necessário para melhor diálogo sobre questões que envolvem a aquisição de materiais informacionais em bibliotecas de universidades públicas federais.

Mendes Júnior (2019, p. 22) refere-se ao processo orçamentário, no âmbito federal, como “uma arena em que diversas forças são representadas e lutam pelo destino do gasto público”. Após esse orçamento ser distribuído, uma série de outros procedimentos são necessários para garantir o bom uso do dinheiro público. Pires e Motta (2006) explicam que o zelo pelos gastos do dinheiro público data de 1217, com a *Magna Charta Libertatum*, do Reino Unido, cujo objetivo maior era impedir ações intempestivas por parte dos governantes ou daqueles que detinham controle e/ou acesso aos recursos financeiros estatais.

Pinto (1956) comenta que a etimologia da palavra orçamento está ligada ao termo italiano *orzare* ou ao termo em latim *ordior, orsus sum, ordiri* (urdir), que significa planejar, calcular. Fernandes, Luft e Guimarães (1996) pontuam que orçamento é o ato ou efeito de orçar.

A elaboração do orçamento público é uma atividade complexa que exige participação ativa da representação máxima do poder executivo, assessores-chave, membros do Congresso e diversos servidores dos poderes Executivo e Legislativo. O Poder Executivo fica responsável pela elaboração do orçamento e o poder Legislativo pela autorização, com vistas ao funcionamento das atividades públicas e correlatos, conforme política econômica do Estado (BALEIRO, 1997; OLIVEIRA, 2019). Durante a elaboração do orçamento público, é necessário identificar as receitas disponíveis e as despesas fixadas. As prioridades são estabelecidas de acordo com as políticas implementadas pelos governantes (PIRES; MOTTA, 2006).

Tudo ocorre sob a égide de leis regulamentadoras do planejamento e orçamentos dos entes públicos federais, estaduais e municipais, quais sejam, Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA) e, complementarmente, as leis n.º 4.320, de 17 de março de 1964 — que “estatuí normas gerais de Direito Financeiro

para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos municípios e do Distrito Federal” — e a Lei n.º 101, de 4 de maio de 2000 — que “estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade fiscal e dá outras providências” (BRASIL, 1964, p. 1; BRASIL, 2000, p. 1). O orçamento está diretamente relacionado ao que é estabelecido no PPA; por conseguinte, à LDO e à LOA.

É necessário ainda obedecer aos seguintes princípios orçamentários: unidade, totalidade, universalidade, anualidade ou periodicidade, exclusividade orçamentária, clareza, regionalização, transparência, não afetação das receitas, equilíbrio orçamentário, legalidade, orçamento bruto, exatidão, orçamento impositivo (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2021).

Pesquisadores como Conceição *et al.* (1998), Oliveira (2019), Santos (2013) e Velloso (2000) assinalam que o Estado faz uso de mecanismos diversos para financiar o ensino superior. O Quadro 2 apresenta uma síntese do pensamento desses autores.

Quadro 2 - Mecanismos de financiamento da Educação Superior utilizados pelo Estado, síntese do pensamento de Conceição *et al.* (1998), Oliveira (2019), Santos (2013) e Velloso (2000)

Forma de financiamento	Comentário
Incremental ou Inercial	Para definir o valor que uma determinada instituição receberá, faz-se uso dos dados que indicam o montante de recursos utilizados pela instituição no ano anterior. Aqui, a decisão pode ser tomada exclusivamente pelo Governo ou com base em uma negociação entre o Governo e a instituição, ou ainda estabelecendo um percentual de incremento anual.
Por fórmulas	O Governo faz indicadores para promover a distribuição entre os recursos. Os indicadores são inseridos em uma fórmula matemática que apresenta como resultado um percentual que indica qual valor cada instituição deve receber.
Contratual	Governo e IES celebram um contrato em que a instituição de ensino compromete-se a cumprir metas acertadas entre as partes e, em contrapartida, receber recursos financeiros da União.
Subsídios mensais aos estudantes	Cheques educacionais são repassados aos estudantes e estes os utilizam para financiar seus estudos nas IES de sua escolha.

Fonte: adaptado de Conceição *et al.* (1998), Oliveira (2019), Santos (2013) e Velloso (2000)

As Ifes costumam utilizar um sistema de financiamento misto, que considera o financiamento incremental ou inercial e o financiamento por fórmula. Em busca de uma equidade na distribuição desses recursos, o Governo Federal faz uso de um modelo matemático denominado Matriz Orçamento de Custeio e Capital (Matriz OCC), também conhecido como Matriz Andifes, articulada pela Secretaria de Educação Superior (SESu) em parceria com a Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) (AMARAL, 2008; REIS *et al.*, 2014; OLIVEIRA, 2019).

A matriz considera “a produção ou desempenho acadêmico da instituição em um conjunto de variáveis, apresentando como resultado o montante orçamentário a que cada universidade faz jus” (OLIVEIRA, 2019, p. 14). O modelo estimula os gestores a buscarem maior desempenho nas universidades para conseguirem maiores repasses financeiros. Ela foi concebida com base no Decreto n.º 7.233, de 19 de julho de 2010, que “dispõe sobre procedimentos orçamentários e financeiros relacionados à autonomia universitária, e dá outras providências” (BRASIL, 2010, p. 1).

No decreto supracitado, encontram-se definidos os “critérios para elaboração das propostas orçamentárias anuais pelas universidades federais” (BRASIL, 2010, p. 1). E estabelece os principais critérios que devem ser considerados, quais sejam:

- I - o número de matrículas e a quantidade de alunos ingressantes e concluintes na graduação e na pós-graduação em cada período;
- II - a oferta de cursos de graduação e pós-graduação em diferentes áreas do conhecimento;
- III - a produção institucionalizada de conhecimento científico, tecnológico, cultural e artístico, reconhecida nacional ou internacionalmente;
- IV - o número de registro e comercialização de patentes;
- V - a relação entre o número de alunos e o número de docentes na graduação e na pós-graduação;
- VI - os resultados da avaliação pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, instituído pela Lei n.º 10.861, de 14 de abril de 2004;
- VII - a existência de programas de mestrado e doutorado, bem como respectivos resultados da avaliação pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES; e
- VIII - a existência de programas institucionalizados de extensão, com indicadores de monitoramento (BRASIL, 2010, p. 1).

O Ministério da Fazenda (MF) também exerce papel importante no que diz respeito aos recursos financeiros das universidades federais, pois é quem delimita o montante a ser utilizado para despesas de pessoal e aquele que deverá ser destinado para manutenção e investimento (AMARAL, 2008; OLIVEIRA, 2019). A Tabela 2 permite melhor compreensão do disposto.

Tabela 2 - Valores destinados à compra de material bibliográfico na Universidade Federal do Pampa, 2016-2020

Ano	Orçamento total em reais	Valores destinados a investimentos	Valores destinados à compra de materiais informacionais
2020	R\$ 347.996.028,00	R\$ 6.978.790,00	R\$ 0,00
2019	R\$ 339.495.967,00	R\$ 6.696.644,00	R\$ 0,00
2018	R\$ 314.757.307,00	R\$ 5.737.042,00	R\$ 773.000,00
2017	R\$ 312.874.166,00	R\$ 16.517.962,00	R\$ 820.494,56
2016	R\$ 286.408.811,00	R\$ 24.214.536,00	R\$ 0,00

Fonte: Universidade Federal do Pampa (2021)

O orçamento das universidades públicas federais subdivide-se em três grupos de despesas: pessoal e encargos sociais, correntes e de investimento. O valor permitido para

aquisição de materiais informacionais é aquele destinado aos investimentos. Observa-se que a biblioteca enfrenta uma grande disputa a fim de receber recursos financeiros para a aquisição desses materiais.

No exemplo citado, observa-se que, em 2016, do valor recebido pela instituição e que poderia ser alocado para investimentos 0% foi destinado à aquisição de materiais bibliográficos. A situação se repetiu em 2019 e 2020. Em 2017 e 2018, respectivamente, somente 5% e 13% do orçamento destinado a investimentos foi reservado para compra de materiais informacionais.

De forma global, nota-se, então, que o Governo Federal elabora o PPA e define qual parcela do montante arrecadado será destinado ao financiamento do ensino superior. Uma vez estabelecido o valor para a educação, as universidades federais disputam entre si quem levará qual percentual do valor, mediante critérios do Orçamento de Custeio e Capital (OCC). Os valores chegam à instituição com sua destinação definida; a maior parte é destinada para as despesas com pessoal. Por fim, quanto ao valor destinado aos investimentos, um percentual pode ser utilizado na compra de materiais informacionais, que, conforme exposto no Tabela 2, nem sempre é suficiente para a biblioteca.

Além dos recursos financeiros advindos do Tesouro Nacional, as Ifes contam com outras fontes de recursos, que, de acordo com Amaral (2005), originam-se de prestações de serviços exercidos pela própria instituição e mediante celebração de contratos e/ou convênios com outros órgãos públicos e/ou empresas privadas. Do mesmo modo, às bibliotecas também é permitido recorrer a outras fontes de financiamento, mas a disponibilidade de fontes para financiar a aquisição de materiais informacionais é escassa e disputada por outras tantas fontes de interesse.

Sob a égide da Lei n.º 200, de 1967, as Instituições Federais de Ensino Superior são de natureza autárquica — ou seja, são criadas por lei, possuem personalidade jurídica pública, além de capacidade de se autoadministrar e estão submetidas ao controle do Estado federativo (BRASIL, 1967; DI PIETRO, 2012). Conforme a lei, é exigido dessas instituições que se submetam ao ordenamento jurídico federal, e as bibliotecas universitárias inseridas nessas instituições também devem ser guiadas por todo esse aparato jurídico. São de particular interesse para este estudo as questões orçamentárias envolvendo a aquisição de materiais informacionais, sobre os quais se discorre a seguir. Dada a escassez de recursos, o cuidado e o rigor com a sua utilização são perfeitamente compreensíveis.

4.1 Legislação, diretrizes e reflexões para aquisição de bens públicos no contexto da Administração Pública Federal

Visando seu pleno funcionamento, a Administração Pública necessita adquirir bens, sejam eles móveis ou imóveis. Para tanto, é mister seguir as recomendações legais, a fim de que o procedimento se realize de forma a atender ao interesse público. A aquisição de bens públicos pode ocorrer mediante contratos, usucapião, acessão natural, desapropriação, direito hereditário, arrematação, adjudicação, parcelamento do solo, perdimento de bens, abandono de bens móveis ou imóveis e aquisição em razão de determinação legal (BRASIL, 1988).

Quanto à destinação, os bens públicos são divididos em três categorias: de uso comum do povo, de uso especial e bens dominicais. No primeiro caso, refere-se a bens que são de uso livre da população, ou seja, não necessitam de autorização prévia para serem utilizados; por exemplo, mares, rios, ruas e praças. Na categoria de bens especiais, estão incluídos aqueles necessários para cumprimento das funções públicas e não podem ser livremente utilizados pela população. Por fim, os bens dominicais são os que compõem a Administração Pública e não podem ser considerados bens de uso comum nem de uso especial, mas utilizados pela Administração Pública, inclusive com finalidade econômica; caracterizam-se ainda por não terem destinação para o uso público (JUSTEN FILHO, 2005).

Os bens especiais dividem-se em duas categorias: móveis e imóveis. Destaca-se ainda que, para ser considerado bem público, é necessário possuir a característica de material permanente (JUSTEN FILHO, 2005). Parte da literatura científica acerca do tema entende que os livros e outros materiais informacionais têm características de materiais permanentes, contudo a classificação dos materiais informacionais — com destaque para os livros — como bens permanentes ainda se mostra arresvada na literatura científica, visto que a temática tem sido abordada de diferentes formas na legislação. Por exemplo, a Lei n.º 10.753, de 2003, que dispõe sobre Política Nacional do Livro, define, em seu art. 18, que, “com a finalidade de controlar os bens patrimoniais das bibliotecas públicas, o livro **não** é considerado material permanente” (BRASIL, 2003, p. 1, grifo nosso).

Apesar disso, com exceção das bibliotecas públicas, as demais bibliotecas subordinadas à Administração Pública devem classificar a despesa com aquisição de material bibliográfico como material permanente, consoante a opinião de Medeiros, Melo e Jeunon (2007). Tendo sido feitas as devidas ressalvas, os livros e seus correlacionados — aqui chamados de materiais informacionais — são aceitos como bens públicos.

Na Administração Pública, a obrigação de licitar é uma estratégia para aumentar a transparência no gasto com o dinheiro público. Meirelles (2009, p. 274) explica que a licitação é o “procedimento administrativo mediante o qual a Administração Pública seleciona a proposta mais vantajosa para o contrato de seu interesse”. Porém, a licitação por si só não garante ao usuário final que ele disporá de itens que atendam verdadeiramente a suas necessidades. Por isso, vincula-se à legislação, mediante estudos criteriosos do acervo e da comunidade, a necessidade de realizar a compra considerando o interesse do usuário e o atendimento dos objetivos institucionais.

No caso específico para aquisição de bens e serviços públicos, cita-se um arsenal de leis que devem ser observadas para a realização do processo. Além da própria Constituição, existe a Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, que, além de regulamentar o artigo XXI da Constituição Federal, também institui normas para licitações e contratos da Administração Pública. A Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964, também deve ser considerada em processos de compras de bens e serviços públicos, visto que delibera sobre normas de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Soma-se a isso a Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, que trata do pregão eletrônico, e o Decreto n.º 5450, de 31 de maio de 2005, que o regulamenta.

Além dessas normas, existem o Decreto n.º 3.555, de 8 de agosto de 2000, que aprova a licitação na modalidade pregão, a Instrução Normativa n.º 5, de 27 de junho de 2014, que dispõe sobre a pesquisa de preços que foi revogada pela Instrução Normativa n.º 73, de 5 de agosto de 2000, e, mais recente, a Lei n.º 14.133, de 1 de abril de 2021, a qual apresenta os novos princípios regulamentadores das licitações. Não se esgotam aqui as leis a serem observadas no momento de adquirir bens públicos, mas foram colocadas em evidência neste trabalho as mais usuais.

Promulgada em 21 de junho de 1993, a Lei n.º 8.666 foi protagonista no cenário nacional no que diz respeito a normas para licitações e contratos na Administração Pública. Contudo, a partir de 1.º de abril de 2021, com a promulgação da Lei n.º 14.133, passaram a dividir espaço, visto que vigoram de forma concomitante. Decorridos dois anos da promulgação da Lei de 2021, a antiga lei de licitação será revogada igualmente à Lei n.º 10.520, provocando, assim, mudanças na aquisição de materiais informacionais, que deverá, a partir de 1.º de abril de 2023, ocorrer somente à luz da Lei n.º 14.133⁴.

⁴ A medida provisória (MP) 1.167/2023 prorrogou até 30 de dezembro de 2023 a validade das Leis n.º 8.666, n.º 12.462 e n.º 10.520.

Em relação às modalidades de licitação, é importante destacar que a definição das modalidades, com o advento da nova lei, verifica-se em razão da complexidade do objeto e não mais pelo valor estimado, como determina a lei mais antiga. As modalidades convite, tomada de preço e Regime Diferenciado de Contratação Pública (RDC) são extintas, e o diálogo competitivo surge na Lei n.º 14.133. Contudo, provavelmente o maior impacto das mudanças relacionadas à aquisição de materiais informacionais esteja no fato de o pregão tornar-se uma nova modalidade de aquisição.

O pregão é uma modalidade de licitação utilizada para compra de bens e serviços comuns. Bens e serviços comuns, por sua vez, são aqueles que podem ser comparados entre si, cuja diferenciação é verificada basicamente pelos preços. O Decreto n.º 3.555, de 8 de agosto de 2000, apresentava uma lista anexada exemplificando quais eram esses bens e serviços comuns. Embora o anexo tenha sido revogado, é importante lembrar que nele estavam exemplificados como bens comuns os jornais, periódicos e revistas. Assim, os materiais bibliográficos têm sido amplamente aceitos como bens comuns; logo, o pregão se mostra, na Lei n.º 14.133, a modalidade de licitação mais adequada para a aquisição de materiais bibliográficos.

O pregão ocorre, inicialmente, com uma fase preparatória e depois em fase externa. Em todas as fases do pregão fica explícita a necessidade de justificar a compra e fazê-la de modo que a Administração Pública possa tirar o maior proveito do bem adquirido assim como seus possíveis usuários. Realizar seleção consciente de materiais bibliográficos a serem adquiridos pela Administração Pública mostra conformidade com a literatura científica da área de desenvolvimento de coleções, mas também um alinhamento com os preceitos legais da Administração Pública.

A figura do pregoeiro, antes não citada na Lei n.º 8.666, passou a ser mencionada na Lei n.º 14.133 de forma explícita. No que diz respeito à inexigibilidade de licitar, não houve mudanças práticas, mas é importante refletir sobre o assunto. Pinheiro e Rietjens (2018), ao tratarem da aquisição de bases de dados, assinalam que muitas assinaturas são realizadas sem processo licitatório em razão da abertura dada pela lei de licitação para casos em que o material é exclusivo.

Com efeito, as autoras investigaram os textos disponibilizados nas bases de dados e perceberam que eles estavam disponíveis em muitas outras bases, colocando em xeque o critério de exclusividade e, conseqüentemente, tornando duvidosa a legalidade do processo de assinatura de bases de dados em que a inexigibilidade se justifica na exclusividade do material (PINHEIRO; RIETJENS, 2018). Compreende-se que o profissional responsável pela

aquisição de materiais informacionais, ao considerar que um material é exclusivo, necessita certificar-se de tal afirmação para garantir a lisura do processo.

Aspectos morais, éticos, sociais e equitativos também devem ser pauta na compra de materiais informacionais; a legislação é norteadora dos processos, mas é sabido que não basta. Por isso, a aquisição de livros e correlacionados também é discutida sob uma ótica mais teórica. O Retorno sobre o Investimento (ROI), por exemplo, é uma tendência que, segundo Neal (2012), busca análises complexas envolvendo um quantitativo rigoroso e ferramentas qualitativas que documentam o valor contínuo e a relevância de uma coleção. Tal fato já vem sendo pesquisado no contexto das bibliotecas, mas, segundo o autor, na mão de pesquisadores novatos, pode levar a resultados problemáticos.

Embora não seja objetivo desta tese investigar o ROI no contexto da Administração Pública Federal nem da FDC, chama atenção o fato de Neal (2012) alertar para o uso de rigor quantitativo e ferramentas qualitativas que podem documentar claramente o valor contínuo e a relevância de uma coleção. Este trabalho corrobora a opinião do autor de que o rigor quantitativo, mediante uso de fórmulas de alocação e distribuição de recursos, confere maior precisão, equidade, relevância e qualidade à FDC, especialmente no que se refere à aquisição de materiais informacionais.

Entende-se, dessa maneira, que, no contexto da Administração Pública, a etapa de aquisição de material bibliográfico exige do servidor, além do conhecimento sobre FDC, que ele esteja familiarizado com a legislação e as etapas sequenciadas estabelecidas por ela para a aquisição de bens.

O cumprimento dessas etapas e a excelência na elaboração dos procedimentos são de tal maneira importantes que há estudos voltados para a análise de partes específicas do processo licitatório. Andreão (2015, p. 42), por exemplo, dedicou-se ao estudo sobre como “o procedimento de pedido de compra afeta a eficiência das compras de bens permanentes em uma instituição pública”. A autora enfatiza aspectos ligados à elaboração do Termo de Referência e sobre seu funcionamento como alicerce para o processo de licitação.

A propósito, o art. 6.º da Lei n.º 14.133 define Termo de Referência como um “documento necessário para a contratação de bens e serviços”, que conforme a referida norma, deve conter os seguintes elementos descritivos: definição do objeto; fundamentação da contratação; descrição da solução como um todo; requisitos da contratação; modelos de execução do objeto; modelo de gestão do contrato; critérios de medição e de pagamento; forma e critérios de seleção do fornecedor; estimativa do valor da contratação; e adequação orçamentária.

Allredge (1991) enfatiza que é preciso estar preparado para tempos de maior e menor disponibilidade de recursos financeiros.

Para tempos de maior disponibilidade de recursos, Allredge (1991) apresenta as seguintes orientações:

- antecipar as necessidades dos usuários da biblioteca;
- gastar com prudência e generosidade os recursos que estão à disposição da biblioteca;
- preparar-se para tempos de ruptura, sabendo e entendendo que possíveis rupturas podem acarretar uma redução repentina do que está sendo adquirido, inclusive com o cancelamento de assinaturas de periódicos e ainda cortes em planos de aprovação;
- manter uma reserva de recursos financeiros;
- demonstrar relevância do que está sendo adquirido;
- elaborar um plano para que publicações seriadas sejam mantidas.

Por sua vez, para tempos de menor disponibilidade de recursos financeiros, o mesmo autor pontua que é preciso:

- antecipar as necessidades dos usuários da biblioteca;
- gastar com prudência o pouco que se tem;
- preparar-se para tempos melhores, por exemplo, criando prioridades de compras retrospectivas;
- manter um fundo de contingência para compras emergenciais ou aumentos imprevistos da inflação;
- demonstrar a necessidade de recursos adicionais;
- construir uma base de suporte para recursos adicionais no futuro.

Enfatiza-se que “antecipar as necessidades dos usuários da biblioteca” é um fator a ser considerado, tanto em tempos de grande disponibilização de verbas financeiras como em tempos de cortes.

Em um cenário de maior disponibilidade de recursos financeiros, a antecipação das necessidades dos usuários é fundamental para que a compra seja conduzida visando atendê-las, e não por uma corrida desenfreada de utilizar o quanto antes a verba disponível, o que poderia incorrer em aquisições desnecessárias. Em tempos de crise, a antecipação é indispensável para que o uso da verba seja racionalizado e atendidas as demandas mais urgentes. Com isso, coloca-se em pauta como a etapa de aquisição vem sendo trabalhada nas PDC das universidades federais brasileiras, especialmente no que diz respeito à alocação de recursos financeiros destinados à compra de materiais informacionais.

5 ALOCAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS EM BIBLIOTECAS

Alocação de recursos financeiros para aquisição de materiais informacionais é a ação de destinar verbas para compra de livros, periódicos, mapas, discos compactos (CDs), *digital versatile disc* (DVDs), jornais e correlacionados. Sabe-se que as bibliotecas das universidades federais brasileiras atendem a uma infinidade de cursos de graduação, pós-graduação, além de atividades de extensão. Para garantir que as verbas sejam distribuídas de forma equitativa entre os diferentes cursos, é necessário realizar um estudo aprofundado da comunidade, de suas necessidades informacionais, além de fatores externos à instituição, como preço das obras e dinamicidade da produção científica de determinada área. Contudo, no Brasil, o debate sobre alocação de recursos financeiros em bibliotecas universitárias ainda se apresenta de forma tímida.

Outro fator que deve ser ponderado, em se tratando de alocação de recursos, é a criação de novos campos do conhecimento, novos cursos de graduação e pós-graduação, e a descoberta de novas áreas geográficas para estudo. Esses fatores, individualmente ou somados, demandam crescimento do acervo, e novas aquisições devem ser feitas para atender às necessidades informacionais que surgem.

Williams e Schmidt (2008) afirmam que muitas bibliotecas universitárias consideram que a utilização de fórmulas de alocação é útil para uma distribuição equitativa das verbas disponíveis para compra de materiais informacionais. Em contrapartida, críticos defendem que a utilização de fórmulas para alocação de recursos pode levar à compra de materiais especializados, enquanto materiais de interesse geral ou interdisciplinar são negligenciados.

O argumento de que utilizar fórmulas de alocação possibilita a aquisição de materiais especializados em detrimento daqueles de caráter interdisciplinar parece inválido, pois é na etapa de seleção que se toma a decisão sobre quais obras melhor atendem ao interesse da comunidade. Desse modo, a fórmula de alocação auxilia na distribuição dos recursos financeiros entre os diferentes cursos e departamentos, mas não na escolha de qual item será incorporado ao acervo.

Williams e Schmidt (2008) também observaram que, ao se utilizar fórmulas de alocação, o corpo docente participa mais no processo de seleção e, por consequência, a participação do bibliotecário acaba sendo minimizada. Destarte, os estudos indicam que a

utilização de fórmulas para alocação de recursos financeiros destinados à compra de materiais informacionais tem se mostrado de importância e complexidade crescentes.

No Brasil, não há muitos estudos que discorrem sobre a utilização de fórmulas para alocação de recursos financeiros, tampouco sobre como isso interfere na participação do corpo docente no processo de seleção. Sendo assim, não se pode afirmar que o argumento acima é válido para a realidade brasileira.

Lidar de forma equitativa, no que diz respeito à distribuição dos recursos financeiros, diante de tanta complexidade e heterogeneidade, é a grande questão dos estudos voltados à alocação de recursos. Dividi-los em partes iguais entre os departamentos e/ou cursos não é uma alternativa viável, pois uma série de variáveis faz com que essa divisão seja prejudicial. Assim, a alocação de recursos busca equidade e não igualdade, e, para tanto, pode considerar variáveis como a quantidade de alunos matriculados em determinado curso, a carga horária das disciplinas e do curso em si, preço dos itens bibliográficos, número de docentes em determinado departamento e outras relacionadas às especificidades da comunidade a ser atendida.

A escassa literatura brasileira sobre o tema explica o motivo pelo qual esta tese tem como base a literatura estrangeira e também coloca em evidência a necessidade de desenvolver estudos brasileiros voltados à alocação de recursos financeiros em bibliotecas universitárias que podem contribuir para o desenvolvimento de modelos e práticas que possam ser adotados em outras instituições do país. Embora a alocação de recursos financeiros esteja intimamente ligada a questões políticas e por mais que a realidade de outros países difira da realidade brasileira, é importante destacar que a utilização de fórmulas para alocação de recursos financeiros é um tema complexo que deve considerar inúmeros fatores, os quais já estão sendo trabalhados há algumas décadas em bibliotecas de diversos países.

O tema vem sendo amadurecido e melhorado, e as experiências — inclusive as de insucesso — podem ser aproveitadas para estudos realizados no Brasil. À medida que as fórmulas são utilizadas em outras bibliotecas, torna-se possível observar como os indicadores se comportam. Tais experiências podem potencializar estudos e experiências desenvolvidas no Brasil.

Existe uma diversidade de fórmulas para alocação de recursos em bibliotecas, embora seja possível estabelecer uma semelhança entre elas, principalmente no que diz respeito à inserção de variáveis. O Quadro 3 discrimina quais variáveis são defendidas por diferentes autores, em diferentes épocas.

Quadro 3 – Variáveis utilizadas em fórmulas para alocação de recursos destinados à compra de materiais informacionais

Ator/ Instituição (data)	Variáveis defendidas
Reeves e Russell (1932)	<ol style="list-style-type: none"> 1. número de inscrições departamentais; 2. uso relativo das instalações da biblioteca por diferentes departamentos; 3. novas publicações nos diferentes campos do conhecimento; 4. custo relativo por livro em diferentes campos do conhecimento; 5. coleção já existente na biblioteca por campo do conhecimento; e 6. necessidade de novos instrutores.
Baker (1932)	<ol style="list-style-type: none"> 1. número de alunos matriculados no departamento; 2. número de docentes do departamento; 3. número de alunos de graduação; 4. número de cursos oferecidos; 5. natureza dos cursos que exigem laboratório, ou seja, de leitura; 6. número de cópias duplicadas necessárias; 7. custo dos livros; 8. custo de periódicos; 9. uso de livros de um departamento por outros departamentos; 10. campos da biblioteca negligenciados no passado; 11. necessidade de recuperação de arquivos; 12. usos dos fundos financeiros de um departamento no período de três anos; 13. encadernação das obras, que caso seja cobrada do departamento, deve ser considerada; e 14. vitalidade ou agressividade do departamento.
Greaves (1973)	<ol style="list-style-type: none"> 1. número de docentes em um departamento acadêmico; 2. número de alunos em um departamento acadêmico ou número de horas de crédito estudantil gerado dentro de um departamento acadêmico; 3. quantidade de pesquisas geradas dentro de um departamento acadêmico; 4. custo dos materiais da biblioteca; 5. adequação do acervo da biblioteca nas áreas disciplinares; 6. número e tipo de cursos em um departamento acadêmico; 7. estatísticas de circulação tabuladas por área temática; e 8. o histórico do departamento quanto ao dispêndio de recursos alocados.
Mount Saint Vincent (1988)	<ol style="list-style-type: none"> 1. total de inscrições; 2. número de cursos listados no calendário; 3. livros que circularam durante 12 meses; 4. custos médios internos do livro para o ano fiscal anterior; e 5. custo médio com impressão de periódicos para o ano fiscal anterior, considerando cada departamento.
Biblioteca da Universidade de Seton Hall (1999)	<ol style="list-style-type: none"> 1. alunos de graduação em tempo integral; 2. alunos de pós-graduação em tempo integral; 3. programas de certificação administrados pelos departamentos; 4. horas de crédito; 5. corpo docente em tempo integral; e 6. novos programas (cursos) adicionados ao departamento.

Fonte: da autora com base em Baker (1932); Greaves (1973); Kalyan (2009); Paris (2007) e Reeves e Russell (1932)

O quadro 3 não buscou uma discriminação exaustiva da literatura que cobre a temática, mas sim exemplificar como as variáveis têm sido utilizadas no decorrer dos anos.

O fato é que, embora alguns autores defendam o uso de mais variáveis e outros de menos, é perceptível a predominância de alguns elementos, como elenca Budd (1991): número de alunos e horas de crédito dos alunos; custo de materiais; número de docentes;

circulação por departamento ou área temática; quantidade de cursos oferecidos pelo departamento; número de alunos formandos em um departamento ou área disciplinar.

Sobre a variável custo de materiais, Williams e Schmidt (2008) afirmam que é bastante utilizada em bibliotecas e que essa variável busca uma divisão proporcional para garantir que departamentos com títulos mais caros recebam uma parcela maior dos recursos financeiros.

Sabe-se que a utilização de fórmulas para a alocação de recursos busca uma equidade na distribuição das verbas orçamentárias. No entanto, as variáveis precisam ser cuidadosamente selecionadas para que o equilíbrio no acervo seja de fato estabelecido. Destaca-se que, no processo de elaboração, as fórmulas de alocação e a escolha das variáveis que serão consideradas devem ser bem avaliadas e testadas.

Kalyan (2009), nesse contexto, descreve o processo de elaboração e adaptação de uma fórmula utilizada para alocação de recursos nas bibliotecas da Universidade de Seton Hall, localizada em Nova Jersey, Estados Unidos. Diante de um excedente de dinheiro recebido, a equipe de trabalho decidiu que a melhor forma de distribuir esses recursos seria usando uma fórmula de alocação. Para tanto, foi reunida uma equipe de trabalho que tinha por objetivo desenvolver um modelo algoritmo para sua distribuição equitativa. Estabeleceram-se, pois, algumas variáveis e seus respectivos pesos. A proposta inicial eram seis variáveis que receberiam peso entre 1 e 10 e outra variável que receberia peso entre 1 e 5. Também foi estabelecido que cada curso receberia 0,5% da verba, e os demais valores seriam distribuídos conforme o resultado da aplicação da fórmula. As variáveis e pesos foram divididas do seguinte modo:

a - alunos de graduação em tempo integral, peso 1;

b - alunos de pós-graduação em tempo integral, peso 2 para alunos do mestrado (b1), peso 2,5 para alunos *doctor of philosophy* (PhD) (b2);

c - programas de certificação administrados pelo departamento, peso 1,5;

d - número total de horas-crédito, peso 1;

e - corpo docente em tempo integral, peso 1;

f - novos programas adicionados ao departamento, peso 10 (as variáveis referidas receberam peso de 1 a 10);

h - necessidade de melhoria da coleção, com base na avaliação, peso variável de 1 a 5, conforme o caso.

Quando o bibliotecário responsável pela avaliação do acervo não atribuía peso para a coleção (variável h), a comissão responsável pela aplicação da fórmula atribuía um peso considerando o julgamento da equipe.

O valor individual de cada departamento foi representado por W_i . Para calcular o valor devido que cada departamento receberia, estabeleceu-se a fórmula:

$$W_i = (a+b1+b2+c+d+e+f) h$$

O valor total de todos os departamentos foi representado por W_t . A alocação percentual foi representada por $A\%$ e a porcentagem total de alocação para todos os departamentos deveria somar 100.

Assim, obteve-se:

$$A\% = W_i / W_t \times 100$$

O orçamento final alocado de um departamento é igual ao fundo calculado da alocação percentual ($A\%$) mais o montante fixo do valor de participação igual.

É importante destacar que o propósito inicial dessa fórmula era promover a distribuição equitativa de um subsídio fornecido pelo National Endowment for the Humanities (NEH). O fundo foi destinado à aquisição de materiais monográficos nas áreas de humanidades e correlatos. A compra de outros tipos de materiais não era permitida, e isso foi considerado no momento em que a fórmula estava sendo elaborada (KALYAN, 2009).

Percebeu-se, então, tratar-se de uma fórmula muito básica e que não compreendia as diversidades dos suportes e tipos de materiais informacionais com os quais as bibliotecas da Universidade Seton Hall precisavam lidar. Optou-se, pois, pela modificação de alguns itens da fórmula para que ela pudesse ser utilizada de forma mais abrangente na universidade, e não só para alocação dos recursos específicos advindos da NEH (KALYAN, 2009).

Verificou-se que programas de pós-graduação e as necessidades do acervo, com base na avaliação, eram os fatores que mais impulsionavam o financiamento de um determinado departamento. Além disso, alguns departamentos não recebiam inscrições/matrículas em determinados períodos, e isso prejudicava a alocação. Assim, propôs-se que, independentemente do número de matrículas, cada departamento deveria receber um percentual mínimo (KALYAN, 2009).

Kalyan (2009) enfatiza que, conforme novos programas foram introduzidos na instituição, a eles era atribuída alta prioridade a fim de impulsionar a coleção. A constante avaliação das coleções também se mostra fundamental para que pesos maiores sejam atribuídos às coleções com maior deficiência, promovendo, assim, a sua melhoria. As

coleções que foram melhoradas receberam pesos menores, buscando um equilíbrio entre elas. Aderiu-se também a um plano de contingência, segundo o qual 10% do orçamento ficou reservado para situações mais emergenciais.

A experiência descrita por Kalyan (2009) revela a importância de elaborar fórmulas que reflitam as necessidades da comunidade atendida pela biblioteca, inclusive de flexibilizar pesos e variáveis conforme as mudanças de prioridade da instituição.

Paris (2007) também apresenta um relato importante sobre o uso de fórmulas para alocação de recursos. A Universidade Mount Saint Vincent, localizada em Nova Escócia, Canadá, utilizava uma fórmula para alocação de recursos que distribuía o orçamento entre 24 departamentos. Contudo, a documentação retrospectiva da instituição não permitia identificar como ocorrera a escolha dos componentes ou métodos utilizados para determinar a alocação. Os docentes tinham ampla participação na tomada de decisão, mas o modelo se mostrava deficiente, pois era alvo frequente de reclamações (PARIS, 2007).

A necessidade de aumentar o acesso a bases de dados multidisciplinares em detrimento das bases mais específicas também era um desafio que parecia inalcançável. Além disso, a onipresença da Internet fez surgir outras demandas para as coleções. Então, os principais desafios eram: lidar com uma fórmula de alocação desatualizada, compreender que ela havia sido concebida em um cenário em que as obras impressas eram predominantes — ou mesmo exclusivas —, e responder à demanda da comunidade por acesso remoto aos itens bibliográficos (PARIS, 2007).

Além de melhorar o processo de alocação de recursos, a equipe de bibliotecários da Universidade Mount Saint Vincent também buscava maior participação e autonomia nas decisões da biblioteca em face de uma participação julgada excessiva do corpo docente daquela instituição. Rotineiramente, os professores usavam a expressão “nosso dinheiro” (em tradução livre) para se referirem à verba que a biblioteca dispunha para compra de itens bibliográficos, e cuja intervenção do bibliotecário era praticamente inexistente na tomada de decisão (PARIS, 2007).

Após passar por uma revisão, a nova fórmula foi apresentada ao comitê da biblioteca, que apontou uma série de falhas. Percebeu-se que a menos que a biblioteca pudesse contar com um acréscimo no orçamento, a melhoria para um departamento só seria possível em detrimento de outro. A necessidade de submeter a fórmula à revisão das autoridades máximas da universidade também foi um fator que contribuiu negativamente para a implementação da nova fórmula (PARIS, 2007).

O grupo, então, decidiu não alterar a fórmula de alocação, mas incorporá-la dentro de um novo modelo de desenvolvimento de coleções. A fórmula, assim, foi mantida, e igualmente foi colocado em prática um novo modelo de desenvolvimento de coleções. Criaram-se grupos de fundos, e cada grupo contava com um bibliotecário mediador, que teria maior contributo na tomada de decisão (PARIS, 2007).

Em Paris (2007), é possível entender com clareza que a utilização de fórmulas para alocação de recursos em bibliotecas é complexo e envolve não somente questões matemáticas e escolha de variáveis, mas também políticas na instituição. Vale reforçar que elaborar, revisar ou alterar uma fórmula é uma atividade que envolve profissionais dentro e fora da biblioteca. No estudo relatado, observou-se ainda que, embora os problemas iniciais do acervo estivessem atribuídos à utilização de uma fórmula antiga, não foi suficiente nem viável que ela fosse alterada para melhorar as condições do acervo. Ao contrário, buscaram-se mudanças macro e enviesadas com questões institucionais para que o bibliotecário garantisse o espaço que lhe era devido em Formação e Desenvolvimento de Coleções.

FuLong Wu e Shelfer (2007) demonstram como foi efetuada a revisão de fórmula de alocação utilizada na Biblioteca William e Anita Newman, do Baruch College, localizada em Manhattan, Nova York, Estados Unidos. De acordo com o autor, a fórmula que estava sendo aplicada naquela instituição tornou-se uma expressão arbitrária após anos de ajustes, quando, era mister uma mudança expressiva na equação. Lá, recorreu-se à teoria da utilidade para decompor, revisar, simplificar e reformular a equação. Para tanto, sete etapas se fizeram necessárias:

- 1 engenharia reversa dos cálculos;
- 2 articulação da fórmula;
- 3 análise forense variável — definição de cada variável;
- 4 avaliação dos pesos associados a cada variável;
- 5 validação dos dados de origem;
- 6 teste do modelo existente; e
- 7 sugestão de melhorias.

No artigo intitulado “*Materials budget allocation: a formula fitness review*”, o autor discute as etapas 1 a 5 da revisão da fórmula. O artigo aborda não só a fórmula de alocação propriamente dita, mas também o conceito de sua decomposição, simplificação e teoria da utilidade multiatributo.

A etapa 1 compreendeu a engenharia reversa dos cálculos. A engenharia reversa é um processo no qual um objeto, dispositivo ou sistema é analisado detalhadamente para

compreender sua estrutura, funcionamento e princípios (CRUZ, 2021). A proposta de engenharia reversa dos cálculos, no caso retratado por FuLong Wu e Shelfer (2007), não galgou o êxito esperado, pois a inexistência de documentos que explicassem a origem e os ajustes realizados na fórmula de alocação ao longo dos anos dificultou chegar à sua origem (FULONG WU; SHELFER, 2007).

A etapa 2, articulação da fórmula, surgiu da decisão da equipe de desconstruí-la para então a rearticular. Essa etapa buscou identificar se as proporções utilizadas na fórmula da Biblioteca William e Anita Newman eram expressões ocasionais ou se encontravam justificção na Política de Desenvolvimento de Coleções da instituição. As etapas 3 e 4, respectivamente, análise forense variável e avaliação dos pesos associados a cada variável, funcionaram como resultado da etapa 2 e foram explicadas de forma interligada por FuLong Wu e Shelfer (2007).

Na etapa 3, a equipe responsável pelo estudo da fórmula, decidiu ponderar a subjetividade de cada variável, conforme exposto no quadro 4:

Quadro 4 - Demonstrativo do modelo para ponderação de variável, conforme FuLong Wu e Shelfer (2007)

Modelo de alocação atual		
Modelo de alocação atual: $L_i = H_i/H (3P+2E+2F+2I+D)$		
Fatores		
Importância	Variável	Fonte de dados
Mais importante	C: Circulação de materiais de biblioteca ¹ H: horas de crédito do aluno P: Custos de publicação E: Coleção existente F: Membros do corpo docente FTE I: Empréstimos/empréstimos entre bibliotecas D: Dependência de disciplina na biblioteca	Unidades de acesso à biblioteca/serviços ao usuário Registrador; pesquisa institucional; Reitor; Bibliotecário chefe Publicação de estatísticas da indústria; Desenvolvimento/gerenciamento de coleção de biblioteca Recursos Humanos; escolas; departamentos; faculdades Acesso à biblioteca/serviços de usuário e/ou unidades ILL Estudos bibliométricos; currículo do corpo docente; usar estatísticas; pesquisas; grupos de foco
Menos importante		
Menos importante; mais subjetivo		

Fonte: FuLong Wu e Shelfer (2007, p. 175, tradução nossa) com adaptações

¹ Como essa variável está incluída no modelo, ela é listada nesta tabela.

FuLong Wu e Shelfer (2007) não apresentaram maiores detalhes sobre quais critérios foram utilizados para ponderar as variáveis e também não as discutiram individualmente, porém pontuaram que a variável “C”, Circulação de materiais de bibliotecas,

foi afirmada como uma das mais importantes, mas que, por motivo desconhecido, não foi incluída na fórmula original. Sobre a variável “H”, Horas de crédito do aluno, FuLong Wu e Shelfer (2007) afirmaram não encontrar justificativa para que houvesse tratamentos tão distintos relativos a horas de crédito da graduação e da pós-graduação. As demais variáveis não foram comentadas.

Para a etapa 4, avaliação das evidências para os pesos associados a cada variável, os autores apresentaram a seguinte fórmula:

$$H = U + 5S + (10G)^2$$

Onde:

H = Horas de crédito do aluno;

U = Horas de crédito de estudante da graduação da divisão superior;

G = Horas de crédito da divisão de pós-graduação;

S = Um elemento de dados que não está definido e não é mais identificável.

Ao analisar os pesos atribuídos às variáveis, FuLong Wu e Shelfer (2007) defenderam que não havia argumentos que sustentassem a discrepância entre as horas dos alunos da graduação da divisão superior e dos alunos da pós-graduação. Também enfatizaram o fato de que a variável “S” é inexplicável. Propuseram, então, uma simplificação matemática da fórmula em:

$$H = U + 2G$$

Os autores salientaram que a fórmula de alocação utilizada na Biblioteca William e Anita Newman, do Baruch College, não refletia a política de coleções daquela instituição.

As etapas 6 e 7 foram explicadas em outro estudo, mas FuLong Wu e Shelfer (2007) relataram que decidiram abandonar a fórmula existente e optaram por desenvolver um novo modelo de decisão.

Os autores concluíram o trabalho considerando que a revisão e a adequação de fórmulas deveriam ser uma prática regular nas bibliotecas. Apontaram ainda para a necessidade de justificção das variáveis das fórmulas, e não a mera reprodução das variáveis já utilizadas em outras instituições. Segundo os autores, falta uma visão baseada em evidências para o estabelecimento de variáveis. Eles sugerem que um maior número de pesquisas empíricas seja realizado, a fim de se chegar a evidências que justifiquem o uso das variáveis.

Eles também alertam para o fato de, no caso por eles estudado, a PDC não abordar questões fundamentais ligadas à alocação de recursos, tornando nebuloso como as diretrizes para alocação realmente refletem nas coleções. FuLong Wu e Shelfer (2007) acentuam a importância de relacionar as políticas da biblioteca com as fórmulas de alocação de recursos, e que a prática deve ser baseada em evidências.

Em Flinchbaugh e Shirkey (2018), encontra-se também um importante relato sobre a mudança e implementação de uma fórmula em uma universidade na Carolina do Norte, Estados Unidos. As autoras explicam que, nessa universidade, usava-se uma fórmula criada pelo comitê de ensino do corpo docente, em 1981 e 1982. Contudo, a fórmula não agradava nem aos docentes, por desconsiderar a produtividade da pesquisa, nem aos bibliotecários, porque os dados essenciais para variáveis ponderadas eram difíceis de ser obtidos. Havia dados que era necessário solicitar ao cartório, cujo retorno sempre demorava, e também porque a equipe de avaliação de acervo percebeu que de fato precisava melhorar as coleções.

Após uma revisão de literatura, Flinchbaugh e Shirkey (2018) perceberam que a fórmula até então utilizada por elas possuía muitas variáveis ponderadas e excessivamente complicadas. Surgiu, então, a necessidade de elaborar uma fórmula mais simples, com fator de uso para circulação e preço.

Para elaboração de uma nova fórmula de alocação de recursos, as pesquisadoras levaram em consideração a realidade da própria biblioteca. Assim, por se tratar de uma biblioteca grande, que atendia a uma variedade de cursos e apresentava diferenças significativas no valor das obras, a variável preço se mostrou necessária bem como o fator uso. Os dados foram coletados e, após um ano de testes, a fórmula foi apresentada ao corpo docente da universidade, uma vez que eles tinham sido responsáveis pela elaboração da primeira fórmula. Solicitou-se também a aprovação ao comitê da biblioteca para que então a fórmula pudesse ser de fato modificada e implantada (FLINCHBAUGH; SHIRKEY, 2018).

O relato apresentado por Flinchbaugh e Shirkey (2018) é importante não só pela utilização da fórmula em si, mas também para chamar a atenção do quanto a elaboração de fórmulas deve ser contextualizada com a realidade da biblioteca na qual será implantada. Elas alertam também para o fato de que se as bibliotecas já contam com a utilização de fórmulas, é necessário fazer avaliações periódicas para verificar se a eficácia desejada está sendo alcançada. Observa-se ainda que a mudança da fórmula exigiu um estudo do acervo e um período razoável de testes. Quando a equipe considerou que a nova fórmula era adequada, foi necessária a aprovação das autoridades máximas da biblioteca, e, no caso em específico,

também contou com a aprovação docente, visto que os professores foram responsáveis pela elaboração da primeira fórmula.

Budd e Adams (1989) constataram em estudo realizado em 357 bibliotecas de diferentes localidades que somente 40,5% delas empregavam algum método para alocação de recursos. Eles também verificaram que a maior parte das bibliotecas que utilizavam fórmulas para alocar recursos financeiros o faziam com base em práticas anteriores, e não necessariamente consideravam a missão atual da instituição como norteadora do processo, o que influenciava a pouca representatividade relativa a Formação e Desenvolvimento de Coleções nos objetivos institucionais e interesses da comunidade. Em estudo mais recente, Halevi, Sugrim e Gizzi (2018) explicam que, nos últimos 40 anos, diversas metodologias voltadas para a utilização de fórmulas de alocação sistemática de fundos foram projetadas a fim de serem aplicadas em Formação e Desenvolvimento de Coleções. Contudo, não interessa saber somente sobre o aumento no uso de fórmulas para alocação de recursos financeiros, mas também como as fórmulas estão sendo elaboradas e aplicadas nas bibliotecas.

Noh (2009) aponta que, em bibliotecas universitárias coreanas, constatou-se um aumento significativo de assinaturas de recursos eletrônicos. No ano 2000, por exemplo, o percentual de 10,96% do orçamento era destinado à assinatura desses tipos materiais, aumentando para 19,0% em 2004. Tal constatação corrobora a necessidade de uma revisão constante dos indicadores e das ponderações utilizadas, visto que fatores externos e internos à instituição podem alterar a realidade em um dado momento. Por exemplo, as atualizações no mercado livreiro e a inflação.

Kalyan (2009) também reitera a necessidade de constantes revisões nas fórmulas de alocação. Para a referida autora, as constantes mudanças nas prioridades educacionais e as restrições orçamentárias vivenciadas na maioria das bibliotecas justificam a necessidade de revisões periódicas.

Essa metodologia de alocar recursos com base simplesmente em experiências de anos anteriores é apontada por Kalyan (2009) como a forma tradicional de alocação, e ela alerta para o fato de que isso tem se repetido em muitas bibliotecas.

Banks (2014) pontua que alocar o orçamento de uma biblioteca universitária de forma equitativa entre as disciplinas acadêmicas, departamentos ou escolas é um desafio recorrente enfrentado pela maioria dos gestores de bibliotecas. Anualmente, é necessário gerenciar os gastos com periódicos em todas as disciplinas e, ao mesmo tempo, apoiar novos programas de ensino e áreas de pesquisa em um orçamento já limitado. Além disso, as bibliotecas enfrentam as complexidades de um ambiente tecnológico em constante evolução,

com uma transição para coleções digitais mais custosas, e um regime financeiro mais restrito devido aos cortes de custos operacionais nas universidades.

Banks (2014), chefe de uma biblioteca em Londres, compartilha sua experiência profissional, que se assemelha à realidade brasileira, especialmente no que diz respeito aos desafios emergentes do ambiente tecnológico digital. É ressaltado que os modelos de alocação de recursos precisam se adaptar a essa nova realidade e se orientar cada vez mais para o meio eletrônico. Segundo Banks (2014), é comum recorrer às estatísticas de downloads de periódicos para tomar decisões sobre a alocação de recursos financeiros para assinaturas de periódicos e bancos de dados. No entanto, o autor considera esse método insuficiente, pois não leva em consideração o tipo de material predominantemente utilizado por uma determinada escola (curso/departamento), carga horária parcial de estudo, nível de estudo e outros fatores relevantes. Destaca-se a necessidade de utilizar fórmulas flexíveis que se adaptem melhor às mudanças do ambiente.

Nesta tese, são reconhecidos os desafios atuais na alocação de recursos financeiros para a compra de materiais informacionais, especialmente no que se refere à assinatura de bases de dados e periódicos eletrônicos. No entanto, a pesquisa adota um enfoque metodológico voltado para a aquisição de livros impressos destinados aos cursos de graduação, o que implica que as complexidades associadas à aquisição de materiais digitais não são abordadas aqui de forma aprofundada.

Bailey, Creibaum e Holloway (2017) realizaram um workshop em que apresentaram instruções detalhadas sobre como criar uma fórmula de alocação de desenvolvimento de coleções baseada em planilha do Excel. Destacou-se que quando uma biblioteca decide desenvolver e utilizar uma fórmula de alocação de recursos para o desenvolvimento de coleções é essencial documentar todo o processo de forma minuciosa. Isso inclui registrar os motivos pelos quais certos fatores foram escolhidos ou não, além de descrever como e onde os dados para a fórmula foram coletados. Essas informações serão extremamente importantes para futuras execuções da fórmula, seja para sua repetição com dados atualizados ou para possíveis modificações nos fatores ou pesos atribuídos. (BAILEY; CREIBAUM; HOLOWAY, 2017).

Bailey, Creibaum e Holloway (2017) recomendam que toda a documentação da fórmula seja armazenada em uma unidade compartilhada ou outro local de acesso compartilhado. Isso garantirá que a execução consistente da fórmula possa continuar no futuro, mesmo diante de mudanças no pessoal responsável. É fundamental encarar a fórmula

como um documento vivo, que pode precisar ser modificado de tempos em tempos, conforme as circunstâncias mudem na biblioteca e/ou instituição.

Se, por um lado, a utilização de fórmulas para alocar recursos financeiros destinados à compra de materiais informacionais contribui para um processo de Formação e Desenvolvimento de Coleções mais equânime, por outro, seu uso desmedido e descontextualizado pode incorrer em prejuízos para o acervo. Fórmulas de alocação de recursos não são, portanto, fórmulas mágicas, mas sim instrumentos que, quando bem formulados, aplicados e somados a outros fatores, favorecem grandemente o desenvolvimento de uma coleção equitativa. Faz-se necessário pensar as coleções de modo que os procedimentos adotados garantam uma harmonia entre os objetivos e a missão da instituição em sua integralidade.

O Brasil possui uma escassa literatura que aborda a utilização de recursos financeiros para aquisição de materiais informacionais em bibliotecas. É curioso o fato de Ismail (2007, p. 59, tradução nossa) iniciar seu artigo com a seguinte frase: “a maioria de nós, no negócio de desenvolvimento de coleções, está familiarizada com o uso de fórmulas que nos ajuda a dividir os orçamentos de livros para que eles possam ser alocados de forma mais equitativa entre os departamentos”.

Cabe destacar que as fórmulas de alocação de recursos financeiros desempenham um papel importante tanto na função de seleção de materiais informacionais quanto na captação de recursos. No que se refere à função de seleção, essas fórmulas auxiliam os bibliotecários a tomar decisões embasadas sobre quais materiais informacionais devem ser adquiridos. Ao estabelecer critérios objetivos, como a relevância para o currículo acadêmico, a demanda dos usuários ou a qualidade acadêmica das publicações, as fórmulas contribuem para a priorização dos recursos a serem adquiridos, garantindo que os investimentos sejam direcionados de forma estratégica. (BUDD, 1991; MITCHELL, 2018).

No que diz respeito à captação de recursos, o uso de fórmulas de alocação pode favorecer critérios transparentes e justos para a distribuição dos recursos financeiros, permitindo que as bibliotecas apresentem argumentos sólidos para obter financiamento adicional junto às instituições de ensino e pesquisa, agências governamentais e outras fontes de financiamento. As fórmulas ajudam a demonstrar a necessidade desses recursos para aprimorar a qualidade dos serviços bibliotecários e atender às demandas da comunidade acadêmica. (BUDD, 1991; MITCHELL, 2018).

Ismail (2007) posiciona-se como alguém que vivencia experiências na Universidade do Cairo, no Egito. A familiaridade narrada por Ismail também é notada entre

os autores aqui citados, mas de algum modo o Brasil parece ter ficado à margem dessas discussões. Sendo assim, mostra-se salutar o debate sobre o assunto no território brasileiro.

5.1 O cenário brasileiro

Observa-se que a literatura científica brasileira que aborda a aquisição de materiais informacionais no contexto do processo de Formação e Desenvolvimento de Coleções Informacionais é incipiente. E no que se refere especificamente à utilização de fórmulas matemáticas para aquisição de materiais informacionais, o assunto é quase inexistente.

Em 1974, Briquet de Lemos traduziu e publicou na *Revista de Biblioteconomia* um artigo da autoria de Morris A. Gelfand, cujo título é “Política de aquisição em bibliotecas universitárias: planos programas, individuais e cooperativos, de formação de acervos”. O foco do artigo não é o mesmo desta tese, mas apresenta pontos interessantes que merecem destaque.

Gelfand (1974) defende que, diante de custos cada vez mais altos para aquisição de materiais informacionais, seria necessário que as bibliotecas aderissem a um programa de aquisição cooperativa e que, para tanto, seria necessário que a PDC das bibliotecas participantes fosse cuidadosamente planejada. O autor ressalta que “é virtualmente impossível hoje em dia que alguma biblioteca por maior que seja e por maiores recursos que tenha ao seu dispor, possa acompanhar o fluxo sempre crescente de novas publicações ou adquirir todas as obras [...]” (GELFAND, 1974, p. 155-156).

O artigo de Gelfand (1974) também apresenta reflexões importantes sobre as dificuldades que bibliotecários norte-americanos encontravam para elaborar um plano de aquisição, por exemplo: a falta de tempo, o excesso de autoridade que era conferido aos docentes e que, portanto, deixavam bibliotecários sem poder de decisão. O autor defende ainda que uma “política de aquisição pode “servir como base do planejamento e elaboração do orçamento-programa [...]” (GELFAND, 1974, p. 159).

O mesmo autor discute ainda o fato de que “a biblioteca universitária é uma entidade que presta serviços e não tem condições por si mesma de ‘racionalizar’ as decisões quanto aos programas” (GELFAND, 1974, p. 159), mas que isso não é justificativa para que o bibliotecário assuma uma postura inerte, ao contrário, defende que é necessário assumir postura de liderança participando ativamente das decisões referentes à aquisição de materiais informacionais.

O artigo de Gelfand (1974) foi elaborado no contexto de universidades norte-americanas, mas é mencionado nesta tese como um marco para a literatura brasileira em razão de ter sido traduzida para o português com certo pioneirismo, quando se pensa em textos científicos que tenham como foco a aquisição de materiais informacionais. Aspectos como o número de matriculados também é colocado com um ponto importante em um plano de aquisição (GELFAND, 1974), e isso pode acabar reverberando nas fórmulas de alocação de recursos financeiros quando em uso nas bibliotecas.

Mais tarde, em 1981, uma nova publicação marca a literatura nacional brasileira. Resultados de pesquisas bibliográficas realizadas durante esta tese indicam que a dissertação de Guerreiro (1981), defendida no curso de mestrado em Administração de Bibliotecas da Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais, é o primeiro trabalho científico nacional que aborda especificamente a alocação de recursos financeiros destinados à compra de materiais informacionais. A própria autora afirma que: “a alocação de recursos para material bibliográfico nunca foi discutida na literatura brasileira” (GUERREIRO, 1981, p.12).

Guerreiro (1981) aponta que a utilização de fórmulas para alocação de recursos surgiu para evitar a monopolização de recursos financeiros por parte de unidades com mais força dentro da instituição. Com o passar do tempo, mais que controlar, fez-se necessário utilizar variáveis que pudessem ser utilizadas como critérios para uma distribuição mais equitativa dos recursos financeiros. E a partir da década de 70, houve maior interesse em utilizar fórmulas para alocar esses recursos. Ao pesquisar a realidade brasileira, Guerreiro (1981) constatou que:

- a) “No Brasil, a alocação de recursos para material bibliográfico ainda não é considerada como competência das bibliotecas centrais universitárias” (GUERREIRO, 1981, p. 6).
- b) “Grande parte das bibliotecas estudadas não tem nenhuma participação no desenvolvimento de coleção, a não ser no processo burocrático da compra de material bibliográfico” (GUERREIRO, 1981, p. 6).
- c) “A administração centralizada das bibliotecas, que deixam a tarefa de alocação a cargo de outros órgãos, pode ser questionada” (GUERREIRO, 1981, p. 6).
- d) “A maioria das bibliotecas estudadas não têm procurado criar condições para desenvolver uma distribuição de recursos menos subjetiva” (GUERREIRO, 1981, p. 6).

- e) “O número reduzido de pessoal auxiliar dedicado à seleção e aquisição leva o bibliotecário existente a assumir tarefas deste, negligenciando o desenvolvimento da coleção” (GUERREIRO, 1981, p. 6).
- f) “Enquanto os autores estrangeiros propõem na literatura sofisticadas fórmulas matemáticas para distribuição de recursos, no Brasil a maioria das bibliotecas estudadas não possui critérios estabelecidos para alocação” (GUERREIRO, 1981, p. 6).
- g) “Não se pode padronizar os critérios para distribuição de recursos, pois as bibliotecas pertencem a instituições com características peculiares” (GUERREIRO, 1981, p. 6).

A referida autora considera que a alocação de recursos financeiros destinados à compra de materiais informacionais seja de competência dos bibliotecários, pois é na biblioteca e por meio dos bibliotecários que se constrói e mantém acervos, é também onde se tem conhecimento dos pontos fortes e fracos das coleções, e é dever do bibliotecário estar familiarizado com o custo dos materiais. Nos estudos desenvolvidos por bibliotecários dentro da biblioteca, pode-se ter acesso a dados quantitativos de uso das coleções e dos usuários; além disso, é a biblioteca que fica encarregada de justificar aos usuários as aquisições realizadas. Logo, não convém que o referido processo de alocação seja realizado por outro setor.

A dissertação de Guerreiro (1981) relata algumas dificuldades para realizar a pesquisa, das quais a mais significativa parece ter sido encontrar respondentes para o questionário. Porém, ainda assim foi um trabalho importante para iniciar debates sobre o tema e contribuir com a compreensão inicial, embora, mais de quatro décadas depois, ele ainda seja pouco discutido. É relevante ressaltar que, desde a pesquisa de Guerreiro (1981), ocorreram mudanças significativas no cenário brasileiro, impulsionadas, por exemplo, pelo avanço da inovação tecnológica. Atualmente, observamos um maior número de universidades, bibliotecas universitárias e bibliotecários, acompanhados pela incorporação de tecnologias e práticas inovadoras no contexto informacional. Assim, considerando a população da pesquisa e as muitas mudanças que aconteceram desde 1981, a presente tese apresenta uma pesquisa que em muito difere daquela desenvolvida por Guerreiro (1981).

Cabe esclarecer que a escassez de informações científicas sobre o assunto não quer dizer, obrigatoriamente, que na prática as bibliotecas não utilizem fórmulas estatísticas e/ou matemáticas ou outras modelagens para alocar os recursos financeiros destinados à

compra de materiais informacionais, significa somente ausência de publicações científicas sobre o tema.

A dificuldade em recuperar documentos que apresentem relatos sobre como a alocação de recursos vem sendo praticada nas bibliotecas pode dificultar o entendimento e colaborar para diminuir a familiaridade dos profissionais com o tema, o que pode provocar, assim, estranhamento e a falsa sensação de tratar-se de algo complexo e de difícil aplicação.

Lima e Figueiredo (1984) publicaram no periódico *Ciência da Informação* um artigo em que é possível verificar um pouco mais de ênfase na etapa de aquisição, quando comparada às outras etapas de Formação e Desenvolvimento de Coleções, contudo o artigo não trabalha aspectos ligados à alocação de recursos financeiros. Porém, ainda assim é importante destacar o posicionamento das autoras em relação ao protagonismo que o bibliotecário deve ter frente o processo de Formação e Desenvolvimento de Coleções das bibliotecas, pois, segundo elas, é o profissional bibliotecário que detém a visão conjunta das coleções, enquanto especialistas focam somente em seu campo de atuação.

O presente estudo, no entanto, discorda das autoras supracitadas, quando elas afirmam que “é importante o bom senso do profissional” (LIMA; FIGUEIREDO, 1984, p. 139). Atribuir ao profissional que lida com Formação e Desenvolvimento de Coleções a necessidade de “bom senso” revela certo grau de subjetividade. Ora, dentro do “bom senso” cabe diversos julgamentos, diferentes opiniões, pontos de vista e preferências, e tamanha subjetividade dificulta o acompanhamento da lisura dos procedimentos.

Enfatiza-se nesta tese que trabalhar com coleções de materiais informacionais requer profissionalismo, procedimentos racionalmente estruturados e transparentes, sempre acompanhado de estudos que validem a razão de existir de cada um dos processos que forem determinados e que, sobretudo, sejam pensados e criados para atendimento às necessidades do público, com a devida possibilidade de acompanhamento por parte dos que assim desejarem. Entende-se que isso se deva mais à lógica, lisura, ética e transparência processual do que ao “bom senso”.

Sacomano, Fernandes e Silva, em 1988, publicaram um trabalho em que a alocação de recursos financeiros destinados à aquisição de material bibliográfico era o tema central. Os autores identificaram deficiências nas bibliotecas universitárias que incluíam principalmente a inexistência de padrões para avaliação de desempenho das bibliotecas e “inexistências de processo organizado para alocação de recursos e seleção de material bibliográfico a ser adquirido.” (SACOMANO; FERNANDES; SILVA, 1988, p. 179).

Os autores referidos mencionam a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e suas iniciativas para estabelecer um programa destinado à aquisição de material bibliográfico. E refletem sobre o fato de que antes da implantação do programa, que ocorreu em 1980, eram claras as distorções entre os acervos.

Os autores supracitados, relatam que com o passar dos anos, a política praticada na UFSCar tornou-se fragilizada e houve a necessidade de atualização. Tal realidade mostra-se em consonância com as reflexões já apresentadas na seção anterior, pois diz-se repetidamente da necessidade de constante revisão das Políticas de Formação e Desenvolvimento de Coleções informacionais.

Após algumas revisões, foi estabelecido na UFSCar a utilização da seguinte fórmula para alocação de recursos financeiros destinados à compra de materiais informacionais:

$$C_{mi} = K_{li} \cdot C_{ni} + K_{2i} \cdot C_{ei}$$

Em que:

K_{li} é a fração de livros nacionais sobre o total de livros para o departamento i ;

C_{ni} é o custo médio para livros nacionais do departamento i ;

K_{2i} é a fração de livros estrangeiros sobre o total de livros para o departamento i ;

C_{ei} é o custo médio para livros estrangeiros do departamento i (SACOMANO; FERNANDES; SILVA, 1988, p. 187).

Os autores consideram que com a utilização da fórmula o processo de aquisição agilizou as tomadas de decisão relacionadas à aquisição de materiais informacionais, pois ele se deu de forma mais dinâmica e otimizada. Quanto à metodologia de aplicação, relatam que foi de fácil aplicação e que proporcionou maior envolvimento dos docentes e discentes com o processo.

Schmidt, Prysthon, Rocha e Rocha (1991) realizaram uma revisão bibliográfica sobre alocação de recursos destinados à compra de materiais informacionais e, em seguida, apresentaram o caso da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Os autores assinalam que:

A história do processo de aquisição do Sistema de Bibliotecas da UFPE mostra que a falta de um instrumento referencial sobre alocação de recursos tem trazido como consequência vários desacertos, tais como morosidade, injustiça e parcialidade do processo, insatisfação e divergências entre os docentes dos vários cursos, benefícios para alguns e prejuízos para outros, como também o desgaste dos profissionais responsáveis pela aquisição e até da própria direção da BC (SCHMIDT; PRYSTHON; ROCHA; ROCHA, 1991, p. 209).

Embora a literatura nacional sobre alocação de recursos financeiros destinados à compra de materiais informacionais seja escassa, parece haver uma congruência em identificar que a ausência de fórmulas para tal finalidade é um problema que deveria ser combatido. Contudo, décadas depois da publicação desses estudos, a problemática ainda é ignorada, ao menos é o que se deduz diante da pouca reflexão científica sobre o assunto.

Ao iniciar os trabalhos para implantação de uma fórmula para alocação de recursos destinados à compra de materiais informacionais na UFPE, a equipe fez consulta direta a outras universidades com o objetivo de verificar como a questão estava sendo trabalhada. Contudo, não foi uma experiência exitosa, e a equipe optou por trabalhar, então, com base em experiências norte-americanas (SCHMIDT; PRYSTHON; ROCHA; ROCHA, 1991, p. 209).

A metodologia seguida pela equipe da UFPE deixou de fora modelos que estavam focados em “índices de inflação, circulação de livros e número de publicações anuais em cada assunto/área”. Tal condição se justifica diante das dificuldades em conseguir tais informações de forma satisfatória. A equipe da UFPE trabalhou em parceria com professores do curso de Estatística, que receberam algumas fórmulas para analisar e puderam, assim, levantar variáveis que poderiam ser utilizadas na UFPE (SCHMIDT; PRYSTHON; ROCHA; ROCHA, 1991, p. 209).

No trecho supracitado, dois aspectos merecem ser destacados. O primeiro diz respeito à flexibilidade, pois a equipe identificou que alguns modelos não poderiam ser aplicados à UFPE, e recorreram a modelos mais condizentes com a realidade da instituição. O segundo é relacionado à personalização, pois mesmo dispondo de fórmulas já prontas, a equipe buscou estabelecer uma fórmula personalíssima que atendesse de fato aos interesses das bibliotecas da UFPE. Ou seja, as fórmulas que já são utilizadas de forma exitosa em outras instituições não necessariamente poderão ser aplicadas em todas as bibliotecas. O contexto e os objetivos da instituição bem como a situação real do acervo e outras características é que deverão ser estudados para elaboração de uma fórmula que atenda satisfatoriamente à biblioteca.

À época em que o estudo de Schmidt, Prysthon, Rocha e Rocha (1991) foi desenvolvido, um mapeamento das bibliotecas que integram o sistema de bibliotecas da UFPE foi realizado a fim de estabelecer uma fórmula que pudesse considerar as especificidades dos cursos atendidos por essas bibliotecas. Chegou-se ao seguinte modelo analítico:

$$PVR_i = \alpha_1 CGR + \alpha_2 CPG + \alpha_3 DOC + \alpha_4 INS + \alpha_5 ACV + \alpha_6 MGU + \alpha_7 CML + \alpha_8 TPU, i = 1, 2, \dots, 19$$

Em que:

PVR = porcentagem da verba a ser recebida;

CGR e CPG = número de cursos de graduação e de pós-graduação;

DOC = número de docentes;

INS = número de inscritos na biblioteca;

ACV = acervo da biblioteca;

MGU = média geral de uso;

CML = custo médio do livro;

TPU = número de trabalhos publicados por docente;

$\alpha_1, i = 1, \dots, 8$ = peso atribuído a cada variável em função de sua importância (SCHMIDT; PRYSTHON; ROCHA; ROCHA, 1991, p. 214).

A equipe da UFPE simulou diferentes situações para verificar a aplicabilidade da fórmula e por fim, consideraram que a fórmula foi concebida com base nas características da bibliotecas da instituição, mas que é possível a utilização e adaptação da fórmula por outras bibliotecas (SCHMIDT; PRYSTHON; ROCHA; ROCHA, 1991).

A experiência da UFPE é uma narrativa importante para que se tenha entendimento sobre como é necessário agir para estabelecer uma fórmula para alocação de recursos financeiros destinados à compra de materiais informacionais. Ressalta-se a necessidade de um mapeamento da biblioteca, formação de parceria com estatísticos e/ou matemáticos, flexibilidade, atribuição de pesos conforme a realidade local e claro, interesse no assunto. O artigo de Schmidt, Prysthon, Rocha e Rocha (1991) assume um papel relevante na literatura científica brasileira ao abordar o tema em questão, contribuindo para a compreensão da realidade nacional nessa área específica.

Sacomano (1991) publicou um trabalho em que apresenta informações importantes sobre o planejamento orçamentário em bibliotecas universitárias e, de certo modo, aborda a alocação de recursos financeiros destinados à compra de materiais informacionais. O trabalho busca identificar variáveis que podem interferir nas questões orçamentárias das 57 bibliotecas participantes da pesquisa.

Nesse contexto, o planejamento orçamentário é entendido como indispensável à biblioteca universitária, pois “[...] estabelece os objetivos específicos a serem atingidos e prevê os recursos necessários para atingi-los” (SACOMANO, 1991, p. 47). A pesquisa indica

que o planejamento orçamentário era uma realidade distante nas bibliotecas e se encontrava por vezes fragilizado, descontinuado e até mesmo ausente. Não obstante,

[...] não sendo a informação um produto concreto e palpável, o conceito de que a mesma representa um recurso valioso tem sido apreendido com dificuldade pelas instâncias que representam o poder decisório, em nível estratégico, seja no âmbito governamental ou institucional (SACOMANO, 1991, p. 48)

Na década de 70, também foi discutida a necessidade de padrões mínimos em bibliotecas universitárias. No entanto, os padrões norte-americanos não poderiam ser exitosamente aplicados à realidade brasileira, dadas as especificidades de cada país. Tais discussões em território brasileiro foram empreendidas em trabalhos voltados para o planejamento de sistemas de informação (SACOMANO, 1991, p. 47).

Oportunamente, o Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU) aprovado pelo MEC, Portaria Ministerial n.º287 de 24 de abril de 1986, foi uma iniciativa que buscou a possibilidade de melhorias nas bibliotecas universitárias e foi fortemente influenciado pelo contexto econômico que era vivido no país, porém o processo foi descontinuado (SANTOS; NUNES; SILVA; ARAÚJO, 2019). E em 1991, período em que o artigo de Sacomano foi publicado, parecia ser ainda um plano em que muitos bibliotecários depositaram suas esperanças.

Referindo-se ao planejamento orçamentário e retomando Sacomano (1991, p. 53), “através da diretriz III, o PNBU (1990) já propõe ações que, concretizadas, representam determinantes significativas nessa questão”. Observa-se, então, um contexto em que havia esperança de que com a consolidação do PNBU pudesse haver também avanços no planejamento orçamentário das bibliotecas.

Os principais resultados apontados por Sacomano (1991) ao analisar 57 bibliotecas universitárias brasileiras mostrou uma realidade em que havia problemas de conceituação “sobre o que seja unidade orçamentária, tipos de centralização ou coordenação e elementos de despesa” (SACOMANO, 1991). Além disso:

- somente 15,5% das bibliotecas participantes da pesquisa afirmaram participação em órgãos colegiados que tratam de questões orçamentárias e alocação de recursos;
- as bibliotecas não se constituíam efetivamente como unidades orçamentárias das universidades;
- a administração superior das universidades não aceitavam ou aplicavam muitas restrições ao orçamento elaborado pelas bibliotecas;
- 47,6% das bibliotecas afirmaram realizar previsão orçamentária;

- dados históricos de aquisição eram, por maior parte das bibliotecas, o único critério utilizado para elaborar previsões orçamentárias.

Chega-se à conclusão de que “são pouquíssimas as bibliotecas que utilizam um conjunto de variáveis como instrumento para elaborar a previsão orçamentária de forma adequada às reais necessidades” (SACOMANO, 1991, p. 57). A pesquisa também observou que as bibliotecas costumavam reservar a maior parte do orçamento para manutenção do acervo de periódicos e que, apesar de algumas precariedades, foi possível “demonstrar que a preocupação com a atividade de planejamento, no ambiente das bibliotecas universitárias, tem apresentado progressos” (SACOMANO, 1991, p. 57).

Sacomano (1991) observa ainda que 35,5% das bibliotecas informaram que havia um percentual fixo que a instituição destinava para compra de materiais informacionais, mas somente 2,2% afirmaram que havia um instrumento formal para essa definição.

Outra importante constatação de Sacomano (1991) foi que 60% das bibliotecas afirmaram adotar uma política formal de alocação de recursos financeiros, mas somente 11% delas apontaram quais conjuntos de variáveis utilizam para esse fim.

A maioria delas utiliza variáveis isoladas, tais como número de docentes, número de alunos, número de vagas, número de cursos, número de disciplinas, custo médio do material bibliográfico, etc., sendo que a mais utilizada se refere a sugestões ou solicitações de usuários. Nota-se uma grande variedade de fatores, porém poucas bibliotecas os utilizam em conjunto, de forma a se estabelecer uma política para a aplicação dos recursos destinados a material bibliográfico. (SACOMANO, 1991, p. 60-61)

De modo geral, Sacomano (1991) considera crítica a forma como as bibliotecas estavam lidando com questões orçamentárias e pontuou que a instabilidade econômica vivida à época e o pouco mérito concedido às bibliotecas universitárias poderiam ser fatores que influenciaram negativamente nas questões orçamentárias das bibliotecas. E sugere que as bibliotecas busquem “assegurar sua participação nas instâncias envolvidas com o planejamento orçamentário e distribuição de recursos” (SACOMANO, 1991, p. 63) para então garantir “a oportunidade de pleitear os recursos necessários para o seu desenvolvimento”. (SACOMANO, 1991, p. 63). Também pontua que é necessário que a equipe da biblioteca busque mais conhecimento sobre planejamento orçamentário e opere com tratamento sistemático de dados, além de procurar uniformizar os procedimentos para previsão e avaliação orçamentária.

A pesquisa de Sacomano (1991) tem grande representatividade para estudos voltados à alocação de recursos financeiros destinados à aquisição de materiais informacionais, pois embora não trate especificamente do assunto, faz uma abordagem geral

sobre planejamento orçamentário em bibliotecas e acaba por influenciar questões ligadas à alocação de recursos. O trabalho também é importante por conta dos resultados que apresenta e que podem ser utilizados para comparações com realidades mais atuais.

Vicentini *et al.* (2006) relatam a experiência da Unicamp com alocação de recursos financeiros destinados à compra de materiais informacionais. A pesquisa apresenta o ano de 2001 como um marco para o Sistema de Bibliotecas da Unicamp, pois foi quando o sistema passou a ter anualmente um valor específico para aquisição de livros para alunos de graduação, e até então adotava-se o preço médio do livro e a quantidade de exemplares que deveria ser comprado para cada biblioteca como base para a distribuição dos recursos. Até 2004, esse foi o raciocínio usado pelo sistema de biblioteca da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) para alocar os recursos para compra de livros (VICENTINI *et al.*, 2006).

Em 2005, diante da percepção de que era necessário mudar os métodos, bibliotecários e professores da Unicamp se reuniram para pensar em uma nova fórmula para alocar recursos financeiros destinados à compra de materiais informacionais que fossem mais condizentes com a nova realidade institucional. Após a realização dos estudos, uma nova metodologia passou a ser construída. As decisões iniciais apontaram para a necessidade de:

1. fixar um percentual de 2% do montante total da verba para a Biblioteca Central e de 1% para Colégios Técnicos e Centros e Núcleos;
2. fixar 2% do montante total da verba como fundo de reserva para ser usado, após aprovação pelo Órgão Colegiado do SBU, na criação de novos cursos ou outras situações que justifiquem o uso;
3. avaliar as reais necessidades de cada biblioteca de Unidades de Ensino para estabelecer a distribuição dos recursos, considerando as disciplinas ministradas por estas unidades de ensino e o total de alunos atendidos;
4. fixar para cada biblioteca de Unidade de Ensino um percentual mínimo de 2% e máximo de 9% sobre a verba total. (VICENTINI *et al.*, 2006, p.6-7).

Também foi definido que os três critérios mais importantes seriam:

- a) número de alunos matriculados em disciplinas oferecidas pela unidade de ensino no ano anterior;
- b) preço médio dos livros comprados pela biblioteca correspondente, considerando os valores dos livros solicitados entre os anos anteriores;
- c) situação ideal de acordo com o MEC – 1 livro a cada 10 alunos (por disciplina).

Foi necessário estabelecer um valor ideal para cada uma das 21 bibliotecas do Sistema de Biblioteca da Unicamp, a fim de conseguir atingir os objetivos institucionais com base nos critérios citados anteriormente. Para calcular o valor ideal para cada biblioteca foi utilizada a fórmula:

$$v = (\text{n.º de matrículas da unidade da biblioteca}/10) * (\text{preço médio do livro}).$$

Após identificação do valor ideal para cada biblioteca e o somatório de todos os valores, foi possível chegar a um valor que foi denominado verba ideal, que seria R\$ 1.262.832,10 (um milhão e duzentos e sessenta e dois mil e oitocentos e trinta e dois reais e dez centavos), ou seja, esse valor representa quanto o sistema de bibliotecas da Unicamp deveria receber para atender a toda a demanda de materiais informacionais, conforme critérios estabelecidos pela comissão (VICENTINI *et al.*, 2006).

O valor ideal, uma vez que a instituição não poderia fornecer todo o montante, foi utilizado para definir o percentual que cada biblioteca deveria receber com base no valor que a instituição disponibilizasse para aquisição de materiais informacionais do sistema de bibliotecas (VICENTINI *et al.*, 2006).

A experiência relatada em Vicentini *et al.* (2006) é um importante relato para a literatura científica brasileira, pois revela não só uma alocação de recursos financeiros que se concretiza a partir de critérios claros, objetivos e pré-estabelecidos, mas também a necessidade de que tais metodologias precisam ser revisadas e, se for o caso, redefinidas conforme a necessidade institucional.

Strehl, Scharnberg, Horowitz e Castanho (2010) também deram contribuições à literatura científica em artigo que aborda a gestão de recursos financeiros destinados à aquisição de materiais informacionais. As referidas autoras relatam um cenário de maciço investimento na compra de materiais informacionais para o Sistema de Biblioteca da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), mas que, diante da dificuldade em distribuir os recursos de forma proporcional entre as bibliotecas do sistema, houve a necessidade de aperfeiçoar o método de distribuição.

Chama atenção o fato de que essa necessidade foi sentida em uma ocasião de bonança, e não de escassez, colocando em evidência que seguir metodologias/modelagens para alocar recursos destinados à compra de materiais informacionais se faz necessário em diferentes situações. A publicação de Strehl, Scharnberg, Horowitz e Castanho (2010) se constitui como um importante relato de experiência de que dedicar-se a melhorias no processo de alocação de recursos financeiros destinados à compra de materiais informacionais é inerente ao processo de aquisição em si, e não ao processo de aquisição em tempos de crise econômica.

Pensou-se, então, em um sistema de informações que pudesse auxiliar nesse processo de alocação de recursos financeiros. Daí é que surge o BiblioGrad, cujo processo de construção é descrito no artigo supracitado. Em síntese, trata-se de um sistema que congrega

informações sobre o acervo já existente no sistema de bibliotecas da UFRGS com as bibliografias constantes nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação da instituição (STREHL; SCHARNBERG; HOROWITZ; CASTANHO, 2010).

O BiblioGrad gera relatórios que permitem ao gestor, por exemplo, identificar quais obras existentes no acervo são citadas nos planos de ensino e, a partir de critérios pré-estabelecidos, o sistema pode identificar deficiências no quantitativo de exemplares, além de, com o uso de fórmulas, determinar seu número ideal; identificar carências de acervo e definir como os recursos devem ser alocados entre as bibliotecas (STREHL; SCHARNBERG; HOROWITZ; CASTANHO, 2010). A fórmula utilizada pelo BiblioGrad para definir como os recursos devem ser alocados entre as bibliotecas é:

$$R_i = \frac{k_i c_i \sum_j P_{ji}}{\sum_i k_i c_i \sum_j P_{ji}} A$$

Em que:

\sum_j é o somatório de todas as obras de uma biblioteca “i”;

\sum_i é o somatório de todas as bibliotecas;

R_i é o recurso a ser recebido pela biblioteca “i”;

A é o valor total do orçamento a ser distribuído;

K_i é o preço médio dos livros da área da biblioteca “i”;

C_i é a distância percentual do acervo da biblioteca “i” em relação ao acervo ideal necessário para o atendimento da demanda (STREHL; SCHARNBERG; HOROWITZ; CASTANHO, 2010, p. 112).

As autoras relatam que, inicialmente, o BiblioGrad apresentou bons resultados, mas que ainda são necessários aperfeiçoamentos. De qualquer modo, a iniciativa de criação desse sistema e a publicação do relato de experiências representam um marco para a alocação de recursos financeiros destinados à aquisição de materiais informacionais. As experiências internacionais e nacionais apontam para o fato de que a metodologia empregada para alocar recursos financeiros é um processo que necessita ser revisado e melhorado na medida em que a instituição também passa por mudanças.

Santos (2014) identificou que nas bibliotecas da UFPE a ausência de um documento oficial com registro dos procedimentos que devem ser adotados para compra de materiais informacionais constitui um problema. Por isso, se dedicou a estudar “o processo de

aquisição de materiais bibliográficos por compra gerenciado pelo SIB/UFPE, com foco para o processo de compras do Curso de Gestão da Informação realizado entre os anos de 2008-2012” (SANTOS, 2014, p. 19).

A referida pesquisa merece destaque não por causa do foco na utilização de fórmulas para aquisição de materiais informacionais, mas porque apresenta informações importantes relacionadas ao assunto, além de fazer um levantamento sobre como algumas instituições federais de ensino superior realizam seus processos de aquisição e descrever ainda o processo de compra de materiais bibliográficos realizados na UFPE. A autora informa, por exemplo, que “a direção da Biblioteca Central anualmente planeja o valor a ser destinado para compra de materiais bibliográficos e outros materiais tomando por base os valores que as Bibliotecas Setoriais solicitam no ano anterior” (SANTOS, 2014, p. 64).

Outro ponto que merece destaque na dissertação de Santos (2014) é a problemática no quantitativo de exemplares adquiridos pelas bibliotecas. Os entrevistados das bibliotecas setoriais afirmam não terem controle sobre o quantitativo de exemplares que serão recebidos pelas bibliotecas e que essa seria uma questão da Biblioteca Central; afirmam também que não sabem do quantitativo de recursos financeiros que cada biblioteca pode usufruir para compra de materiais informacionais. Em Santos (2014), implicitamente, percebe-se que as bibliotecas setoriais desconhecem os critérios que são utilizados pela Biblioteca Central para alocar os recursos financeiros destinados à compra de materiais informacionais.

Se por exemplo, o total da verba disponível fosse 1 milhão de reais e uma única setorial solicitasse 700 mil, então nós tínhamos que fazer, às pressas, alguns cortes. Se eram solicitados 10 exemplares, então nós só podíamos liberar 2, por exemplo. Era feito dessa forma. Não existia um critério, nós tínhamos que **usar a intuição**: tirávamos 2 daqui, atendíamos 3 de 10 solicitados... e assim íamos ajustando até chegar ao valor que nós poderíamos liberar por Centro (CHEFE DA DAQ, 2013 *apud* SANTOS, 2014, p. 82, grifo nosso).

Destaca-se também o seguinte trecho:

A ex-diretora do SIB relata que a distribuição das verbas se baseava em um estudo matemático/estatístico, realizado pela BC e PROPLAN, que levava em consideração critérios como número de alunos por Centro, número de cursos do Centro, relatórios de empréstimo e reservas de livros das Bibliotecas setoriais. A aplicação dos princípios da racionalidade remete a uma compreensão da razão lógica empregada nas atividades e se estas cumprem com objetivos da instituição, que nesse caso seria atender igualmente a necessidade de todos os cursos. (SANTOS, 2014, p. 82-83)

É confuso entender por que em um momento se diz fazer uso da intuição e, em outro, a decisão parece ser tomada com base em estudo matemático/estatístico. Santos (2014) questiona se a lógica empregada poderia de fato atender igualmente à necessidade de

todos os cursos. Contudo, a igualdade não deveria ser algo pretendido em Formação e Desenvolvimento de Coleções, mas sim a equidade.

Em Santos (2014), percebe-se uma crítica negativa ao uso da lógica matemático-estatística, pois o método, segundo a autora, não contemplaria satisfatoriamente cursos cujos materiais informacionais apresentam valor financeiro mais elevado; sendo assim necessário adotar critérios baseados na racionalidade.

Contudo, o uso da lógica matemático-estatística é essencialmente voltado à racionalidade, e se o valor financeiro dos materiais informacionais é importante para a instituição, ele deve ser contemplado na fórmula, no método e nos critérios utilizados. Portanto, se o valor da obra é um fator importante para a instituição e ele não é considerado na lógica matemático-estatística adotada, o problema não é a falta de racionalidade do método, mas sim a falta de ajustes e variáveis que deveriam ser inseridos no método.

Santos (2014, p. 83) enfatiza que:

O entendimento das necessidades, das demandas específicas, das peculiaridades que cada Centro detém representaria a adoção dos critérios baseados na racionalidade, pois, fundamentaria um melhor planejamento e distribuição das verbas que atendessem igualmente as especificidades dos cursos.

Porém, a autora não menciona ou oferece sugestões sobre quais seriam esses critérios racionais, tampouco justifica em quais aspectos eles seriam mais eficazes que a adoção de métodos matemático-estatísticos.

O trabalho de Santos (2014), no que diz respeito exclusivamente à utilização de fórmulas para alocação de recursos financeiros destinados à compra de materiais informacionais, apresenta uma crítica pouco contundente e fragilizada em seu referencial teórico. Mas, ainda assim, é um trabalho relevante, pois apresenta o resultado de uma entrevista que pode ser aproveitada para melhor entendimento sobre a realidade específica do processo de alocação em uma determinada instituição.

Quando Santos (2014) critica à utilização de métodos matemático-estatísticos para alocar recursos entre as bibliotecas, mas em outro momento recomenda que a instituição alvo de sua pesquisa conheça o sistema BiblioGrad, fica claro que a crítica não deveria ser feita ao método matemático-estatístico em si, visto que o BiblioGrad faz uso de fórmulas matemático-estatísticas. A crítica poderia ser, por exemplo, a falta de adequação da fórmula às reais necessidades da instituição, caso isso fosse de fato constatado.

Nesse contexto, Oliveira (2018, p. 9) discute a necessidade de “averiguar como tornar o processo de Formação e Desenvolvimento de Coleções do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) algo justo utilizando as diretrizes e

orientações de John Rawls contidas na sua obra ‘Uma teoria da justiça’”. Oliveira (2018) faz provocações, como a de que é necessário refletir sobre problemas da Biblioteconomia a partir de estudos transversais, ou seja, que adentrem áreas afins; a autora também questiona, por exemplo, problemas relacionados ao processo de Formação e Desenvolvimento de Coleções sob um ponto de vista da ética aplicada.

Para Oliveira (2018), a forma mais justa de distribuir recursos financeiros destinados à compra de materiais informacionais seria de forma igual. Ou seja, “se o valor orçamentário anual destinado para compra de material informacional para a unidade acadêmica ou centro que tem em torno de 10 cursos é de 100 mil reais, nada mais racional que distribuir 10 mil reais para cada curso”. (OLIVEIRA, 2018, p. 97).

Esta tese, no entanto, não corrobora a ideia de Oliveira (2018) no que diz respeito a uma distribuição igual dos recursos financeiros entre os diferentes cursos, ao contrário disso, considera tratar-se de uma divisão imprudente e simplória, pois não considera variáveis como preço dos livros, quantidade de alunos matriculados em cada curso, coleções já existentes, resultados de compras anteriores, estatísticas de uso e toda uma complexidade envolvendo a aquisição de materiais informacionais.

Oliveira (2018, p. 97) argumenta que só se justificaria que alguns cursos recebessem mais recursos financeiros que outros se “o curso que recebeu mais é aquele que tem o maior potencial de crescimento e necessita, a priori, de atualização do acervo para conquistar uma melhor avaliação do curso”. Em outras palavras, “os benefícios a mais recebidos por um determinado curso ou área de pesquisa, por exemplo, somente podem ser justificados se a área que recebe mais fosse aquela que trouxesse o maior benefício para todos”. (OLIVEIRA, 2018, p. 97).

A proposta de Oliveira (2018) parece ignorar toda a complexidade que envolve Formação e Desenvolvimento de Coleções de materiais informacionais nas bibliotecas universitárias, pois dentro da lógica que a autora aponta como mais racional e justa, há a possibilidade de prejudicar seriamente cursos cujo valor de materiais informacionais é muito superior à média; corre-se o risco ainda de beneficiar cursos com o menor número de alunos matriculados em prejuízo aos cursos com maior número de estudantes, entre outras questões.

De qualquer modo, é importante apresentar o pensamento de Oliveira (2018) nesta tese, visto que aqui não se busca a imposição de um modelo, mas uma reflexão sobre como seria possível melhorar o processo de alocação de recursos financeiros destinados à compra de materiais informacionais em bibliotecas universitárias. Naturalmente, a presente pesquisa tem predileção por uma modelagem que envolve dados estatísticos e matemáticos, pois

compreende-se ser o procedimento que tem melhores condições de considerar as muitas variáveis envolvidas no processo, além de objetivar as decisões ao poder torná-las flexíveis conforme a necessidade do espaço e tempo.

Nabekura (2018) defendeu na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro um trabalho de conclusão de curso em que tinha entre seus objetivos “Mapear critérios e fatores utilizados pelos responsáveis pela aquisição de materiais bibliográficos durante o processo de previsão orçamentária e alocação de recursos nas bibliotecas universitárias brasileiras” (NABEKURA, 2018, p. 2). A autora pesquisou em universidades federais brasileiras cadastradas no *site* do Ministério da Educação (MEC), que à época recuperou 63 universidades, sendo que 25 responderam ao questionário enviado durante a pesquisa.

Destaca-se no estudo de Nabekura (2018) os resultados mais expressivos: 84% das instituições recebem verbas oriundas no MEC; em 20% das instituições o sistema de bibliotecas é o responsável pela previsão orçamentária; em 40% das instituições o bibliotecário de aquisição é responsável pela operacionalização da previsão orçamentária; o nível de demanda (uso esperado pelos usuários potenciais) é o principal fator considerado na elaboração da previsão orçamentária, com 68,0% das instituições sinalizando essa alternativa.

Em relação à relevância da avaliação do MEC no processo e aquisição de materiais bibliográficos, Nabekura (2018) indica que 68% das instituições consideram o processo extremamente relevante; 68% das instituições participantes do estudo também responderam que fazem uso de instrumentos auxiliares para aquisição de materiais bibliográfico, dos quais a Câmara Brasileira do Livro é o mais utilizado, correspondendo a 77,8% dos respondentes.

Ainda no trabalho supracitado, destaca-se também que os recursos financeiros são aplicados majoritariamente para compra de livros impressos. Em relação à alocação dos recursos, foi dito que houve “maiores investimentos nas áreas de Ciências Exatas e da Terra (48%) e Ciências Humanas (40%)”. Sobre a alocação dos recursos financeiros, considerando a missão das bibliotecas, 40% das instituições disseram concentrar recursos para atender ao ensino, enquanto 20% dos recursos são empregados para atender a extensão e 16% à pesquisa (NABEKURA, 2018).

Em Nabekura (2018), talvez pela própria natureza do trabalho, a alocação de recursos é abordada de forma superficial, mas a autora faz recomendações importantes que dizem respeito à transparência e à publicidade dos procedimentos que envolve a alocação de recursos, além de recomendar a elaboração de uma política de aquisição. Embora sem muitos

aprofundamentos, trata-se de um estudo que entra para o rol de publicações brasileiras sobre alocação de recursos financeiros destinados à compra de materiais informacionais.

Carvalho (2021) defendeu uma dissertação no programa de mestrado profissional em Políticas Públicas Gestão e Avaliação da Educação Superior da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), cujo objetivo foi propor melhorias ao processo de trabalho de aquisição de livros da UFPB, que, de acordo com Carvalho (2021), é marcado pela informalidade, morosidade e falta de padronização. A autora propõe a utilização de uma técnica de modelagem de processos de negócios (BPM) para melhorar o desempenho das atividades administrativas de aquisição de livros na UFPB.

Embora Carvalho (2021) não aborde diretamente a questão da alocação de recursos, a pesquisa oferece informações importantes para esta tese. A autora explica que o processo de compras de livros na Biblioteca Central da UFPB tem início com a abertura do processo, em seguida, ocorre a homologação do pregão, e é solicitado da Reitoria da universidade uma definição de orçamento. Após ter conhecimento do valor disponível para compra, a Biblioteca Central realiza a distribuição orçamentária entre as Bibliotecas Setoriais.

Conforme o referido trabalho, cada biblioteca setorial da UFPB recebe um processo contendo informações sobre os recursos disponíveis para cada bibliotecas, mas a dissertação de Carvalho (2021) não traz informações sobre quais critérios são utilizados para promover a divisão dos recursos. A autora explica ainda que normalmente o processo contendo informações sobre os recursos financeiros disponíveis para cada biblioteca não chegam a tramitar. Isto é, as bibliotecas tomam conhecimento dos valores, encerram o processo e enviam para a Biblioteca Central uma lista contendo o título e o quantitativo dos livros que devem ser adquiridos (CARVALHO, 2021).

Compreende-se, então, que a Biblioteca Central recebe da Reitoria da UFPB a informação sobre qual valor orçamentário está disponível para compra de livros, a Biblioteca Central divide os valores entre as Bibliotecas Setoriais, mas não se sabe quais critérios são utilizados para essa distribuição, e as Bibliotecas Setoriais se encarregam de realizar ajustes em suas respectivas listas de desiderata, conforme a distribuição orçamentária feita pela Biblioteca Central.

[...] o processo de compra de livros abrange várias etapas de trabalho, ensejando o registro de processos internos, a saber: o processo de licitação; o processo de empenho; o processo de divisão orçamentária entre as BS e o processo de pagamento. Que vão sendo arquivados na Contabilidade na medida em que suas saídas são produzidas. À exceção dos processos de distribuição de recurso entre as BS, que não apresentam saídas e permanecem como recebidos, ou não, nas respectivas BS. Sugerindo uma falta de aptidão no manuseio dos sistemas informatizados em que os processos são gerados (SIPAC), bem como uma falta de

padronização quanto ao registro dessas saídas, que correspondem às listas de material bibliográfico. (CARVALHO,2021, p. 109).

Fica claro que a UFPB realiza a alocação de recursos financeiros destinados à compra de materiais informacionais e que inclusive um processo interno é gerado para tratar do assunto. Contudo, as informações sobre como esses procedimentos ocorrem não são levados a público, o que torna difícil o conhecimento sobre quais critérios são adotados para a distribuição e dificulta a realização de pesquisas, estudos e reflexões sobre o tema.

Em Carvalho (2021), o processo de aquisição de livros por compra na BC/UFPB é analisado com riqueza de detalhes, falhas são identificadas e melhorias são propostas, porém o processo de alocação de recursos financeiros fica à margem da discussão. O processo é brevemente mencionado em ocasiões pontuais da dissertação, sem que a autora realize críticas ou proponha melhorias para a atividade. Carvalho (2021) elaborou um quadro em que identifica as maiores dificuldades encontradas na etapa de aquisição de livros do BC/UFPB, no entanto a alocação de recursos não recebe lugar. Será que a alocação de recursos para aquisição de materiais informacionais é uma atividade cuja equipe da BC/UFPB não encontra dificuldades para realizar?

Seja a resposta para a pergunta acima negativa ou positiva, ela enseja curiosidade, pois se a BC/UFPB não encontra dificuldades em alocar recursos, seria interessante conhecer o método utilizado pela biblioteca e, quem sabe, adaptá-lo à realidade de outras bibliotecas universitárias, ou mesmo discuti-lo em termos científicos, em caso de dificuldades.

Diante do exposto, comprova-se uma rasa literatura científica brasileira sobre alocação de recursos destinados à compra de materiais informacionais. Percebe-se que há uma preocupação em melhorar os processos de aquisição de materiais informacionais, especialmente no que diz respeito a padronização, registro e otimização, mas as discussões sobre a alocação de recursos financeiros destinados à compra de materiais informacionais parecem secundárias aos olhos dos pesquisadores, embora seja uma atividade que se mostra presente e necessária quando se trata de realizar compras de materiais informacionais.

6 MÉTODO

Esta seção busca esquadrihar a abordagem metodológica e também as técnicas de pesquisa utilizadas para atingir os objetivos propostos nesta tese. A seção foi desenvolvida considerando polos teóricos, metodológicos, técnicos e avaliativos e apresenta definições, explicações e a justificativa do percurso metodológico aqui defendido.

A título de introdução, quanto à finalidade ou aos propósitos, este estudo classifica-se como descritivo. Diz-se descritivo, pois visa descrever as características da realidade encontrada no cenário em que esta investigação será desenvolvida e, para tanto, fará uso de técnicas padronizadas para a coleta de dados (VERGARA, 2009).

Em relação aos meios, ou em relação aos procedimentos técnicos, conforme a classificação de Ganga (2012), esta investigação configura-se como uma pesquisa bibliográfica. Afinal, “Uma pesquisa bibliográfica procura explicar e discutir um assunto, tema ou problema com base em referências publicadas [...]” (MARTINS, THEÓPHILO, 2018, p. 52) nos mais distintos materiais informacionais.

No que diz respeito à natureza dos resultados, o presente estudo adquire característica de pesquisa aplicada e faz uso de uma abordagem qualitativa com a possibilidade de tratamento quantitativo para alguns aspectos da pesquisa.

Ao longo da seção, os procedimentos serão mais bem delineados.

6.1 Abordagem metodológica

Martins e Theóphilo (2018) argumentam que o método é um percurso traçado para se chegar a um determinado objetivo, contudo não se trata de um caminho fechado tampouco infalível, mas sim de um conjunto de técnicas e métodos que vão sendo ajustados às mais diversas tecnologias e ciências, caracterizando-se, pois, como um *devoir*.

O progresso científico se dá “por rupturas sucessivas que estabelecem uma reestruturação da própria teoria” (MARTINS; THEÓPHILO, 2018). Assim, esta pesquisa assume características de uma abordagem crítico-dialética, embora não no sentido *stricto* dessa perspectiva.

Martins e Theóphilo (2018) destacam cinco momentos fundamentais para se trabalhar com a abordagem crítico-dialética. No quadro 5, são apresentados os cinco passos apontados pelos referidos autores bem como a conformidade desses passos com a pesquisa aqui desenvolvida.

Quadro 5 – Cinco momentos fundamentais para uma pesquisa crítico-dialética, conforme Martins e Theóphilo (2018) e sua conformidade com a proposta desta tese

Momentos fundamentais para uma pesquisa crítico-dialética (MARTINS, THEÓPHILO, 2018, p. 49)	Conformidade com a proposta deste estudo
No início da pesquisa, geralmente não existe um problema, mas uma problemática. Na sua definição já deve aparecer o inventário crítico do investigador — que consiste na reconstituição das categorias abstratas fornecidas pela teoria em face dos objetos reais a serem investigados. Essa postura delinea as questões básicas que direcionam a investigação.	O inventário crítico foi estabelecido com base em vivências diárias da atuação profissional da pesquisadora e na literatura científica disponível sobre o tema. Disso resultaram as formulações das questões que delinearão a investigação desta tese.
Consiste no resgate crítico da produção teórica existente sobre a problemática definida. O conhecimento já produzido é revisitado para se processar tanto as rupturas quanto as superações julgadas necessárias. A partir daí, inicia-se a pesquisa dos diversos elementos relacionados com o problema a investigar.	Ao longo da pesquisa, levantamentos foram realizados com o intuito de investigar a produção científica sobre a alocação de recursos financeiros destinados à compra de materiais informacionais.
Discussão dos conceitos e categorias que permitem organizar os tópicos e questões prioritárias, bem como orientar a análise e exposição do material obtido a partir do levantamento realizado.	Os conceitos fundamentais para o entendimento deste estudo são discutidos ao longo do referencial teórico e também subsidiam a elaboração do instrumento de coleta de dados.
A análise dos dados representa o esforço em realizar conexões, mediações e contradições dos fatos que constituem a problemática investigada. Nesse ponto, são estabelecidas as relações entre a totalidade e as partes.	Mediante análise das políticas de desenvolvimento de coleções e com a aplicação do questionário foi possível fazer uma reflexão teórica que tem como base as ações desenvolvidas pelos participantes da pesquisa. Mediante análise dos dados, foi possível estabelecer uma relação entre a problemática levantada neste projeto e a realidade constatada.
A síntese da investigação é a “exposição orgânica, coerente, concisa das ‘múltiplas determinações’ que explicam a problemática investigada”. Na síntese são apresentados o avanço obtido em relação ao conhecimento anterior, as questões pendentes e a própria redefinição das categorias, conceitos etc. Além disso, são discutidas as implicações para ação concreta, repondo-se o ciclo da práxis.	Por fim, buscou-se uma exposição coerente que explica a problemática levantada e indica como a pesquisa contribuiu para avançar na temática e sugere ações que podem ser implementadas no campo da <i>práxis</i> .

Fonte: adaptado de Martins e Theóphilo (2018, p. 49)

A dialética é entendida como o “caminho entre as ideias”. Ela consiste na busca do conhecimento por meio do diálogo, que, mediante a distinção de conceitos e ideias, tende a convergir para um caminho seguro (MENEZES, 2021). Ao longo desta tese, buscou-se uma interlocução com os autores que discutem sobre alocação de recursos destinados à compra de materiais informacionais em bibliotecas universitárias. Considerando que a literatura sobre o

assunto é predominantemente estrangeira, fez-se necessário considerar as especificidades locais, como as leis que regem o país.

Destaca-se que não foi objetivo desta tese gerar uma mera síntese, mas sim contribuir de forma significativa para a literatura científica, apresentando novos resultados e conclusões, além de abordar problemas anteriormente não explorados e discutir possíveis soluções modelares diante de uma sociedade engajada na prática científica e com capacidade para avaliar os resultados aqui apresentados. Ao lançar luz sobre assuntos pouco abordados e por muitos desconhecidos em território brasileiro, entende-se que seja possível gerar novos conhecimentos e possibilidades de novos confrontos, novas antíteses, novas possibilidades de afirmações e negações. O método dialético predomina nesta pesquisa, logo sua finalidade é trazer novas contribuições ao tema, com potencial para proporcionar avanços nas pesquisas, além de possibilitar a novos pesquisadores a interação com a temática a partir do caminho aqui trilhado.

Ao confrontar argumentos, gerar negações e novas afirmações, pretendeu-se chegar a uma conclusão antes não apresentada em patamar não alcançado no Brasil, buscando com isso um progresso dialético.

Na abordagem crítico-dialética, a lei da negação é uma característica importante, pois pressupõe que o novo não elimina completamente o velho e que as transformações são constituídas em diferentes graus de desenvolvimento (MARTINS; THEÓPHILO, 2018). Nessa perspectiva, vislumbra-se a possibilidade de que novas discussões acerca da alocação de recursos destinados à compra de materiais informacionais em bibliotecas universitárias possam contribuir para mudanças no cenário nacional, resultando, assim, em um processo dialético que se configura no diálogo.

6.2 Caracterização da População

Em 2007, o governo federal brasileiro criou o portal e-Mec (<https://emec.mec.gov.br/emec/nova>) para fazer a tramitação eletrônica dos processos de regulamentação de instituições que oferecem curso superior. Trata-se de uma base de dados oficial dos cursos e Instituições de Educação Superior no Brasil. O *site* possibilita que toda pessoa interessada possa verificar os indicadores de qualidade das instituições cadastradas. Ao realizar uma busca no e-Mec, é possível aplicar filtros para recuperar informações que melhor

atendam os interesses de quem faz a busca. A população desta pesquisa é resultado de uma estratégia de busca aplicada nesse portal, conforme a Figura 1.

Figura 1 - Estratégia de busca realizada no portal e-Mec, em agosto de 2021, para definição da população desta pesquisa

The image shows the 'Consulta Avançada' (Advanced Search) tab of the e-Mec portal. The search criteria are as follows:

- Buscar por:** Instituição de Ensino Superior, Curso de Graduação, Curso de Especialização
- Nome, Sigla ou Código da Instituição:** [Empty text box]
- UF:** [Dropdown menu: Selecione...]
- Município:** [Dropdown menu]
- Categoria Administrativa:**
 - Pública Municipal, Pública Federal, Pública Estadual
 - Privada sem fins lucrativos, Privada com fins lucrativos, Especial
- Organização Acadêmica:**
 - Faculdade, Centro Universitário, Institutos Federais, Universidade, Escola de Governo
- Tipo de Credenciamento:**
 - Presencial, EAD, Escola Governo - EAD
 - Escola Governo - Presencial
- Índice:** [Dropdown menu: Selecione...], 1, 2, 3, 4, 5, SC
- Situação:** [Dropdown menu: Ativa]
- Código de verificação:** * [Red box: Digite o código], [Trocar imagem]
- [Pesquisar]

Fonte: Brasil (2021b).

No Brasil, existe uma população formada por instituições cadastradas na base de dados oficial dos cursos, dentre as quais as que se classificam como “Instituição de Ensino Superior”, cuja categoria administrativa é “Pública Federal” e a organização acadêmica é “Universidade”. É possível ainda a aplicação de outros filtros, mas para esta pesquisa foram utilizados apenas os filtros mencionados.

A busca resultou em uma lista com o nome de 68 instituições (Apêndice A). São universidades públicas federais de ensino superior que estão distribuídas em todo território brasileiro, das quais 8 encontram-se na região Centro-Oeste; 20 na região Nordeste; 10 na região Norte; 19 na região Sudeste; e 11 na região Sul.

Com base em levantamento feito no *site* e nos documentos institucionais das 68 universidades que compõem a população deste estudo, foi possível perceber que não há uma homogeneidade nas características das estruturas organizacionais das bibliotecas existentes nessas instituições. Na maior parte dos casos, as bibliotecas estão organizadas em sistema, o que significa que há uma biblioteca entre tantas outras existentes na instituição que funciona como uma unidade administrativa e é responsável pela coordenação, pelo acompanhamento e

pelas deliberações gerais das demais bibliotecas. Nesses casos, quase sempre o sistema de bibliotecas funciona como um órgão deliberativo da universidade e está ligado diretamente à pró-reitoria.

Contudo, embora esse seja o cenário mais comum, ele não é o mesmo para todas as universidades. A Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAR), por exemplo, é uma instituição que conta com apenas uma biblioteca, que é tratada como biblioteca setorial, pois a UFDPAR foi desmembrada da Universidade Federal do Piauí (UFPI) em 2018 e ainda não conta com regimento geral. De acordo com a Resolução n.º 1, de 20 de janeiro de 2020, a UFPI é, portanto, a tutora da UFDPAR, logo procedimentos acadêmicos e administrativos ainda são executados pela UFPI.

Considerando a especificidade de alguns casos, foi necessária uma análise individual das instituições, a fim de identificar quais seriam os profissionais mais adequados para participar da pesquisa.

Esta tese tem por objetivo geral *investigar como se dá a alocação de recursos financeiros para aquisição de materiais informacionais em bibliotecas universitárias, considerando os cursos de graduação*, por essa razão trabalhou-se com uma população finita.

Para identificar dentro de cada instituição o profissional ideal para participar da pesquisa, foi necessário fazer um delineamento que obedece às seguintes diretrizes:

- 1) Determinar se as bibliotecas estão organizadas em sistema;
- 2) identificar a existência de um setor responsável pela aquisição de materiais informacionais da biblioteca;
- 3) distinguir a pessoa responsável pela aquisição de materiais informacionais na biblioteca ou no sistema de bibliotecas;
- 4) selecionar em cada instituição quem seria o respondente ideal para a pesquisa, considerando a estrutura organizacional de cada uma das organizações;
- 5) determinar em cada instituição uma segunda opção de respondente, caso o primeiro recusasse o convite para participar da pesquisa;
- 6) justificar a escolha tendo em vista os passos anteriores.

Preferencialmente, a pesquisa foi direcionada ao profissional que responde pelo Setor de Aquisição, contudo nem todas as instituições contam com um setor específico para essa finalidade, assim a pesquisa poderia ser direcionada para a pessoa que responde pelo desenvolvimento de coleções e, em último caso, para o dirigente máximo da biblioteca ou sistema de bibliotecas.

Essa distinção decorre do fato de que os diferentes setores de uma biblioteca apresentam características e atribuições específicas; nesse sentido, compreende-se que o profissional que trabalha diretamente com a aquisição de livros teria melhores condições de contribuir satisfatoriamente com esta tese. Subentende-se ainda que o dirigente-geral, embora não trabalhe de forma direta com a aquisição de materiais informacionais, teria condições de contribuir com a pesquisa, porque, em teoria, os procedimentos realizados na biblioteca ou no sistema de bibliotecas estão sob sua supervisão. O intuito da pesquisa foi trabalhar com as 68 universidades que compõem a população delimitada por este estudo, caracterizando-se, pois, como uma pesquisa de população ou pesquisa censitária, porém não foi possível alcançar a totalidade das instituições; inclusive, os percentuais de participação atingidos serão discutidos adiante.

6.3 Procedimentos

Considerando o propósito desta pesquisa, faz-se necessário descrever a realidade que se pretende estudar, de modo que o fenômeno seja mais bem compreendido.

Nesse sentido, para a realização de uma pesquisa descritiva, é necessário observar o fenômeno, fazer interrogações acerca dele, coletar e analisar dados e, por fim, registrar e interpretar. Tudo isso de forma a captar a realidade em si ou aproximar-se ao máximo dela para que seja possível ao investigador o melhor entendimento da realidade. Com isso, pretende-se contribuir para reflexões teóricas e práticas para o desenvolvimento de coleções de materiais informacionais com foco na etapa de aquisição.

O levantamento e a pesquisa bibliográfica também constituem um procedimento inerente a esta tese, pois por meio dela se torna possível apresentar aspectos históricos e estruturantes acerca do tema abordado, buscando a promoção de uma concatenação com as ideias aqui defendidas e também algumas dissidências. Livros, teses, dissertações, *sites* institucionais e principalmente artigos científicos disponíveis em bases de dados constituíram fontes de pesquisa de um processo em que a busca pela informação se concretizou principalmente pelo uso de descritores como “desenvolvimento de coleção”, “alocação de recursos”, “fórmulas para alocação de recursos”, “gestão de acervos” e “bibliotecas universitárias”.

Foi feita uma seleção dos termos em diferentes idiomas em associação com operadores booleanos para melhor precisão na revocação da informação. A opulência de materiais recuperados exigiu um processo de seleção que se desenvolveu mediante leitura dos

títulos e resumos dos artigos recuperados e exclusão daqueles considerados menos relevantes para esta tese. Os trabalhos mais expressivos passaram por um processo de fichamento e, por fim, de leitura aprofundada.

Como principais bases consultadas destacam-se: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD); Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (Brapci); repositório institucional da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas de Informação e Instituições (Febab) e Universidade Federal da Bahia (Ufba); Portal da Legislação; além de realização de buscas avançadas no Portal de Periódicos da Capes em bases como a Scopus, Web of Science e SciELO.

Uma parte essencial desta tese também foi desenvolvida mediante análise das Políticas de Formação e Desenvolvimento de Coleções publicadas nos *sites* das universidades públicas federais brasileiras.

No que concerne à natureza dos resultados e conforme disposto no art. 2º do Decreto n.º 5.798, de 7 de junho de 2006, caracteriza-se como pesquisa aplicada aquelas pesquisas cujos trabalhos executados têm “o objetivo de adquirir novos conhecimentos, com vistas ao desenvolvimento ou aprimoramento de produtos, processos e sistemas” (BRASIL, 2006, p. 1).

Fleury e Werlang (2017, p. 11) pontuam que “a pesquisa aplicada concentra-se em torno dos problemas presentes nas atividades das instituições, organizações, grupos ou atores sociais”. E ponderam ainda que esse tipo de pesquisa não é mutuamente excludente da pesquisa científica, pois “a ciência objetiva tanto o conhecimento em si mesmo quanto às contribuições práticas decorrentes desse conhecimento” (FLEURY; WERLANG, 2017, p. 11).

Nesse contexto, pretende-se com os resultados desta tese gerar conhecimentos que possam ser aplicados para a resolução de problemas relacionados à alocação de recursos financeiros para aquisição de materiais informacionais em bibliotecas universitárias. Por essa razão, esta pesquisa caracteriza-se como de **natureza aplicada**.

Em função do propósito desta pesquisa, que é de compreensão, interpretação e busca de evidências de um fenômeno, além do fato de se tratar de algo não mensurável, cuja coleta de dados será realizada em duas etapas, a saber: análise bibliográfica das políticas de Formação e Desenvolvimento de Coleções das universidades públicas federais brasileiras e aplicação de questionário, o projeto se caracteriza predominantemente como **qualitativo**, não excluindo, porém, o tratamento quantitativo para determinados eventos.

6.3.1 Coleta de dados

Após a formulação do tema-problema desta tese, ficou evidente que seria necessária a aplicação de mais de uma técnica de coleta de dados e informações para atender aos objetivos desta pesquisa. Assim, fez-se necessário analisar as Políticas de Formação e Desenvolvimento de Coleções (PDC) das bibliotecas das universidades públicas federais e aplicar questionários.

Conforme explicado anteriormente, em agosto de 2021, foi realizada uma busca no *site* do e-Mec, na qual, aplicando os filtros “Instituição de Ensino Superior” e categoria administrativa “Pública Federal”, foi possível recuperar o nome de 68 instituições (Apêndice A). Um dos objetivos específicos desta tese consiste em: “analisar o plano de aquisição contido na política de desenvolvimento de coleções”. Para tanto, julgou-se necessário coletar informações apresentadas nas PDC das 68 instituições que compõem o universo desta pesquisa.

Entre os dias 24 e 25 de maio de 2022, no intuito de localizar as PDC, foi realizada uma busca nos *sites* institucionais das universidades públicas federais brasileiras. A busca recuperou 43 documentos de 42 diferentes instituições. Entre essas amostras, 4 correspondiam a instituições da região Centro-Oeste do país; 9 da região Nordeste; 7 da região Norte; 12 da região Sudeste; e 10 da região Sul, destaca-se que na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) foi localizada duas políticas de desenvolvimento de coleções; uma atribuída a biblioteca da escola de administração e outra atribuída a biblioteca de Biociências.

A PDC da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) determina que “cada biblioteca da unidade institua sua política interna de desenvolvimento de acervo” (UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, 2015, p. 20), contudo as demais políticas da UFMG não foram localizadas, e para efeitos desta tese, foi levado em consideração o documento publicado como Portaria n.º 002, de 06 de fevereiro de 2015, da UFMG.

A tabela 3 sintetiza o quantitativo de documentos coletados em relação ao quantitativo de universidades existentes por região territorial brasileira.

Tabela 3 - Quantitativo de instituição e quantitativo de PDC recuperadas, em maio de 2022

Região	Instituições		políticas recuperadas	
	Frequência	%	Frequência	%
Centro-Oeste	8	11,76	4	9,52
Nordeste	20	29,41	9	21,43
Norte	10	14,71	7	16,67
Sudeste	19	27,94	12	28,57
Sul	11	16,18	10	23,81
Total	68	100,00	42	100,00

Fonte: da autora

Após a leitura integral dos 42 documentos, optou-se por retirar da amostra documentos que foram recuperados no *site* da Universidade Federal de Rondônia (Unir) e da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila). No caso da Unir, isso se deu por se tratar de um documento muito específico que cobre somente uma biblioteca daquela instituição e não representa, portanto, a instituição em sua totalidade. Já no caso da Unila, optou-se pela retirada do documento pelo fato de ser uma publicação que resume a PDC da instituição e, dessa maneira, não se caracteriza como um documento que atende aos requisitos deste estudo. Destaca-se ainda que no caso da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), trabalhou-se com a minuta da PDC da instituição, uma vez que o documento definitivo não foi localizado. Assim, ao todo, 40 documentos de 39 instituições federais brasileiras foram analisados, representando 57% das 68 universidades públicas brasileiras registradas no *site* do e-Mec.

Para construir um instrumento de coletas de dados, a área do conteúdo que será estudada precisa ser sistematicamente analisada. Uma leitura minuciosa e atenta da literatura científica produzida sobre alocação de recursos financeiros para aquisição de materiais informacionais permitiu identificar aspectos fundamentais da temática. Como resposta ao conhecimento adquirido e aos processos cognitivos resultantes de tais leituras, foi possível a elaboração de um questionário que foi utilizado como instrumento de coleta de dados nesta tese. A dissertação de Guerreiro (1981) também auxiliou na formação de uma base teórica e experiencial importante para a elaboração do questionário.

O rigor na construção do instrumento mostra-se indispensável, visto que a coleta de dados inadequada leva a más interpretações. Nesse sentido, foi necessário estabelecer princípios para a construção dos instrumentos com vistas não só a uma medição de dados, mas ao entendimento de uma realidade. Os desafios para a construção do questionário foram significativos em razão principalmente do pioneirismo da pesquisa e da escassez de pesquisas

semelhantes que pudessem servir como base. Nesse sentido, esta tese buscou elaborar um questionário de tal modo que, mediante as respostas dos participantes, fosse possível formar um núcleo que permitisse examinar o objeto de pesquisa.

As opções de resposta foram cuidadosamente pensadas por se tratar de um componente fundamental da pesquisa. A primeira versão do questionário, além de uma seção destinada ao Termo de Livre Consentimento e Esclarecido, foi composta por blocos de questões organizadas da seguinte forma:

1º bloco - caracterização do respondente – seis questões para os respondentes que se identificaram como bibliotecários (as) e sete questões para respondentes que se identificaram como não bibliotecários (as);

2º bloco - política de desenvolvimento de coleções – quatro questões, incluindo uma questão aberta;

3º bloco - procedimentos realizados para alocação de recursos financeiros destinados à compra de materiais informacionais – três questões, incluindo uma questão aberta;

4º bloco - utilização de fórmulas para alocação de recursos financeiros destinados à compra de materiais informacionais – cinco questões para respondentes que afirmaram trabalhar com fórmulas de alocação de recursos e uma questão para respondentes que afirmaram não trabalhar com fórmulas de alocação de recursos, pois neste último caso os respondentes eram encaminhados para o próximo bloco de questões;

5º bloco - formação e atuação profissional – quatro questões, incluindo uma questão aberta;

6º bloco - finalização – duas questões para o respondente que manifestou interesse em receber os resultados da pesquisa e uma questão para o respondente que afirmou não ter interesse em receber os resultados da pesquisa.

A primeira versão do questionário foi pensada para ser aplicada como um pré-teste que pudesse validar o instrumento. Ao final de cada bloco, o respondente tinha um espaço para avaliar o questionário ou para fazer uma recomendação.

No dia 23 de maio de 2022, o questionário pré-teste foi enviado para as Universidades Públicas Estaduais dos estados do Ceará, da Bahia e do Paraná, totalizando o envio do questionário para 11 instituições. A proposta inicial era de que o questionário fosse enviado para 13 instituições existentes nos referidos estados mencionados, mas em buscas realizadas nos *sites* institucionais, não foi possível identificar o contato de duas instituições,

assim o convite de participação não foi enviado para duas instituições que estavam previamente selecionadas.

O questionário ficou aberto para respostas até o dia 3 de junho de 2022 e um *e-mail* de reforço de solicitação de participação foi enviado no dia 1 de junho de 2022. Findo o prazo para respostas, sete instituições responderam ao questionário.

Optou-se por enviar o questionário pré-teste para instituições de outros cinco estados brasileiros, a saber: Alagoas, Minas Gerais, Santa Catarina, Mato Grosso e Amazonas; a escolha foi feita aleatoriamente. Uma busca no *site* do e-Mec foi realizada para identificar quais eram as instituições estaduais existentes nesses estados, quando foi possível recuperar sete universidades. Em seguida, mais uma busca foi empreendida no *site* institucional destas universidades a fim de localizar o endereço eletrônico para estabelecer contato com os respondentes.

Ao visitar o *site* de duas instituições, não foi possível identificar os nomes dos responsáveis pela biblioteca nem a forma de estabelecer contato com a equipe. Dessa forma, na segunda fase de aplicação do pré-teste, cinco *e-mails* com convite para colaborar com a pesquisa foram enviados para diferentes universidades. O envio foi realizado em 6 de junho de 2022 com prazo de resposta até 12 de junho de 2022. No dia 10 de junho de 2022, um novo *e-mail* foi enviado para reforçar o pedido de colaboração. Ao final do prazo, uma instituição respondeu ao questionário.

Desse modo, ao considerar as duas fases do pré-teste, 20 instituições, distribuídas em oito estados brasileiros, foram inicialmente selecionadas para participarem da fase do pré-teste. Quatro dessas instituições não receberam o convite para participação, pois não foram localizadas no *site* institucional informações referentes ao quadro de pessoal que atua nas respectivas bibliotecas nem o contato da equipe. O convite, portanto, foi enviado para 16 instituições, e oito delas responderam ao questionário pré-teste.

Uma vez finalizado o prazo de resposta, o questionário foi reavaliado e pequenas melhorias foram realizadas. O questionário definitivo estrutura-se da seguinte forma:

1º bloco - Termo de Livre Consentimento e Esclarecido, com um questão;

2º bloco - caracterização do respondente, com cinco questões para respondentes bibliotecários e 6 questões para respondentes não bibliotecários;

3º bloco - Política de Desenvolvimento de Coleções, com três questões fechadas;

4º bloco - procedimentos realizados para alocação de recursos financeiros destinados à compra de materiais informacionais, com duas questões fechadas;

5º bloco - utilização de fórmulas para alocação de recursos financeiros destinados à compra de materiais informacionais, com duas questões, uma aberta e outra fechada para respondentes que declaram que a instituição não utiliza fórmulas para alocação de recursos financeiros destinados à compra de materiais informacionais, além de três questões, das quais duas são fechadas e outra semiaberta para respondentes que declaram que na instituição em que atuam faz-se uso de fórmulas para alocação de recursos financeiros destinados à compra de materiais informacionais;

6º bloco - formação e atuação profissional, com uma questão fechada e duas questões semiabertas;

7º bloco - orçamento para aquisição de materiais informacionais, com uma questão semiaberta;

8º bloco - finalização, com duas questões fechadas e duas questões abertas, contudo as questões abertas só foram apresentadas para respondentes que afirmaram ter interesse em receber os resultados da pesquisa e/ou participar de uma entrevista.

O Termo de consentimento esclarecido (TCLE) pode ser lido no apêndice B e o questionário completo, no apêndice C. Trabalhou-se com a aplicação autoadministrada de um questionário eletrônico, pois não houve contato direto da pesquisadora com os sujeitos respondentes. A ferramenta Google Forms foi utilizada para elaboração e envio do questionário. Foi necessário seguir um rigoroso protocolo de coleta de informações e envio de convites.

A coleta de informações para contato se deu no período de 21 a 23 de junho de 2022. Os *sites* institucionais foram visitados para identificar contatos de pessoas ou setores que respondem especificamente pela aquisição de materiais informacionais; pessoas que respondem pelo processo de Formação e Desenvolvimento de Coleções como um todo; e, em último caso, das pessoas que respondem pela direção geral da biblioteca ou do sistema de bibliotecas.

Das 68 instituições pré-selecionadas, 23 delas se encaixam na situação em que foi possível identificar o nome dos responsáveis pelo setor de aquisição ou por Formação e Desenvolvimento de Coleções como um todo. Nesses casos, os *e-mails* com convite para responder ao questionário foram enviados de forma individualizada e nominal para cada um dos convidados.

Houve quatro casos em que foi possível identificar o contato do setor responsável pela aquisição ou por Formação e Desenvolvimento de Coleções e da direção geral, mas não foi possível identificar o nome das pessoas responsáveis pelos setores e/ou direção. Assim, os

e-mails foram enviados de forma individualizada, mas sem que o nome do convidado fosse citado, visto que a identificação não foi possível. Destaca-se que uma das quatro bibliotecas que se enquadra nessa situação disponibiliza um chat eletrônico síncrono; mediante esse contato, foi possível identificar o *e-mail* do setor responsável pela aquisição de materiais informacionais, pois a informação não fica explícita no *site*.

Em 18 dos 68 *sites* visitados, só foi possível identificar o nome e o contato da direção geral. Nesse caso, o questionário foi enviado de forma individualizada e nominal somente para o diretor ou equivalente, conforme informações coletadas na página eletrônica das instituições.

Em seis situações foi possível identificar somente o contato da direção ou equivalente, mas sem identificar o nome dos responsáveis. Nesses casos, o *e-mail* convite foi enviado de forma não nominal com a instrução de que deveria ser respondido pelo dirigente máximo da biblioteca ou do sistema de bibliotecas.

Há casos em que a instituição disponibiliza apenas um contato geral, sem especificar nome da pessoa responsável ou nome do setor. Isso ocorreu em 11 situações. Na ocasião, o *e-mail* com convite para participar do questionário foi enviado de forma individualizada, não nominal, mas com orientações sobre quem poderia responder ao questionário.

Em três casos foi possível identificar o contato e o nome da pessoa que ocupa a direção e a vice-direção da biblioteca e/ou do sistema. Para essa situação, foi enviado *e-mail* individualizado e nominal, respeitando a seguinte ordem de prioridade:

- 1.^a pessoa ocupante da direção, caso não houvesse resposta;
- 2.^a pessoa ocupante da vice-direção.

Uma instituição não disponibilizou nenhum *e-mail* para entrar em contato, mas disponibiliza um formulário eletrônico. Nesse caso, o *e-mail* convite foi enviado de forma não nominal com instruções sobre quem deveria responder.

Uma dessas instituições não foi considerada no estudo por ser a instituição em que a diretora do sistema de biblioteca faz parte da banca de defesa dessa tese. Assim, o *e-mail* com convite para responder ao questionário foi enviado para 67 universidades públicas federais brasileiras.

6.3.1.1 Descrição do envio de convite para responder ao questionário, considerando a primeira opção de respondente

Entre os dias 23 e 24 de junho, 67 *e-mails* com convite para responder ao questionário foram enviados, conforme procedimento explicado na seção anterior. Em uma das instituições foi necessário revisitar o *site* para verificar se os *e-mails* coletados estavam corretos, pois o envio não estava sendo completado. Os *e-mails* retornavam com mensagem de erro. Outros três *e-mails* foram localizados no *site* institucional, e enfim o questionário foi enviado.

Em outra instituição, o *e-mail* convite também retornou com mensagem de erro. O *site* foi revisitado e novo *e-mail* coletado, embora também tenha retornado com mensagem de erro. Nessa instituição, havia a possibilidade de entrar em contato via formulário eletrônico, e assim foi feito. Então, o *e-mail* convite foi enviado via formulário eletrônico.

Houve outro caso de retorno de *e-mail* com mensagem de erro, e novamente o *site* foi revisitado, mas nenhum outro *e-mail* para contato foi localizado. Por esse motivo, a instituição não pode ser contactada.

Uma das bibliotecas em que só foi possível identificar o *e-mail* geral para o contato respondeu ao convite de participação indicando para qual *e-mail* o convite deveria ser enviado, e assim foi feito o envio de um novo *e-mail* para o setor indicado.

Um *e-mail* convite retornou com uma mensagem automática de aviso de férias. E o *e-mail* foi reenviado em 2 de julho de 2022, período indicado como o de retorno ao trabalho.

Em uma outra instituição, o *e-mail* também retornou com uma mensagem automática avisando sobre um período de licença e fornecendo contatos alternativos para tratar de assuntos ligados ao setor. O período indicado como o período de licença era superior ao prazo que poderia ser oferecido para recebimento de resposta. Nesse caso, optou-se por enviar novo *e-mail* convite para os contatos alternativos que foram indicados.

Apesar das intercorrências acima registradas a situação pôde ser contornada, exceto em um dos casos em que não foi possível enviar *e-mail* para a instituição. Assim, 66 universidades públicas federais brasileiras receberam de fato o convite para responder ao questionário desta pesquisa. A data estabelecida como limite para recebimento das respostas foi 15 de julho de 2022.

No dia 11 de julho de 2022, o questionário contava com a resposta de 21 instituições. Optou-se pelo envio de um novo *e-mail* reforçando o convite de colaboração. Na

data mencionada, 45 novos *e-mails* foram enviados, de forma individualizada, com novo pedido de colaboração.

Findo prazo estabelecido, 35 instituições haviam colaborado com a pesquisa, mas ainda assim um número considerado não satisfatório. Optou-se pelo envio de novos *e-mails* às instituições que ainda não haviam respondido ao questionário, e no dia 18 de julho novos convites foram enviados com novo prazo de resposta até 29 de julho.

Dia 21 de julho percebeu-se uma estabilidade nas respostas dos questionários, ou seja, entre os dias 18 e 21 de julho houve o recebimento de 11 questionários respondidos, totalizando 46 instituições participantes. Considerou-se a necessidade de relembrar o convite, e o mesmo *e-mail* enviado no dia 18 de julho foi reencaminhado para as instituições não respondentes na tentativa de conseguir novas contribuições.

Em 29 de julho, a planilha contava com 48 respostas. Deu-se por encerrado o envio de convite de colaboração para os *e-mails* coletados e classificados como primeira opção de respondente. Optou-se, então, por realizar mais uma tentativa de conseguir mais respondentes, porém enviando *e-mail* convite para perfis classificados como 2.^a opção de respondente.

6.3.1.2 Descrição do envio de convite para responder ao questionário, considerando a segunda opção de respondente

Em 1 de agosto, novo *e-mail* convite foi enviado para as instituições que não responderam ao questionário, mas, dessa vez, o envio do *e-mail* foi feito para os endereços coletados e classificados como sendo a 2.^a opção. A data estabelecida como limite para recebimento das respostas foi 8 de agosto de 2022.

O prazo terminou, e o questionário, ao todo, continha 48 respostas. Uma última tentativa de conseguir novas respostas foi realizada no dia 9 de agosto, quando seis novos *e-mails* foram enviados para instituições que ainda não haviam respondido ao questionário. O novo prazo estabelecido foi 15 de agosto de 2022.

No total, o questionário ficou aberto para respostas durante um período de 54 dias. Ao todo, 192 *e-mails* com convite para que as instituições participassem desta pesquisa foram enviados e, ao final, 49 respostas foram recebidas.

6.3.2 Análise dos dados

Para análise das Políticas de Formação e Desenvolvimento de Coleções, fez-se uso da técnica de análise de conteúdo, conforme Bardin (2016); para análise do questionário, foram empregados métodos estatísticos que serão mais bem detalhados na sequência.

6.3.2.1 Análise das Políticas de Formação e Desenvolvimento de Coleções

A técnica de análise de conteúdo pode ser aplicada para estudar e analisar discursos orais e escritos, podendo ser aplicada em diversos tipos de comunicação e tem por objetivo ir além da descrição dos conteúdos usando a inferência como um importante recursos para chegar a um entendimento do fenômeno estudado (BARDIN, 2016). Nas palavras do autor, “o interesse não está na descrição dos conteúdos, mas sim no que estes nos poderão ensinar após serem tratados” (BARDIN, 2016, p. 44).

Três polos organizam a análise de conteúdo: “1) a pré-análise; 2) a exploração do material; 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação” (BARDIN, 2016, p. 125).

Durante a pré-análise, foi feita a seleção dos documentos que foram analisados nesta tese, nesse caso as PDC. Foram estabelecidos os objetivos que deveriam nortear a análise dos documentos e, em seguida, elencaram-se indicadores para fundamentar a interpretação final, conforme recomendado por Bardin (2016).

A exploração sistemática dos documentos seguiu a rigor o que recomenda Bardin (2016), a saber:

- Leitura flutuante – etapa em que ocorreu o primeiro contato da pesquisadora com os documentos, foi também quando surgiram as primeiras impressões e orientações.
- A escolha dos documentos – após a coleta e a leitura flutuante, foi realizada a seleção de quais documentos de fato seriam analisados nesta tese. Os critérios para inclusão e exclusão de documentos foram descritos no item 6.3.1 desta tese.
- Formulação de objetivos – Bardin (2016) prevê que nesta etapa também é possível trabalhar com formulação de hipóteses, mas nesta tese os documentos foram analisados com base em objetivos pré-estabelecidos, e não em hipóteses. No caso, o objetivo principal da análise foi observar os aspectos voltados à aquisição por compra

de materiais informacionais, mas também dedicou-se atenção a algumas observações gerais.

A segunda fase da análise de conteúdo envolve a exploração do material, “[...] a fase de análise propriamente dita não é mais do que a aplicação sistemática das decisões tomadas. Quer se trate de procedimentos aplicados manualmente ou de operações efetuadas por computador [...]” (BARDIN, 2016). Nesta tese, a fase de exploração do material deu-se de forma manual, uma rigorosa leitura dos documentos foi realizada, pontos de interesse foram destacados e posteriormente agrupados conforme a semelhança entre os documentos. Casos singulares também foram colocados em destaque para uma melhor sistematização dos resultados.

Na terceira e última fase da análise de conteúdo das PDC, ocorreu o tratamento dos resultados obtidos e a interpretação, conforme apresentado na seção 7 desta tese.

Destaca-se nesta tese a utilização da análise de conteúdo de Bardin (2016) como uma orientação geral para a pesquisa. Seu uso de justifica em razão da sua abordagem sistemática e estruturada para analisar e interpretar dados qualitativos. Contudo, a análise de conteúdo de Bardin (2016) foi adotada como um referencial teórico-metodológico para guiar a análise dos dados coletados, identificando temas, padrões e significados presentes nas informações coletados, mas não foi estritamente seguida em todos os aspectos, pois foi necessário adequação do método ao contexto da pesquisa, respeitando as particularidades do objeto de estudo e os objetivos específicos do estudo.

6.3.2.2 Análise do questionário

Conforme explicado na seção em que se tratou da aplicação do questionário, o envio de convite para participar da pesquisa foi feito para 68 universidades públicas federais brasileiras e houve um retorno de 49 delas. Todas as perguntas contidas no questionário são de caráter qualitativo, a amostra alcançada nesta tese é do tipo não-probabilística, já que ela foi realizada de forma não-aleatória, inclusive o questionário foi aplicado conforme o interesse da instituição em participar ou não da pesquisa.

A estatística descritiva possibilitou a coleta, o resumo e a apresentação dos dados, os quais, para uma melhor visualização, foram organizados em tabelas e gráficos. A estatística descritiva mostra-se apropriada tanto para trabalhos com variáveis numéricas como para variáveis categóricas, como no caso desta tese (BARBETTA, 2012). Com teste qui-quadrado

(χ^2) de Pearson foi possível comparar dados e identificar se houve dependência ou independência entre os itens comparados⁵ (BARBETTA, 2012).

Para realizar o teste qui-quadrado (χ^2), foi estabelecido que três variáveis seriam estudadas como perguntas-chave, nas quais o respondente poderia escolher apenas uma alternativa, a saber:

- A instituição na qual você atua possui uma Política de Desenvolvimento de Coleções?
- Na instituição em que você atua, a avaliação de coleções é realizada de forma sistemática?
- Na instituição em que você atua, utiliza-se fórmula de alocação de recursos financeiros destinados à compra de materiais informacionais?

As perguntas-chave foram estudadas mediante cruzamento com outras seis perguntas, consideradas secundárias, em que os respondentes poderiam selecionar mais de uma alternativa como resposta (questões de múltipla escolha). No total, foram realizados nove cruzamentos entre as nove perguntas que foram estudadas.

Para utilização do teste não paramétrico qui-quadrado (χ^2) fez-se uso de tabela de contingência de dupla (2 x 2) entrada para registrar observações independentes de duas ou mais variáveis aleatórias. Por exemplo, diante de duas variáveis de uma população A e B, que precisa ser relacionada com outras duas variáveis, C e D, a tabela de contingência seria apresentada da seguinte forma:

Tabela 4 - Exemplo de tabela de contingência

Variável	Variável		Total
	A	B	A + B
	C	D	C + D
Total	A + C	B + C	A + B + C + D

Fonte: adaptado de Costa (2005)

A partir do agrupamento dos dados na tabela de contingência (2 x 2), é possível realizar o teste do χ^2 para saber se há ou não independência entre variáveis. Nesta tese, foi considerado um nível de confiança de 95%, desse modo foi testada a hipótese nula (H_0) as variáveis são independentes e a hipótese alternativa (H_1) as variáveis não são independentes.

⁵ Ao lidar com amostras pequenas, é crucial exercer cautela ao aplicar o teste qui-quadrado (χ^2). No entanto, a utilização deste teste nesta tese se justifica pelo caráter pioneiro da pesquisa, que trabalha com dados iniciais e busca uma compreensão geral do fenômeno em estudo. Nesse contexto, entende-se que o teste qui-quadrado pode ser empregado como um teste complementar para analisar padrões ou tendências preliminares.

Vale ressaltar ainda que o banco de dados contendo todos os dados do instrumento de coleta de dados foi estruturado no Microsoft Excel, assim como as análises exploratórias, e o teste do qui-quadrado (χ^2) foi realizado no software R, versão 4.2.2.

Martins e Theóphilo (2018, p. 125) explicam que “como a decisão para se aceitar ou se rejeitar uma hipótese será tomada a partir dos elementos de uma amostra, fica evidente que a decisão estará sujeita a erros”. No caso do teste de hipótese, dois erros são possíveis:

Erro tipo I - Consiste em rejeitar a hipótese nula, dado que ela é verdadeira. Geralmente, representa-se por α a probabilidade de cometer esse tipo de erro (MARTINS; THEÓPHILO, 2018).

Erro tipo II - Consiste em não rejeitar H_0 , dado que ela é falsa. Normalmente, representa-se com a letra grega β a probabilidade de cometer esse erro (MARTINS; THEÓPHILO, 2018).

Erros do tipo I e II devem ser evitados, porém, por questões matemáticas, geralmente só é possível controlar facilmente o erro tipo I, por isso é necessário estabelecer as hipóteses de forma que o erro tipo I seja o erro mais prejudicial ao processo estudado.

Logo, o valor de α é referente ao erro tipo I, chamado de nível de significância; esse valor deve ser pré-estabelecido pelo pesquisador, embora geralmente varie entre 1% e 10% (MARTINS; THEÓPHILO, 2018).

Região de Rejeição: é a região formada pelo conjunto de valores que levam H_0 a ser rejeitada. O valor que delimita essa região é denominado valor crítico. Caso o valor calculado da estatística de teste caia nessa região, rejeita-se a hipótese nula.

Nível descritivo ou valor-p: é o menor valor para o qual se rejeita a hipótese nula. Quando esse valor cai na região crítica, rejeita-se H_0 . Para decidir sobre a rejeição ou não da hipótese nula, baseado no valor-p, é necessário compará-lo com o nível de significância do teste e rejeitar H_0 ; se aquele for menor do que este, rejeita-se H_0 . A análise dos dados desta tese usou valor-p como 0,05 para referência.

Dito isso, o teste foi realizado considerando:

H_0 : as variáveis são independentes;

H_1 : as variáveis não são independentes.

Para tanto, foi utilizada a estatística de teste abaixo:

$$X^2_V = \frac{\sum_i^k = 1 \sum_i^l = 1 (O_{ij} - E_{ij})^2}{E_{ij}}$$

Em que:

k é o número de linhas da tabela;

l é o número de colunas;

$E_{ij} = np_{ij}$ é a frequência esperada da célula ij ; p_{ij} é a probabilidade de ocorrer uma observação na célula ij . Se as variáveis são independentes, espera-se que $p_{ij} = p_{i.} \cdot p_{.j}$, em que $p_{i.}$ é a probabilidade marginal correspondente à linha i e $p_{.j}$ é a probabilidade marginal correspondente à coluna j ;

$v = (k - 1)(l - 1)$ é o grau de liberdade.

H_0 foi rejeitado quando a probabilidade encontrada foi menor do que o nível de significância estipulado.

Ao aplicar o teste do χ^2 , espera-se que o tamanho amostral será relativamente grande, assim como cada classe amostral. Caso isso não ocorra, o qui-quadrado calculado pode ser superestimado.

Na seção 7, é possível verificar a aplicação e os resultados da análise estatística aqui descrita.

7 RESULTADOS

Nas subseções a seguir, apresentam-se os resultados alcançados com a análise das PDC e com o questionário.

7.1 Resultado da análise das Políticas de Formação e Desenvolvimento de Coleções

Para efeitos desta tese, considera-se que Políticas de Formação e Desenvolvimento de Coleções (PDC) referem-se ao documento em que se deve traçar diretrizes para Formação e Desenvolvimento do acervo das bibliotecas. A elaboração de uma PDC obedece a algumas diretrizes gerais, mas deve ser personalizada, de modo que possa atender às especificidades da biblioteca para a qual ela foi desenvolvida.

Nesse sentido, as variações entre os documentos são não apenas possíveis, mas necessárias, pois devem refletir as particularidades experienciadas em cada biblioteca. Nesta seção, apresenta-se uma análise descritiva dos 40 documentos recuperados em 39 universidades federais brasileiras.

Ainda sobre as variações encontradas nos documentos, é necessário pontuar que elas ocorrem inclusive no título. Há, por exemplo, documentos que são intitulados como “Plano de atualização dos acervos”; outras instituições utilizam a PDC como parte das regras de funcionamento de um determinado sistema de bibliotecas, ou seja, não como um documento à parte, mas sim como diretrizes que figuram em formas de capítulos, artigos e incisos dentro de uma resolução maior que trata de diversos aspectos relacionados ao funcionamento de um sistema de bibliotecas. Contudo, tais variações não prejudicaram a observação dos pontos de interesse desta tese, que prioriza a análise de aspectos voltados à aquisição por compra de materiais informacionais, mas também se dedica a algumas observações gerais.

7.1.2 Aquisição por compra de materiais informacionais à luz das bibliotecas de universidades federais brasileiras

Inicialmente, buscou-se identificar se, independentemente da nomenclatura (capítulo, seção, artigo, subseção), existe nos documentos uma parte para tratar especificamente da aquisição de materiais informacionais.

Em 34 (85%) dos 40 documentos analisados foi possível identificar uma parte específica do documento para tratar da aquisição. Contudo, a profundidade com a qual a etapa é abordada nesses documentos passa por grandes variações. Há casos em que a parte destinada à aquisição é reservada somente para definir quais são as modalidades de aquisição com a qual se trabalha na biblioteca e/ou para citar o número da lei à qual se deve obediência durante a etapa de licitação para compra de material informacional.

A aquisição de materiais informacionais com base na literatura científica envolve procedimentos e atribuições que lhes são próprias e distintas de outras etapas do desenvolvimento de coleções. No entanto, durante a análise dos documentos, nem sempre foi possível observar com clareza essas distinções. Tal conjuntura revelou, então, que algumas instituições parecem optar por não realizar uma separação tão brusca entre as diferentes etapas da FDC. Isso pode ser percebido, por exemplo, em PDC, quando se atribui ao responsável pela seleção de materiais informacionais a análise de pedidos para compra, que seria, a princípio, um papel a ser desempenhado pela pessoa responsável pela aquisição.

Ocorrem também casos em que cabe ao setor de aquisição estabelecer critérios para seleção de materiais informacionais. Os casos supracitados não são pontuados nesta tese como se fossem um erro, afinal cada instituição tem autonomia para dirimir como suas atividades serão executadas. Propõe-se, nesse sentido, uma reflexão sobre como se desenvolve a rotina dos profissionais frente ao processo de Formação e Desenvolvimento de Coleções dessas bibliotecas. A propósito, Giddens (2009) explica que rotina é tudo aquilo que é feito habitualmente e que o caráter rotinizado que a vida social adquire se estende no tempo e espaço, formando-se assim um caráter recursivo, ou seja, “atividades empreendidas de maneira idêntica dia após dia.” (GIDDENS, 2009, p. XXV).

Nem todas as bibliotecas universitárias brasileiras desfrutam de recursos humanos suficientes ao ponto de poder designar um ou mais profissionais para desenvolver atividades ligadas a uma única etapa do FDC. O cenário mais comum aponta para equipes formadas por poucos profissionais que respondem por todas essas etapas. A rotina de trabalho desses profissionais pode sofrer alterações conforme a realidade da instituição na qual estão inseridos e igualmente a depender da quantidade e variedade das atividades que desempenham. Daí então, a PDC torna-se um reflexo dessas rotinas que nem sempre são realizadas de forma estritamente separadas.

Compreende-se aqui que o processo de Formação e Desenvolvimento de Coleções é um todo que se divide em partes para promover uma melhor execução das suas etapas integrantes. Compreende-se ainda que, por ser um todo, não é necessário nem seria possível

que houvesse uma drástica separação entre suas partes, mas acredita-se que respeitar os limites entre elas é fundamental para que a FDC funcione de forma mais satisfatória.

7.1.2.1 Prioridades para aquisição

Uma lista de prioridades para aquisição de materiais informacionais pode favorecer a otimização dos recursos financeiros, pois indica o que de fato é essencial para o acervo da biblioteca e pode, além disso, contribuir para o crescimento ordenado das coleções. Outra vantagem de estabelecer prioridades para aquisição é a possibilidade de discernir entre o que é necessário e o que é desejável para as coleções. Ao elaborar uma lista de prioridades, a equipe responsável pela elaboração da PDC tem a possibilidade de refletir sobre essas questões e ordená-las segundo a sua própria realidade.

Ao estabelecer prioridades para o acervo, é necessário conhecer as coleções, identificar pontos fortes e fracos, definir como é necessário e/ou desejável que elas estejam no futuro e planejar-se para isso, inclusive requerendo recursos financeiros da instituição mantenedora da biblioteca ou de outras fontes de recursos financeiros que sejam possíveis.

Algumas PDC iniciam com introdução, outras com apresentação, justificativa, objetivo, mas independentes da nomenclatura que tenha sido escolhida pela instituição. É muito comum encontrar no início dos documentos o objetivo de estabelecer prioridades para aquisição, embora nem todas as PDC analisadas apresentem de fato a lista.

O quadro 6 sintetiza o que foi localizado nas PDC analisadas.

Quadro 6 - Relação entre o que é dito e o que é exposto nas PDC em relação ao estabelecimento de prioridades e critérios para aquisição de materiais informacionais

OBJETIVOS E/OU FINALIDADE DA PDC	RESULTADO DA ANÁLISE DA PDC
Estabelecer prioridades para aquisição de materiais informacionais.	21 (52,5%) documentos estabelecem prioridades para aquisição
	7 (17,5%) documentos estabelecem critérios ⁶ para aquisição, mas não elencam prioridades
	9 documentos não estabelecem critérios nem prioridades para aquisição
3 Instituições se colocam na condição de intermediárias do processo de aquisição, ou seja, não tomam decisões sobre o que será ou não adquirido.	

Fonte: da autora

⁶ A autora desta tese compreende critérios e prioridades como termos distintos, mas desconhece o contexto em que as PDC foram elaboradas, portanto existe a possibilidade de que em alguns documentos os termos sejam usados como sinônimos.

Com base nos documentos analisados, foi possível identificar 21 (52,5%) casos em que há lista de prioridades para aquisição; nove (22,5%) casos em que não há lista de prioridades para aquisição, mesmo sendo possível identificar em algum momento dessas 9 PDCs que um dos objetivos do documento é estabelecer prioridades para a aquisição. Houve sete (17,5%) casos em que é possível identificar critérios para seleção, mas não há lista de prioridades, e três (7,5%) casos em que a decisão sobre o que adquirir não é da biblioteca.

Os últimos três casos citados podem ser colocados como casos especiais, pois embora a PDC não estabeleça critérios de prioridades para aquisição de materiais informacionais, é necessário destacar que nessas instituições a biblioteca funciona como intermediária no processo de aquisição, ou seja, a definição do que será adquirido ocorre em setores externos à biblioteca.

A ausência de prioridades pode ser danosa ao processo decisório diante, por exemplo, de situações em que os recursos financeiros não sejam suficientes para adquirir todos os materiais informacionais da lista de desiderata, levantando a chance de que a tomada de decisão ocorra de forma subjetiva e/ou pouco eficiente.

Em contrapartida, o estabelecimento de prioridades pode otimizar o processo de tomada de decisão, mas por si só não confere total objetividade para a alocação de recursos. Imagine, por exemplo, uma biblioteca que estabelece como prioridade para aquisição de materiais informacionais as obras que fazem parte das bibliografias básicas e complementares de cursos que serão reconhecidos pelo MEC e ocorre que três cursos serão reconhecidos simultaneamente — ou em um período curto de tempo entre as avaliações — na mesma instituição, mas a biblioteca não recebeu recursos financeiros suficientes para atender a toda demanda dos três cursos. Como o recurso será dividido entre os três cursos?

A hipótese levantada não é fantasiosa nem de ocorrência improvável. Santos (2014) comenta, por exemplo, uma situação em que três cursos de uma mesma instituição, em um mesmo ano, receberam comissões do MEC, embora tivessem recebido conceitos bem diferentes no que diz respeito à bibliografia básica e complementar, chegando ao extremo de um curso ter recebido conceito 4 para bibliografia básica e outros cursos, conceito 1 também no quesito bibliografia básica. Em Santos (2014), destacou-se que os resultados tão diferentes das avaliações se deram, em parte, por motivos ligados a falhas na etapa de aquisição de materiais informacionais.

Recordar a dissertação de Santos (2014) não é uma tentativa de comparação entre instituições, mas a demonstração de que a otimização de processos ligados à FDC podem ser decisivos para a realidade das bibliotecas universitárias. Com base nas listas de prioridades

identificadas em 21 PDC, foi possível identificar, em síntese, a preocupação das bibliotecas em priorizar a aquisição de materiais informacionais que fazem parte das bibliografias básicas e complementares dos cursos, especialmente os de graduação, sendo que os critérios normativos do MEC são frequentemente colocados em destaque. Observou-se ainda a constância com que alguns outros aspectos estão sendo priorizados nas instituições. Quais sejam:

- reposição de obras perdidas ou danificadas (cinco instituições);
- assinatura de periódicos (cinco instituições);
- cursos que receberam nota baixa em avaliações do MEC (três instituições);
- materiais para dar suporte técnico (três instituições).

Estabelecer prioridades para aquisição de materiais informacionais parece ser uma necessidade aceita nas instituições, pois uma lista de prioridades foi encontrada em 21 (52,5%) documentos. Contudo, aqui não se defende a elaboração da lista de prioridades como suficiente para resolver problemas com alocação de recursos, mas sim como uma etapa importante para a alocação, pois as aquisições tidas como prioridade podem, por exemplo, receber pesos diferenciados nas fórmulas de alocação, caso a biblioteca opte por trabalhar com elas.

7.1.2.2 Alocação de recursos financeiros para compra de materiais informacionais em bibliotecas universitárias

Alocar recursos para aquisição de materiais informacionais parece uma tarefa inevitável dentro de uma biblioteca, por mais que se disponha de grande quantidade de recursos financeiros, mas não fica claro como a alocação é feita, dado o que sugere a leitura da maior parte das Políticas de Desenvolvimento de Coleções coletadas para esta pesquisa.

Entre as exceções, tem-se a Universidade de Brasília (UnB) que além de estabelecer prioridades para aquisição, orienta como os recursos devem ser distribuídos. “O atendimento dos pedidos de compra devem seguir as seguintes prioridades: a) Compra de bibliografias básicas e complementares das disciplinas e programas de pesquisa; b) Atualização do acervo e sugestões de usuários; c) Reposição de acervo.” (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2020, p. 19).

Estabelece ainda que:

- a) 50% do orçamento para compra de bibliografia básica dos cursos de graduação a serem avaliados pelo MEC;
- b) 30% para bases multidisciplinares;
- c) 10% para bibliografias de cursos de pós-graduação;
- d) 5% para bibliografia complementar de cursos de graduação a serem avaliados

pelo MEC;

e) 5% para atualização do acervo. (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2020, p. 20).

A PDC da UnB explica que a instituição trabalha com orçamento específico para aquisição de material bibliográfico e que o valor dos recursos financeiros para essa finalidade é estabelecido anualmente. Assim, ao tomarem ciência do valor que será recebido, a distribuição ocorre, conforme descrito no trecho supracitado. Cursos que não serão avaliados pelo MEC também podem ser contemplados com a compra de materiais informacionais; no entanto, é responsabilidade da unidade acadêmica fornecer recursos financeiros para tal (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2020).

Na PDC da Universidade Federal do Pará (UFPA) também foram localizadas instruções sobre distribuição dos recursos, embora não estabeleça percentuais. “Caso os recursos financeiros disponíveis sejam insuficientes para adquirir todo o material necessário, opta-se por adquirir o maior número de títulos em quantidades menores de exemplares, visando abranger maior número de áreas.” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2019, p. 14). Trata-se de uma instrução breve, mas que ainda assim pode ser considerada um avanço diante da inexistência de qualquer outra informação sobre o assunto, a exemplo do que ocorre em muitas PDC analisadas.

Ainda sobre a distribuição dos recursos financeiros destinados à compra de materiais informacionais, foi localizada na PDC da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) a seguinte informação: “os recursos para compra de obras estão propostos no PDI da UFRA” (UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA, 2018, p. 4). O documento anteriormente citado, ainda sobre os recursos financeiros, pontua que “serão distribuídos entre as bibliotecas, proporcionalmente ao número de discentes por curso de cada campus ou de acordo com novas demandas a partir da criação de novos cursos.” (UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA, 2018, p. 4).

A PDC da UFRA é sucinta em relação à alocação dos recursos, mas permite identificar dois critérios que a instituição coloca em evidência. O primeiro é o quantitativo de discentes matriculados nos cursos e o segundo é a existência de cursos novos.

A PDC da Universidade Federal de Alagoas (Ufal) estabelece que os recursos financeiros sejam distribuídos prioritariamente para os cursos de graduação:

Cursos de graduação em Processos de Protocolo de Compromisso; Cursos de graduação recém criados; Cursos de graduação em processo de reconhecimento; Cursos de graduação em processo de renovação de reconhecimento e Bibliografia básica e complementar dos cursos de graduação” (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, 2018, p. 5)

O documento citado complementa ainda que:

Em caso de insuficiência de recursos orçamentários, a compra de material bibliográfico para a pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado), deverá ser custeada pelo próprio curso, como também a definição de seus critérios e prioridades deverão ser atribuições dos coordenadores dos mesmos. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, 2018, p. 5).

No caso da PDC da Universidade Federal da Bahia (Ufba), é possível perceber que o assunto é tratado de forma generalizada. O documento indica que um plano sistemático e racional de desenvolvimento de coleções é fundamental para a alocação do orçamento. Também menciona a necessidade de realizar ações planejadas para garantir o uso criterioso de recursos financeiros. Além disso, pontua que alocação do orçamento requer “ideias claras, conhecimento dos assuntos das disciplinas; seguir ordem de prioridade, procurar avaliar os parâmetros (idiomas, data).” (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 2010, p. 12).

Uma vez estabelecidos na PDC quais são os critérios de seleção, automaticamente já se está fornecendo informações sobre a aplicação dos recursos financeiros; outro exemplo é a lista de prioridades para compras, pois diante de uma lista, é possível identificar o que deve ser privilegiado, mas nada disso substitui a necessidade de discorrer e sempre que possível detalhar como os recursos devem ser aplicados.

Ou seja, a existência de uma lista com critérios de seleção não dispensa a necessidade de uma lista de prioridades para compra, que, por sua vez, não dispensa a existência de instruções sobre como alocar os recursos financeiros. Assim, a Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções é um todo que deve ser formado por pequenas partes que juntas tornam o documento completo.

Na PDC da UFPE é possível encontrar a seguinte informação:

Os recursos financeiros serão distribuídos mediante planejamento das necessidades levantadas pelas bibliotecas, setorial e central, para atualização da bibliografia básica e complementar registrados no volume orçamentário a ser indicado na Lei Orçamentária Anual (LOA), sendo cadastrado anualmente no Plano de Ações Institucionais (PAI), alinhado ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e ao Plano Estratégico Institucional (PEI). (UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, 2019, p. 6).

Ainda na PDC da UFPE, consta que: “Em caso de escassez de recursos, a CADOP será convocada para analisar, baseando-se nas técnicas da bibliometria” (UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, 2019, p. 6). A saber, Cadop refere-se à comissão de avaliação e descarte de obras patrimoniáveis da UFPE.

Nesta pesquisa, não foram explorados documentos além das PDC, portanto, considerando o trecho supracitado, no caso da UFPE, seria necessário examinar outros

documentos para melhor compreensão do processo de alocação de recursos financeiros adotado na instituição. Nesse caso, levando em consideração unicamente o documento analisado, é possível concluir que a PDC também aborda a questão da alocação de recursos, ainda que não entre em detalhes sobre o assunto.

Na PDC da Universidade Federal de Lavras (UFLA), a compra deve adotar os mesmos critérios para a seleção de materiais informacionais; no documento da Universidade Federal Fluminense (UFF), por sua vez, “À SPDC caberá a adequação das solicitações à verba disponível” (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 2017, p. 15). Dentre os objetivos específicos da PDC da Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ) consta: “gerenciar os recursos financeiros de acordo com necessidades específicas de cada curso” (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL REI, 2021, p. 13). Observa-se nos documentos supracitados direcionamentos gerais sobre a alocação de recursos financeiros destinados à compra de materiais informacionais.

No caso da PDC da UFMG, foi possível extrair a seguinte informação:

A verba destinada à aquisição de material bibliográfico para suprir as necessidades dos cursos na UFMG, prevista no orçamento da Universidade, será distribuída para as unidades acadêmicas por cotas estabelecidas de acordo com critérios apresentados em estudo, realizado pela Biblioteca Universitária. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, 2015, p. 6)

Trata-se de uma informação importante que revela que a biblioteca realiza estudos para decidir sobre a alocação de recursos financeiros. É o que acontece também no documento analisado da UFVJM, em que “os recursos destinados à aquisição do acervo serão alocados conforme orientação do Sisbi” (UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI, 2017, p. 8).

Foram observados casos em que cada curso é responsável por garantir o orçamento para compra do material informacional pertinente, e nesses casos, não cabe à biblioteca alocar recursos financeiros. É o que ocorre, por exemplo, na Universidade Federal de Pelotas, que determina que “A aquisição de material bibliográfico, de periódicos, renovações de coleções correntes, será realizada com orçamento próprio do curso, sendo encaminhado para UGR da Coordenação de Biblioteca.” (UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS, 2019, p. 3).

Outro caso que chama atenção é o da PDC da Universidade Federal do Paraná (UFPR), que diz: “o SiBi direciona seus recursos de forma sustentável e com políticas afirmativas, tendo, assim, uma gestão responsável para que suas atividades contribuam no

desenvolvimento de uma sociedade igualitária.” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, 2013, p. 10).

Ao falar em recursos, o trecho supracitado não se limita a recursos financeiros, mas sugere que a totalidade dos recursos são distribuídos com base em políticas afirmativas; contudo, o documento, assim como outros apresentados aqui, não esclareceu o procedimento. No caso da PDC da UFC, “Cabe à Biblioteca Universitária informar anualmente à Pró-Reitoria de Planejamento o valor dos recursos necessários para a compra de material bibliográfico” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2016, p. 8). Porém, não fica claro como os recursos financeiros são distribuídos, caso não sejam suficientes para atender a toda a demanda.

Considera-se, então, que dentre os documentos analisados a política da UnB é o que mais especifica como é realizada a alocação dos recursos. Nos demais documentos, três principais situações foram percebidas:

- documentos que não mencionam a alocação de recursos financeiros destinados à compra de materiais informacionais;
- documentos que tratam de forma generalizada da alocação de recursos financeiros destinados à compra de materiais informacionais;
- documentos que pontuam que a alocação de recursos financeiros não é atribuição da biblioteca, pois cada curso e/ou unidade informacional é responsável por conseguir os recursos necessários para compra de materiais informacionais que o atenda.

Algumas ressalvas são importantes:

- a análise aqui empreendida não trata de periódicos;
- as informações levantadas referem-se aos documentos analisados, e não às instituições; logo, é possível que algumas instituições trabalhem com métodos mais desenvolvidos para alocação de recursos financeiros destinados à compra de materiais informacionais, mas não os tenha documentado em suas respectivas políticas de Formação e Desenvolvimento de Coleções.

Nos documentos analisados, não foi possível encontrar fórmulas de alocação para compra de materiais informacionais. O mais próximo que se chegou de uma fórmula foi na PDC da Universidade Federal do Tocantins (UFT) em que aparece o seguinte texto: “Será atribuído um peso a cada um desses critérios. O resultado final da soma desses pesos definirá a inserção dos periódicos no acervo impresso da Biblioteca, conforme apêndice A.” (UFT,

2017, p. 16). Contudo, esta pesquisa não abrange a utilização de fórmulas para aquisição de periódicos, e além disso, o apêndice mencionado na citação não consta no documento. Também foi verificado se em alguma PDC menciona-se a reserva de recursos orçamentários exclusivos para cursos novos ou em algum processo de avaliação pelo MEC, o que somente foi encontrado na PDC da UnB.

Com base nos documentos analisados, identificou-se que questões ligadas à alocação de recursos financeiros para compra de materiais informacionais é um assunto pouco abordado nas PDC, e quando ocorre, é predominantemente de modo generalizado, à exceção da política da UnB que apresenta mais detalhes.

A realidade identificada torna difícil a obtenção de informações sobre como as bibliotecas das universidades federais brasileiras realmente realizam a alocação de recursos financeiros destinados à compra de materiais informacionais. É possível que existam processos documentados em outros documentos que não a PDC, mas isso, além de tornar a coleta de informações ainda mais complicada, também gera uma dispersão de informações.

Estabelecer prioridades para aquisição de materiais informacionais facilita o processo de tomada de decisão sobre como os recursos devem ser alocados, mas não exige da necessidade de abordar a alocação de recursos de modo mais específico. Entender como os recursos financeiros são distribuídos para os diferentes cursos é ter conhecimento de como o dinheiro público tem sido aplicado, além de conferir ao cidadão o direito de acompanhar e fiscalizar o procedimento com transparência.

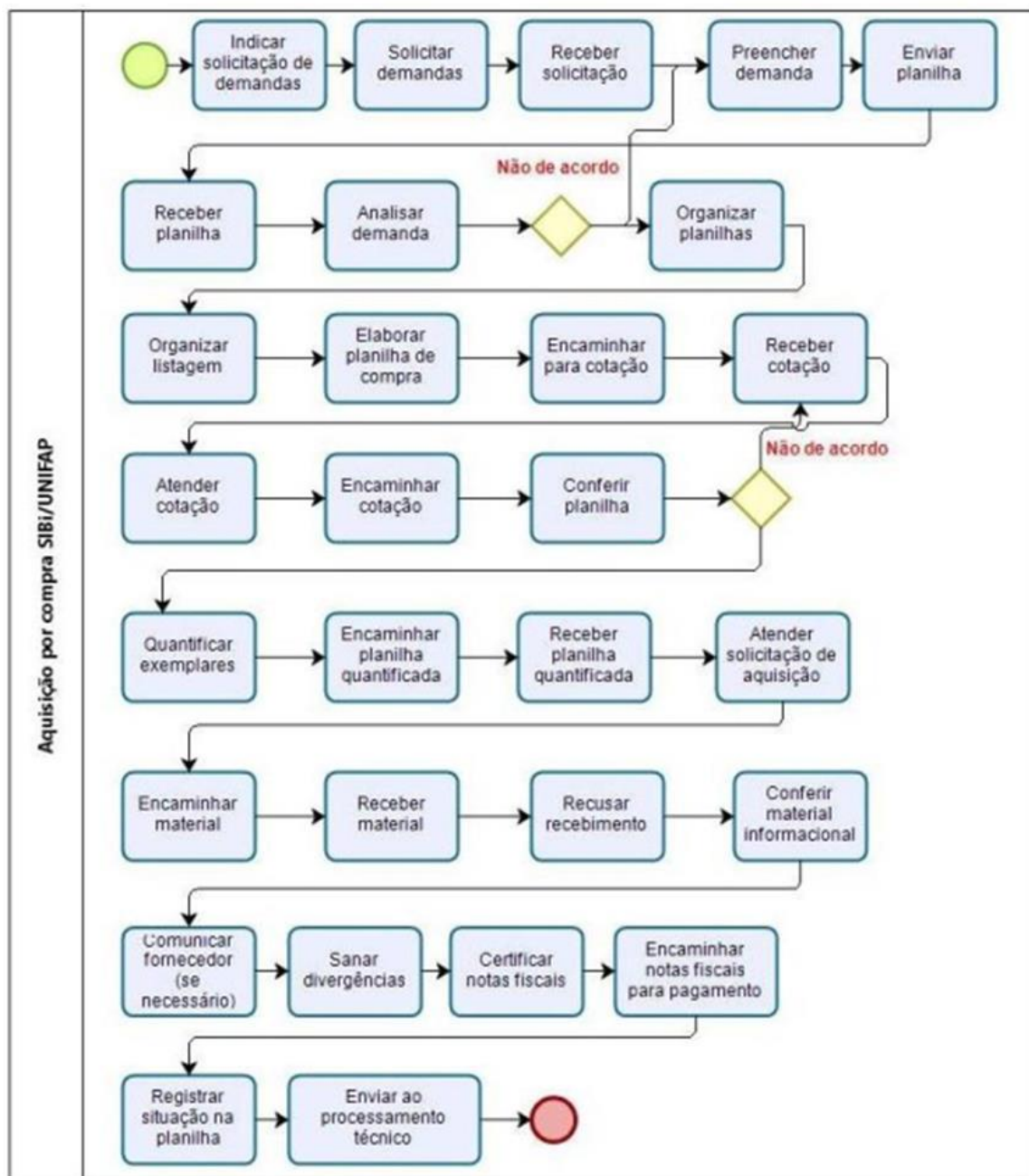
7.1.2.3 Acompanhamento do processo de compra

Algumas instituições apresentam em suas PDCs como é feito o acompanhamento do processo de compra. A informação é relevante para padronizar as ações e direcionar os profissionais para atuarem, conforme as orientações da política. Quando o acompanhamento do processo de compra é devidamente documentado, entende-se que há economia de tempo na realização das tarefas, pois os profissionais saberão como agir em cada etapa da aquisição. A descrição do processo pode promover a padronização da atividade dentro da instituição, mesmo quando ela for executada por diferentes profissionais; sendo possível que a comunidade interessada acompanhe as etapas que se fazem cumprir até que os materiais informacionais estejam disponíveis nas bibliotecas e confere principalmente transparência.

Em algumas PDCs analisadas foi possível encontrar informações sobre o acompanhamento do processo de compra. Algumas com mais detalhes e outras com menos. A

Universidade Federal do Amapá (Unifap) destaca-se por apresentar de forma bem detalhada as etapas do processo de aquisição por compra SIBi/Unifap, conforme Figura 2.

Figura 2 - Processo de aquisição por compra do SIBi/Unifap



Fonte: Universidade Federal do Amapá (2020, p. 16).

Além da figura 2, a Unifap também disponibiliza como Apêndice da PDC um quadro que detalha atividades, tarefas, responsabilidades e o tempo (cronograma) da aquisição por compra. O quadro é bastante detalhado, rico em informações e permite uma compreensão lógica de como as atividades são executadas na instituição.

A PDC da Universidade Federal do Ceará (UFC) também apresenta como apêndice da política diretrizes para o processo de compra, em que explica o procedimento de compra desde a abertura do edital e orienta para que coordenações de cursos possam enviar listas com solicitações de compras até o recebimento do material. A rotina para recebimento de material bibliográfico adquirido por meio de compra é minuciosamente explicada na PDC da UFC e aborda pontos como o recebimento dos volumes (caixas, pacotes), conferência da Nota Fiscal após a abertura dos volumes e conferência de planilha, inclusive trata de possíveis erros que podem ocorrer durante o recebimento dos materiais, além de fornecer orientações sobre como o profissional deve proceder diante de possíveis situações adversas. Por exemplo:

Caso haja pendência em uma nota fiscal (título não entregue, páginas faltando, dentre outros), separá-la e identificar a pendência para as devidas providências, contactando o fornecedor para resolver a pronto. Esta nota fiscal não deve ser encaminhada para pagamento até a solução e, neste caso, não se deve catalogar nenhum item da referida nota (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2016, p. 19)

A importância de explicar o procedimento de compra se dá inclusive na justificativa de possíveis atrasos na disponibilização do material ao usuário final. Na situação supracitada, há probabilidade de atraso na disponibilização de itens, visto que obras com pendências na nota fiscal não poderão ser catalogadas e, conseqüentemente, não estarão disponíveis para a comunidade acadêmica até que o problema seja resolvido. Assim, mais uma vez, a Política de Formação e Desenvolvimento de Coleção revela ser um documento que viabiliza uma “conversa franca” entre a instituição e a comunidade.

A PDC da UFRN também reserva um espaço para tratar do processo de compras de materiais informacionais e aborda, por exemplo, questões ligadas ao recebimento do material informacional e sua transferência para bibliotecas setoriais. As informações não são detalhadas, mas auxiliam no entendimento de como a biblioteca faz o acompanhamento dos materiais informacionais adquiridos por compra.

No caso da política da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), há uma breve menção ao fato de que cabe ao setor de aquisição acompanhar o processo de aquisição do material informacional, embora não entre em detalhes sobre como o acompanhamento é feito. O mesmo ocorre na política da UFMG (2015, p. 19), em que se menciona que o bibliotecário deve “acompanhar todas as etapas do processo”, mas não descreve como deve ser feito o acompanhamento. As políticas da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), da UFF e da Unirio também enfatizam a necessidade de acompanhar o processo de compra, mas sem detalhar como o procedimento deve ser realizado.

A PDC da UFVJM descreve quais são as etapas da aquisição, dentre as quais uma trata de entrega das obras nas bibliotecas e conferência das notas fiscais, mas também sem apresentar detalhes. Na política do sistema de bibliotecas da Universidade Federal do Rio Grande (2020, p. 6) fala-se que “Após a chegada do item, nas modalidades compra, doação ou intercâmbio, ele deverá ser registrado e tombado junto à Instituição”, mas não comenta sobre o processo de acompanhamento e conferência que provavelmente antecede o tombamento dos itens.

Por sua vez, o parecer normativo que regulamenta a política de atualização, manutenção e conservação do acervo das bibliotecas da Universidade Federal de Pelotas estabelece que:

O Setor de Aquisição é responsável por acompanhar todo processo de aquisição, desde a cotação, verificação de descontos, prazos de recebimento do material bibliográfico, conferência das publicações (verificar as perfeitas condições das obras adquiridas, quanto a impressão, paginação, encadernação...), organização e distribuição do material bibliográfico às bibliotecas de destino ou aos seus solicitantes. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS, 2019, p. 4).

Também é possível encontrar informações sobre o procedimento de compra de materiais informacionais realizado na UFPR. A PDC da UFPR apresenta um apêndice intitulado “procedimentos para compra”, no qual diz ser necessário “fazer a conferência do material adquirido, registrar e encaminhar para as respectivas bibliotecas” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, 2013, p. 40). Assinala-se que a PDC da UFPR apresenta diversos materiais na parte dos apêndices, mas que não foi possível analisar os apêndices satisfatoriamente, pois em parte estava ilegível.

Percebe-se, nas Políticas de Formação e Desenvolvimento de Coleções analisadas nesta tese, que há maior ênfase na etapa de seleção. Os documentos consistem em descrever como se dá a seleção de materiais informacionais para os acervos das bibliotecas, mas são sucintos na etapa de aquisição, como se esse fosse um assunto de menor interesse ou uma etapa em que não se tem muito a dizer.

7.1.3 Observações gerais acerca das PDCs analisadas nesta tese

Este espaço é reservado para considerações gerais que puderam ser identificadas nas PDCs, mas que não mantêm relação direta com o tema investigado nesta tese. Julgou-se relevante apresentar essas informações por dois principais motivos:

1º - a PDC não pode ter suas partes totalmente isoladas, portanto, de algum modo que nem sempre pode ser facilmente perceptível, há possibilidade de relações que passaram despercebidas nesta tese;

2º - entende-se que alguns pontos identificados possam fomentar novos diálogos científicos.

Em 33 (80,5%) dos 40 documentos analisados foi possível encontrar, entre os objetivos, finalidades e/ou princípios das PDC, a exposição clara e direta da necessidade de desenvolver coleções equilibradas com a adoção de critérios racionais. É comum a existência de frases com o mesmo sentido e até mesmo repetidas, por exemplo: “permitir o crescimento racional e equilibrado do acervo” ou “atualizar a coleção de forma racional e equilibrada”. Percebe-se, então, que a necessidade de desenvolver coleções de forma equilibrada e racional é compreendida e aceita em muitas instituições, embora os procedimentos utilizados para alcançar esses objetivos não estejam totalmente descritos nos documentos aqui analisados.

Outro ponto que merece ser discutido é a divulgação das PDC. Considerando as 68 instituições que compreendem o universo desta pesquisa, foi possível recuperar 40 (58,82%) documentos, dos quais dois eram de uma mesma instituição⁷. Esperava-se recuperar PDC em todas as instituições, mas ainda assim não há dados suficientes para afirmar que entre as instituições em que os documentos não foram recuperados não há PDC. Isso porque:

- universidades podem estar em situações semelhantes à da Universidade Federal de Jataí (UFJ), ou seja, instituições criadas recentemente ainda podem estar em processo de elaboração de suas próprias políticas;
- a busca realizada no *site* pode não ter recuperado a política, embora ela esteja disponível;
- surgimento de falhas nas estratégias de busca pelo documento (os documentos podem ter sido disponibilizados por outros meios/canais que não foram contemplados nesta investigação ou podem ter sido elaboradas com outros nomes que impediram a recuperação do documento por parte da pesquisadora desta tese).

Em relação à data das PDC, não há na literatura científica uma sugestão de periodicidade exata com a qual deva ser feita a atualização da PDC de uma instituição, porém, considerando que se trata de um documento que, em teoria, deve direcionar a rotina de quem

⁷ Destaca-se que a UFJ comunicou em sua página eletrônica institucional que trabalha com a política de desenvolvimento de coleções da Universidade Federal de Goiás (UFG). Trata-se de um caso bem particular que se justifica no fato de a UFJ ser uma instituição que foi criada em 2018 e que teve sua origem a partir do desmembramento da UFG e, portanto, ainda está em processo de organização para a elaboração de sua própria PDC.

trabalha com Formação e Desenvolvimento de Coleções e, além disso, a dinamicidade de fatores externos e internos envoltos na atividade, existem recomendações sinalizando que a PDC seja atualizada a cada dois anos.

A realidade constatada nos documentos analisados foge à periodicidade sugerida, uma vez que é predominante a recorrência de PDC com idade superior a três anos, ou seja, 23 (57,5%) dos documentos analisados foram elaborados há mais de três anos, conforme exposto na Tabela 5

Tabela 5 - Ano de elaboração das PDC analisadas das IEFs pesquisadas

Ano	Frequência	%
2009	1	2,6
2010	1	2,6
2011	1	2,6
2012	1	2,6
2013	1	2,6
2014	1	2,6
2015	3	7,7
2016	5	12,8
2017	3	7,7
2018	7	17,9
2019	8	20,5
2020	4	10,3
2021	3	7,7
2022	1	2,6
TOTAL	39	100

Fonte: da autora com base nas Políticas de Formação e Desenvolvimento de Coleções analisadas nesta tese.

Compreende-se que a importância de manter a Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções de materiais informacionais atualizada reside na necessidade de acompanhar as mudanças e demandas do ambiente informacional, bem como garantir que a coleção esteja alinhada com os objetivos e necessidades da instituição e de seus usuários.

Entende-se também que a atualização da política permite reavaliar critérios de seleção, processos de aquisição e alocação de recursos financeiros de forma mais eficiente e eficaz. Podendo ainda possibilitar que a biblioteca esteja preparada para enfrentar os desafios e demandas do cenário informacional em constante evolução, auxiliando para que a coleção seja relevante, diversificada e de qualidade, contribuindo assim para a excelência dos serviços e o atendimento às necessidades dos usuários.

Também foi observado se havia nos documentos analisados indicação de aprovação por um conselho, órgão ou setor superior à biblioteca. Identificou-se que dos 40 documentos estudados, 19 (47,5%) apresentam de forma explícita que são reconhecidas pelos Conselhos Universitários ou outros. Por exemplo, a Política de Formação e Desenvolvimento

de Coleções da Universidade Federal do Rio Grande (Furg) é normatizada pela Pró-Reitoria de Graduação, mediante instrução normativa n.º 01/2020, enquanto na Universidade Federal de Pelotas (Ufpel) é aprovada pelo Conselho Coordenador de Ensino, da Pesquisa e da Extensão (Cocepe). Em contrapartida, 21 documentos (52,5%) não mencionam a existência e/ou necessidade de que a PDC seja aprovada por algum conselho, órgão ou setor externo à biblioteca.

Quanto à avaliação de coleções, foi identificado que dos 40 documentos analisados, somente dois documentos não discorrem sobre o assunto, embora figure nesses mesmos documentos que um de seus objetivos é elaborar diretrizes para a avaliação da coleção. Sobre as definições, razões e/ou justificativas para avaliação das coleções, ver o Quadro 7.

Quadro 7 - Definições, razões e/ou justificativas para avaliação das coleções*

UFS	Por meio da avaliação pode-se identificar possíveis falhas no processo de seleção, bem como obter subsídios para a revisão da Política de Desenvolvimento de Coleções. Poderão ser utilizados para a avaliação do acervo os métodos quantitativos e qualitativos (p. 6).	UFPA	Processo utilizado para determinar a adequação e o valor da coleção em função dos objetivos da Biblioteca e da Instituição. Nesse processo utilizam-se parâmetros e indicadores quantitativos e qualitativos, cujos resultados serão periodicamente comparados e analisados de acordo com os critérios da seleção e do descarte (p. 22).
UnB	O processo de avaliação fornece subsídios para as ações de desenvolvimento do acervo, identificando lacunas, duplicações, obsolescências e desgastes físicos (p. 22).	Ufba	A avaliação do acervo é um procedimento administrativo e estratégico que, por meio de métodos e técnicas científicas, busca mensurar o conjunto das publicações, de documentos e materiais que compõem uma biblioteca, com vistas à melhoria dos seus serviços, considerando que é a partir de seus acervos que as bibliotecas cumprem sua missão (p. 36).
UFG	A avaliação da coleção é o processo pelo qual é determinada a importância do acervo de acordo com os objetivos da instituição (p. 19).	UFVJM	As avaliações fornecerão subsídios essenciais para o desenvolvimento do acervo, assim como para a reformulação da política, tendo em mãos o conhecimento de uso da coleção e das demandas de sua utilização (p. 10).
Unilab	Esse processo permanente possibilitará traçar diretrizes quanto a aquisição, obsolescência, desbastamento e descarte das coleções que constitui o acervo do SibiUni (p. 21).	Unifal	A avaliação constante do acervo deverá verificar se a Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções está cumprindo com seus objetivos, possibilitando traçar novas diretrizes para seleção, aquisição, acesso, desbastamento e descarte (p. 8).
Ufam	Para efeito desta Resolução, o processo de avaliação consiste na análise das coleções do acervo das bibliotecas, com vistas à identificação do grau de adequação das obras que as integram aos padrões estabelecidos em termos de quantidade e qualidade, a fim de corrigir as fragilidades identificadas (p. 12).	UFPR	Recomenda-se que a coleção seja avaliada continuamente, a fim de se detectar lacunas, substituições, duplicações ou obsolescências, para mantê-la atualizada e equilibrada, de acordo com as necessidades da comunidade acadêmica (p. 13).

* Para elaboração do Quadro 7, foram retirados trechos de 10 PDC analisadas nesta tese. A escolha dos documentos citados foi feita aleatoriamente, portanto há documentos que foram analisados e que falam da avaliação das coleções, mas não foram citados no quadro.

Fonte: (UFS, 2014; UnB, 2020; UFG, 2016; Unilab, 2021; Ufam, 2020; UFPA, 2014; Ufba, 2010; UFVJM, 2021; Unifa, 2017; UFPR, 2015).

Com base nas citações extraídas dos próprios documentos, fica perceptível que a avaliação de coleções é uma atividade que busca identificar a real situação das coleções e analisar se elas estão em consonância com os objetivos institucionais. Com a avaliação das coleções, é possível que a equipe que trabalha com o acervo tome decisões corretivas diante de incoerências encontradas e ainda que trace metas para dirimir sobre o futuro das coleções.

Também chamou atenção, durante a análise dos documentos, a forma como a etapa de aquisição é entendida nas bibliotecas. Em alguns documentos, a aquisição é entendida como uma etapa intelectual, estratégica, em que se tomam decisões, ou seja, possui poder decisório. Em outros documentos, a aquisição parece ser entendida como algo puramente administrativo, que apenas faz cumprir o que foi decidido na etapa de seleção.

Quadro 8 - Aquisição com poder decisório ou como etapa puramente administrativa

AQUISIÇÃO	
Com poder decisório	Como etapa puramente administrativa
Cabe ao Setor de Compras a apreciação, precificação e autorização das demandas da comunidade no que se refere a material informacional e encaminhá-las ao Departamento de Material e Patrimônio (DMP), que é responsável pelo trâmite das requisições junto aos fornecedores escolhidos via licitação pública (UFRN, 2021, p. 16).	Aquisição é o processo que implementa as decisões da seleção (UFS, 2015, p. 4).
Ao Setor de Aquisição do Sistema de Bibliotecas da Unilab (Seta) caberá receber e analisar as solicitações, bem como coordenar, executar e acompanhar o processo de aquisição do material informacional junto à Pró-Reitoria de Administração (UNILAB, 2018, p. 10).	Aquisição é a execução das decisões tomadas no processo de seleção (UFMA, 2019, p. 14).
A compra de material bibliográfico é um processo de gerenciamento dos recursos financeiros (UFF, 2017, p. 13).	A aquisição de material bibliográfico é um processo administrativo (UNIRIO, 2019, p. 15).
	A aquisição consiste na etapa de implementar as decisões tomadas no processo de seleção, ou seja, é uma atividade totalmente administrativa (UFRGS, 2014, p. 9).

Fonte: UFRN (20251); Unilab (2018); UFF (2017); UFS (2015); UFMA (2019); Unirio (2019); UFRGS (2014).

As citações extraídas de sete diferentes documentos revelam como a etapa de aquisição é entendida nas diferentes instituições. A partir do Quadro 8 é possível inferir que há uma divisão quase equilibrada entre o quantitativo de documentos que apresentam a aquisição como uma atividade administrativa e os que a apresentam como atividade gerencial.

Nesta tese, defende-se a etapa de aquisição como um processo gerencial. Não se pode negar que de fato é uma etapa em que se implementam as decisões da seleção, mas não se restringe a isso, pois também é uma etapa em que decisões precisam ser tomadas, e uma

das principais atividades gerenciais que deveria ser tomada pela equipe de aquisição de materiais informacionais e/ou pela equipe responsável pela PDC é a alocação dos recursos financeiros.

Outra informação identificada durante a análise das PDCs envolve as modalidades de aquisição. É comum na literatura científica sobre FDC que a aquisição de materiais informacionais seja classificada como aquisição por compra, doação ou permuta. A PDC da UFFS também fala em recebimento de materiais por comodato.

O Comodato tem previsão nos artigos 579 a 585 do Código Civil Brasileiro, é considerado um contrato unilateral, pois apenas uma das partes tem obrigações, e gratuito, onde uma pessoa, chamada de comodante, entrega a outra, ou comodatário, coisa infungível, ou seja, que não pode ser substituída, para que seja utilizada por um certo tempo e depois devolvida. (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS,[2022?], p. 1)

A PDC da UFFS não chega a afirmar que o comodato é uma modalidade de aquisição, mas trata do recebimento de materiais informacionais usando esse termo. De todo modo, trata-se de uma discussão interessante que não se configura como tema central desta tese, mas tem caráter transversal. Em nenhuma outra PDC analisada o comodato apareceu como uma possibilidade para a instituição receber materiais informacionais, talvez por tratar-se de uma modalidade de empréstimo mais comum entre particulares, e não entre entidades públicas.

A PDC da Furg refere-se à modalidade de aquisição por captura. Durante a análise das 40 PDC coletadas para análise, também foi a única vez em que apareceu a captura de materiais informacionais como uma modalidade de aquisição. “A modalidade captura é utilizada para materiais digitais coletados a partir de fontes com acesso aberto” (FURG, 2020, p. 8). Diz ainda que “na modalidade captura deverão ser considerados os critérios gerais de seleção, quando aplicáveis, e o formato digital compatível com o ARGO” (FURG, 2020, p. 5).

Esta seção apresenta algumas elucubrações genéricas, mas confirmam o fato de que há muito para ser explorado no que diz respeito à aquisição de materiais informacionais em bibliotecas.

7.2 Resultado da análise do questionário

Nesta seção, faz-se a apresentação dos dados coletados, considerando as 20 questões que fizeram parte do questionário que foi utilizado como instrumento de coleta de dados para esta tese.

Questão 1 - Qual seu nível de escolaridade?

Em relação ao nível de escolaridade, foi identificado que 48 dos 49 respondentes têm escolaridade acima do ensino superior e um respondente com ensino superior.

Tabela 6 - Nível de escolaridade dos respondentes

Nível de escolaridade	Frequência	%
Pós-graduação (<i>stricto sensu</i> , nível mestrado) – Completo	17	34,7
Pós-graduação (<i>lato sensu</i>) – Completo	22	44,9
Superior – Completo	1	2,00
Pós-graduação (<i>stricto sensu</i> , nível mestrado) – Incompleto	2	4,1
Pós-graduação (<i>stricto sensu</i> , nível doutor) – Completo	4	8,2
Pós-graduação (<i>lato sensu</i>) – Incompleto	1	2,00
Pós-graduação (<i>stricto sensu</i> , nível doutor) – Incompleto	2	4,1
Total	49	100,00

Fonte: da pesquisa

Sem considerar a distinção entre bibliotecários e não bibliotecários, identificou-se que 44,9% (22 respondentes) têm pós-graduação (*lato sensu* – completo), seguido de 34,7% (17 respondentes) que têm pós-graduação (*stricto sensu*, nível mestrado – completo).

A quantidade de profissionais com doutorado representa 8,2% dos respondentes.

Questão 2 - Você é bibliotecário(a)?

Relativamente à resposta à segunda pergunta, identificou-se que 45 (91,8%) respondentes afirmaram ser bibliotecários, enquanto que quatro (8,2%) não o são, mas têm formação de nível superior. Com base nas respostas obtidas, é possível identificar que atividades relacionadas à aquisição de materiais informacionais são desenvolvidas nas bibliotecas das universidades participantes desta pesquisa, principalmente por profissionais graduados em Biblioteconomia, embora haja casos em que as atribuições são exercidas por profissionais não bibliotecários.

Questão 3 - Caso possua pós-graduação, por favor, especifique-a.

Foi solicitado às pessoas que têm pós-graduação que especificassem o curso de formação ou de formação em andamento. Como resultado observou-se, entre as pessoas que têm formação superior em Biblioteconomia, uma prevalência em pós-graduação voltada à Biblioteconomia e à Ciência da Informação.

Tabela 7 – Especificação de cursos de pós-graduação

	Bibliotecários		Não Bibliotecários	
	Frequência	%	Frequência	%
Pós-graduação em Biblioteconomia e/ou Ciência da Informação	17	37,77	-	-
Pós-graduação em Gestão e/ou Administração	8	17,77	-	-
Pós-graduação em outras áreas/cursos	19	42,22	4	100
Não especificou	1	2,22	0	-
Total	45	100	4	100

Fonte: da pesquisa

Entre os não bibliotecários não foi possível observar a prevalência ou predileção por uma área do conhecimento em específico, mas chama atenção o fato de um dos profissionais não bibliotecários afirmar que está cursando mestrado em Educação Matemática. Não foi possível identificar se a escolha por uma pós-graduação em Matemática se relaciona de alguma forma com a função profissional exercida pelo respondente.

Também foi possível observar que oito (16,32%) dos respondentes bibliotecários optaram por realizar cursos relacionados à gestão e/ou administração.

Quando a questão sobre o curso de pós-graduação foi inserida no questionário, pensou-se na possibilidade de que profissionais que atuam com aquisição de materiais informacionais pudessem ter preferência por cursos nas áreas de Administração, Gestão, Contabilidade, Finanças, Matemática e Estatística, mas essa não foi uma realidade predominante, embora tenha sido representada.

Questão 4 - Qual cargo você ocupa na instituição em que trabalha?

Os profissionais não bibliotecários foram questionados sobre qual cargo ocupam na instituição. Três (75%) dos respondentes disseram ocupar o cargo de assistente em administração e um (25%) respondente disse ocupar o cargo de auxiliar em administração.

O principal objetivo da pergunta foi identificar se a motivação para inserir profissionais não bibliotecários ligados diretamente à etapa de aquisição de materiais informacionais tinha alguma ligação com o cargo exercido por eles, por exemplo, estatísticos, matemáticos, contadores, contudo essa motivação não foi identificada.

Questão 5 - Marque a alternativa que condiz com sua realidade.

- A. Exerço Função Gratificada (FG) na instituição em que trabalho
- B. Exerço Cargo de Direção (CD) na instituição em que trabalho
- C. Nenhuma das opções anteriores

Percebeu-se nos casos investigados nesta pesquisa que profissionais não bibliotecários que trabalham com aquisição de materiais informacionais exercem função gratificada, mas o fato não se repete entre profissionais bibliotecários, ou seja, entre bibliotecários há casos de profissionais que atuam com a aquisição de materiais informacionais, mas não exercem função gratificada nem cargo de direção, conforme demonstrado na tabela 8.

Tabela 8 - Função Gratificada (FG) e Cargo de Direção (CD) dos participantes da pesquisa

Exercício de FG ou CD	Bibliotecário	Não bibliotecário
Cargo de Direção	14	--
Função Gratificada	21	4
Nenhuma das opções anteriores	10	--
Total	45	4

Fonte: da pesquisa

Reconhece-se como importante o exercício de Cargos de Direção (CD) e Funções Gratificadas (FG) entre profissionais que atuam na aquisição de materiais informacionais, uma vez que podem assumir responsabilidades adicionais, como coordenação de equipes, gestão de projetos ou supervisão de atividades específicas. Isso pode possibilitar a ampliação das experiências e a aquisição de novas habilidades de liderança, tomada de decisão e gerenciamento.

A função gratificada também pode ser um estímulo para o aprimoramento contínuo do profissional, incentivando-o a buscar atualização profissional, participar de cursos, workshops e eventos relacionados à sua área de atuação. Isso pode contribuir para o aprimoramento do serviço prestado pela biblioteca e para o desenvolvimento pessoal e profissional da pessoa responsável pela Formação e Desenvolvimento de Coleções (FDC).

Em suma, acredita-se que o exercício de cargos de direção e funções gratificadas possa proporcionar ao profissional a oportunidade de enfrentar novos desafios, adquirir experiências relevantes, desenvolver habilidades de liderança e receber reconhecimento, contribuindo potencialmente para o crescimento profissional e o aprimoramento dos serviços de biblioteca.

Questão 6 - Considerando a instituição em que você trabalha atualmente, há quanto tempo desenvolve atividades diretamente ligadas a Formação e Desenvolvimento de Coleções?

Em relação ao tempo de atuação, os dados mostram que há grande variação no tempo de exercício da função.

Tabela 9 – Tempo em que desenvolve atividades diretamente ligadas a Formação e Desenvolvimento de Coleções

Tempo	Bibliotecários		Não bibliotecários	
	Frequência	%	Frequência	%
Menos que 1 ano	6	13,33	-	
Entre 1 e 5 anos	20	44,44	1	25
Entre 6 e 10 anos	12	26,66	2	50
Mais de 10 anos	5	11,11	1	25
Setor em fase de implantação	1	2,22	-	
Não exerce funções diretas no setor	1	2,22	-	
Total	45	100	4	100

Fonte: da pesquisa

Percebe-se com maior frequência que os profissionais costumam exercer funções ligadas a Formação e Desenvolvimento de Coleções em intervalos que variam de um a cinco anos, mas também foi comum identificar profissionais que exercem a função em intervalos de tempo que variam de seis a dez anos.

Essa variação de tempo pode ser influenciada por diversos fatores, como a disponibilidade de recursos, mudanças nas demandas informacionais, estratégias institucionais e até mesmo questões políticas. Entende-se que a periodicidade na qual os profissionais assumem essas funções pode afetar o planejamento e a implementação de PDC nas bibliotecas, bem como a continuidade e a atualização das coleções ao longo do tempo.

Um respondente não especificou o tempo em que atua no setor de Formação e Desenvolvimento de Coleções por se tratar de um setor que ainda está sendo implantado e houve outro caso em que o respondente afirma que a função exercida não é diretamente ligada a FDC.

Questão 7 - A instituição na qual você atua possui uma Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções?

A essa questão, 42 (85,7%) responderam que em suas instituições há a PDC, enquanto que sete (14,3%) sinalizaram que não há esse documento em suas respectivas instituições. Esperava-se encontrar uma PDC em todas as universidades federais brasileiras. Expectativas à parte, o percentual encontrado é semelhante ao quantitativo de documentos recuperados nos *sites* institucionais, conforme mostrado na seção 6.3.1 desta tese. Ou seja, em visita aos *sites* das 68 universidades federais brasileiras cadastradas no portal do e-Mec, foi possível recuperar 40 PDC de 39 diferentes instituições. E durante a aplicação do questionário, 42 participantes responderam que possuem PDC. Os números são bem próximos e parecem refletir de fato uma aproximação com a realidade.

Questão 8 - Você entende a Política de Desenvolvimento de Coleções como um documento importante na rotina de quem trabalha com Formação e Desenvolvimento de Coleções?

Para essa questão, 100% dos participantes responderam positivamente, isto é, de forma unânime, os profissionais que participaram do questionário consideram que a PDC é um documento importante na rotina de quem trabalha com Formação e Desenvolvimento de Coleções. Assim, é viável deduzir que a importância da PDC é entendida mesmo entre as instituições que não a possuem.

Questão 9 - Sobre a Política de Desenvolvimento de Coleções, assinale a(s) alternativa(s) que contenha(m) afirmações com as quais você concorda.

Tabela 10 – Percepção dos respondentes sobre a PDC

	Percepções sobre a PDC	Frequência	%
A	Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções auxilia para que eu me sinta seguro(a) na tomada de decisões sobre alocação de recursos financeiros destinados à compra de materiais informacionais.	34	22.97
B	A Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções da instituição em que trabalho apresenta de forma detalhada quais critérios e/ou indicadores devem ser usados para alocação de recursos financeiros destinados à compra de materiais informacionais.	17	11.48
C	Tomaria decisões mais seguras se a Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções da instituição em que trabalho apresentasse com clareza quais critérios e/ou indicadores devo seguir para decidir sobre alocação de recursos financeiros destinados à compra de materiais informacionais.	20	13.51
D	A Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções da instituição em que trabalho necessita de atualização.	24	16.21
E	A ausência de uma Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções prejudica a execução do meu trabalho.	11	7.43
F	A Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções é um documento indispensável em uma biblioteca.	42	28.37
	TOTAL	148	100

Fonte: da pesquisa

Observa-se entre os sujeitos da pesquisa que 42 (28,38%) percebem a Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções como um documento indispensável em uma biblioteca (Tabela 10). Ademais, 34 (22,97%) sinalizaram que a Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções auxilia para que eles se sintam seguros na tomada de decisões sobre alocação de recursos financeiros destinados à compra de materiais informacionais. Infere-se, com base nas respostas, que a PDC é aceita como um documento importante dentro da biblioteca e que colabora nas tomadas de decisões relacionadas à alocação de recursos financeiros destinados à compra de materiais informacionais.

Quanto aos dados, as respostas das questões 7 e 9 foram agrupadas em uma tabela de contingência, além de ter sido aplicado o teste do qui-quadrado (χ^2), com 1 grau de liberdade e nível de significância igual a 0,05, para cada alternativa, conforme especificado nos procedimentos metodológicos.

Quadro 9 – Existência de uma PDC e a percepção dos respondentes sobre o documento

Percepções sobre a PDC		Possui PDC?		χ^2	GL	p-valor	
		SIM	NÃO				
A	A PDC auxilia para que eu me sinta seguro(a) na tomada de decisões sobre alocação de recursos financeiros destinados à compra de materiais informacionais	Marcou	30	4	0,576	1	0,488
		Não marcou	12	3			
B	A PDC da instituição em que trabalho apresenta de forma detalhada quais critérios e/ou indicadores devem ser usados para alocação de recursos financeiros destinados à compra de materiais informacionais	Marcou	17	0	4,339	1	0,037
		Não marcou	25	7			
C	Tomaria decisões mais seguras se a PDC da instituição em que trabalho apresentasse com clareza quais critérios e/ou indicadores devo seguir para decidir sobre alocação de recursos financeiros destinados à compra de materiais informacionais	Marcou	16	4	0,901	1	0,342
		Não marcou	26	3			
D	A PDC de Coleções da instituição em que trabalho necessita de atualização	Marcou	24	0	7,84	1	0,115
		Não marcou	18	7			
E	A ausência de uma PDC prejudica a execução do meu trabalho	Marcou	6	5	11,254	1	<0,01
		Não marcou	36	2			
F	A PDC é um documento indispensável em uma biblioteca	Marcou	37	5	1,361	1	0,243
		Não marcou	5	2			

Fonte: dados da pesquisa

Legenda: χ^2 = valor da estatística qui-quadrado; GL = graus de liberdade.

Conforme é possível verificar para as alternativas B ($\chi^2(1) = 4,339$, $p\text{-valor} < 0,05$) e E ($\chi^2(1) = 11,254$, $p\text{-valor} < 0,01$), houve diferenças estatisticamente significativas, ou seja, a PDC é um instrumento que norteia a alocação de recursos financeiros destinados à compra de materiais informacionais e sua ausência prejudica a atuação dos profissionais que trabalham com FDC.

Contudo, cabe observar que as alternativas que se mostram estatisticamente significativas são genéricas. Ao mencionar são "genéricas", refere-se ao fato de que essas alternativas não são específicas ou detalhadas o suficiente para fornecer insights precisos sobre a alocação de recursos financeiros destinados à compra de materiais informacionais.

Portanto, é necessário realizar uma análise mais aprofundada e considerar outras variáveis e fatores relevantes para compreender plenamente o fenômeno, a fim de obter uma visão mais completa e embasada para a tomada de decisões nesse contexto.

Questão 10 - Em razão da natureza limitada dos recursos financeiros destinados à compra de materiais informacionais, é necessário que as bibliotecas estabeleçam critérios para distribuir esses recursos entre os diferentes cursos, institutos, departamentos e/ou escola, conforme o caso. Qual estratégia é utilizada na instituição em que você atua para estabelecer critérios de alocação de recursos financeiros entre as diferentes partes interessadas?

Tabela 11 – Estratégia utilizada na instituição para estabelecer critérios de alocação de recursos financeiros (continua)

Critérios de alocação de recursos financeiros entre as diferentes partes interessadas	Freq.	%
A Priorizamos aquisição de materiais informacionais para cursos novos.	17	8.13
B A aquisição de materiais informacionais é realizada de modo centralizado, ou seja, uma unidade administrativa (por exemplo, biblioteca central) ocupa-se da compra dos materiais informacionais demandados pelas bibliotecas a ela vinculadas (por exemplo, bibliotecas setoriais).	29	13.87
C Priorizamos aquisição de materiais informacionais para cursos que serão avaliados pelo MEC ou equivalente.	33	15.78
D Um percentual dos recursos financeiros disponíveis para aquisição deve ser destinado aos cursos novos e/ou que serão avaliados pelo MEC ou equivalente, enquanto os outros cursos recebem valores distribuídos de forma equitativa.	12	5.74
E Cursos novos e/ou que serão avaliados pelo MEC ou equivalente recebem maior parcela dos recursos financeiros, enquanto os outros cursos recebem os recursos financeiros sem o estabelecimento de critérios e/ou indicadores de prioridade.	6	2.87
F A forma como os recursos financeiros serão alocados depende do valor recebido para essa finalidade.	27	12.91
G Realizamos avaliação de acervo e cursos com maiores deficiências nas coleções que recebem maior percentual na alocação dos recursos financeiros.	14	6.69
H A quantidade de alunos matriculados em determinado curso é levada em consideração no momento de alocar os recursos financeiros destinados à compra de materiais informacionais.	7	3.34
I Cursos com mais alunos(as) matriculados(as) recebem mais recursos financeiros.	4	1.91
J Cursos, institutos, departamentos e/ou escola que oferecem cursos de pós-graduação (mestrado e doutorado) recebem maior percentual de recursos financeiros.	2	0.95
K Utilizamos estatísticas de uso das coleções como indicadores para tomar decisão sobre alocação de recursos financeiros.	10	4.78
L O custo médio do material informacional é levado em consideração no momento de alocar os recursos financeiros; logo, cursos cujo valor dos materiais informacionais costuma ser mais alto também recebem valores mais altos no momento de alocar os recursos financeiros.	6	2.87
M Quando a biblioteca recebe recursos financeiros destinados à compra de materiais informacionais, já vêm estabelecidos – por unidades externas à biblioteca – quais os cursos que devem ser contemplados com a aquisição de materiais bibliográficos.	12	5.74
N Prioriza-se a manutenção das assinaturas dos periódicos já existentes nas coleções. O restante dos recursos financeiros é destinado à compra de outros materiais informacionais.	1	0.47

Tabela 11 – Estratégia utilizada na instituição para estabelecer critérios de alocação de recursos financeiros (conclusão)

Critérios de alocação de recursos financeiros entre as diferentes partes interessadas	Freq.	%
O Cada curso recebe um percentual fixo dos recursos financeiros destinados à compra de materiais informacionais.	2	0.95
P Os recursos financeiros destinados à compra de materiais informacionais são distribuídos igualmente entre os cursos.	6	2.87
Q A quantidade de publicações e/ou depósito de patentes é um fator considerado ao se estabelecer critérios para alocar recursos entre as partes interessadas.	--	--
R De forma regular, realizamos estudo de comunidade para que assim possamos subsidiar a escolha de quais critérios e/ou indicadores utilizar para alocar recursos financeiros entre cursos de graduação ofertados pela instituição.	4	1.91
S Definimos critérios para alocar recursos financeiros entre cursos de graduação a partir de consenso entre a comunidade acadêmica e a equipe da biblioteca.	6	2.87
T A comunidade acadêmica tem ampla participação na definição de critérios para alocação de recursos financeiros destinados à compra de materiais informacionais.	3	1.43
U Os critérios adotados para alocação de recursos financeiros destinados à compra de materiais informacionais são amplamente divulgados à comunidade acadêmica.	5	2.39
V Nenhuma das alternativas se aplicam ao procedimento que é realizado na biblioteca em que atuo.	3	1.43
TOTAL	209	100

Fonte: da pesquisa

Essa questão busca identificar com base em quais critérios as bibliotecas alocam recursos entre os diferentes cursos de graduação que atendem. Conforme é possível observar na Tabela 11, há prioridade para aquisição de materiais informacionais para cursos que serão avaliados pelo MEC ou equivalente. A alternativa foi escolhida por 33 respondentes, equivalendo a 15.78% do total.

A sentença C foi escolhida com maior frequência pelos respondentes, seguida pela sentença B. O teste qui-quadrado foi realizado para identificar se as sentenças da alternativa 10 são afetadas pela existência ou não de uma PDC, conforme dados agrupados no Quadro 10.

Quadro 10 – PDC e critérios de alocação

(continua)

Critérios de alocação de recursos financeiros entre as diferentes partes interessadas			Possui PDC?		χ^2	GL	p-valor
			SIM	NÃO			
A	Priorizamos aquisição de materiais informacionais para cursos novos.	Marcou	14	3	0,24	1	0,624
		Não Marcou	28	4			
B	A aquisição de materiais informacionais é realizada de modo centralizado, ou seja, uma unidade administrativa (por exemplo, biblioteca central) ocupa-se da compra dos materiais informacionais demandados pelas bibliotecas a ela vinculadas (por exemplo, bibliotecas setoriais).	Marcou	27	2	3,168	1	0,075
		Não Marcou	15	5			
C	Priorizamos aquisição de materiais informacionais para cursos que serão avaliados pelo MEC ou equivalente.	Marcou	29	4	0,387	1	0,534
		Não Marcou	13	3			
D	Um percentual dos recursos financeiros disponíveis para aquisição deve ser destinado aos cursos novos e/ou que serão avaliados pelo MEC ou equivalente, enquanto os outros cursos recebem valores distribuídos de forma equitativa.	Marcou	11	1	0,46	1	0,498
		Não Marcou	31	6			
E	Cursos novos e/ou que serão avaliados pelo MEC ou equivalente recebem maior parcela dos recursos financeiros, enquanto os outros cursos recebem os recursos financeiros sem o estabelecimento de critérios e/ou indicadores de prioridade.	Marcou	4	2	2,026	1	0,155
		Não Marcou	38	5			
F	A forma como os recursos financeiros serão alocados depende do valor recebido para essa finalidade.	Marcou	24	3	0,495	1	0,482
		Não Marcou	18	4			
G	Realizamos avaliação de acervo e cursos com maiores deficiências nas coleções que recebem maior percentual na alocação dos recursos financeiros.	Marcou	10	4	3,267	1	0,071
		Não Marcou	32	3			
H	A quantidade de alunos matriculados em determinado curso é levada em consideração no momento de alocar os recursos financeiros destinados à compra de materiais informacionais.	Marcou	4	3	5,444	1	0,02
		Não Marcou	38	4			
I	Cursos com mais alunos(as) matriculados(as) recebem mais recursos financeiros.	Marcou	2	2	4,537	1	0,033
		Não Marcou	40	5			
J	Cursos, institutos, departamentos e/ou escola que oferecem cursos de pós-graduação (mestrado e doutorado) recebem maior percentual de recursos financeiros.	Marcou	1	1	2,172	1	0,141
		Não Marcou	41	6			
K	Utilizamos estatísticas de uso das coleções como indicadores para tomar decisão sobre alocação de recursos financeiros.	Marcou	9	1	0,188	1	0,664
		Não Marcou	33	6			
L	O custo médio do material informacional é levado em consideração no momento de alocar os recursos financeiros; logo, cursos cujo valor dos materiais informacionais costuma ser mais alto também recebem valores mais altos no momento de alocar os recursos financeiros.	Marcou	6	0	1,14	1	0,286
		Não Marcou	36	7			
		Não Marcou	41	5			

Quadro 10 – PDC e critérios de alocação

(conclusão)

M	Quando a biblioteca recebe recursos financeiros destinados à compra de materiais informacionais, já vêm estabelecidos – por unidades externas à biblioteca – quais os cursos que devem ser contemplados com a aquisição de materiais bibliográficos.	Marcou	9	3	1,49	1	0,222
		Não Marcou	33	4			
N	Prioriza-se a manutenção das assinaturas dos periódicos já existentes nas coleções. O restante dos recursos financeiros é destinado à compra de outros materiais informacionais.	Marcou	1	0	0,17		0,68
		Não Marcou	41	7			
O	Cada curso recebe um percentual fixo dos recursos financeiros destinados à compra de materiais informacionais.	Marcou	2	0	0,348	1	0,556
		Não Marcou	40	7			
P	Os recursos financeiros destinados à compra de materiais informacionais são distribuídos igualmente entre os cursos.	Marcou	6	0	1,14	1	0,286
		Não Marcou	36	7			
Q	A quantidade de publicações e/ou depósito de patentes é um fator considerado ao se estabelecer critérios para alocar recursos entre as partes interessadas.	Marcou	0	0	*	1	*
		Não Marcou	42	7			
R	De forma regular, realizamos estudo de comunidade para que assim possamos subsidiar a escolha de quais critérios e/ou indicadores utilizar para alocar recursos financeiros entre cursos de graduação ofertados pela instituição.	Marcou	4	0	0,726	1	0,394
		Não Marcou	38	7			
S	Definimos critérios para alocar recursos financeiros entre cursos de graduação a partir de consenso entre a comunidade acadêmica e a equipe da biblioteca	Marcou	6	0	1,14	1	0,286
		Não Marcou	36	7			
T	A comunidade acadêmica tem ampla participação na definição de critérios para alocação de recursos financeiros destinados à compra de materiais informacionais.	Marcou	3	0	0,533	1	0,466
		Não Marcou	39	7			
U	Os critérios adotados para alocação de recursos financeiros destinados à compra de materiais informacionais são amplamente divulgados à comunidade acadêmica.	Marcou	4	1	0,148	1	0,7
		Não Marcou	38	7			
V	Nenhuma das alternativas se aplicam ao procedimento que é realizado na biblioteca em que atuo.	Marcou	1	2	7,161	1	0,007
		Não Marcou	41	5			

* Não foi possível realizar o teste, pois não há respondentes que marcaram este item.

Fonte: da pesquisa

A partir do resultado do teste χ^2 (qui-quadrado) representado no Quadro 10, é possível observar que para os itens H ($\chi^2(1) = 5,444$, p -valor $< 0,05$), I ($\chi^2(1) = 4,537$, p -valor $< 0,05$) e V ($\chi^2(1) = 7,161$, p -valor $< 0,05$), houve dependência entre as seguintes alternativas:

- A quantidade de alunos matriculados em determinado curso é levada em consideração no momento de alocar os recursos financeiros destinados à compra de materiais informacionais;
- Cursos com mais alunos(as) matriculados(as) recebem mais recursos financeiros;
- Nenhuma das alternativas se aplicam ao procedimento que é realizado na biblioteca em que atuo.

Para demais sentenças, não foi possível comprovar se há dependência entre elas.

Questão 11 - Na instituição em que você atua, a avaliação de coleções é realizada de forma sistemática?

A maior parte dos respondentes, considerando o total de participantes do questionário, afirmaram realizar ocasionalmente a avaliação de coleções, totalizando 17 respondentes, o que equivale a 34,69% do total.

A segunda sentença marcada com maior frequência foi aquela que indica que a PDC está em fase de implantação. O teste qui-quadrado foi realizado entre as questões 7 e 11 para verificar se a existência ou não de PDC afeta a avaliação de coleções; os dados são dispostos na tabela 12.

Tabela 12 – Inserção da avaliação de coleções na PDC

A instituição realiza, de forma sistemática, a avaliação de coleções.	Possui PDC?	
	Sim	Não
A Não	9	4
B Realiza periodicamente	4	0
C Realiza ocasionalmente	16	1
D Realizou uma vez	--	--
E Está em fase de implantação	10	2
F Não tenho conhecimento	3	--
Total	42	7

Fonte: da pesquisa

À Tabela 12 referem-se os seguintes valores:

$$\chi^2 = 5,087$$

$$GL = 4$$

$$\text{Valor-p} = 0,278 > 0,05$$

Na Tabela 12, com base no resultado do teste qui-quadrado ($\chi^2(4) = 5,087$, $p\text{-valor} > 0,05$), é possível observar que parece não haver dependência entre os itens e a pergunta testada.

Questão 12 - Na instituição em que você atua, utiliza-se fórmula de alocação de recursos financeiros destinados à compra de materiais informacionais?

A maior parte dos respondentes — 41 (83,7%) — informaram que não utilizam fórmulas para alocar recursos financeiros destinados à compra de materiais informacionais. Em contrapartida, oito (16,3%) afirmaram utilizar. Esses dados sinalizam que poucas universidades federais brasileiras estão aderindo ao modelo estatístico/matemático para alocar recursos financeiros destinados à compra de materiais informacionais.

Um teste estatístico foi realizado para verificar a dependência entre as perguntas 7 e 12, conforme dados agrupados na Tabela 13.

Tabela 13 – Utilização de fórmulas e a existência da uma PDC

Utiliza fórmula?	Possui PDC?		Total
	Sim	Não	
Sim	8	0	8
Não	34	7	41
Total	42	7	49

Fonte: da pesquisa

A Tabela 13 verificou, por meio do teste do qui-quadrado, se há dependência entre as variáveis “utiliza fórmula” e “possui PDC”. O resultado do teste $\chi^2(1) = 1,593$, $p\text{-valor} > 0,207$) sinaliza que não há evidência estatística significativa a nível de 0,05, ou seja, não foi detectada dependência entre as variáveis testadas. Desse modo, o uso de fórmulas para alocação na atividade de aquisição de materiais informacionais independe da existência ou não de uma PDC.

Questão 13 - Descreva como é feita a alocação de recursos financeiros destinados à compra de materiais informacionais na instituição em que você trabalha.

Entre as instituições participantes desta pesquisa, 41 (83,7%) delas informaram não utilizar fórmulas para alocação de recursos financeiros destinados à compra de materiais informacionais. Foi solicitado aos respondentes vinculados a essas instituições que descrevessem como o procedimento para alocação dos recursos financeiros é realizado nas suas respectivas instituições. Trata-se de respostas descritivas que, para melhor análise, foram categorizadas. O Quadro 11 apresenta o resultado da categorização das respostas.

Quadro 11 - Procedimentos para alocação de recursos entre bibliotecas que não utilizam fórmulas

CATEGORIA	N. o	CATEGORIA	N.º
A biblioteca não realiza alocação de recursos	7	Cursos novos	7
Assinatura de bases de dados com acervo digital	1	Cursos que nunca fizeram pedido de compra ou com menor número de materiais adquirido	2
Atualização do acervo	3	Cursos que recebem verbas de suas próprias unidades	1
Bibliografia básica dos PPCs	4	Cursos que serão avaliados pelo MEC	11
Bibliografia dos PPCs	2	Demanda acumulada por ordem cronológica	2
Bibliografia dos semestres iniciais dos cursos de graduação	1	Demanda acumulada sem especificar a ordem	2
Com base em análise do contrato de compras do ano anterior	1	Distribuição equitativa sem menção aos critérios utilizados	1
Critérios estabelecidos por melhor juízo	1	Distribuição igualitária entre os cursos	2
Critérios estabelecidos conforme a ocasião	5	Distribuição por área com base no valor dos materiais informacionais	1
Cursos com maior defasagem	2	Livros indicados pelas bibliotecas setoriais	1
Cursos com maior defasagem em bibliografia básica	1	Os recursos são garantidos pela mantenedora	1
Cursos com menores notas em avaliações do MEC	1	Prioridades registradas em sistema	1
Cursos com problemas em solicitações de compras em anos anteriores	1	Reposição de materiais	1
Cursos com reformulações nos PPCs	1	Títulos com maiores demandas	1
Cursos de graduação	1	Títulos mais consultados	1
Cursos de pós-graduação	2	Outros/resposta inconclusiva	3
Cursos em processo de autorização/reconhecimento	3	Sem resposta	2

Fonte: dados da pesquisa.

A categorização gerou 32 principais categorias, conforme exposto no quadro 11, indicando, portanto, uma grande variação entre os procedimentos adotados. O quadro é composto por quatro colunas. Na primeira e na terceira colunas estão as categorias que foram estabelecidas com base nas respostas obtidas. Na segunda e na quarta colunas está a quantidade de instituições que tiveram posicionamentos condizentes com a categoria. Nota-se, desse modo, que é possível que uma instituição se enquadre em mais de uma categoria.

Fica evidente que, ao tratar do processo de alocação de recursos, 11 instituições relataram que, diante da escassez de recursos, os cursos que serão avaliados pelo MEC recebem tratamento prioritário.

Na sequência, sete instituições disseram que priorizam cursos novos, quando fazem a alocação dos recursos financeiros destinados à compra de materiais informacionais.

De modo geral, é possível até reunir essas características em uma única categoria que seria a priorização de compra de materiais informacionais para cursos que vão passar por algum tipo de fiscalização do MEC, seja para avaliação, autorização, credenciamento ou outra. Isso coloca em evidência que a fiscalização que o MEC faz nas instituições impacta diretamente na tomada de decisão sobre a alocação dos recursos financeiros destinados à compra de materiais informacionais.

Houve cinco casos de respondentes que declararam uma certa flexibilidade na tomada de decisão, dando a entender que as decisões são tomadas conforme as circunstâncias.

Priorizar a compra de materiais informacionais constantes nas bibliografias básicas dos PPCs foi uma constante apresentada em pelo menos quatro instituições, enquanto outras duas instituições citaram a bibliografia dos PPCs como uma questão a ser considerada no momento de alocar recursos, mas sem diferenciar a bibliografia básica da complementar.

Unir essas duas categorias em uma só também é possível, assim o atendimento à bibliografia dos PPC se torna algo importante a ser considerado no momento de alocar recursos para compra de materiais informacionais.

As respostas oferecidas pelos respondentes permitem entender que há uma certa concordância quanto à necessidade de priorizar cursos que estão em eminência de algum tipo de fiscalização pelo MEC ou equivalente, além da necessidade de priorizar a compra de materiais informacionais que estão disponíveis nas bibliografias básicas e complementares dos cursos.

Estando essas prioridades atendidas, as bibliotecas procuram atualizar o acervo (três respondentes), responder a demandas acumuladas que por algum motivo não puderam ser atendidas em momentos anteriores (quatro respondentes), priorizar cursos que nunca fizeram pedidos de material ou que tiveram pedidos negados ou quantitativo reduzido em compras anteriores (dois respondentes).

Todo o procedimento acima descrito sugere uma modelagem de processos que poderiam ser utilizados como base para elaboração de uma fórmula matemática e/ou estatística que conferisse maior objetividade à tomada de decisão. A utilização da fórmula poderia melhorar a tomada de decisão sem alterar as necessidades prioritárias da instituição e evitar que decisões fossem tomadas com base no “melhor juízo” ou que o processo fosse realizado de forma totalmente circunstancial.

Sabe-se, por exemplo, que as instituições tendem a privilegiar cursos que serão avaliados pelo MEC, contudo os respondentes não deixam claro como os recursos financeiros

serão divididos se por acaso dois, três ou mais cursos forem avaliados simultaneamente ou em períodos muito curtos de tempo.

Neste caso, saber que a prioridade é atender aos cursos que serão avaliados pelo MEC não é suficiente para a tomada de decisão, visto que, na situação hipotética apresentada, mais de um curso está na mesma condição de prioridade. Seria necessário, então, que outros fatores fossem considerados, por exemplo, o custo médio dos materiais informacionais que deveriam ser adquiridos por cada curso.

Dois respondentes do questionário, declararam que nas instituições em que trabalham é feita uma distribuição igualitária entre os cursos, trata-se inclusive de uma proposta apresentada por Oliveira (2018), mas que nesta tese é rejeitada.

Considere-se uma instituição com 10 cursos de graduação em que três cursos serão avaliados simultaneamente pelo MEC e há R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) para comprar materiais informacionais. E imagine-se as seguintes situações:

- O curso A necessita de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para comprar materiais informacionais das bibliografias básicas.
- O curso B necessita de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) para comprar materiais informacionais das bibliografias básicas.
- O curso C necessita de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para comprar materiais informacionais das bibliografias básicas.

Em uma divisão igualitária, cada curso receberia R \$30.000,00 (trinta mil reais) e os cursos A, B e C não teriam verba suficiente para comprar nem mesmo as obras das bibliografias básicas.

Considerando que a biblioteca prioriza a compra de materiais informacionais para cursos que serão avaliados pelo MEC bem como a compra de obras para a bibliografia básica, a gestão resolve dividir o recurso financeiro existente entre os cursos A, B e C. Os outros sete cursos da instituição não seriam contemplados. Nessa possibilidade, cada curso receberia R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

As necessidades do curso A seriam totalmente atendidas e as necessidades dos cursos B e C seriam parcialmente atendidas, sendo que, no caso do curso C, os danos seriam ainda maiores.

Diante do exemplo citado, a divisão igualitária dos recursos entre os cursos não parece ser a decisão correta. Até poderia ser um procedimento aceitável, caso todos os cursos estivessem sob a mesma condição. Desprezar as características de cada curso, assim como da instituição como um todo, em prol de uma divisão igualitária dos recursos financeiros

destinados à compra de materiais informacionais parece incoerente com o setor de Formação e Desenvolvimento de Coleções, que preza pelo estudo da comunidade e dos usuários.

Com base nas respostas obtidas no questionário, também ficou perceptível que há bibliotecas que não realizam alocação de recursos financeiros. Os motivos para isso são diversos. Em alguns casos, está relacionado ao fato de que cada curso é responsável por angariar os recursos dos quais necessitam para compor suas coleções, há também casos em que a decisão sobre quais cursos devem ser contemplados com a compra de materiais informacionais é tomada por setores externos à biblioteca, ou seja, o recurso financeiro chega à biblioteca com destinação já definida.

Algumas respostas sugerem uma falta de padronização das instituições em relação à tomada de decisão, no que se refere à alocação dos recursos financeiros destinados à compra de materiais informacionais, como no caso do respondente que declara que a alocação é feita com base no melhor juízo ou no caso dos respondentes que declaram que a alocação é feita conforme a ocasião.

No exemplo da tomada de decisão com base no melhor juízo, a preocupação se dá não pela forma como a decisão é tomada, mas pela falta de critérios estabelecidos (ou mencionados) para que se chegue ao melhor juízo. Quanto às tomadas de decisão que se dão conforme a ocasião, os maiores problemas talvez sejam a demora em tomar decisões, já que não existe um procedimento pré-estabelecido, a subjetividade que pode estar envolvida no processo e a frequente mudança de critérios que pode em determinado momento favorecer alguns cursos em prejuízo de outros.

Um respondente apresentou uma resposta bem peculiar em relação à forma como a biblioteca procede para alocar recursos financeiros destinados à compra de materiais informacionais. Nesse caso específico, o declarante disse que a biblioteca dispõe de recursos suficientes para atender às necessidades informacionais, uma vez que a mantenedora disponibiliza esse recurso. Porém, a maior dificuldade é contar com a colaboração da coordenação e do corpo docente dos cursos que não colaboram com a indicação de obras que devem ser adquiridas.

Questão 14 - Sobre a utilização de fórmula de alocação de recursos financeiros destinados à compra de materiais informacionais, marque a alternativa mais adequada à realidade da instituição em que você atua.

Tabela 14 – Realidade sobre a utilização de fórmula de alocação de recursos financeiros nas instituições participantes da pesquisa

Sobre a utilização de fórmula de alocação de recursos		Frequência	%
A	Utilizamos fórmula de alocação de recursos financeiros somente para aquisição de materiais impressos	6	50
B	Utilizamos fórmula de alocação de recursos financeiros somente para aquisição de materiais eletrônicos	1	8.33
C	Utilizamos fórmula de alocação para aquisição de materiais impressos e eletrônicos	3	25
D	Utilizamos fórmula de alocação somente para aquisição de materiais monográficos (inclui todo tipo de material não seriado)	0	0
E	Utilizamos fórmula de alocação somente para aquisição de periódicos	1	8.33
F	Toda compra de materiais informacionais, independentemente do tipo, é realizada de acordo com uma fórmula de alocação de recursos adotada pela instituição	1	8.33
TOTAL		12	100

Fonte: dados da pesquisa.

Das oito instituições que afirmaram utilizar fórmulas para alocação e recursos financeiros destinados à compra de materiais informacionais, todas têm PDC. Foi permitido aos respondentes do questionário escolher mais de uma alternativa. A sentença mais escolhida foi “Utilizamos fórmula de alocação de recursos financeiros somente para aquisição de materiais impressos”, com 50% de frequência, ou seja, seis respondentes escolheram essa afirmativa.

Com base nas respostas oferecidas pelos respondentes, e analisando isoladamente as 8 instituições que afirmaram trabalhar com fórmulas de alocação de recursos financeiros, é possível resumir a análise da seguinte forma:

- o total de seis instituições trabalham com a fórmula somente para aquisição de materiais impressos;
- apenas uma instituição utiliza a fórmula em todas as situações de compra de materiais informacionais, independentemente do tipo de material;
- somente uma instituição faz uso da fórmula para compra de periódicos, impressos e eletrônicos.

Entre as instituições investigadas neste estudo, há, portanto, predominância no uso de fórmulas para alocação de recursos financeiros destinados à compra de materiais informacionais impressos.

Questão 15 - Marque os indicadores considerados na fórmula de alocação de recursos financeiros destinados à compra de materiais informacionais que é utilizada na instituição na qual você atua.

Foi solicitado aos oito respondentes que afirmaram que suas instituições trabalham com fórmula de alocação de recursos financeiros que apontassem quais indicadores são considerados na fórmula. O questionário apresentou 12 indicadores e os respondentes poderiam marcar quantos fossem necessários, além da opção outros, de modo que foi permitido aos respondentes inserir variáveis que não estavam elencadas no questionário.

Tabela 15 – Indicadores utilizados em fórmula de alocação de recursos financeiros destinados à compra de materiais informacionais

	Indicadores	Frequência	%
A	Quantidade de alunos matriculados (usuários reais e potenciais).	5	16.12
B	Quantidade de alunos com inscrição ativa na biblioteca (usuários reais).	2	6.45
C	Quantidade de docentes vinculados aos cursos e/ou departamento.	2	6.45
D	Quantidade de docentes vinculados aos cursos e/ou departamento por carga horária.	1	3.22
E	Custo médio dos materiais informacionais por curso.	3	9.67
F	Carga horária do curso.	2	6.45
G	Idade da coleção.	2	6.45
H	Estado de conservação do item na coleção.	3	9.67
I	Despesas anteriores.	1	3.22
J	Quantidade de publicações científicas e/ou patentes depositadas por docentes e discentes vinculados ao curso.	0	0
K	Cursos novos.	4	12.90
L	Cursos em reconhecimento ou credenciamento	4	12.90
M	Outros	2	6.45
	TOTAL	31	100

Fonte: dados da pesquisa

Entre os indicadores elencados, o que obteve maior frequência (16,12%) foi o relacionado à quantidade de alunos matriculados, seguido por cursos novos (12,90%) e cursos em reconhecimento ou credenciamento (12,90%). Esses indicadores apontam para um fato bem peculiar e diretamente ligado ao atendimento de necessidades específicas. Um quantitativo alto de discentes matriculados em um determinado curso demanda um volume maior de itens no acervo para que possa ser possível atender satisfatoriamente às necessidades informacionais e aos critérios de credenciamento, avaliação e/ou recredenciamento de cursos.

No Quadro 3, que pode ser localizado no referencial teórico desta tese, foi apresentada uma série de variáveis utilizadas por diversas instituições, sendo que algumas instituições utilizam maior número de variáveis em suas fórmulas, outras menos. Consta-se

durante a análise de dados do questionário instituições que consideram apenas uma variável em suas fórmulas em contrapartida a instituições que consideram 11 variáveis.

O resultado encontrado nesta questão — em relação à quantidade de variáveis utilizadas em fórmulas de alocação de recursos financeiros destinados à compra de materiais informacionais — é condizente com as variações constatadas em outras instituições, conforme explanado no referencial teórico.

Convém destacar que este estudo não investiga se há relação entre o quantitativo de variáveis e a qualidade, e/ou eficiência e eficácia da fórmula, tampouco se tem conhecimento de algum estudo que o faça, mas ainda assim a exposição dos dados se faz importante, visto se tratar de um estudo descritivo que poderá servir de base para estudos futuros, inclusive comparativos.

Questão 16 - Sobre a elaboração da fórmula de alocação de recursos financeiros destinados à compra de materiais informacionais utilizada na instituição na qual você atua, marque a alternativa que melhor condiz com a realidade.

Foi solicitado aos respondentes que afirmaram que suas instituições utilizam fórmulas para alocação de recursos que marcassem as alternativas mais condizentes com a realidade da instituição em que trabalham. Nesse contexto, seis sentenças foram propostas, com a possibilidade de assinalar mais de uma alternativa. As respostas estão sintetizadas na Tabela 16.

Tabela 16 - Características gerais sobre fórmulas de alocação utilizadas nas bibliotecas universitárias, participantes desta pesquisa

	Elaboração da fórmula de alocação de recursos financeiros	Frequência	%
A	A fórmula foi estabelecida mediante parceria com professores ligados a outras áreas (por exemplo, Matemática, Estatística, Economia).	3	18.75
B	Quando ingressei nesta instituição, a fórmula já existia, não sei ao certo como ela foi concebida.	2	12.5
C	Os indicadores utilizados na fórmula são atualizados conforme a necessidade.	4	25
D	Trabalhamos com diferentes pesos para melhor equidade na distribuição dos recursos.	4	25
E	A fórmula foi elaborada pela equipe da biblioteca com base em fórmulas utilizadas em outras instituições.	2	12.5
F	A fórmula foi elaborada pela equipe da biblioteca com base em modelos de fórmulas disponíveis na literatura científica.	1	6.25
	Total	16	100

Fonte: da pesquisa.

Um dos pontos discutidos no referencial teórico desta tese foi a necessidade de atualização das fórmulas conforme as necessidades institucionais. Essa necessidade parece ser entendida por parte das instituições que afirmaram fazer uso de fórmulas de alocação de recursos financeiros para compra de materiais informacionais, pois houve frequência de 25% (quatro pessoas) na variável que considera que os indicadores utilizados na fórmula são atualizados conforme a necessidade.

Outro ponto também discutido no referencial teórico desta tese foi o estabelecimento de pesos para algumas variáveis que em determinados momentos merecem maior atenção na distribuição de recursos. Atribuir pesos às variáveis pode ser uma forma de flexibilizar a fórmula, mas também de estabelecer prioridades. Tal característica também se faz presente nas bibliotecas das universidades brasileiras que participaram desta pesquisa, as quais afirmaram trabalhar com fórmulas de alocação de recursos, pois a alternativa que indica que há atribuição de pesos na fórmula foi escolhida por quatro das oito instituições.

Também é importante o fato de que as bibliotecas buscam parcerias para elaboração de suas fórmulas, pois em três instituições os respondentes informaram que a fórmula foi estabelecida mediante parceria com professores ligados a outras áreas (por exemplo, Matemática, Estatística, Economia).

Questão 17 - Sobre sua formação e atuação profissional, marque a(s) alternativa(s) que melhor condiz(em) com a realidade

Tabela 17 - Frequência de respostas sobre formação e atuação profissional

Sentença	Frequência	%
A Recebi formação profissional adequada para trabalhar com alocação de recursos destinados à aquisição de materiais informacionais.	1	0.68
B Percebo que tenho capacitação profissional para atuar de forma mais estratégica referente à alocação de recursos para aquisição de materiais informacionais na instituição em que trabalho.	8	5.44
C Alocação de recursos financeiros destinados à aquisição de materiais informacionais é um assunto que precisa ser melhor abordado nos cursos de graduação em Biblioteconomia.	38	25.85
D O meu tempo de atuação nesta instituição favorece para que eu tenha melhor percepção sobre as coleções e suas deficiências.	25	17
E Sinto dificuldades em trabalhar com alocação de recursos financeiros para aquisição de materiais informacionais.	17	11.56
F Sou um(a) profissional participativo(a) no processo de alocação de recursos para aquisição de materiais informacionais na instituição em que trabalho.	20	13.60
G Minha atuação profissional é reduzida a trabalhos técnicos, pois não tenho liberdade para agir estrategicamente quanto à alocação de recursos em prol da aquisição de materiais informacionais na instituição em que trabalho.	13	8.84
H Sinto-me satisfeito(a) com minha atuação profissional em relação ao serviço que desenvolvo para Formação e Desenvolvimento de Coleções.	17	11.56
I Outros.	8	5.44
Total	147	100

Fonte: dados da pesquisa.

O total de 38 (25,85%) respondentes concordam que é necessário que a alocação de recursos financeiros destinados à aquisição de materiais informacionais seja um assunto melhor abordado nos cursos de graduação em Biblioteconomia. A frequência com a qual os respondentes concordam com essa alternativa condiz com a realidade brasileira, na qual se percebe, mediante pesquisas bibliográficas, a raridade com a qual o tema é abordado. A baixa produtividade acadêmica voltada ao tema pode, por conseguinte, ser o reflexo da pouca atenção que o assunto recebe nos cursos de graduação.

Participantes da pesquisa revelam que o tempo de atuação com Formação e Desenvolvimento de Coleções é um fator importante para familiarizar-se com as coleções e suas deficiências. Assim, 25 (17%) respondentes concordaram com a alternativa, tornando-a a segunda mais frequente entre os participantes do questionário.

Essa característica pode ser refletida sob dois ângulos. O positivo, em que profissionais que atuam em Formação e Desenvolvimento de Coleções, mesmo que tenham recursos e instrumentos limitados para atuar em coleções, podem confiar na sua própria

atuação, assim a experiência profissional é uma característica que pode contribuir para diminuir problemas e conflitos relacionados ao tema. Pelo lado negativo, pode haver concentração de atividades em uma única pessoa, dificultando, por exemplo, que as atividades sejam executadas por outras. Há também o fato de que o excesso de confiança na própria experiência impeça o profissional de buscar novos conhecimentos e novas possibilidades por acreditar que tudo que faz já é suficiente e bem-feito.

A alternativa “Sou um(a) profissional participativo(a) no processo de alocação de recursos para aquisição de materiais informacionais na instituição em que trabalho” foi selecionada por 20 (13.60%) respondentes da pesquisa, a terceira mais escolhida. Reconhecer-se como um profissional participativo pode ser o indicativo de que tais profissionais não assumem uma postura inerte diante da área de Formação e Desenvolvimento de Coleções, mas que buscam com suas participações uma atuação ativa. Se assim for, entende-se que esse possa ser um ponto relevante para debater entre esses profissionais sobre a importância, a necessidade, a viabilidade e o interesse em fazer uso de fórmulas matemáticas/estatísticas para a alocação de recursos financeiros destinados à compra de materiais informacionais.

Por outro lado, 17 (11.56%) respondentes declararam sentir dificuldades em trabalhar com alocação de recursos financeiros para aquisição de materiais informacionais. Essa dificuldade pode estar relacionada à ausência de metodologias claras para se trabalhar com o assunto. Observa-se que a sentença não fala em dificuldade de lidar com fórmulas matemáticas/estatísticas para alocação de recursos financeiros para aquisição de materiais informacionais, mas com o processo de alocação como um todo.

Tal realidade pode ser também um facilitador à implantação de fórmulas matemáticas/estatísticas para a alocação de recursos financeiros destinados à compra de materiais informacionais, pois tornaria o processo de alocação mais objetivo e com diretrizes mais claras e fundamentadas. Contudo, há que se considerar também que se a alternativa foi escolhida por 17 (11.56%) respondentes, ela deixou de ser escolhida por 32 deles. Logo, é possível inferir que aqueles que não marcaram a alternativa não sentem dificuldades em trabalhar com a alocação de recursos, o que sugere aptidão do respondente em lidar com as questões de alocação de recursos financeiros destinados à compra de materiais informacionais.

Foi realizado um teste estatístico para comparar a Questão 17 com a Questão 7. Os dados estão apresentados no quadro 12.

Quadro 12 – PDC e formação profissional

Formação e atuação profissional		Possui PDC?		χ^2	GL	p-valor
		SIM	NÃO			
Recebi formação profissional adequada para trabalhar com alocação de recursos destinados à aquisição de materiais informacionais.	Marcou	1	0	0,17	1	0,68
	Não Marcou	41	7			
Percebo que tenho capacitação profissional para atuar de forma mais estratégica referente à alocação de recursos para aquisição de materiais informacionais na instituição em que trabalho.	Marcou	6	2	0,89 6	1	0,344
	Não Marcou	36	5			
Alocação de recursos financeiros destinados à aquisição de materiais informacionais é um assunto que precisa ser melhor abordado nos cursos de graduação em Biblioteconomia.	Marcou	34	4	1,95 4	1	0,162
	Não Marcou	8	3			
O meu tempo de atuação nesta instituição favorece para que eu tenha melhor percepção sobre as coleções e suas deficiências.	Marcou	21	4	0,21 8	1	0,641
	Não Marcou	22	3			
Sinto dificuldades em trabalhar com alocação de recursos financeiros para aquisição de materiais informacionais.	Marcou	16	1	1,50 1	1	0,22
	Não Marcou	26	6			
Sou um(a) profissional participativo(a) no processo de alocação de recursos para aquisição de materiais informacionais na instituição em que trabalho.	Marcou	17	3	0,01 4	1	0,906
	Não Marcou	25	4			
Minha atuação profissional é reduzida a trabalhos técnicos, pois não tenho liberdade para agir estrategicamente quanto à alocação de recursos em prol da aquisição de materiais informacionais na instituição em que trabalho.	Marcou	10	3	1,11 7	1	0,291
	Não Marcou	32	4			
Sinto-me satisfeito(a) com minha atuação profissional em relação ao serviço que desenvolvo para Formação e Desenvolvimento de Coleções.	Marcou	16	1	1,50 1	1	0,22
	Não Marcou	26	6			

Fonte: dados da pesquisa

O teste estatístico qui-quadrado mostra que não há relação entre as sentenças das questões 7 e 17.

O teste também foi realizado comparando as questões 12 e 17.

Quadro 13 – Utilização de fórmulas de alocação e formação profissional

Formação e atuação profissional		Utiliza fórmulas?		χ^2	GL	p-valor	
		SIM	NÃO				
A	Recebi formação profissional adequada para trabalhar com alocação de recursos destinados à aquisição de materiais informacionais.	Marcou	0	1	0,199	1	0,655
		Não Marcou	8	40			
B	Percebo que tenho capacitação profissional para atuar de forma mais estratégica referente à alocação de recursos para aquisição de materiais informacionais na instituição em que trabalho.	Marcou	2	6	0,527	1	0,468
		Não Marcou	6	35			
C	Alocação de recursos financeiros destinados à aquisição de materiais informacionais é um assunto que precisa ser melhor abordado nos cursos de graduação em Biblioteconomia.	Marcou	7	31	0,544	1	0,461
		Não Marcou	1	10			
D	O meu tempo de atuação nesta instituição favorece para que eu tenha melhor percepção sobre as coleções e suas deficiências.	Marcou	7	17	5,677	1	0,017
		Não Marcou	1	24			
E	Sinto dificuldades em trabalhar com alocação de recursos financeiros para aquisição de materiais informacionais.	Marcou	1	16	2,079	1	0,149
		Não Marcou	7	25			
F	Sou um(a) profissional participativo(a) no processo de alocação de recursos para aquisição de materiais informacionais na instituição em que trabalho.	Marcou	5	15	1,861	1	0,173
		Não Marcou	3	26			
G	Minha atuação profissional é reduzida a trabalhos técnicos, pois não tenho liberdade para agir estrategicamente quanto à alocação de recursos em prol da aquisição de materiais informacionais na instituição em que trabalho.	Marcou	0	13	3,453	1	0,063
		Não Marcou	8	28			
H	Sinto-me satisfeito(a) com minha atuação profissional em relação ao serviço que desenvolvo para Formação e Desenvolvimento de Coleções.	Marcou	6	11	6,855	1	0,009
		Não Marcou	2	30			
I	Outros.	Marcou	2	6	0,527	1	0,468
		Não Marcou	6	35			

Fonte: dados da pesquisa

Legenda: χ^2 valor da estatística qui-quadrado; GL = Graus de liberdade.

O teste qui-quadrado realizado entre as questões 12 e 17 aponta que nos itens D ($\chi^2(1) = 5,677$, $p\text{-valor} < 0,05$), e H ($\chi^2(1) = 6,855$, $p\text{-valor} < 0,05$) há significância estatisticamente, desse modo há dependência entre os itens e a pergunta testada. Já quanto aos demais itens, considerando os dados observados, não é possível dizer se há dependência entre eles.

Os respondentes da pesquisa foram questionados sobre suas percepções acerca das coleções da(s) biblioteca(s) existente(s) na instituição em que atuam. A Tabela 18 expõe os resultados.

Tabela 18 – Percepção acerca do uso de fórmulas de alocação de recursos

Sentença	Frequência	%
Trata-se de algo que só se realiza na teoria.	8	11.59
Trata-se de algo que deveria ser implantado em todas, ou pelo menos na maioria das bibliotecas universitárias.	16	23.18
Trata-se de algo útil, porém de difícil aplicação.	23	33.33
Sinto dificuldade em trabalhar com fórmulas para alocação de recursos financeiros destinados à compra de materiais informacionais.	11	15.94
Não é eficaz para tomada de decisão, pois a complexidade da comunidade não pode ser retratada em números.	7	10.14
Não é atribuição da biblioteca, pois trata-se de algo com natureza quantitativa.	4	5.79
Total	69	100

Fonte: da pesquisa.

A sentença assinalada com maior frequência nesta questão está relacionada à utilidade de fórmulas matemáticas/estatísticas para alocação de recursos financeiros destinados à compra de materiais informacionais em bibliotecas universitárias, porém é uma sentença que também cita a dificuldade de aplicar as fórmulas. Dos 49 respondentes, 23 assinalaram essa proposição como válida.

Sobre a alternativa “Trata-se de algo que deveria ser implantado em todas, ou pelo menos na maioria das bibliotecas universitárias”, 16 (23.18%) respondentes disseram concordar com ela; é, portanto, a alternativa com o segundo maior número de frequência.

A terceira alternativa marcada com maior frequência é aquela em que os profissionais declaram dificuldade em trabalhar com as fórmulas matemáticas/estatísticas para alocação de recursos financeiros destinados à compra de materiais informacionais. Tal sentença reafirma uma possível dificuldade em trabalhar com as fórmulas, segundo o entendimento dos respondentes.

Vale lembrar que dos 49 respondentes do questionário oito afirmaram que nas instituições em que trabalham faz-se uso de fórmulas para alocar os recursos destinados à compra de materiais informacionais, portanto a dificuldade em trabalhar com as fórmulas pode estar ligada muito mais a um receio, medo, pouca familiaridade do que a uma constatação baseada em experiência, visto que grande parte dos profissionais não trabalha com as fórmulas, embora também não se saiba se trabalhou com elas em algum outro momento.

Houve casos de profissionais que consideram que utilizar fórmulas para alocar recursos financeiros para compra de materiais informacionais é algo que só se realiza na teoria, enquanto outros disseram que não é um método eficaz para tomada de decisão, pois a complexidade da comunidade não pode ser retratada em números.

Entre os oito respondentes que afirmaram tratar-se de algo que só se realiza na teoria, três deles declararam que na instituição à qual estão vinculados faz-se uso de fórmulas para alocar recursos financeiros para compra de materiais informacionais, enquanto cinco estão vinculados a instituições em que não se faz uso de tais fórmulas.

Já entre os sete respondentes que consideram que o uso das fórmulas não é eficaz para tomada de decisão, um está vinculado a uma instituição, a qual, segundo o próprio respondente, faz uso de fórmulas, enquanto os outros seis declaram que não há utilização de fórmulas na instituição à qual estão vinculados.

Destaque-se que dois respondentes marcaram as duas alternativas, ou seja, consideram a utilização de fórmulas para alocação de recursos financeiros como algo que só se realiza na teoria, além de encararem como algo que não é eficaz para tomada de decisão, pois a complexidade da comunidade não pode ser retratada em números. Nesses dois casos, um respondente diz atuar em uma instituição em que se utiliza fórmulas, enquanto o outro alega atuar em uma instituição onde não se utilizam fórmulas para alocar recursos financeiros para compra de materiais informacionais.

Predominantemente, percebe-se entre os respondentes uma aceitação quanto à utilidade do uso de fórmulas para alocação de recursos financeiros destinados à compra de materiais informacionais, embora com ressalvas, o que em muito se relaciona com uma suposta dificuldade de aplicação.

O Quadro 14 relaciona a percepção dos respondentes quanto ao uso de fórmulas de alocação de recursos financeiros para aquisição de materiais informacionais e a existência desse tipo de procedimento na aquisição por parte das instituições pesquisadas.

Quadro 14 – Percepção acerca do uso de fórmulas de alocação de recursos financeiros para aquisição de materiais informacionais e a utilização de fórmulas para a mesma finalidade

Percepção acerca do uso de fórmulas de alocação		Utiliza fórmulas?		χ^2	GL	p-valor
		SIM	NÃO			
Trata-se de algo que só se realiza na teoria.	Marcou	3	5	3,138	1	0,077
	Não Marcou	5	36			
Trata-se de algo que deveria ser implantado em todas, ou pelo menos na maioria das bibliotecas universitárias.	Marcou	3	13	0,102	1	0,749
	Não Marcou	28	5			
Trata-se de algo útil, porém de difícil aplicação.	Marcou	4	19	0,036	1	0,85
	Não Marcou	4	22			
Sinto dificuldade em trabalhar com fórmulas para alocação de recursos financeiros destinados à compra de materiais informacionais.	Marcou	2	9	0,036	1	0,85
	Não Marcou	6	32			
Não é eficaz para tomada de decisão, pois a complexidade da comunidade não pode ser retratada em números.	Marcou	1	6	0,025	1	0,875
	Não Marcou	7	35			
Não é atribuição da biblioteca, pois trata-se de algo com natureza quantitativa.	Marcou	0	4	0,08	1	0,357
	Não Marcou	8	37			

Fonte: dados da pesquisa

Legenda: χ^2 = valor da estatística qui-quadrado; GL = Graus de liberdade.

Pelo resultado do teste qui-quadrado (p -valor > 0,05), vide Quadro 14, não houve dependência entre as variáveis testadas, desse modo é possível inferir que o uso de fórmulas para alocação dos recursos financeiros para aquisição não é um fator preponderante para a efetivação da atividade de aquisição de materiais informacionais.

Tabela 19 – Percepção acerca das coleções de materiais informacionais

Percepção acerca das coleções	Frequência	%
Tempo de atuação na instituição favorece para que eu tenha melhor percepção sobre as coleções e suas deficiências.	24	31,17
Ausência de avaliação de coleções dificulta a percepção sobre quais coleções possuem maior deficiência de materiais informacionais.	28	36,36
As coleções se mantêm atualizadas.	4	5,19
As coleções atendem satisfatoriamente a toda a comunidade acadêmica.	13	16,88
Outras.	8	10,39
Total	77	100

Fonte: dados da pesquisa

A avaliação de coleções é uma atividade que possibilita analisar os pontos fortes e

fracos das coleções. Os dados da Tabela 19 representam o posicionamento dos respondentes, embora convenha lembrar que se trata de uma questão de múltipla escolha. Infere-se que para 28 (36,36%) dos respondentes a não realização da atividade de avaliação de coleção dificulta a mensuração dos aspectos relacionados à deficiência das coleções, que podem envolver, por exemplo, a falta de exemplares e de atualização de obras. Para 24 (31,17%) dos respondentes é possível ter uma visão das deficiências — ponto negativo — das coleções. Aqui chama atenção o fator tempo, que leva a pensar no conhecimento desses sujeitos quanto ao uso das coleções. Para 13 (16,88%) respondentes as coleções atendem satisfatoriamente às necessidades informacionais de toda comunidade acadêmica, o que levanta reflexões sobre como o fator tempo de trabalho influencia na percepção dos profissionais acerca das coleções de materiais informacionais existentes nas bibliotecas em que trabalham e se essas percepções estariam corretas e/ou se são suficientes para um diagnóstico das coleções.

Para essa questão também foi aplicado o teste do qui-quadrado (χ^2), cuja hipótese nula (H_0) correspondia a “não há divergência da percepção dos entrevistados quanto às coleções de materiais informacionais da sua instituição” e a hipótese alternativa (H_1) consistia em “há divergência da percepção dos entrevistados quanto as coleções de materiais informacionais da sua instituição”. O resultado ($\chi^2(4) = 27,481, p\text{-valor} < 0,05$) revela que há diferenças estatisticamente significativas, a nível de 0,05, das percepções acerca das coleções por parte dos respondentes da pesquisa, o que leva a inferir que entre os respondentes há diferentes formas de conceber e compreender as coleções de materiais informacionais, quer seja na sua formação, quer seja no seu desenvolvimento.

Quadro 15 - Características gerais das bibliotecas cujos respondentes declaram perceber um acervo atualizado

“Percebo que as coleções se mantêm atualizadas”					
	Possui PDC	Utiliza fórmula	Realiza avaliação de acervo	É pessoa bibliotecária?	Tempo de atuação
Respondente A	Sim	Não	Realiza ocasionalmente	Sim	7 anos
Respondente B	Sim	Não	Não	Sim	2 anos
Respondente C	Sim	Não	Não tenho conhecimento	Sim	Quase um ano
Respondente D	Sim	Não	Realiza periodicamente	Sim	16 anos

Fonte: dados da pesquisa.

Os participantes representados no Quadro 15 têm em comum o fato de possuírem

formação superior em Biblioteconomia e estarem vinculados a uma instituição em que existe PDC, mas não se usa fórmulas para alocação dos recursos. Destoa entre eles o tempo de atuação em Formação e Desenvolvimento de Coleções e a periodicidade com a qual a biblioteca realiza a avaliação do acervo.

A percepção dos respondentes sobre as coleções pode estar pautada em resultados de avaliações do MEC, ausência de reclamações por parte da comunidade, com o fluxo de compra e/ou recebimento de doações de materiais informacionais, entre outros fatores. Porém, uma resposta mais confiável sobre a atualização das coleções deveria estar pautada em resultados de periódicas avaliações das coleções, procedimento que só é realizado na biblioteca à qual um dos respondentes — representados no Quadro 15 — está vinculado.

Um teste qui-quadrado foi realizado entre as questões 12 e 19, conforme dados organizados no Quadro 16.

Quadro 16 – Percepção acerca das coleções e utilização de fórmulas

Percepção acerca das coleções		Utiliza fórmulas?		χ^2	GL	<i>p</i> -valor
		SIM	NÃO			
O meu tempo de atuação nesta instituição favorece para que eu tenha melhor percepção sobre as coleções e suas deficiências.	Marcou	6	18	2,59	1	0,108
	Não Marcou	2	23			
A ausência de avaliação de coleções dificulta a percepção sobre quais coleções apresentam maior deficiência de materiais informacionais.	Marcou	5	23	0,11 2	1	0,738
	Não Marcou	3	18			
Percebo que as coleções se mantêm atualizadas.	Marcou	0	4	0,85	1	0,357
	Não Marcou	8	37			
Percebo que as coleções atendem satisfatoriamente a toda a comunidade acadêmica.	Marcou	3	10	0,59	1	0,442
	Não Marcou	5	31			
Outros.	Marcou	1	7	0,10 2	1	0,749
	Não Marcou	7	34			

Fonte: dados da pesquisa

Legenda: χ^2 = valor da estatística qui-quadrado; GL = Graus de liberdade.

Conforme Quadro 16, com base nos dados, não parece haver dependência entre os itens e a pergunta testada. Retomando que foi visto no Quadro 15 não há uma concepção por parte dos entrevistados quanto às coleções, que por sinal têm uma dinâmica específica de composição e desenvolvimento, o mesmo se aplica ao uso de fórmulas que seria primordial para uma divisão equivalente dos recursos financeiros destinados aos materiais informacionais.

Questão 20 - Sabe-se que os recursos financeiros para a compra de materiais informacionais são distribuídos de diferentes formas conforme decisões tomadas na instituição à qual a biblioteca está vinculada. Nesse sentido, marque a (s) alternativa (s) que melhor condiz com a realidade da biblioteca em que você trabalha.

Tabela 20 - Distribuição dos recursos financeiros para aquisição dos materiais informacionais pelas instituições pesquisadas

Distribuição dos recursos financeiros	Frequência	%
Anualmente, a biblioteca recebe um percentual fixo para compra.	7	14,29
Recursos financeiros destinados à compra de materiais informacionais são incertos.	26	53,06
A biblioteca não recebe recursos financeiros.	5	10,20
A compra de materiais informacionais é custeada pelos próprios cursos.	3	6,12
Aquisição é feita de forma descentralizada	1	2,04
Outros.	7	14,29
Total	49	100,00

Fonte: dados da pesquisa

Uma parte significativa dos respondentes afirma que os recursos financeiros destinados à compra de materiais informacionais são incertos 26 (23,06%). Em alguns anos há verbas disponíveis, em outros não. Essa falta de previsibilidade gera reflexões quanto à manutenção das coleções existentes e à possibilidade de incorporação de novos títulos no acervo.

Para verificar se há relação entre o uso de fórmula para alocação e a distribuição dos recursos financeiros foi aplicado o teste qui-quadrado (χ^2). O resultado ($\chi^2(6) = 8,283$, $p\text{-valor} > 0,05$) evidencia que não foi encontrada dependência entre as variáveis testadas, ou seja, não foram detectados procedimentos entre as bibliotecas pesquisadas voltados à distribuição dos recursos financeiros para aquisição dos materiais informacionais, o que leva a inferir que essa distribuição se processa de diferentes formas e que pode haver mudanças do formato de um momento para o outro.

8 DISCUSSÃO

Ao realizar a análise dos dados coletados, de início, chama atenção a dificuldade em conseguir as PDC das instituições alvo desta pesquisa. Como dito na seção anterior, a pesquisa recuperou 40 documentos em 39 diferentes instituições, isso significa que no *site* de 29 universidades federais brasileiras não é possível localizar uma PDC. Destaca-se também que nos *sites* em que a localização é possível nem sempre isso ocorre de forma simples, pois os documentos estão em locais de pouco destaque.

Outra dificuldade encontrada é identificar se a PDC encontrada é um documento integral ou apenas parte de um outro documento. Essa possibilidade é colocada em evidência pelo fato, por exemplo, de haver documentos que citam a existência de apêndices, mas os apêndices não foram localizados.

A PDC é entendida como um documento fundamental para o bom funcionamento de uma biblioteca, no que tange a Formação e Desenvolvimento de Coleções, uma espécie de Lei Orgânica do acervo. Contudo, a não existência e a não disponibilização do documento são assuntos distintos. Nesta tese, foi possível verificar a não disponibilização da PDC em 29 *sites* institucionais de universidades públicas federais brasileiras, mas isso não quer dizer que o documento não exista ou que não esteja disponível ao público em outros suportes e/ou mídias não verificadas nesta pesquisa. Sabe-se que as redes sociais estão sendo largamente utilizadas pelas bibliotecas como uma forma de divulgação de seus serviços e produtos, portanto existe a possibilidade de que elas também sejam um meio de divulgação das PDCs.

Atkinson (1989) defende que o setor de Formação e Desenvolvimento de Coleções é produto dos esforços coletivos que são acumulados ao longo dos anos. Nesse sentido, quando uma instituição opta por não dar ampla divulgação para a PDC, está, de certo modo, criando barreiras para que outras instituições tomem conhecimento dos seus esforços e dificultando o processo de colaboração e aprendizado que poderia ocorrer entre elas.

A FDC é um componente curricular presente na matriz curricular dos cursos de graduação em Biblioteconomia que pode ser considerado recente, portanto é compreensível que dúvidas e inseguranças sobre o assunto ainda existam, e mesmo que fosse um assunto totalmente consolidado, ainda seria necessário considerar que particularidades institucionais podem interferir diretamente no processo de Formação e Desenvolvimento de Coleções de materiais informacionais. Talvez pelas fragilidades institucionais, por insegurança, ou mesmo por sigilo profissional, algumas instituições optem por guardar para si suas PDC, mas é preciso ter em mente que tal atitude pode desacelerar a possibilidade de avanços na área.

Não menos importante é o fato de que a comunidade merece e tem o direito de conhecer como e a partir de quais critérios e diretrizes as coleções de materiais informacionais que estão ao seu dispor são formadas e desenvolvidas, para que assim possa assumir um papel de maior participação. Com a ampla divulgação desses documentos, abre-se a possibilidade de expansão do potencial de cooperação entre as bibliotecas, com vistas à troca de informações e experiências. Além disso, a ampla divulgação da PDC pode conferir maior transparência e democracia para o setor de FDC.

Ademais, nos documentos analisados, foi possível perceber que aspectos ligados à seleção de materiais informacionais são mais detalhados, enquanto que questões ligadas à aquisição são majoritariamente apresentadas de forma resumida. De certo modo, com base na análise dos documentos, a aquisição de materiais informacionais parece ser encarada pelas bibliotecas como uma etapa menos importante, quando comparada com a etapa de seleção, sobre a qual não se tem muito a dizer ou é tão administrativa que não merece espaço na PDC, ou ainda, como se tudo que tivesse para ser dito já o tivesse sido na etapa de seleção. Na maioria dos casos, a leitura da PDC não se mostrou suficiente para entender completamente como o processo de aquisição de materiais informacionais é realizado nas bibliotecas de universidades federais brasileiras.

Em relação à lista de prioridades para aquisição, foi possível observar que há uma grande variedade entre as PDC analisadas. Em alguns documentos, foi possível encontrar listas de prioridades em outras listas de critérios, há casos em que há listas de prioridades e critérios, mas também há documentos em que não existe nenhuma nem outra. A ausência explícita de uma definição sobre o que as bibliotecas entendem por prioridades e/ou critérios para aquisição de materiais informacionais também gera certa confusão. Apesar de o assunto não ser totalmente claro nas PDC analisadas, o resultado indica que a necessidade de estabelecer prioridades é aceita por maior parte das bibliotecas.

Identificou-se ainda que para nortear a FDC das bibliotecas universitárias a referência são as bibliografias básicas e complementares dos cursos. Não se trata de nenhuma novidade, pois a Biblioteconomia entende que as bibliotecas universitárias devem atender os interesses da comunidade acadêmica. Mas, uma das maiores dificuldades consiste em entender o que de fato deve ser priorizado, quando não é possível atender plenamente todas as demandas ou de que forma as demandas devem ser atendidas para que o acervo se mantenha equânime.

Algumas universidades e/ou autores citados no referencial teórico desta tese trabalham com atribuição de pesos, a exemplo de FuLong Wu e Shelfer (2007) e Kalyan

(2009). Nesses casos, é realizado um diagnóstico do acervo para tentar identificar quais são os pontos mais críticos, por exemplo, coleções com número insuficiente de exemplares, coleções com muitos exemplares danificados etc. Uma comissão de profissionais da universidade se reúne e estabelece quais pontos são mais críticos e, por isso, merecem mais atenção, e as coleções com maiores deficiências recebem pesos maiores. Isso significa que no processo de alocação de recursos as coleções em situação mais crítica recebem maior quantitativo financeiro. Os pesos podem ser alterados até que se chegue a um equilíbrio no acervo.

A atribuição de pesos também se mostra importante em situações em que materiais informacionais necessários para compor determinada coleção são mais caros, ou existe maior quantitativo de usuários que requerem o material, ou ainda quando uma coleção será fiscalizada, ou outras situações que devem ser analisadas pela própria biblioteca e que justifiquem que um determinado curso e/ou coleção receba maior quantitativo financeiro.

Retomando a lista de prioridades, entende-se que, mesmo em instituições em que não se faz uso de fórmulas para alocação de recursos, é fundamental que exista uma lista de prioridade e que os critérios que fazem com que uma necessidade seja mais urgente que outra sejam racionalmente estabelecidos.

Em uma situação em que a biblioteca tem como meta adquirir todos os materiais informacionais que fazem parte da bibliografia básica e complementar dos cursos de graduação que atende, o que justifica o fato de um curso/coleção receber mais recursos financeiros que outros, ou ainda, o que justifica o fato de um curso receber recursos para compra de materiais informacionais e outro não?

Compreende-se que as questões levantadas no parágrafo precisam ser discutidas com a equipe que responde pelo setor de Formação e Desenvolvimento de Coleções da biblioteca. Uma vez que se consiga estabelecer justificativas para esses e outros questionamentos correlacionados, é importante que a biblioteca organize uma lista de prioridades. Com a lista e suas prioridades devidamente justificadas, assente-se que a tomada de decisão sobre como alocar os recursos financeiros destinados à compra de materiais informacionais se torne mais objetiva, além disso, com uma lista de prioridades estabelecida, justificada e publicada, a comunidade tem maiores condições de entender como o processo ocorre na biblioteca e questionar, validar ou sugerir mudanças conforme o caso.

Em relação aos critérios que as universidades usam para alocar recursos financeiros destinados à compra de materiais informacionais, não foi possível encontrar muitas informações, mas percebe-se que algumas bibliotecas primam pela compra de materiais constantes nas bibliografias básicas e complementares dos cursos, especialmente

daqueles que serão fiscalizados de alguma forma pelo MEC, e que diminuir a quantidade de exemplares adquiridos tem sido uma estratégia utilizada em algumas bibliotecas, ou seja, existe uma preferência por comprar mais títulos e diminuir a quantidade de exemplares como alternativa para cenários de escassez de recursos financeiros.

As PDC da Ufam e da UFRA estabelecem que os recursos financeiros sejam distribuídos proporcionalmente aos números de discentes de cada curso, mas os documentos analisados não mostram detalhes sobre o procedimento. Trata-se de uma estratégia que se assemelha a algumas propostas encontradas em fórmulas de alocações utilizadas em algumas bibliotecas universitárias já apresentadas nesta tese.

No entanto, de forma majoritária, as PDC analisadas revelam que a alocação de recursos financeiros destinados à compra de materiais informacionais tem sido tratada de forma vaga e em nenhuma delas foi possível identificar fórmulas para proceder com a alocação. Do mesmo modo, as PDC se mostram sucintas ao tratar do acompanhamento do processo de compra.

Em relação ao questionário, 49 pessoas de diferentes instituições aceitaram participar voluntariamente da pesquisa. As respostas recebidas não puderam ser comparadas explicitamente com as informações contidas nas 39 PDC analisadas, pois a identidade dos respondentes do questionário e de suas respectivas instituições foi preservada.

Com base nas respostas do questionário, percebe-se que a aquisição de materiais informacionais fica a cargo, majoritariamente, de profissionais bibliotecários que exercem função gratificada e que possuem pós-graduação. O questionário também mostra que 42 (85,7%) respondentes afirmam que em suas respectivas instituições há uma PDC e 100% dos participantes a consideram como um documento importante na rotina de FDC. Além disso, foi possível observar que a PDC é um documento que auxilia para que o profissional se sinta mais seguro na tomada de decisão sobre alocação de recursos financeiros destinados à compra de materiais informacionais. Trata-se de uma informação importante principalmente pela possibilidade de incentivar as bibliotecas a conferirem maior atenção às PDC e por ir de encontro a autores que a consideram como um documento de menor importância, a exemplo do que se pode notar em Cargill (1984) e Hazen (1995).

Outra tendência observada é o fato de que as bibliotecas costumam priorizar a aquisição de materiais informacionais para cursos que serão avaliados pelo MEC ou equivalente, e isso corrobora os resultados encontrados na análise das PDCs. Outra informação obtida com o questionário e que se assemelha com a análise das PDCs é o fato de

41 (83,7%) dos respondentes afirmarem não utilizar fórmula de alocação de recursos financeiros destinados à compra de materiais informacionais.

Entre as oito (16,3%) instituições que afirmam utilizar fórmulas para alocação, o cenário mais comum é que o façam somente para aquisição de materiais impressos, e a quantidade de alunos matriculados se mostra como o indicador mais utilizado nas fórmulas. Percebe-se ainda que é comum usar pesos para melhor equidade na distribuição dos recursos e que as fórmulas costumam ser atualizadas conforme a necessidade.

Há uma concordância entre 38 (25,85%) respondentes de que é necessário que a alocação de recursos financeiros destinados à aquisição de materiais informacionais seja um assunto melhor abordado nos cursos de graduação em Biblioteconomia, contudo 23 (33,33%) concordam quanto à utilidade de fórmulas para alocação de recursos financeiros, apesar da difícil aplicação.

O teste do qui-quadrado (χ^2) indica que há uma relação de dependência entre as questões 7 e 9, e as 7 e 10. Quanto às questões 7 e 9, o resultado B ($\chi^2(1) = 4,339$, p-valor < 0,05) e E ($\chi^2(1) = 11,254$, p-valor < 0,01) (Quadro 9) permite inferir que a existência de uma PDC contribui para a apresentação de critérios e/ou indicadores que devem ser utilizados para subsidiar a decisão sobre alocação de recursos financeiros destinados à compra de materiais informacionais e ainda que, na opinião dos respondentes, a ausência de uma PDC prejudica o trabalho dos profissionais em relação ao processo de Formação e Desenvolvimento de Coleções.

Chaputula e Kanyundo (2014) consideram que a ausência de uma Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções causa incerteza nos desenvolvedores sobre quais materiais devem adquirir, a quantidade, o suporte, idioma, data. As considerações dos referidos autores são condizentes com o resultado do questionário aplicado nesta tese.

A informação supracitada é importante, pois pode servir como uma justificativa a mais para que as bibliotecas desenvolvam suas PDC e também para refutar ideias de pensadores que acreditam que a política é um documento dispensável. Cargill (1984), por exemplo, foi mencionada nesta tese para exemplificar um pequeno rol de pesquisadores que criticam a política escrita para Formação e Desenvolvimento de Coleções. Na perspectiva da autora, as bibliotecas necessitam de flexibilidade para a tomada de decisão, e as políticas escritas romperiam com essa flexibilidade.

Ainda que a presente tese tenha sido desenvolvida com base em uma realidade específica, acredita-se que estudos semelhantes possam ser desenvolvidos para consolidar a

ideia de que de fato a PDC tem fundamental importância dentro de uma biblioteca, inclusive no que diz respeito à alocação de recursos financeiros. O questionário aqui desenvolvido foi aplicado entre profissionais que têm, para além da teoria, familiaridade e expertise no tema, e, portanto, opiniões válidas.

Relativamente às questões 7 e 10, o teste χ^2 (qui-quadrado) mostra que há dependência entre a PDC e dois principais critérios utilizados para subsidiar a tomada de decisão sobre alocação de recursos financeiros destinados à compra de materiais informacionais, quais sejam: quantidade de alunos matriculados em determinado curso e cursos com maior número de alunos. Além disso, o resultado do teste mostra dependência entre a existência da PDC e a divulgação dos critérios de alocação que são adotados pela biblioteca.

Para alocar recursos, no contexto da FDC, alguns autores defendem o uso de mais variáveis e outros de menos, mas é perceptível a predominância de alguns elementos, como elenca Budd (1991): número de alunos e horas de crédito dos alunos; custo de materiais; número de docentes; circulação por departamento ou área temática; quantidade de cursos oferecidos pelo departamento; número de alunos formandos em um departamento ou área disciplinar.

Nesta tese, observa-se que, embora a maior parte das universidades não utilize fórmulas para alocar recursos financeiros destinados à compra de materiais informacionais, elas costumam priorizar a compra considerando fatores como quantitativo de alunos. E mais uma vez a presente pesquisa se mostra condizente com a realidade apresentada por alguns pesquisadores, no caso, Budd (1991) argumenta que o número de alunos é um elemento que predomina entre os critérios utilizados para alocar recursos, e as respostas coletadas no questionário corroboram o referido autor.

O teste do qui-quadrado (χ^2) também indica que há relação de dependência entre as questões 12 e 17.

Conforme o Quadro 13, o resultado dos itens D ($\chi^2(1) = 5,677, p\text{-valor} < 0,05$), e H ($\chi^2(1) = 6,855, p\text{-valor} < 0,05$) mostra dependência com a pergunta testada, ou seja, com a utilização de fórmulas para alocação de recursos financeiros destinados à compra de materiais informacionais.

Os respondentes se mostraram confiantes em relação às suas percepções acerca do acervo, revelando que o tempo em que atuam com FDC é favorável para que tenham uma melhor percepção acerca do acervo. Considerando que somente oito instituições utilizam

fórmulas para alocação de recursos, o resultado do teste estatístico pode levar a interpretar que:

1. A experiência profissional e a autoconfiança podem levar o profissional a crer que não necessita de fórmulas para auxiliar na tomada de decisão sobre alocação de recursos financeiros, pois o conhecimento adquirido ao longo da carreira profissional possibilita que se tome decisões confiáveis com base na experiência.
2. A percepção de que as coleções estão equilibradas e bem desenvolvidas pode levar o profissional a rejeitar ou não procurar ferramentas que auxiliem na tomada de decisão sobre alocação de recursos financeiros.

As duas possibilidades parecem danosas ao acervo, pois, guiados pela autoconfiança, os profissionais podem ser levados a acreditar que já fazem o melhor para a instituição, e talvez o façam, aqui não se questiona a competência dos respondentes. Contudo, a subjetividade existente em tomadas de decisões que levam em consideração a percepção dos profissionais deixa muitas margens para questionamentos.

Deduz-se que a percepção, a competência, a expertise e o conhecimento sobre as coleções que esses profissionais possuem poderiam ser melhor explorados. Por exemplo, documentando ações que devem ser tomadas em relação ao acervo e/ou na elaboração de ferramentas que permitam avaliar a qualidade das coleções, identificar suas deficiências e potencialidades para que então se tome decisões com base em dados e evidências acerca de como alocar recursos para garantir equidade entre as coleções, e não somente com base em percepção.

Também observa-se que, com base no teste do qui-quadrado (χ^2), vide Tabela 13, há uma dependência entre a questão 12 e o item H da questão 17, ou seja, a utilização ou não de fórmulas de alocação mantém uma relação de dependência com a satisfação profissional.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Contemporaneamente, as bibliotecas já não almejam adquirir todo material informacional que é produzido no mundo e a ênfase dada aos processos de seleção de materiais informacionais parece ser reflexo de uma tentativa de tornar mais preciso o processo de seleção de materiais informacionais. Em contrapartida, a etapa de aquisição de materiais informacionais não tem recebido tamanha atenção nas PDC que foram aqui analisadas. Seja isso um reflexo ou um refletor, a literatura científica nacional segue a mesma tendência. Quando se trata da alocação de recursos financeiros destinados à compra de materiais informacionais, é perceptível uma carência ainda maior de textos nacionais que tratem do assunto.

Alocar recursos financeiros destinados à compra de materiais informacionais é uma atividade ligada indubitavelmente às atividades biblioteconômicas, mas que também merecer se discutida no contexto da Ciência da Informação, pois a informação — como assinala Silva e Barros (2009) — é estratégica e é elemento de transformação, portanto deve contemplar, sob a égide de políticas públicas, diversos patamares de discussões, tendo por objetivo revelar aspectos positivos e negativos. Nesse sentido, compreende-se que discutir e buscar melhorias nos processos que envolvem alocação de recursos financeiros destinados à compra de materiais informacionais é, por consequência, discutir a equidade na alocação de informações, de modo que diferentes grupos possam ter condições equitativas de acesso a esse elemento de transformação.

Coleções de materiais informacionais desequilibradas representam também um acesso desequilibrado a informações e fere, conseqüentemente, aspectos que são largamente discutidos em Ciência da Informação, como a disseminação e a qualidade do acesso à informação. Discute-se muito sobre os novos desafios para os profissionais da informação, mas um velho desafio — como o discutido nesta tese — que ainda se faz presente nos dias de hoje parece ter sido deixado de lado. No Brasil, a Biblioteconomia e a Ciência da Informação seguem discutindo novos problemas, novas perspectivas, novas ideias e novas formas de atuação profissional, mas deixam inacabadas discussões básicas, como a que foi aqui proposta.

O objetivo geral deste estudo foi investigar como ocorre a alocação de recursos financeiros para aquisição de materiais informacionais em bibliotecas universitárias, considerando os cursos de graduação. Os resultados alcançados dão conta de que entre as universidades federais brasileiras não há um padrão geral sobre como a alocação dos recursos

deve ser feita, mas é possível observar que a utilização de fórmulas para essa finalidade não é comum nas instituições investigadas e que o processo realizado nas bibliotecas ocorre, em maior parte dos casos, sem que as PDC retratem o assunto. Observou-se que a aquisição de materiais informacionais é realizada de modo centralizado em pelo menos 29 instituições, ou seja, uma unidade administrativa (por exemplo, biblioteca central) ocupa-se da compra dos materiais informacionais demandados pelas bibliotecas a ela vinculadas (por exemplo, bibliotecas setoriais), o que sugere que são detentoras de autonomia para tomar decisões sobre alocação de recursos financeiros destinados à compra de materiais informacionais. Entre as instituições que utilizam fórmulas para alocação de recursos financeiros, o mais comum é que o façam somente para a aquisição de materiais impressos.

Como primeiro objetivo específico, buscou-se analisar o plano de aquisição contido na Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções das universidades federais brasileiras. A análise identificou que a maioria dos documentos (85%) reserva uma parte para tratar exclusivamente da aquisição de materiais informacionais, mas o fazem de forma sucinta, e em sua maioria são omissas quanto aos procedimentos referentes à alocação de recursos destinados à compra de materiais informacionais, o que, em alguns casos, parece ser realizada de forma circunstancial. Por fim, seleção e aquisição de materiais informacionais nos documentos analisados, por vezes, aparentam ser etapas inseparáveis.

Também foi objetivo desta tese identificar os procedimentos realizados para alocação de recursos financeiros nas bibliotecas universitárias. O cenário mais comum indicou o estabelecimento de lista de prioridades para a aquisição como recurso norteador da alocação de recursos, sendo que cursos avaliados pelo MEC recebem prioridade na alocação. Contudo, nos documentos analisados, não há clareza entre o que sejam prioridades e critérios. Também foi verificado casos em que a biblioteca não realiza alocação de recursos, isso porque se apresenta como intermediária do processo de aquisição, num contexto em que os cursos são responsáveis por prover recursos financeiros necessários para a compra de materiais informacionais que sejam de seu interesse.

Nos casos em que as bibliotecas atuam apenas como intermediárias no processo de aquisição de materiais informacionais, surge a dúvida sobre a transferência e/ou mudança nas atribuições da pessoa bibliotecária. Em casos semelhantes, estaria a profissão reduzida a procedimento técnicos e/ou administrativos; os profissionais seriam meros executores? Fica a sugestão para pesquisas futuras.

Buscou-se ainda identificar como são levantados e utilizados indicadores e critérios para alocação de recursos financeiros. Foi identificado que os indicadores que o

MEC utiliza para avaliar as coleções são a base para que as bibliotecas possam estabelecer prioridades e/ou critérios para alocação de recursos financeiros, mas, em situações em que os recursos financeiros são insuficientes para atender às prioridades, não parece haver um roteiro definido sobre qual caminho percorrer. Entre as bibliotecas que afirmam utilizar fórmulas para alocação de recursos financeiros, existe um cenário em que os indicadores utilizados na fórmula são atualizados conforme a necessidade, sugerindo, então, certa flexibilidade. Também é comum que se trabalhe com atribuição de diferentes pesos para os indicadores utilizados nas fórmulas, visando proporcionar melhor equidade na distribuição dos recursos.

Esta tese se propôs a desenvolver o tema adotando a abordagem metodológica crítico-dialética, e como já dito, não se teve por objetivo reinventar a roda, mas sim buscar um “caminho entre as ideias”. Buscou-se estabelecer um respeitoso diálogo entre as publicações científicas já existentes, as PDC analisadas, as respostas coletadas no questionário, a objetividade estatística e a interpretação subjetiva da pesquisadora. Com isso, espera-se que os problemas aqui apresentados e tão pouco explorados na literatura científica nacional possam trazer novas contribuições ao tema, ser vistos com uma nova perceptiva e possam gerar novos conhecimentos a partir de um diálogo entre os pares que possa resultar em progresso dialético.

A presente pesquisa encontrou duas principais dificuldades:

- Conseguir que todas as universidades federais brasileiras fossem representadas por meio de suas PDCs e de profissionais que trabalham diretamente com a aquisição de materiais informacionais.
- Tratar do assunto com base em uma literatura predominantemente estrangeira, frente à escassez de publicações nacionais que tratam do tema.

Dito isso, em respeito às universidades públicas que enobrecem o ensino na República Federativa do Brasil e que sobrevivem ao desmonte e aos ataques bem como aos agentes públicos que contribuem para a magnificência dessas instituições, em especial aos que se dedicam às bibliotecas universitárias, recomenda-se:

- elaborar, atualizar e conferir maior visibilidade às Políticas de Formação e Desenvolvimento de Coleções de suas bibliotecas;
- destinar atenção e detalhar sobre a aquisição de materiais informacionais, em parte, específica das Políticas de Formação e Desenvolvimento de Coleções, inclusive sobre alocação de recursos financeiros para alocação de materiais informacionais;

- diferenciar critérios de prioridades para aquisição de materiais informacionais, independentemente da lista de critérios e/ou prioridades para a seleção de materiais informacionais;
- conferir objetividade e documentar o processo de alocação de recursos financeiros para alocação de materiais informacionais; e
- discutir com suas respectivas equipes sobre possíveis benefícios advindos da utilização de fórmulas para alocação de recursos financeiros destinados à compra de materiais informacionais.

Às escolas de Biblioteconomia e Ciência de Informação, e aos eventos científicos da área, recomenda-se:

- promover discussões acerca da alocação de recursos financeiros destinados à compra de materiais informacionais considerando o viés social e econômico;
- incentivar publicações sobre o tema, inclusive de relato de experiências profissionais.

Por outro lado, entende-se que utilizar fórmulas matemáticas e/ou estatísticas para direcionar a alocação de recursos financeiros destinados à aquisição de materiais informacionais não é a única maneira de manter as coleções equilibradas e atualizadas, contudo é um método defendido nesta tese por conta da objetividade, da transparência e flexibilidade; além disso, a literatura científica aponta para resultados exitosos em bibliotecas que aderiram ao método, embora a maior reflexão deva girar em torno da equidade no acesso à informação. Enfim, a aplicação de fórmulas matemáticas e/ou estatísticas no momento da aquisição de materiais informacionais em bibliotecas não deve representar um fim em si mesmo, mas, se ocorrer, deve ser resultado de reflexões, estudos e observações sobre as coleções e as necessidades informacionais de cada biblioteca.

É necessário também que as fórmulas utilizadas sejam personalizadas de acordo com as necessidades de cada biblioteca, portanto copiar fórmulas já prontas e utilizadas em outras bibliotecas não representa uma ação adequada, ao contrário, pode trazer danos à FDC e ainda contribuir para uma imagem negativa do método.

Pontua-se ainda que é necessário deixar de lado os estigmas sobre as dificuldades em utilizar fórmulas matemática e/ou estatísticas para alocar recursos financeiros para compra de materiais informacionais. É compreensível que alguns profissionais que responderam ao questionário demonstrem aversão ao tema, considerando, por exemplo, tratar-se de algo ineficaz, de difícil aplicação, ou ainda que não diz respeito aos profissionais bibliotecários, mas entende-se que essa resistência se dê, em parte, pela pouca familiaridade que se tem com

o assunto e que essa realidade tende a se transformar positivamente, caso novos pesquisadores dediquem-se ao estudo do tema e que mais profissionais atuantes busquem implantar nas respectivas bibliotecas em que exercem suas funções profissionais.

Este estudo buscou aproximação com o saber fazer biblioteconômico — visto tratar-se de um profissional da informação —, considerando e respeitando o exercício profissional e as peculiaridades institucionais, além de procurar diminuir lapsos entre a teoria e a prática profissional sem romper com as exigências metodológicas que são próprias e necessárias aos estudos acadêmicos. Nesse sentido, considera-se que a utilização de fórmulas matemáticas e/ou estatísticas para alocação de recursos financeiros destinados à compra de materiais informacionais é algo exequível e proveitoso, e não apenas uma discussão teórica, abstrata e desprezada do exercício profissional.

Quase três décadas depois do que foi pontuado por Wilson e Edelman (1996), os resultados alcançados nesta tese corroboram a hipótese de que a FDC coloca em evidência a estrutura tradicional da universidade, ou seja, aquela baseada em disciplina e cujos critérios de seleção são orientados por departamentos acadêmicos.

Sugere-se que pesquisas futuras explorem a autonomia das bibliotecas para realizar a seleção de obras e investiguem se as listas de seleção são simplesmente cópias das bibliografias básicas e complementares dos cursos atendidos pela biblioteca. Essa análise pode fornecer insights valiosos sobre a influência dos departamentos acadêmicos na seleção de materiais informacionais e o nível de autonomia das bibliotecas nesse processo.

Com maior autonomia no processo de seleção e aquisição de obras, é possível que as bibliotecas realizem escolhas estratégicas e assertivas, considerando não apenas os currículos dos cursos oferecidos pela instituição, mas também as demandas de pesquisa, as tendências acadêmicas e as preferências dos usuários. Além disso, elas podem buscar adquirir materiais diversificados e atualizados, abrangendo diferentes áreas do conhecimento, novas abordagens e perspectivas. Isso pode contribuir para enriquecer a experiência de aprendizado e pesquisa dos usuários, promovendo a interdisciplinaridade e o acesso a diferentes fontes de informação.

É necessário também investigar o impacto das tecnologias emergentes, como plataformas de e-commerce, sistemas automatizados de aquisição e uso de inteligência artificial, na melhoria do processo de alocação de recursos e aquisição de materiais.

REFERÊNCIAS

- ABRUCIO, F. L. Trajetória recente da gestão pública brasileira: um balanço crítico e a renovação da agenda de reformas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 41, n. especial, p. 67 - 86, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/4MzHG77HTWjV7BPjYL7mcGg/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 12 ago. 2021.
- AGÊNCIA IBGE. Analfabetismo cai em 2017, mas segue acima da meta para 2015. [S.l.], 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/21255-analfabetismo-cai-em-2017-mas-segue-acima-da-meta-para-2015>. Acesso em: 04 mar. 2022.
- ALLDREDGE, Noreen S. Doing business in the west - boom or bust in library acquisitions. **Library Acquisitions: practice & teory**, [s.l.], v. 15, p. 21-27, 1991. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/0364-6408\(91\)90075-P](https://doi.org/10.1016/0364-6408(91)90075-P). Acesso em: 24 mar. 2021.
- ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. **Sociedade e biblioteconomia**. São Paulo: Polis, 1997.
- AMARAL, N. C. A vinculação, avaliação e financiamento da Educação Superior Brasileira. **Impulso**, Piracicaba, v. 16, n. 40, p. 81-91, 2005.
- AMARAL, Nelson Cardoso. Autonomia e financiamento das IFES: desafios e ações. **Avaliação**, Campinas, v. 19, n. 3, p. 647- 680, nov. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/D3p9tqXDxNvnJmVPFBTr4Bg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 jul. 2021.
- AMEEN, Kanwal; HAIDER, S. Jalal. Book selection strategies in university libraries of Pakistan: an analysis. **Library Collections, Acquisitions, & Technical Services**, [s.l.], v. 31, p.208-219, 2007. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1464905507000954>. Acesso em: 07 mar. 2021.
- ANDREÃO, Vanessa Moreira Ventura. **Relação entre pedido de compras e resultado da licitação**: um estudo na Universidade Federal do Espírito Santo. 2015. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015. Disponível em: <http://repositorio.ufes.br/handle/10/2539>. Acesso em: 11 jun. 2020.
- ANDRIOLA, W. B. Avaliação institucional na Universidade Federal do Ceará (UFC): organização de sistema de dados e indicadores da qualidade institucional. **Avaliação: Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior**, Campinas, v. 9, n. 4, p. 33-54, 2004. Disponível em: <http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/avaliacao/article/view/1286>. Acesso em: 15 ago. 2021.
- ARAÚJO, Carlos A.A. Bibliometria: evolução histórica e questões atuais. **Em questão**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 11-32, 2006. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/16>. Acesso em: 8 jun. 2023.

ATKINSON, Ross. Old Forms, New Forms: The Challenge of Collection Development. **College & Research Libraries**, [s.l.], v. 50, n. 5, p. 507-520, set. 1989. Disponível em: <https://crl.acrl.org/index.php/crl/article/view/14492/15938>. Acesso em: 01 fev. 2021.

BAILEY, Jeff; CREIBAUM, Linda; HOLLOWAY, Estrela. Developing a Weighted Collection Development Allocation Formula. Charleston Library Conference, West Lafayette, Indiana, 2017. **Proceedings of the Charleston Library Conference**. West Lafayette, Indiana, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5703/1288284316658>. Acesso em: 21 maio 2023.

BAKER, Charles M. Apportioning of College and University Library Book Funds. *Library Journal* [s.l.], v. 15, p. 166, jan. 1932.

BALEEIRO, Aliomar. **Uma introdução à ciência das finanças**. 15. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

BANDEIRA, Pablo Matias. **Movimento de acesso aberto no Brasil: contribuição do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia a partir da implementação do Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas**. 2017. 106 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/9702?locale=pt_BR. Acesso em: 01 jun. 2023.

BANKS, Paul. Resource allocation for libraries in higher education. **SCONUL Focus**, [s.l.], v.60, p. 26-30, 2014. Disponível em: https://www.sconul.ac.uk/sites/default/files/documents/8_14.pdf. Acesso em: 21 maio 2023.

BARBETTA, Pedro Alberto. **Estatística aplicada às ciências sociais**. 8.ed. Florianópolis: Santa Catarina, 2012.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BASTOS, Gustavo Grandini. **Bibliotecas: uma reflexão histórica acerca da constituição dessas instituições**. Universidade Federal de São Carlos: 2011.

BERNAL, J. D. **Ciência na História**. Lisboa: Livros Horizonte, 1976.

BLATTMANN, Ursula; RADOS, Gregório J. Varvakis. Bibliotecários na sociedade da informação: mudanças de rótulos, funções ou habilidades? **Revista ACB**, Santa Catarina, v. 5, n. 5, p. 1-10, 2000. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/344/407>. Acesso em: 19 abr. 2022.

BORCOMAN, Mariana. Niniveh an Alexandria: the two vanished libraries of antiquity. **Romanian Journal of Library and Information Science**, Roma, v. 13, n. 4, p. 109-112, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.26660/rrbsi.2017.13.4.109>. Acesso em: 10 abr. 2021.

BRANIN, Joseph J.; GROEN, Francis; THORIN, Suzanne. The Changing Nature of Collection Management in Research Libraries. **Library Resources & Technical Services**, [s.l.], v. 44, n. 1, p. 23-32, jan. 2000.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**.

Organizado por Cláudio Brandão de Oliveira. Rio de Janeiro: Roma Victor, 2002.

BRASIL. Decreto nº 3.555, de 8 de agosto de 2000. Aprova o regulamento para a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns. **Diário oficial [da] união**, Brasília, 9 ago. 2000.

BRASIL. Decreto nº 5.798, de 7 de junho de 2006. Regulamenta os incentivos fiscais às atividades de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica, de que tratam os arts. 17 a 26 da Lei no 11.196, de 21 de novembro de 2005. **Legislação previdenciária**, Brasília. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5798.htm. Acesso em: 21 fev. 2021.

BRASIL. Decreto nº 7233 de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre procedimentos orçamentários e financeiros relacionados à autonomia universitária, e dá outras providências. **Legislação previdenciária**, Brasília. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=7233&ano=2010&ato=7a9IzYU5EMVpWT4d3>. Acesso em: 04 maio 2021.

BRASIL. Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005. Regulamenta o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências. . **Portal da Legislação**, Brasília, 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5450.htm. Acesso em: 09 jun. 2020.

BRASIL. Instrução normativa n.º 73, de 5 de agosto de 2020. Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. **Diário oficial [da] união**, Brasília, ed. 150, seção 1, p. 19, 06 ago. 2020.

BRASIL. Lei n. 200 de 7 de dezembro de 1967. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. **Diário oficial [da] união**, Brasília, 27 de fevereiro de 1967.

BRASIL. Lei n.º 10520, de 17 de julho de 2002. Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências. **Diário oficial [da] união**, Brasília, 30 jul.2002.

BRASIL. Lei n.º 14.133, de 1 de abril de 2021. Lei de Licitações e Contratos Administrativos. **Diário oficial [da] união**, Brasília, ed. 61-F, seção 1 – extra, p. 2, 01 abr. 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.133-de-1-de-abril-de-2021-311876884>. Acesso em: 07 jun. 2021.

BRASIL. Lei n.º 8666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. **Diário oficial [da] união**, Brasília, 6 jul. 1994.

BRASIL. Lei nº 10520, de 17 de julho de 2002, institui no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110520.htm. Acesso em: 09 mar. 2021.

BRASIL. Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003. Institui a Política Nacional do Livro. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 2003.

BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e dá outras providências. **Portal da Legislação**, Brasília, 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm. Acesso em: 14 ago. 2021.

BRASIL. Lei nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 2000.

BRASIL. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. **Portal da Legislação**, Brasília, 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14320.htm. Acesso em: 28 ago. 2021.

BRASIL. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitação e contratos da Administração Pública e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 1996.

BRASIL. Medida provisória nº 1167, de 2023. Prorrogação do prazo de adequação à nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos. **Congresso Nacional**, Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/156662>. Acesso em: 01 maio 2023.

BRASIL. Ministério da Administração e Reforma do Estado. **Plano diretor da reforma do Aparelho do Estado**. Brasília: Presidência da República, Imprensa Oficial, 1995.

BRASIL. Ministério da Educação. **Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior Cadastro e-MEC**. Brasília, 2021b. Disponível em: <https://emec.mec.gov.br/>. Acesso em: 04 jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes)**. Brasília, 2021a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sinaes>. Acesso em: 14 ago. 2021.

BRESSER PEREIRA, L. C. A reforma Gerencial do Estado de 1995. **Revista de Administração Pública**, [s.l.], v. 34, n.4, p. 55-72, 2000.

BUDD, J.M.; ADAMS, K. Allocation Formulas in Practice. **Library Acquisitions: Practice & Theory**, [s.l.], v. 13, p. 381-390, 1989.

BUDD, John M. Allocation formulas in the literature: a review. **Library Acquisitions: Practice & Theory**, [s.l.], v. 15, p. 95-107, 1991. Disponível em:

[https://doi.org/10.1016/0364-6408\(91\)90087-U](https://doi.org/10.1016/0364-6408(91)90087-U). Acesso em: 05 mar. 2021.

BUDD, John; HARLOE, Bart. Collection development and scholarly communication in the 21st Century: from collection management to content management. *In*: GORMAN, E.; MILLER, Ruth H. (ed.). **Collection Management for the Twenty-First Century**. Westport: Greenwood, 1997, p. 191-200.

CÂMARA DOS DEPUTADOS (Brasil). **Princípios orçamentários**. Brasília, DF, 2001. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/cidadao/entenda/cursopo/principios>. Acesso em: 28 ago. 2021.

CAPES. **Portal de Periódicos**. Brasília: Capes, [2010?].

CARGILL, Jennifer. Collection development policies: an alternative viewpoint. **Library Acquisitions: practice and theory**, [s.l.], v. 8, n. 1, p. 47-49, 1984. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1016/0364-6408%2884%2990053-X?journalCode=ulca19>. Acesso em: 13 fev. 2021.

CARVALHO, Amanda Vieira. **Aquisição de livros em bibliotecas universitárias: gestão dos processos da biblioteca central da universidade federal da Paraíba**. 2021. Relatório Técnico (Mestrado em Políticas Públicas Gestão e Avaliação da Educação Superior) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/22319?locale=pt_BR. Acesso em: 14 abr. 2022.

CAXILE, Carlos Rafael Vieira; ROCHA JÚNIOR, Waldech César Rocha. **História Antiga**. 1. ed. Sobral: Egus, 2015. Disponível em: <https://md.uninta.edu.br/geral/historia-antiga/pdf/Hist%C3%B3riaAntiga.pdf>. Acesso em: 13 maio 2023.

CHAPUTULA, Aubrey Harvey; KANYUNDO, Allan James. Collection development policy: How its absence has affected collection development practices at Mzuzu University Library. **Journal of Librarianship and Information Science**, [s.l.], v. 46, n. 4, p. 317-325, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0961000614531005>. Acesso em: 15 fev. 2021.

CLARKE, Adam. **The bibliographical miscellany; or, supplement to the Bibliographical dictionary**. Londres: W. Baynes, [1762-1832].

CLARKE, Jack A. **Gabriel Naudé 1600 – 1653**. Connecticut: Archon Books, 1970.

CONCEIÇÃO, Pedro *et al.* (Org.). **Novas ideias para a universidade**. Lisboa: IST Press, 1998.

COSTA, F. L. Brasil: 200 anos de Estado; 200 anos de administração pública; 200 anos de reformas. **Revista de Administração Pública**, [s.l.] v. 42, n. 5, p. 829-874, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/DxgBXcJLnFHVxsqPbgCWckQ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 12 ago. 2021.

COSTA, S. F. **Introdução ilustrada à estatística**. 4.ed. São Paulo: HARBRA, 2005.

CRUZ, Marcus Vinícius Silva. **Engenharia Reversa Baseada em Modelos para**

Aplicações de Simulação, Controle e Operação de Plantas na Indústria Petroquímica. 2021. 105f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Automação e Sistemas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/231059/PEAS0392-D.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 06 nov. 2022.

CUNHA, Joice Soltosky Cunha; NEVES, Ana Clara de Oliveira Brandão. Protagonismo da biblioteca universitária: tendências de gestão e avaliação com foco na atuação estratégica. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 17, p. 1-32, 2021. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/viewFile/1435/1251>. Acesso em: 21 abr. 2022.

DELIZOICOV, Demétrio; AULER, Décio. Ciência, tecnologia e formação social do espaço: questões sobre a não-neutralidade. **Alexandria Revista de Educação em Ciência e Tecnologia**, [s.l.], v. 4, n. 2, p. 247-273, nov. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/alexandria/article/view/37690>. Acesso em: 20 maio 2021.

DI PIETRO, M. S. Z. **Direito administrativo**. 25. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

DIRETORIA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (Brasil). **Instrumento de avaliação de cursos de graduação: presencial e a distância: autorização**. Brasília: Inep, 2017a. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2017/curso_autorizacao.pdf. Acesso em: 15 ago. 2021.

DIRETORIA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (Brasil). **Instrumento de avaliação institucional externa presencial e a distância: recredenciamento, transformação de organização acadêmica**. Brasília: Inep, 2017b. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_institucional/instrumentos/2017/IE_S_recredenciamento.pdf. Acesso em: 14 ago. 2021.

DUDZIAK, Elisabeth Adriana. O bibliotecário como agente de transformação em uma sociedade complexa: integração entre ciência, tecnologia, desenvolvimento e inclusão social. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 1, n. 1, p. 88-98, jun. 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/1396/878>. Acesso em: 19 abr. 2022.

EVANS, G. E. **Developing library and information center collection**. Englewood: Libraries Unlimited, 1979.

FERNANDES, Francisco; LUFT, Celso Pedro; GUIMARÃES, F. Marques. **Dicionário brasileiro Globo**. 43. ed. São Paulo: Globo, 1996.

FIGUEIREDO, Nice. Novas tecnologias: impacto sobre a formação de coleções. **Perspec. Ci. Inf.**, Belo Horizonte, v.1, n.2, p. 245-254, jul./dez. 1996. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/download/23148/18728/66461>. Acesso em 21 maio 2023.

FLEURY, Maria Tereza; WERLANG, Sergio R. C. Pesquisa aplicada: conceitos e abordagens. **Anuário de pesquisa GVPesquisa**. FGV: Rio de Janeiro, 2017. Disponível em:

<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/apgvpesquisa/issue/view/4030>. Acesso em: 04 ago. 2022.

FLINCHBAUGH, Michelle; SHIRKEY, Cindy. Biz of acq-evidence-based collection development on a large scale: a use factor allocation formula. **Against the Grain**, [s.l.], v. 29, n. 6, p. 64-67, jan. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.7771/2380-176X.7896>. Acesso em: 20 mar. 2021.

FUJINO, Asa; HYODO, Tatiana. Produção e difusão do conhecimento científico: o potencial de contribuição da Biblioteca Universitária na formação de redes acadêmicas. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 14., 2006, Salvador. **Anais...** Salvador: Universiade Federal da Bahia 2006. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/5619>. Acesso em: 14 maio 2023.

FULONG WU, Eric; SHELFER, Katherine M. Library **Collections, Acquisitions, & Technical Services**, [s.l.], v. 31, n. 3/4, p. 171-183, sep. 2007. Disponível em: 10.1080/14649055.2007.10766163. Acesso em: 15 abr. 2021.

FULONG WU, Eric; SHELFER, Katherine M. Materials budget allocation: A formula fitness review. *Library Collections, Acquisitions, & Technical Services*, [s.l.], v. 31, n. 3/4, p. 171-183, sep. 2007. Disponível em: 10.1080/14649055.2007.10766163. Acesso em: 15 abr. 2021.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE PORTO ALEGRE. **Biblioteca**. Porto Alegre, 2021. Disponível em: <https://www.ufcspa.edu.br/vida-academica/biblioteca>. Acesso em: 18 out. 2021.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA. **Resolução nº 188/CONSAD, de 28 de novembro de 2017**. Porto Velho, 2017. Disponível em: https://bibliotecacentral.unir.br/uploads/27147015/arquivos/Resolu__o_188_CONSAD_regimento_bibliotecas_1990990602.pdf. Acesso em: 15 set. 2021.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC. Sistema de Bibliotecas da UFABC. **Regimento Interno**. Santo André, 2019. Disponível em: https://www.ufabc.edu.br/images/stories/comunicacao/Boletim/anexo_regimento_interno_sisbi.pdf. Acesso em: 05 out. 2021.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC. Sistema de Bibliotecas da UFABC. **Regimento Interno**. Santo Andre, 2019. Disponível em: https://www.ufabc.edu.br/images/stories/comunicacao/Boletim/anexo_regimento_interno_sisbi.pdf. Acesso em: 15 out. 2021.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Sistema de Bibliotecas Unipampa – SISBI Unipampa**. Bagé, 2021. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/sisbi/coordenacao/>. Acesso em: 18 out. 2021.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO. Sistema Integrado de Bibliotecas. **Carta de Serviços**. Petrolina, 2016. Disponível em: <file:///C:/Users/Cliente/Desktop/SIBI.pdf>. Acesso em: 10 set. 2021.

GADOTTI, Moacir. **Por uma política nacional de educação popular de jovens e adultos**.

São Paulo: Moderna: Fundação Santillana, 2014. Disponível em:
https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/moderna/politica_educacao_2014.pdf. Acesso em: 08 jun. 2021.

GALVINO, Claudio Cesar Temóteo; ROSA, Maria Nilza Barbosa; OLIVEIRA, Bernardina Maria Juvenal Freire de. O movimento de Acesso Aberto e a Ciência Aberta: uma proposta de repositório de dados e memória na Universidade Federal de Alagoas. **Ci. Inf. Rev.**, Maceió, v. 7, n. 1, p. 34-45, jan./abr. 2020. Disponível em:
<https://brapci.inf.br/index.php/res/download/139970>. Acesso em: 04 maio 2023.

GANGA, Gilberto M. D. **Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) na engenharia de produção**: um guia prático de conteúdo e forma. São Paulo: Atlas, 2012.

GASPARINI, Diogenes. **Direito administrativo**. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

GAULEJAC, Vicent de. **Gestão como doença social**. 3.ed. Aparecida: Ideias & Letras, 2007.

GELFAND, Morris A. Política de aquisição em bibliotecas universitárias: planos e programas, individuais e cooperativos, de formação de acervos. **R. Bibliotecon**. Brasília, v.2, n. 2, jul./dez. 1974. Disponível em:
<https://periodicos.unb.br/index.php/rbbsb/article/view/28639>. Acesso em: 7 mar. 2022.

GIDDENS, Anthony. **A Constituição da sociedade**. 3.ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

GÓMEZ, Carlos. Saber y poder político en Gabriel Naudé. **Revista de Filosofia**, Madrid, v. 5, n. 3, p. 111-132, 2000. Disponível em:<https://core.ac.uk/download/pdf/38848778.pdf> . Acesso em: 30 jan. 2021.

GONÇALVES, Priscilla Pereira. **As relações de poder no discurso dos dispositivos legais e o desenvolvimento das coleções em bibliotecas públicas**. 2019. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019. Disponível em:
<http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/pt/>. Acesso em: 26 jan. 2021.

GREAVES, Francis Landon. **The allocation formula as a form of book fund management in selected state-supported academic libraries**. 1974. 172 f. Dissertação (Doctor of Philosophy). School of Library Science, Florida, 1974. Disponível em:
<https://www.proquest.com/openview/be3cc95f6f935d49b50b96b9d7582beb/1?pq-origsite=gscholar&cbl=18750&diss=y>. Acesso em: 04 abr. 2020.

GROSS, P.L.K.; GROSS, E. M. College Libraries and Chemical Education. **Science**, [s.l.], n. 66, v.1713, p. 385-389, 1927. Disponível em: doi:10.1126/science.66.1713.385. Acesso em: 29 jan. 2021.

GUERREIRO, Ivone. **Alocação e recursos para aquisição de material bibliográfico em bibliotecas centrais universitárias**. 1981. 145f. Dissertação (Mestrado em Administração de Bibliotecas) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1981. Disponível em:
<http://hdl.handle.net/1843/BUOS-984QZR>. Acesso em: 03 fev. 2020.

HALEVI, Gali; SUGRIM, Sonali; GIZZI, Chelsea. A Method for developing library

collections based on intensity indicators. **Collection Management**, [s.l.], v. 43, n. 4, p. 249-263, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01462679.2018.1519865>. Acesso em: 22 ago. 2021.

HAZEN, Dan C. Collection Development Policies in the Information Age. **College & Research Libraries**, [s.l.], v. 56, n. 1, p. 29-31, 1995. Disponível em: https://doi.org/10.5860/crl_56_01_29. Acesso em: 13 fev. 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo da educação superior 2019**. Brasília, DF: Inep, 2020. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2020/Apresentacao_Censo_da_Educacao_Superior_2019.pdf. Acesso em: 05 mar. 2022.

ISMAIL, Matthew. Op Ed -- Can We Integrate Electronic Resources into Our Allocation Formulas? **Against the Grain**, [s.l.], v. 19, n. 2, p. 59- 61, apr. 2007. Disponível em: <https://docs.lib.purdue.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=5053&context=atg>. Acesso em: 05 ago. 2021.

JENKINS, Clare; MORLEY, Mary (ed.). **Collection Management in Academic Libraries**. 2.ed. Brookfield: Gower, 1999.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Curso de Direito Administrativo**. São Paulo: Saraiva, 2005.

KALYAN, Sulekha. Library materials budget allocation strategy for a midsize academic library. **The acquisitions librarian**, [s.l.], v. 15, n. 29, p. 119 -131, jan. 2009. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1300/J101v15n29_10. Acesso em: 04 ago. 2021.

KENT, Allen. Use of library materials: the university of pittsburgh study. *In: BOOKS in library and information science*. New York: Marcel Dekker, 1979, p. 272-275, 1979. Disponível em: <https://crl.acrl.org/index.php/crl/article/viewFile/13418/14864>. Acesso em: 13 mar. 2021.

KESEROĞLU, Hasan Sacit; DEMIR, Guler. Antikçağda Bilim ve Kütüphane. **Türk Kütüphaneciliği**, [s.l.], v. 30, n. 3, p. 365-397, 2016. Disponível em: <http://www.tk.org.tr/index.php/TK/article/view/2711>. Acesso em: 11 abr. 2021.

LEICK, Gwendolyn. **Mesopotâmia: a invenção da cidade**. Rio de Janeiro: Imago, 2003.

LIMA, Regina Célia Montenegro de; FIGUEIREDO, Nice Menezes de. Seleção e aquisição: da visão clássica à moderna aplicação de técnicas bibliométricas. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 13, n.2, p. 137-50, jul./dez, 1985. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/202>. Acesso em: 03 fev. 2020.

LINE, Maurice B. [Resenha]. **College & Research Libraries** [s.l.], nov. 1979. Disponível em: <https://crl.acrl.org/index.php/crl/article/viewFile/13418/14864>. Acesso em: 11 abr. 2021.

LOURENÇO, Cléria Donizete da Silva; FERREIRA, Patrícia Aparecida. Cidadão-consumidor: em busca de um conceito. **Revista Gestão Pública Práticas e Desafios**, Recife, v. 7, n. 1, p. 1 - 17, abr. 2015. Disponível em: <file:///C:/Users/Cliente/Desktop/1894-5261-1-PB.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2021.

LUBISCO, N. M. L. (Org.). **Biblioteca universitária: elementos para o planejamento, avaliação e gestão**. Salvador: Edufba, 2011.

MACHADO, Raymundo N.; RODRIGUES, Kátia de Oliveira; BARROS, Susane Santos. **Diálogos sobre bibliometria e cientometria**. Salvador: Edufba, 2021.

MAIA, Nathália Machado Laponez. **Eficiência do gasto público com aquisição de acervo bibliográfico de uma universidade em um contexto de expansão**. 2018. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública) - Universidade Federal de São João Del-Rei, São João Del Rei, 2018. Disponível em: [https://ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/profiap/Dissertacao%20-%20Nathalia%20Machado%20Laponez%20Maia%20FINAL\(1\).pdf](https://ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/profiap/Dissertacao%20-%20Nathalia%20Machado%20Laponez%20Maia%20FINAL(1).pdf). Acesso em: 13 ago. 2021.

MALIK, Basharat Ahmad; AHMADI, Ashiya. Investigation into the development and historical roots of collection development by referenced publication year spectroscopy. **Coleção e curadoria**, [s.l.], v. 39, n. 4, p. 97-103, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/CC-08-2019-0024>. Acesso em: 26 jan. 2021.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para Ciências Sociais Aplicadas**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2018.

MEDEIROS, Ana Ligia. **As bibliotecas da Antiguidade**. Memória e Informação, Rio de Janeiro, RJ, v. 3, n. 2, p. 69-85, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/127789>. Acesso em: 10 abr. 2021.

MEDEIROS, Nilcéia Lage; MELO, Alfredo Alves de Oliveira; JEUNON, Ester Eliane. A classificação de acervos bibliográficos em bibliotecas de órgãos do judiciário: bens de consumo ou permanentes? **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 2, ago. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/TvgH6jrHL45vSbQbVD36MvB/?lang=pt>. Acesso em: 29 ago. 2021.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Licitação e contrato administrativo**. São Paulo: Malheiros, 2004.

MELLO, Josiane; ALMEIDA, Josiana Florêncio Vieira Régis (Org.). **Gestão de coleções em unidades informacionais**. IFRN: Natal, 2017. Disponível em: <https://memoria.ifrn.edu.br/bitstream/handle/1044/1509/GEST%c3%83O%20DE%20COLE%c3%87%c3%95ES%20-%20EBOOK.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 29 abr. 2023.

MENDES JÚNIOR, Antônio Sérgio da Silva. **Financiamento das universidades: a utilização do superávit financeiro gerado pelas universidades federais**. 2019. Dissertação (Mestrado Administração Pública) - Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/11392>. Acesso em: 28 ago. 2021.

MENEZES, Pedro. **Todamateria**. [S.l.], 2021. Disponível em:

<https://www.todamateria.com.br/dialetica/>. Acesso em; 13 out. 2021.

MIRANDA, Ana Cláudia Carvalho de. Desafios para a gestão de coleções de periódicos científicos. **Revista de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 2, n. 1, p. 26-38, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufca.edu.br/ojs/index.php/folhaderosto/article/view/82/64>. Acesso em: 21 maio 2023.

MIRANDA, Ana Cláudia Carvalho de. Desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas. v.4, n. 2, p. 1-19, jan. jun. 2007.

MITCHELL, Erik T. Issues and Implications in Technology and Collection Management. **Technical Services Quarterly**, [s.l.], v. 35, n. 2, p. 175-186, 2018.

MOLES, A. **Belirsizin bilimleri**. İstanbul: Yapı Kredi Yayınları, 1993.

NABEKURA, Tessali Soares. **Aquisição de materiais bibliográficos nas bibliotecas universitárias federais brasileiras: previsão orçamentária e alocação de recursos**. 2018. TCC (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2018. Disponível em: <http://www.unirio.br/cchs/eb/arquivos/tccs-2018-2/TCC-Tessali%20Soares%20Nabekura.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2020.

NAMHILA, Ellen Ndeshi. The predicament of library value. *IFLA Journal* [s.l.], v. 42, n. 2, p. 141-149, 2017. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0340035216686981>. Acesso em: 23 jan. 2021.

NASCIMENTO, Mateus Rebouças; INOMATA, Danielly Oliveira; BARBALHO, Célia Regina Simonetti; SOUZA, Cleiton Mota de. Tendências em pesquisas sobre bibliotecas universitárias: um estudo bibliométrico dos anais do SNBU. **Em questão**, Porto Alegre, v. 28, n.1, p. 234-257, 2022. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/4656/465669358010/html/>. Acesso em: 15 maio 2023.

NASH, Jacob L. Richard Trueswell's Contribution to Collection Evaluation and Management: A Review. **Evidence Based Library and Information Practice**, [s.l.], v. 11, n. 3, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.18438/B8PG8T>. Acesso em: 04 maio 2021.

NAUDÉ, Gabriel. **Advis pour dresser une bibliothèque**. Paris: [s.n.], 1627. Disponível em: Naudé Completo : Free Download, Borrow, and Streaming : Internet Archive. Acesso em: 26 mar. 2021.

NAUDÉ, Gabriel. **Conselhos para formar uma biblioteca**. Tradução de Antonio Agenor Briquet de Lemos. Brasília: Briquet de Lemos / Livros, 2016. Disponível em: <https://archive.org/details/NaudCompleto/page/n1/mode/2up>. Acesso em: 04 mar. 2021.

NEAL, James G. Opportunities for systematic change in the academic research library: elements of the post-digital library. **Insights**, [s.l.], v. 25, n. 1, p. 92- 97, mar. 2012. Disponível em: <https://insights.uksg.org/articles/10.1629/2048-7754.25.1.92/>. Acesso em: 20 maio 2021.

NEVES, Jonatas Jôny Furtado. **A inovação nas bibliotecas universitárias brasileiras: identificando um potencial inovador**. 2018. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Educação, Programa Pós-Graduação em Ciência da Informação, Florianópolis, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/190885>. Acesso em: 08 fev. 2022.

NISONGER, Thomas E. **Collection evaluation in academic libraries: a guide and annotated bibliography**. Exeter: Libraries Unlimite, 1992.

NOH, Younghee. A study on developing evaluation criteria for electronic resources in evaluation indicators of libraries. **The Journal of Academic Librarianship**, [s.l.], v. 36, n. 1, p. 41-52, 2009. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0099133309002031?via%3Dihub>. Acesso em: 22 ago. 2021.

NUNES, Martha Suzana Cabral; CARVALHO, Kátia de. As bibliotecas universitárias em perspectiva histórica: a caminho do desenvolvimento durável. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 21, n. 1, p. 173-193, jan./mar. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/LCcVhWXmMt6ydMmG6Gmmmw/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 maio 2022.

OLIVEIRA, Magali Araújo Damasceno de. **Reflexões sobre a formação e desenvolvimento de coleções de uma biblioteca universitária: novas perspectivas a partir de uma teoria da justiça de Rawls**. 2018. 112 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Processos Institucionais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/26029>. Acesso em: 30 set. 2020.

OLIVEIRA, Marcos Simon de Oliveira. **Orçamento em instituições federais de ensino superior: proposta de matriz orçamentária associada aos elementos de qualidade**. 2019. 147 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - Universidade Federal de Goiás, Aparecida de Goiânia, 2019. Disponível em: <http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/10175>. Acesso em: 01 set. 2021.

OTLET, Paul. **Traité de documentation: le livre sur le livre: théorie et pratique**. Bruxelles: Editions Mundaneum, 1934.

OWENS, Irene. Issues of ownership, access, and document delivery: considerations for the Humanities." **Acquisitions Librarian**, [s.l.], n. 17/18, p. 45-62, 1997.

PARIS, Terrence. Breaking the Mould: How Re-examining the Allocation Formula Led to the Creation of a Dynamic Role for the University's Librarians. Partnership: the Canadian Journal of Library and Information Practice and Research, [s.l.], v. 2, n. 2, p. 1-22, 2007. Disponível em: <https://journal.lib.uoguelph.ca/index.php/perj/article/view/302/559>. Acesso em: 23 mar. 2021.

PATEL, Sanjay. Collection development in academic libraries. **International Journal of Library and Information Science**, [s.l.], v. 8, n. 7, p. 62-67, 2016.

PEREIRA, L. C. G. Bresser. Do estado patrimonial ao gerencial. *In*: PINHEIRO, Wilhelm e Sachs (Org.). **Brasil: um século de transformações**. São Paulo: Cia das Letras, 2001. p. 222-

259.

PERKIN, Harold. History of universities. In: FOREST, James, J. F.; ALTBACH, Philip G. (ed.). **International Handbook of Higher Education**. [S.l.]: Springer, 2007, p. 159–205.

PETZOLDT, Julius. **Manuale del bibliotecário**. 3. ed. Milano: U. Hoepli, 1894.

PHILLIPS, Linda L.; WILLIAMS, Sara R. Collection development embraces the digital age: a review of the literature, 1997-2003. **Library Resources & Technical Services**, [s.l.], v. 48, n. 4, p. 1-70, 2004.

PIMENTEL, Isabella Arruda. **A corrupção no Brasil e a atuação do Ministério Público**. 2014. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014. 128f. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/7788/2/arquivototal.pdf>. Acesso em: 09 jan. 2023.

PINHEIRO, Liliane Vieira; RIETJENS, Manoela Hermes. Análise comparativa de bases de dados para seleção em bibliotecas universitárias. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 20. 2018. **Anais...** Salvador. Salvador: UFBA, 2018. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/5596>. Acesso em: 06 jan. 2021.

PIRES, José Santo Dal Bem; MOTTA, Walmir Francelino. A evolução histórica do orçamento público e sua importância para a sociedade. **Enfoque: reflexão contábil**, Maringá, v. 25, p. 16-25, 2006. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3071/307127127002.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2021.

POLIT, D. E.; BECK, C. T. **Essentials of Nursing Research**. 6. th ed. Philadelphia: ippincott Williams & Wilkins, 2006.

PULIDO, Margarita Pérez; MORILLAS, José Luis Herrera. **Teoría e nuevos escenarios de la Bibliotecología**. Buenos Aires: Alfagrama, 2010.

REEVES, Floyd W.; RUSSELL, John Dale. The Administration of the Library Budget. **The Library Quarterly**, [s.l.], v. 2, n. 3, p. 268-278, jul. 1932. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/4301905>. Acesso em: 20 mar. 2021.

REIS, Cisne Zélia Teixeira *et al.* Variáveis discriminantes do nível de institucionalização do modelo orçamentário nas Universidade Federais. **Revista de Ciências da Administração**, Florianópolis, v. 16, n. 39, ago. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/2175-8077.2014v16n39p83>. Acesso em: 01 set. 2021.

RIBEIRO, Anna Carolina Mendonça Lemos; FERREIRA, Pedro Cavalcanti Gonçalves. (Org.). **Bibliotecário do século XXI: pensando o seu papel na contemporaneidade**. Brasília, Ipea, 2018. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8298/1/Bibliotec%C3%A1rio%20do%20s%C3%A9culo%20XXI_pensando%20o%20seu%20papel%20na%20contemporaneidade.pdf. Acesso em: 21 abr. 2022.

SABBAG, Deise Maria Antonio. A democracia, o diálogo e o espaço do outro. **Biblioteca**

Escolar em Revista, São Paulo, v. 6, n. 1, p. i-iii, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/berev/article/view/150853>. Acesso em: 21 abr. 2022.

SACOMANO, Claudete Cury; FERNANDES, Flávio César; SILVA, Roberto Ribeiro da. Alocação de recursos financeiros e política de aquisição de material bibliográfico. **R. Biblioteconomia**, Brasília, v. 16, n. 2, p. 179-189, jul./dez. 1988. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/76371>. Acesso em: 25 abr. 2022.

SACOMANO, Claudete Cury; MORAES, Lourdes de Souza. Padrões para planejamento orçamentário em bibliotecas universitárias. *In: SEMINÁRIO NACIONAL E BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS*, 1991. **Anais...** Rio de Janeiro, p. 43-78, 1991.

SALMERÓN-PÉREZ, Glória. Collection Development Policy: where does it start and where will it end? **Textos Universitaris de Biblioteconomia i documentació**, Barcelona, n. 30, jun, 2013. Disponível em: <http://bid.ub.edu/30/perez.htm>. Acesso em: 01 mar. 2021.

SANTA ANNA, Jorge. A biblioteca universitária e sua intervenção no contexto social: fomentando práticas multifuncionais. **RICI: Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 11, n. 2, p. 449-469, maio/ago. 2018. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/63933>. Acesso em: 20 ago. 2021.

SANTOS, Andréia Alcântara. **O processo de aquisição de materiais bibliográficos na UFPE sob a perspectiva da racionalidade**: mapeamento das etapas a partir do curso de gestão da informação. 2014. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/11711>. Acesso em: 23 jul. 2020.

SANTOS, Edilene Toscano Galdino dos; NUNES, Maria de Fátima; SILVA, Armando Malheiro; ARAÚJO, Eliany Alvarenga. **Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU)**: proposta para uma narrativa histórica. *Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia*, [s.l.], v. 14, n. 1, 2019. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/111959>. Acesso em: 05 abr. 2020.

SANTOS, F. S. **Financiamento público das instituições federais de ensino superior – IFES**: um estudo a Universidade de Brasília. 2013. 69f. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Economia). UnB. 2013.

SANTOS, Josiel Machado. O processo evolutivo das bibliotecas da Antiguidade ao Renascimento. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v.8, n.2, p. 175-189, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/237>. Acesso em: 16 abr. 2021.

SANTOS, Marcia Mazo; CARDOSO FILHO, Jair Cunha. Informação e políticas públicas: responsabilidades social da Ciência da Informação. **Biblios**, [s.l.], n. 45, p. 28-39, 2011. Disponível em: <http://biblios.pitt.edu/ojs/index.php/biblios/article/view/26>. Acesso em: 20 jan. 2022.

SCHMIDT, Susana; PRYSHON, Cecília F.; ROCHA, Jacira Guiro C.; ROCHA, Enivaldo C. da. Alocação de recursos para aquisição de livros para o Sistema de Bibliotecas da UFPE. **Ci. Inf., Brasília**, v. 20, n.2, p. 209-216, jul./dez. 1991. Disponível em:

<https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/357> Acesso em: 14 nov. 2019.

SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS. **Histórico SNBU**, Salvador, 2018. Disponível em: <https://snbu2018.ufba.br/historico-snbu>. Acesso em: 14 maio 2023.

SILVA, Helen de Castro; BARROS, Maria Helena T. C. de (Org.). **Ciência da Informação: múltiplos diálogos**. Marília: Oficina Universitária Unesp, 2009. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/helen_e%20book.pdf. Acesso em: 12 mar. 2023.

SILVA, Hugo Manuel Maciel. **A Biblioteca de Pérgamo e a sua influência no desenvolvimento dos sistemas de informação**. 2014. Licenciatura em Ciência da Informação (Graduação), Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2014. Disponível em: https://hugomanuelmacielsilva.weebly.com/uploads/6/0/9/4/60946309/trabalho_de_sab.pdf. Acesso em: 16 abr. 2021.

SNOW, Richard. Wasted Words: the written collection development policy and the academic library. **The Journal of Academic Librarianship**, [s.l.], v. 22, n. 2, p.191-194, may 1996. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/S0099-1333\(96\)90057-9](https://doi.org/10.1016/S0099-1333(96)90057-9). Acesso em: 04 fev. 2021.

SOUZA, Donaldo Bello de. Avaliações finais sobre o PNE 2001-2010 e preliminares do PNE 2014-2024. **Est. Aval. Educ.**, São Paulo, v. 25, n. 59, p. 140-170, set./dez. 2014. Disponível em: <http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1942/1942.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2022.

SOUZA, Willian Eduardo Righini de Souza. A constituição do espaço público e o perfil democrático das bibliotecas. **Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 11, n. 1, p. 191-212, mar./ago. 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/163549/163518>. Acesso em: 21 abr. 2022.

STREHL, Letícia. Uma agenda para reinvenção da biblioteca universitária: exercício estratégico e de ciência aberta. **SciELO Preprints**, [s.l.], 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.3323>. Acesso em: 15 maio 2023.

STREHL, Letícia; SCHARNBERG, June Magda Rosa; HOROWITZ, Zaida; CASTANHO, Viviane Crrion. O método BiblioGrad para avaliação de acervos de livros de graduação: instrumento para gestão de recursos para aquisição em um sistema de bibliotecas universitárias. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 39, n.3, p.105-115, set./dez., 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/WJxZzbhcLdgy7D6RXgQZ4mP/?lang=pt>. Acesso em: 11 out. 2019.

TANUS, Gabrielle Francinne. Da prática à produção do conhecimento: bibliotecas e biblioteconomia pré-científica. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, SP, v. 16, n. 3, p. 254-273, 2018. Disponível em: 8651364-Texto do artigo-39701-4-10-20180831.pdf. Acesso em: 10 abr. 2021.

TARAPANOFF, K. Planejamento de e para bibliotecas universitárias no Brasil: sua posição sócio-econômica e estrutural. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS

UNIVERSITÁRIAS, 2., 1981, Brasília. Anais... Brasília: CAPES, 1981. p. 9-35.

TASSIN, E. **Un monde commun**. Seuil: Paris, 2003.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS. **Comodato X Mútuo**, Brasília, [2022?]. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/direito-facil/educacao-semanal/comodato-x-mutuo#:~:text=O%20Comodato%20tem%20previs%C3%A3o%20nos,substitu%C3%ADa%20para%20que%20seja%20utilizada>. Acesso em: 28 jul. 2022.

TRUESWELL, Richard W. User circulation satisfaction vs. Size of Holdings at Three Academic Libraries. **College & Research Libraries**, [s.l.], v. 30, n. 3, 1969. Disponível em: https://doi.org/10.5860/crl_30_03_204. Acesso em: 25 ago. 2021.

UNESCO. **Recomendação sobre Recursos Educacionais Abertos (REA)**, Paris, França, 2019. Disponível em: <https://www.unesco.org/en/legal-affairs/recommendation-open-educational-resources-oeer>. Acesso em: 28 dez. 2022.

UNICEF. Situação das crianças e dos adolescentes no Brasil. [S.l.], [2020?]. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/situacao-das-criancas-e-dos-adolescentes-no-brasil>. Acesso em: 05 mar. 2022.

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA. **Sistema de Bibliotecas da Unilab - SIBIUNI**. Redenção, 2021. Disponível em: <https://unilab.edu.br/biblioteca-universitaria-unilab/>. Disponível em: 10 set. 2021.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Plano de atualização dos acervos do SiB-UnB 2018:2022**. Brasília: UnB, 2020. Disponível em: <https://bce.unb.br/wp-content/uploads/2020/01/Plano-de-Atualiza%C3%A7%C3%A3o-dos-Acervos-do-SiB-UnB-2018-2022.pdf>. Acesso em: 24 maio 2022.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Plano de atualização dos acervos do SiB-UnB 2018:2022. Brasília: UnB, 2020. Disponível em: <https://bce.unb.br/wp-content/uploads/2020/01/Plano-de-Atualiza%C3%A7%C3%A3o-dos-Acervos-do-SiB-UnB-2018-2022.pdf>. Acesso em: 24 maio 2022.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Formação do acervo do portal de periódicos da Capes: saiba mais!** Abcd USP, São Paulo, SP, 2023. Disponível em: <https://www.abcd.usp.br/noticias/formacao-do-acervo-do-portal-de-periodicos-da-capes-saiba-mais/>. Acesso em: 23 maio 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções do Sistema de Bibliotecas da UFBA**. Salvador: UFBA, 2010. Disponível em: <https://ims.ufba.br/sites/ims.ufba.br/files/paginas/politica-de-formacao-e-desenvolvimento-de-colecoes-do-sibi-ufba.pdf>. Acesso em: 23 de maio de 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **Sobre o SIBI**. Salvador, 2021. Disponível em: <http://www.sibi.ufba.br/apresentacao>. Acesso em: 10 set. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Política de desenvolvimento de coleções da Universidade Federal da Fronteira Sul**. Chapecó: UFFS, [2018?]. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/resolucao/consunicgae/2018-0006>. Acesso em: 27 maio 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Universidade Federal da Fronteira Sul**. Chapecó, 2021. Disponível em: <http://www.uffs.edu.br/>. Acesso em: 18 out. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS. **Biblioteca**, Dourados, 2021. Disponível em: <https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/index>. Acesso em: 09 set. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS. **Resolução nº 127 de 06 de outubro de 2014**. Aprova alterações na Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções das Bibliotecas da UFGD, parte integrante desta resolução. Dourados: UFGD, 2014. Disponível em: <https://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/RESOLUCOES-COUNI/res%20127-2014-%20Altera%20Pol%C3%ADtica%20aquisi%C3%A7%C3%A3o%20de%20livros.pdf>. Acesso em: 24 de maio de 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA. **Relatório biblioteca Latino-Americana – BIUNILA 2018-2019**. Foz do Iguaçu, 2019. Disponível em: https://portal.unila.edu.br/biblioteca/documentos/Relatrio_para_visita_do_MEC.pdf. Acesso em: 18 out. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. **Sistema de Biblioteca**. João Pessoa, 2019. Disponível em: https://biblioteca.ufpb.br/biblioteca/contents/menu/servicos/copy_of_sistemoteca. Acesso em: 10 set. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. **SIBI Universidade Federal de Alagoas**. Maceió, 2021. Disponível em: <http://sibi.ufal.br/portal/>. Acesso em: 10 set. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. Sistema de Bibliotecas. **Plano de atualização e manutenção do acervo**. Maceió: UFAL, 2018. Disponível em: https://sibi.ufal.br/portal/wp-content/uploads/2019/12/NORMAS_DOCUMENTOS_PLANO-DE-MANUTEN%c3%87%c3%83O-DO-ACERVO.pdf. Acesso em: 14 maio de 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS. Conselho Universitário. **Resolução nº 4, de 23 de fevereiro de 2017**. Aprova o regimento interno do Sistema de Bibliotecas da Unifal-MG e da outras providências. Unifal: Alfenas, 2017. Disponível em: <https://www.unifal-mg.edu.br/bibliotecas/system/files/imce/Gerais/Textos/Regimento%20Interno%20do%20Sistema%20de%20Bibliotecas%20da%20UNIFAL-MG.pdf>. Acesso em: 15 out. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS. **Resolução nº 4, de 23 de fevereiro de 2017**. Alfenas, 2017. Disponível em: <https://www.unifal-mg.edu.br/portal/>. Acesso em: 05 out. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE BRASÍLIA. **Biblioteca**, Brasília, 2021. Disponível em: <https://bce.unb.br/sobre-a-bce/estrutura/>. Acesso em: 09 set. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE. **Regulamento do Sistema de Bibliotecas da UFCG**. Campina Grande: EDUFCG, 2009. Disponível em: file:///C:/Users/Cliente/Desktop/REGULAMENTO_SISTEMOTECA_UFCG.pdf. Acesso em: 13 set. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. **Resolução - Consuni nº 08/2016**. Goiás, 2016. Disponível em: https://sistemas.ufg.br/consultas_publicas/resolucoes/arquivos/Resolucao_CONSUNI_2016_0008.pdf. Acesso em: 09 set. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ. **Bibliotecas. Itajubá**, 2021. Disponível em: <https://unifei.edu.br/ensino/bibliotecas/>. Acesso em: 05 out. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JATAÍ. **Bibliotecas da Universidade Federal de Jataí (BUFJ)**. Jataí, 2021. Disponível em: <https://www.bc.ufg.br/p/8312-bibliotecas-da-universidade-federal-de-jatai-bufj>. Acesso em: 09 set. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. **Biblioteca Universitária**. Juiz de Fora, 2021. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/biblioteca/bibliotecas-setoriais/biblioteca-universitaria/>. Acesso em: 15 out. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. **Bibliotecas JF**. Juiz de Fora, 2021. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/biblioteca/>. Acesso em: 05 out. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS. **Biblioteca**. Lavras, 2021. Disponível em: http://biblioteca.ufla.br/site/index.php?option=com_content&view=article&id=7&Itemid=143. Acesso em: 06 out. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS. **Resolução CEPE n. 274, de 2 de agosto de 2016**. Dispõe sobre a Política de Formação e Desenvolvimento do Acervo da Biblioteca Universitária da Universidade Federal de Lavras. Lavras: UFLA, 2016. Disponível em: https://sistemaslegados.ufla.br/documentos/arquivos/5_274_02082016.pdf. Acesso em: 23 maio de 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Bibliotecas UFMS**. Campo Grande, 2021. Disponível em: <https://bibliotecas.ufms.br/bibliotecas-do-sistema/>. Acesso em: 10 set. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO. **Bibliotecas**. Cuiabá, 2021. Disponível em: https://www.ufmt.br/cartaservicos/index.php?option=com_content&view=article&id=107&Itemid=334&lang=pt-br. Acesso em: 10 set. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Biblioteca Universitária. **Portaria n. 002, de 06 de fevereiro de 2015**. Estabelece a política de desenvolvimento do acervo bibliográfico para o Sistema de Bibliotecas da UFMG (SB/UFMG). Minas Gerais: UFMG, 2015. Disponível em: http://biblio.eci.ufmg.br/wp-content/uploads/2015_Poltica_Desenvolvimento_do_Acervo.pdf. Acesso em: 24 maio de 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. **Sistema de Bibliotecas da UFMG**. Belo Horizonte, 2021. Disponível em: https://www.bu.ufmg.br/bu_atual/biblioteca/biblioteca-universitaria/. Acesso em: 15 out. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO. **Sistema de Bibliotecas e Informação**. Outro preto, 2021. Disponível em: <https://www.sisbin.ufop.br/contato/>. Acesso em: 16 out. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. **Parecer normativo nº1, de 12 de setembro de 2019**. Regulamenta a política de atualização, manutenção e conservação do acervo das bibliotecas. Pelotas: UFPEL, 2019. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/bibcp/files/2020/02/Politica-de-Atualizacao-Manutencao-e-Conservacao-do-Acervo-das-Bibliotecas.pdf>. Acesso em: 31 maio 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. **Sistema de Bibliotecas**. Pelotas, 2021. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/sisbi/coordenacao-3/equipe/coordenacao-de-bibliotecas/>. Acesso em: 18 out. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. **Boletim oficial**, Recife, v. 26, n. 05especial, p. 1-19, mar. 1991. Disponível em: https://www.ufpe.br/documents/39058/594591/Estatuto_do_Sistema_de_Bibliotecas_da_UFPE_1991.pdf/3b19597e-349a-4836-b511-f9b8fb5cebdl. Acesso em: 13 set. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. **Política de Desenvolvimento de Coleções do Sistema Integrado de Bibliotecas da UFPE**. Recife: UFPE, 2019. Disponível em: <https://www.ufpe.br/documents/2119837/0/Politica+de+Desenvolvimento+de+Cole%C3%A7%C3%B5es+v2.4.pdf>. Acesso em: 25 maio de 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONÓPOLIS. **Biblioteca UFR**. Rondonópolis, 2021. Disponível em: <https://ufr.edu.br/biblioteca/contato/>. Acesso em: 10 set. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA. **Bibliotecas UFRR**. Boa Vista, 2021. Disponível em: <https://ufr.br/bibliotecas/fale-conosco>. Acesso em: 16 set. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Conheça a BU**. Florianópolis, 2021. Disponível em: <https://portal.bu.ufsc.br/conheca-a-bu/>. Acesso em: 18 out. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Sobre todas as bibliotecas**. Santa Maria, 2021. Disponível em: <https://www.ufsm.br/orgaos-suplementares/biblioteca/historico-2/>. Acesso em: 19 out. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. **Sistema Integrado de Bibliotecas**. São Carlos, 2021. Disponível em: <https://www.sibi.ufscar.br/>. Acesso em: 16 out. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL REI. **UFSJ Bibliotecas**. São João del-Rei, 2021. Disponível em: <https://www.google.com/search?q=s%C3%A3o+joal+del+rei&oq=s%C3%A3o+joal+del+rei&aqs=chrome..69i57.2759j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8>. Acesso em: 16 out. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI. **Instrução normativa/ Proen nº**

003, de 21 de dezembro de 2021. Dispõe sobre a Política de Desenvolvimento de Coleções da Divisão de Biblioteca da Universidade Federal de São João del-Rei – DIBIB/UFSJ. São João del-Rei: UFSJ, 2021. Disponível em: http://www.dibib.ufsj.edu.br/wordpress/wp-content/uploads/2021/12/Instru%C3%A7%C3%A3o-Normativa_PROEN-N%C2%BA-003_2021_Pol%C3%ADtica-de-Desenvolvimento-de-Cole%C3%A7%C3%B5es_DIBIB.pdf. Acesso em: 23 de maio 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO. Coordenadoria da Rede de Bibliotecas Unifesp. **Regimento interno da coordenadoria da rede de bibliotecas da Unifesp - CRBU.** São Paulo: Unifesp, 2016. Disponível em: <https://bibliotecas.unifesp.br/images/documentos/REGIMENTO.pdf>.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. **Resolução nº 49/2014/CONSUNI.** Aracaju, 2014. Disponível em: https://bibliotecas.ufs.br/uploads/page_attach/path/161/Regimento_Interno_do_Sistema_de_Bibliotecas_da_UFS.pdf. Acesso em: 13 set. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE TOCANTINS. Conselho Universitário. **Resolução nº 07, de 15 de abril de 2015.** Palmas, 2015. Disponível em: <https://docs.uft.edu.br/share/s/VvbuftZGRkqIysVWdfn9Uw>. Acesso em: 15 set. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. **Sistema de Bibliotecas.** Uberlândia, 2021. Disponível em: <https://bibliotecas.ufu.br/institucional>. Acesso em: 17 out. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. **Biblioteca Central.** Viçosa, MG, 2021. Disponível em: <https://www.bbt.ufv.br/organograma/>. Acesso em: 17 out. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE. **Biblioteca Central.** Rio Branco, 2019. Disponível em: <http://www2.ufac.br/site/docs/sistemabibliotecas.pdf>. Acesso em: 16 set. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AGRESTE DE PERNAMBUCO. **Biblioteca Ariano Suassuna.** Boa Vista, 2021. Disponível em: <http://ufape.edu.br/biblioteca>. Acesso em: 13 set. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ. **Biblioteca central da Unifap.** Macapá, 2021. Disponível em: <https://www2.unifap.br/biblioteca/institucional/>. Acesso em: 17 set. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. **Sistebib.** Manaus, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ufam.edu.br/organograma.html>. Acesso em: 17 set. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI. **Diretoria do Sistema de Bibliotecas (Sibi).** Juazeiro do Norte, 2020. Disponível em: <https://www.ufca.edu.br/instituicao/administrativo/estrutura-organizacional/orgaos-suplementares/sibi/>. Acesso em: 13 set. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CATALÃO. **Biblioteca da UFCAT detalha funcionamento durante o período do PSE.** Catalão, 2020. Disponível em: <https://catalao.ufg.br/n/134452-biblioteca-da-ufcat-detalha-funcionamento-durante-o-periodo-do-pse>. Acesso em: 09 set. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. **Política de desenvolvimento de coleções do sistema de bibliotecas da universidade federal do Ceará revisada e atualizada**. Fortaleza: UFC, 2016. Disponível em: <https://biblioteca.ufc.br/wp-content/uploads/2015/06/politica-colecoes-ufc.pdf>. Acesso em: 04 maio 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. **Sobre a Biblioteca Universitária**. Fortaleza, 2021. Disponível em: <https://biblioteca.ufc.br/pt/sobre-a-biblioteca-universitaria/>. Acesso em: 13 set. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA. **Biblioteca. Paraíba**, 2017. Disponível em: <https://www.ufpi.br/biblioteca-ufdpar>. Acesso em: 13 set. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA. **Resolução nº 1, de 20 de janeiro de 2020**. Parnaíba, 2020. Disponível em: https://www.ufpi.br/arquivos_download/arquivos/Parnaiba/2020/CONSUNI/RESOLU%C3%87%C3%83O_N%C2%BA_1_DE_20_de_janeiro_de_2020_-_RESOLU%C3%87%C3%83O_N%C2%BA_1_DE_20_de_janeiro_de_2020_-_DOU_-_Imprensa_Nacional20201023093001.pdf. Acesso em: 13 set. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. **Sistema Integrado de Bibliotecas**. Vitória, 2021. Disponível em: <https://biblioteca.ufes.br/biblioteca-central>. Acesso em: 18 out. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Biblioteca Central da Unirio**. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <http://www.unirio.br/bibliotecacentral/sobre-o-sistema-de-bibliotecas-da-unirio>. Acesso em: 18 out. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. **Núcleo integrado de bibliotecas**. São Luiz, 2021. Disponível em: <https://portais.ufma.br/PortalUfma/paginas/biblioteca.jsf>. Acesso em: 13 set. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ. **Regimento interno nº 7, de 03 de novembro de 2014**. Santarém, 2014. Disponível em: <http://www.ufopa.edu.br/media/file/site/sibi/documentos/2019/6588252401256fd611decc117394ad5c.pdf>. Acesso em: 12 out. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ. **Regimento interno nº 75, de 03 de novembro de 2014**. Santarém, 2014. Disponível em: <http://ufopa.edu.br/sibi/documentos/politicas-e-regimentos/>. Acesso em: 04 out. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **[Informações orçamentárias recebidas via e-ouv]**. Unipampa, 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Conselho do Sistema de Bibliotecas UFPA. **Resolução 02/2019. Aprova a política de formação e desenvolvimento de coleções do sistema de bibliotecas da Universidade Federal do Pará**. UFPA: Belém, 2019. Disponível em: http://bc.ufpa.br/wp-content/uploads/2019/04/POL%C3%8DTICA_DE_DESENVOLVIMENTO_DE_COLE%C3%87%C3%95ES_SIBI_UFPA_2019.pdf. Acesso em: 24 maio de 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Sistema de Bibliotecas. **Plano de desenvolvimento da unidade 2017 -2020**. UFPA: Belém, 2017. Disponível em: http://bc.ufpa.br/wp-content/uploads/2019/05/PDU-BIBLIOTECA_CENTRAL.pdf. Acesso em: 12 out. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. **O Sistema de Bibliotecas da UFPR**. Curitiba, 2021. Disponível em: <https://www.portal.ufpr.br/sibi.html>. Acesso em: 19 out. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. **Planejamento estratégico do sistema de bibliotecas: gestão 2014/2018**. Curitiba: [s.n], 2015. Disponível em: <https://www.portal.ufpr.br/documentos/Planejamento%20Estrategico%20SiBi%202014-2018.pdf>. Acesso em: 08 fev. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. **Política de desenvolvimento de coleções do sistema de bibliotecas (SiBi) DA UFPR**. Curitiba: UFPR, 2013. Disponível em: https://bibliotecas.ufpr.br/wp-content/uploads/2022/01/PDC_SiBi.pdf. Acesso em: 03 maio 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco. **Plano de desenvolvimento da Unidade - PDU 2020 -2022: SIBiUFPI**. Teresina: UFPI, 2020. Disponível em: https://proplan.ufpi.br/images/conteudo/PROPLAN/PDI/PDU/PDU_2020_2022_FINAL_COMPLETO.pdf. Acesso em: 15 set. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA. **Biblioteca Central da UFRB**. Cruz das Almas, 2021. Disponível em: <https://www.ufrb.edu.br/biblioteca/equipe-e-horario-do-expediente>. Acesso em: 15 set. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. **Sistema de Bibliotecas e Informação**. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://www.sibi.ufrj.br/>. Acesso em: 18 out. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. Biblioteca Central Zila Mamede. **Estrutura organizacional**. Natal, 2021. Disponível em: https://sisbi.ufrn.br/bczm/pagina.php?a=e_organizacional#.YUIrVbhKgdU. Disponível em: 15 set. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Biblioteca Central UFRGS**. Rio Grande do Sul, 2021. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/bibliotecacentral/sobre/regulamento/>. Acesso em: 19 out. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE. **Instrução normativa nº 01/2020. Institui e regulamenta, no âmbito da FURG, a Política de Desenvolvimento de Coleções do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Rio Grande (SiB/FURG)**. Rio Grande do Sul: FURG, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.furg.br/images/INP1.pdf>. Acesso em: 16 maio 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE. **Sistema de bibliotecas Universidade Federal do Rio Grande**. Rio Grande, 2021. Disponível em: <https://biblioteca.furg.br/apresentacao>. Acesso em; 19 out. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA. **Bibliotecas**. Itabuna, 2018. Disponível em: <https://ufsb.edu.br/biblioteca/contatos-biblioteca>. Acesso em: 15 set. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ. **Regulamento das Bibliotecas**. Marabá, 2017. Disponível em: https://sibi.unifesspa.edu.br/images/regulamento_2017.pdf. Acesso em: 04 out. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ. **Sobre o CBIU**. Marabá, 2021. Disponível em: <https://sibi.unifesspa.edu.br/historico1.html>. Acesso em: 12 out. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTIS. **Política de desenvolvimento de coleções do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins**. Palmas: UFT, 2017. Disponível em: https://docs.uft.edu.br/share/s/O6yptIKASV6UQtpCKen_qQ. Acesso em: 03 maio 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO. **Biblioteca**. Uberaba, 2021. Disponível em: <http://www.uftm.edu.br/biblioteca>. Acesso em: 18 out. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI. Política de formação e desenvolvimento de acervo. Diamantina: UFV, 2021. Disponível em: <http://www.ufvjm.edu.br/biblioteca/politicaacervo.html>. Acesso em: 10 maio 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI. **Sisbi UFVJM**. Diamantina, 2021. Disponível em: <http://portal.ufvjm.edu.br/>. Acesso em: 18 out. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. **Bibliotecas UFF**: superintendência de documentação. Niterói, 2021. Disponível em: <https://bibliotecas.uff.br/>. Acesso em: 18 out. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. **Diretrizes para a formação e o desenvolvimento do acervo no sistema de bibliotecas da Universidade Federal Fluminense**. Niterói: UFF, 2019. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/11859/PDC%20%28Diretrizes%29%202017.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 25 maio 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA. **Biblioteca campus Belém**. Belém, 2018. Disponível em: https://portalbiblioteca.ufra.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=150&Itemid=273. Acesso em: 12 out. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA. **Política de desenvolvimento de coleções (PDC) das bibliotecas universitárias da Universidade Federal Rural da Amazônia**. Belém: UFRA, 2018. Disponível em: <file:///C:/Users/Cliente/Desktop/POLITICA%20DE%20DESENVOLVIMENTO%20DE%20COLEES.pdf>. Acesso em: 04 out. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO. **Resolução nº 091/2009**. Recife, 2009. Disponível em: <http://www.sib.ufrpe.br/sites/sib.ufrpe.br/files/r91-09-estrutura->

bc.pdf. Acesso em: 15 set. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO. **Biblioteca**. Seropédica, 2021. Disponível em: <https://institucional.ufrj.br/biblioteca/a-biblioteca/estrutura-organizacional/#>. Acesso em: 18 out. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO. **Resolução nº 012, de 27 de novembro de 2019**. Mossoró, 2019. Disponível em: <https://bibliotecas.ufersa.edu.br/wp-content/uploads/sites/21/2020/03/Resolu%C3%A7%C3%A3o-do-SISBI-12.2019.pdf>.

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ. **Biblioteca UTFPR**. Curitiba, 2021. Disponível em: <https://portal.utfpr.edu.br/biblioteca>. Acesso em: 19 out. 2021.

VELLOSO, J. Universidade na América Latina: rumos do financiamento. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 110, p. 39-66, 2000.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2009.

VICENTINI, Luiz Atílio. *et al.* Aquisição de livros de graduação na Unicamp: política de alocação e divisão de recursos. *In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS*, 2006, Salvador, BA. **Anais....** Salvador: UFBA, 2006.

WEITZEL, Simone da Rocha. Desenvolvimento de coleções: origem dos fundamentos contemporâneos. **Transinformação**, Campinas, v. 24, n. 3, set.dez. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-37862012000300003. Acesso em: 26 jan. 2021.

WEITZEL, Simone da Rocha. **Formação e Desenvolvimento de Coleções**. Brasília, DF: CAPES: UAB: Rio de Janeiro, RJ, 2018. Disponível em: <http://www.repositorio.bibead.ufrj.br/repbibead-verpdf.php?num=24&arquivo=Formacao-e-Desenvolvimento-de-Colecoes-LIVRO.pdf>. Acesso em: 7 dez. 2021.

WILLIAMS, Virginia Kay; SCHMIDT, June. Determining the average cost of a book for allocation formulas: comparing options. **Library Resources & Technical Services**, [s.l.], v. 52, n. 1, p. 2008. Disponível em: <https://journals.ala.org/index.php/lrts/article/view/5085/6168>. Acesso em: 23 mar. 2021.

WILSON, Myoung Chung; EDELMAN, Hendrik. Collection Development in an Interdisciplinary Context. **The Journal of Academic Librarianship**, [s.l.], may, 1996. Disponível em: 10.1016/S0099-1333(96)90058-0. Acesso em: 27 jan. 2021.

WRONG, Dennis H. The oversocialized conception of man in modern sociology. **American Sociological Review**, v. 26, n. 2, p. 183-193, apr. 1961. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/2089854>. Acesso em: 22 jan. 2021.

YOON, Hee-Yoon; KIM, Sin-Young. A study of collection development policy to strengthen south korea's library services for persons with disabilities. **The Canadian Journal of Information and Library Science**, Canadá, v. 40, n. 2, p. 162- 185, 2016. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/article/627001>. Acesso em: 17 out. 2022.

APÊNDICE A – UNIVERSIDADES PÚBLICAS FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

Lista organizada alfabeticamente, conforme dados coletados no *site* e-Mec em agosto de 2023

FURG	Universidade Federal do Rio Grande
UFABC	Fundação Universidade Federal do ABC
UFAC	Universidade Federal do Acre
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UFAPE	Universidade Federal do Agreste de Pernambuco
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFCA	Universidade Federal do Cariri
UFCAT	Universidade Federal de Catalão
UFCG	Universidade Federal de Campina Grande
UFCSPA	Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre
UFDPAR	Universidade Federal do Delta do Parnaíba
UFERSA	Universidade Federal Rural do Semi-Árido
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFGD	Fundação Universidade Federal da Grande Dourados
UFJ	Universidade Federal de Jataí
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFLA	Universidade Federal de Lavras
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso
UFOB	Universidade Federal do Oeste da Bahia
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto
UFOPA	Universidade Federal do Oeste do Pará

UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFPEL	Universidade Federal de Pelotas
UFPI	Universidade Federal do Piauí
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFR	Universidade Federal de Rondonópolis
UFRA	Universidade Federal Rural da Amazônia
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
UFRR	Universidade Federal de Roraima
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UFS	Universidade Federal de Sergipe
UFSB	Universidade Federal do Sul da Bahia
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSCAR	Universidade Federal de São Carlos
UFSJ	Universidade Federal de São João Del Rei
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UFT	Fundação Universidade Federal do Tocantins
UFTM	Universidade Federal do Triângulo Mineiro
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UFV	Universidade Federal de Viçosa
UFVJM	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
UNB	Universidade de Brasília
UNIFAL-MG	Universidade Federal de Alfenas
UNIFAP	Universidade Federal do Amapá
UNIFEI	Universidade Federal de Itajubá
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo
UNIFESSPA	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
UNILA	Universidade Federal da Integração Latino-Americana

UNILAB	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
UNIPAMPA	Fundação Universidade Federal do Pampa
UNIR	Fundação Universidade Federal de Rondônia
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
UNIVASF	Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a), como voluntário (a), a participar da pesquisa **Alocação de recursos financeiros para aquisição de materiais informacionais em bibliotecas universitárias** que, em parte, será desenvolvida por meio da aplicação de entrevista a ser realizada com bibliotecárias e bibliotecários que trabalham com Formação e Desenvolvimento de Coleções em universidades públicas federais brasileiras ou com bibliotecárias e bibliotecários que exerçam a função de direção do sistema de bibliotecas. A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso das informações em todo o território nacional e no exterior. O objetivo da entrevista é verificar a percepção dos respondentes acerca do uso de fórmulas de alocação de recursos para aquisição de materiais informacionais, conhecer quais critérios são levados em consideração quando se faz uso das fórmulas e qual a participação da (do) bibliotecária (o) neste processo. O objetivo da pesquisa é investigar como ocorre a alocação de recursos financeiros, destinados aos cursos de graduação, com vista à aquisição de material informacional para compor a bibliografia básica e complementar executados pela biblioteca universitária da universidades públicas federais brasileiras.

As perguntas devem ser respondidas com base na sua experiência profissional. A pesquisadora Wesleyne Nunes de Sales, discente do doutorado em Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia, sob orientação do professor Raymundo das Neves Machado, compromete-se a utilizar os dados coletados somente para finalidades educacionais e pode ser contatada por meio do endereço eletrônico weslayne.sales@ufba.br ou pelo telefone (71) 9 9853 1170. Estas informações estão sendo fornecidas para subsidiar sua participação voluntária neste estudo.

Ao participar deste estudo, você pode ter como benefício a possibilidade de contribuir com a literatura científica voltada ao uso de fórmulas de alocação de recursos para aquisição de material bibliográfico em universidades federais brasileiras. Você tem ainda a oportunidade de expressar sua opinião sobre o assunto.

Quanto aos riscos envolvidos, eles são praticamente inexistentes, porém cabe ressaltar a possibilidade de constrangimento ao responder questões relacionadas a sua atuação profissional e de seus colegas de trabalho.

O tempo destinado à sua participação nesta entrevista também pode ser entendida como um prejuízo.

Endereço

de

e-mail

Eu li o termo que me foi apresentado na descrição desse formulário e por essa ser a expressão da minha vontade e tendo compreendido perfeitamente tudo o que me foi informado e estando consciente dos meus direitos, das responsabilidades, dos riscos, prejuízos e dos benefícios que a minha participação implicam, declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos, concordo em dele participar e para isso DOU O MEU CONSENTIMENTO SEM QUE PARA ISSO EU TENHA SIDO FORÇADO OU OBRIGADO

Pelo exposto, concordo voluntariamente em participar deste estudo e poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem penalidades, prejuízo ou perda de qualquer benefício que eu possa ter adquirido.

Sim

Não

APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO

Questão 1 - Qual seu nível de escolaridade?

- A. Fundamental – Incompleto
- B. Fundamental – Completo
- C. Médio – Incompleto
- D. Médio – Completo
- E. Superior – Incompleto
- F. Superior – Completo
- G. Pós-graduação (Lato sensu) – Incompleto
- H. Pós-graduação (Lato sensu) – Completo
- I. Pós-graduação (Stricto sensu, nível mestrado) – Incompleto
- J. Pós-graduação (Stricto sensu, nível mestrado) – Completo
- K. Pós-graduação (Stricto sensu, nível doutor) – Incompleto
- L. Pós-graduação (Stricto sensu, nível doutor) – Completo
- M. Outro (possibilidade de inserir uma resposta curta)

Questão 2 - Você é bibliotecário(a)?

- A. Sim
- B. Não

Questão 3 - Caso possua pós-graduação, por favor, especifique-a. (Questão aberta)

Questão 4 - Qual cargo você ocupa na instituição em que trabalha? (Questão aberta, feita somente para profissionais não bibliotecários).

Questão 5 - Marque a alternativa que condiz com sua realidade.

- A. Exerço Função Gratificada (FG) na instituição em que trabalho
- B. Exerço Cargo de Direção (CD) na instituição em que trabalho
- C. Nenhuma das opções anteriores

Questão 6 - Considerando a instituição em que você trabalha atualmente, há quanto tempo desenvolve atividades diretamente ligadas à Formação e Desenvolvimento de Coleções? (Questão aberta).

Questão 7 - A instituição na qual você atua possui uma Política de Desenvolvimento de Coleções?

- A. Sim
- B. Não

Questão 8 - Você entende a Política de Desenvolvimento de Coleções como um documento importante na rotina de quem trabalha com Formação e Desenvolvimento de Coleções?

- A. Sim
- B. Não

Questão 9 - Sobre a política de desenvolvimento de coleções, assinale a(s) alternativa(s) que contenha(m) afirmações com as quais você concorda. (Possível escolher mais de uma alternativa).

- A. Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções auxilia para que eu me sinta seguro(a) na tomada de decisões sobre alocação de recursos financeiros destinados à compra de materiais informacionais.
- B. A Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções da instituição em que trabalho apresenta, de forma detalhada, quais critérios e/ou indicadores devem ser usados para alocação de recursos financeiros destinados à compra de materiais informacionais.
- C. Tomaria decisões mais seguras se a Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções da instituição em que trabalho apresentasse, com clareza, quais critérios e/ou indicadores devo seguir para decidir sobre alocação de recursos financeiros destinados à compra de materiais informacionais.
- D. A Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções da instituição em que trabalho necessita de atualização.
- E. A ausência de uma Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções prejudica a execução do meu trabalho.
- F. A Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções é um documento indispensável em uma biblioteca.

Questão 10 - Em razão da natureza limitada dos recursos financeiros destinados à compra de materiais informacionais, é necessário que as bibliotecas estabeleçam

critérios para distribuir esses recursos entre os diferentes cursos, institutos, departamentos e/ou escola, conforme o caso. Qual estratégia é utilizada na instituição em que você atua para estabelecer critérios de alocação de recursos financeiros entre as diferentes partes interessadas? (Possível escolher mais de uma alternativa).

- A. Priorizamos aquisição de materiais informacionais para cursos novos.
- B. A aquisição de materiais informacionais é realizada de modo centralizado, ou seja, uma unidade administrativa (por exemplo, biblioteca central) se ocupa da compra dos materiais informacionais demandados pelas bibliotecas a ela vinculadas (por exemplo, bibliotecas setoriais).
- C. Priorizamos aquisição de materiais informacionais para cursos que serão avaliados pelo MEC ou equivalente.
- D. Um percentual dos recursos financeiros disponíveis para aquisição deve ser destinado aos cursos novos e/ou que serão avaliados pelo MEC ou equivalente, enquanto os outros cursos recebem valores distribuídos de forma equitativa.
- E. Cursos novos e/ou que serão avaliados pelo MEC ou equivalente recebem maior parcela dos recursos financeiros, enquanto os outros cursos recebem os recursos financeiros, sem o estabelecimento de critérios e/ou indicadores de prioridade.
- F. A forma como os recursos financeiros serão alocados depende do valor recebido para essa finalidade.
- G. Realizamos avaliação de acervo e cursos com maiores deficiências nas coleções que recebem maior percentual na alocação dos recursos financeiros.
- H. A quantidade de alunos matriculados, em determinado curso, é levada em consideração no momento de alocar os recursos financeiros destinados à compra de materiais informacionais.
- I. Cursos com mais alunos(as) matriculados(as) recebem mais recursos financeiros.
- J. Cursos, institutos, departamentos e/ou escola que oferecem cursos de pós-graduação (mestrado e doutorado) recebem maior percentual de recursos financeiros.
- K. Utilizamos estatísticas de uso das coleções como indicadores para tomar decisão sobre alocação de recursos financeiros.
- L. O custo médio do material informacional é levado em consideração no momento de alocar os recursos financeiros; logo, cursos cujo valor dos materiais informacionais costuma ser mais alto também recebem valores mais altos no momento de alocar os recursos financeiros.

- M. Quando a biblioteca recebe recursos financeiros destinados à compra de materiais informacionais, já vêm estabelecidos – por unidades externas à biblioteca – quais os cursos que devem ser contemplados com a aquisição de materiais bibliográficos.
- N. Prioriza-se a manutenção das assinaturas dos periódicos já existentes nas coleções. O restante dos recursos financeiros é destinado à compra de outros materiais informacionais.
- O. Cada curso recebe um percentual fixo dos recursos financeiros destinados à compra de materiais informacionais.
- P. Os recursos financeiros destinados à compra de materiais informacionais são distribuídos igualmente entre os cursos.
- Q. A quantidade de publicações e/ou depósito de patentes é um fator considerado ao se estabelecer critérios para alocar recursos entre as partes interessadas.
- R. De forma regular, realizamos estudo de comunidade para que assim possamos subsidiar a escolha de quais critérios e/ou indicadores utilizar para alocar recursos financeiros entre cursos de graduação ofertados pela instituição.
- S. Definimos critérios para alocar recursos financeiros entre cursos de graduação a partir de consenso entre a comunidade acadêmica e a equipe da biblioteca.
- T. A comunidade acadêmica tem ampla participação na definição de critérios para alocação de recursos financeiros destinados à compra de materiais informacionais.
- U. Os critérios adotados para alocação de recursos financeiros destinados à compra de materiais informacionais são amplamente divulgados à comunidade acadêmica.
- V. Nenhuma das alternativas se aplicam ao procedimento que é realizado na biblioteca em que atuo.

Questão 11 - Na instituição em que você atua, a avaliação de coleções é realizada de forma sistemática?

- A. Não
- B. Realiza periodicamente
- C. Realiza ocasionalmente
- D. Realizou uma vez
- E. Está em fase de implantação
- F. Não tenho conhecimento
- G. Outros

Questão 12 - Na instituição em que você atua, utiliza-se fórmula de alocação de recursos financeiros destinados à compra de materiais informacionais?

- A. Sim
- B. Não

Questão 13 - Descreva como é feita a alocação de recursos financeiros destinados à compra de materiais informacionais na instituição em que você trabalha. (Questão aberta, feita para profissionais que responderam que não utilizam fórmula de alocação de recursos financeiros).

Questão 14 - Sobre a utilização de fórmula de alocação de recursos financeiros destinados à compra de materiais informacionais, marque a alternativa mais adequada à realidade da instituição em que você atua. (Possível escolher mais de uma alternativa).

- A. Utilizamos fórmula de alocação de recursos financeiros somente para aquisição de materiais impressos
- B. Utilizamos fórmula de alocação de recursos financeiros somente para aquisição de materiais eletrônicos
- C. Utilizamos fórmula de alocação para aquisição de materiais impressos e eletrônicos.
- D. Utilizamos fórmula de alocação somente para aquisição de materiais monográficos (inclui todo tipo de material não seriado).
- E. Utilizamos fórmula de alocação somente para aquisição de periódicos.
- F. Toda compra de materiais informacionais, independentemente do tipo, é realizada de acordo com uma fórmula de alocação de recursos adotada pela instituição.

Questão 15 - Marque os indicadores considerados na fórmula de alocação de recursos financeiros destinados à compra de materiais informacionais que é utilizada na instituição na qual você atua. (Possível escolher mais de uma alternativa).

- A. Quantidade de alunos matriculados (usuários reais e potenciais).
- B. Quantidade de alunos com inscrição ativa na biblioteca (usuários reais).
- C. Quantidades de docentes vinculados aos cursos e/ou departamento.
- D. Quantidades de docentes vinculados aos cursos e/ou departamento por carga horária.

- E. Custo médio dos materiais informacionais por curso.
- F. Carga horária do curso.
- G. Idade da coleção.
- H. Estado de conservação do item na coleção.
- I. Despesas anteriores.
- J. Quantidade de publicações científicas e/ou patentes depositadas por docentes e discentes vinculados ao curso.
- K. Cursos novos.
- L. Cursos em reconhecimento ou credenciamento.
- M. Outros

Questão 16 - Sobre a elaboração da fórmula de alocação de recursos financeiros destinados à compra de materiais informacionais utilizada na instituição na qual você atua, marque a alternativa que melhor condiz com a realidade. (Possível escolher mais de uma alternativa).

- A. A fórmula foi estabelecida mediante parceria com professores ligados a outras áreas (por exemplo, matemática, estatística, economia).
- B. Quando ingressei nesta instituição, a fórmula já existia, não sei ao certo como ela foi concebida.
- C. Os indicadores utilizados na fórmula são atualizados, conforme a necessidade.
- D. Trabalhamos com diferentes pesos para melhor equidade na distribuição dos recursos.
- E. A fórmula foi elaborada pela equipe da biblioteca com base em fórmulas utilizadas em outras instituições.
- F. A fórmula foi elaborada pela equipe da biblioteca com base em modelos de fórmulas disponíveis na literatura científica.

Questão 17 - Sobre sua formação e atuação profissional, marque a(s) alternativa(s) que melhor condiz(em) com a realidade (Possível escolher mais de uma alternativa).

- A. Recebi formação profissional adequada para trabalhar com alocação de recursos destinados à aquisição de materiais informacionais

- B. Percebo que tenho capacitação profissional para atuar de forma mais estratégica referente à alocação de recursos para aquisição de materiais informacionais na instituição em que trabalho.
- C. Alocação de recursos financeiros destinados à aquisição de materiais informacionais é um assunto que precisa ser mais bem abordado nos cursos de graduação em biblioteconomia.
- D. O meu tempo de atuação, nesta instituição, favorece para que eu tenha melhor percepção sobre as coleções e suas deficiências.
- E. Sinto dificuldades em trabalhar com alocação de recursos financeiros para aquisição de materiais informacionais.
- F. Sou um(a) profissional participativo(a) no processo de alocação de recursos para aquisição de materiais informacionais na instituição em que trabalho.
- G. Minha atuação profissional é reduzida a trabalhos técnicos, pois não tenho liberdade para agir estrategicamente quanto à alocação de recursos em prol da aquisição de materiais informacionais na instituição em que trabalho.
- H. Sinto-me satisfeito(a) com minha atuação profissional em relação ao serviço que desenvolvo para Formação e Desenvolvimento de Coleções.
- I. Outros

Questão 18 - Sobre sua percepção acerca do uso de fórmulas de alocação de recursos financeiros para aquisição de materiais informacionais, marque a(s) alternativa(s) com a(as) qual(is) você mais se identifica. (Possível escolher mais de uma alternativa).

- A. Trata-se de algo que só se realiza na teoria.
- B. Trata-se de algo que deveria ser implantado em todas, ou pelo menos na maioria das bibliotecas universitárias.
- C. Trata-se de algo útil, porém de difícil aplicação.
- D. Sinto dificuldade em trabalhar com fórmulas para alocação de recursos financeiros destinados à compra de materiais informacionais.
- E. Não é eficaz para tomada de decisão, pois a complexidade da comunidade não pode ser retratada em números.
- F. Não é atribuição da biblioteca, pois trata-se de algo com natureza quantitativa.

Questão 19 - Sobre sua percepção acerca das coleções da(s) biblioteca(s) existente(s) na instituição em que você atua, marque a(s) alternativa(s) com a(as) qual(is) você mais se identifica. (Possível escolher mais de uma alternativa).

- A. O meu tempo de atuação nesta instituição favorece para que eu tenha melhor percepção sobre as coleções e suas deficiências.
- B. A ausência de avaliação de coleções dificulta a percepção sobre quais coleções possuem maior deficiência de materiais informacionais.
- C. Percebo que as coleções se mantêm atualizadas.
- D. Percebo que as coleções atendem satisfatoriamente a toda a comunidade acadêmica.
- E. Outros

Questão 20 - Sabe-se que os recursos financeiros para a compra de materiais informacionais são distribuídos de diferentes formas, conforme decisões tomadas na instituição a qual a biblioteca está vinculada. Neste sentido, marque a (s) alternativa (s) que melhor condiz com a realidade da biblioteca em que você trabalha.

- A. Anualmente, a biblioteca recebe um percentual fixo para compra de materiais informacionais, conforme orçamento anual da Instituição
- B. Anualmente, a biblioteca recebe um valor fixo para compra de materiais informacionais, conforme orçamento anual da Instituição
- C. Os recursos financeiros destinados à compra de materiais informacionais são incertos. Em alguns anos temos verbas disponíveis, em outros não.
- D. A biblioteca não recebe recursos financeiros destinados à compra de materiais informacionais. Todo o processo de aquisição é realizado pelos cursos e/ou setores externos à biblioteca.
- E. A compra de materiais informacionais é custeada pelos próprios cursos, portanto, a biblioteca não é responsável pela angariação nem alocação de recursos financeiros.
- F. A aquisição é feita de forma descentralizada, portanto, cada biblioteca é responsável por angariar recursos financeiros para aquisição de materiais informacionais e lidar com as questões de alocação
- G. Contamos com portaria que destina os recursos de multas para aquisição de material bibliográfico e restauração.